

Universidade Federal de Uberlândia  
Instituto de Economia e Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

CAROLINA DE CASTRO PALHARES

**Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura  
Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional**

Uberlândia  
2020

CAROLINA DE CASTRO PALHARES

**Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura  
Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional**

Dissertação apresentada no Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do  
Título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes  
Cicero.

Uberlândia  
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de  
Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

P161r Palhares, Carolina de Castro, 1995-  
2020 Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura Civil-  
Militar brasileira [recurso eletrônico] : o caso da Ação Libertadora  
Nacional / Carolina de Castro Palhares. - 2020.

Orientador: Pedro Henrique de Moraes Cicero.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Economia e Relações Internacionais.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3620>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. Economia. I. Cicero, Pedro Henrique de Moraes, 1984-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Economia e Relações Internacionais. III. Título.

**CDU: 330**

---

Nelson Marcos Ferreira - CRB-6/3074



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 41, PPGRI				
Data:	17 de março de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11812RIT002				
Nome do Discente:	Carolina de Castro Palhares				
Título do Trabalho:	Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Expressões Anti-Neoliberais na Economia Política da América Latina contemporânea				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Caio Navarro de Toledo - UNICAMP; Filipe Almeida do Prado Mendonça - UFU; Pedro Henrique de Moraes Cicero - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Pedro Henrique de Moraes Cicero - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/03/2020, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/03/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAIO NAVARRO DE TOLEDO, Usuário Externo**, em 20/03/2020, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1942041** e o código CRC **A1CC503C**.

CAROLINA DE CASTRO PALHARES

**Relações entre Imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura  
Civil-Militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de concentração: Segurança Internacional

Uberlândia, 2020

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (UNICAMP)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (UFU)

## AGRADECIMENTOS

Como uma estudante da rede pública de ensino, por toda a minha vida, me senti maravilhada em conseguir chegar à Universidade Federal de Uberlândia a partir dos meus esforços. E me vi ainda mais entusiasmada após garantir o meu lugar no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UFU) pela mesma instituição. Foram seis anos de estudos e dedicação para chegar até aqui e conseguir realizar essa pesquisa.

Entretanto, não fiz isso sozinha e, em razão disso, gostaria de agradecer a todos aqueles e aquelas que fizeram parte dessa caminhada e, mesmo sem saber, me ajudaram. Meu agradecimento especial vai à minha avó Maria, que me criou e esteve comigo até o final da minha graduação, mas não pode me ver concluir o meu mestrado. Gostaria que você estivesse aqui para presenciar esse momento e dividir a minha alegria com você, como tantas vezes fiz ao longo da vida. Minha avó não conseguiu chegar à universidade, mas me mostrou a força e a garra que uma mulher tem para conquistar aquilo que deseja – e por isso sou eternamente grata.

Agradeço também aos meus pais, Stela e José Reinaldo, por toda a dedicação à minha formação pessoal e profissional. Ambos sempre buscaram me proporcionar o melhor caminho na vida, e não pouparam esforços para isso mesmo diante das dificuldades. Obrigada por me proporcionarem a ida à Campinas para a visita ao AEL, por ouvirem meus desabafos sobre a pesquisa e tentarem me auxiliar de algum modo. Acredito que sem o apoio de vocês isso não teria sido possível.

Gostaria de agradecer às minhas amigas e aos meus amigos que estiveram ao meu lado até aqui – vocês foram extremamente importantes. Nos momentos de alegria estavam ali para compartilhar comigo, e nos instantes de crise estavam lá para ouvir e me aconselhar.

Não posso deixar de agradecer, também, ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cicero, que trabalhou comigo para chegar ao tema dessa dissertação e esteve sempre me incentivando, auxiliando e aberto às minhas ideias para o desenvolvimento da pesquisa.

Mesmo que singelamente, agradeço a todo o corpo docente e aos técnicos do PPGRI-UFU que sempre estiveram à disposição para me ajudar. E, também agradeço à todas as pessoas que trabalham no AEL e me receberam tão bem durante as minhas visitas. Vocês realizam um trabalho incrível e devido a isso pude ter acesso a todo o material necessário para o meu estudo. Muito obrigada a todos vocês, por tudo.

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é demonstrar como a Ação Libertadora Nacional (ALN) analisou e reagiu ao imperialismo estadunidense durante do golpe de Estado de 1964. Ao longo da segunda metade do século XX, a América do Sul foi tomada por uma onda de regimes ditatoriais, que surgiram para garantir e preservar a subordinação do Cone Sul ao sistema de hegemonia de poder estabelecido pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. No Brasil, em abril de 1964, um golpe civil-militar, fortemente instigado e apoiado pelos EUA, instaurou no país uma ditadura que durou mais de vinte anos, deflagrando um ambiente de conflito interno entre as diversas camadas da população, com destaque para o surgimento de guerrilhas urbanas. A partir de tal contexto, visa-se reiterar a hipótese de que a Ação Libertadora Nacional tinha propósitos internos e externos para lutar pela libertação da população das amarras dos militares e do imperialismo estadunidense que assolava o Brasil. Assim, por meio dos métodos indutivo e histórico e de uma pesquisa documental, na qual foram utilizados tanto documentos produzidos pelos militantes da ALN encontrados no “Arquivo Edgard Leuenroth” (AEL) quanto documentos oficiais desclassificados do governo dos Estados Unidos, este trabalho procura demonstrar que todo o ambiente de repressão que se instalou, com ajuda estadunidense, contribuiu para a radicalização de indivíduos que buscavam a transformação e superação do sistema vigente através da formação de guerrilhas urbanas como a Ação Libertadora Nacional.

**Palavras-chaves:** América Latina; Guerra Fria; Ação Libertadora Nacional; imperialismo estadunidense; regime militar.



## ABSTRACT

The purpose of this essay is to demonstrate how the *Ação Libertadora Nacional* (ALN) - National Liberation Action - analyzed and reacted to US imperialism during the 1964 coup d'état. Throughout the second half of the 20th century, South America was overcome by a wave of dictatorial regimes, which emerged to guarantee and preserve the subordination of the Southern Cone to the system of power hegemony established by the US in the context of the Cold War. In Brazil, in April 1964, a civil-military coup, strongly instigated and supported by the United States, established in the country a dictatorship that lasted more than twenty years, triggering an environment of internal conflict among the different layers of the population, with emphasis on the emergence of urban guerrillas. From this context, the aim is to reiterate the hypothesis that the National Liberation Action had internal and external purposes to fight for the liberation of the population from the bonds of the military and the US imperialism that was plaguing Brazil. Thus, through inductive and historical methods and documentary research, in which both documents produced by ALN militants found in the "Edgard Leuenroth Archive" as well as declassified official documents from the United States government, this thesis seeks to demonstrate that all the environment of repression that was installed, with US help, contributed to the radicalization of individuals who sought to transform and overcome the current system through the formation of urban guerrillas such as the *Ação Libertadora Nacional*.

**Keywords:** Latin America; Cold War; National Liberation Action; US imperialism; military regime.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Representação de visita de Médici aos EUA.....	155
Figura 2 – EUA como os financiadores do regime militar.....	157

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth  
AI – Atos Institucionais  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
AMFORP – *American & Foreign Power*  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNM – Brasil Nunca Mais  
Cenimar – Centro de Informações da Marinha  
CI – Contra Insurgente  
CIA – *Central Intelligence Agency*  
DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
DSNC – Doutrina da Segurança Nacional de Contenção  
EUA – Estados Unidos da América  
Eximbank – *Export-Import Bank*  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais  
IPMs – Inquéritos Policial-Militares  
LAPC – *Latin American Policy Committee*  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
M-26/07 – Movimento 26 de Julho  
ITT – *International Telephone & Telegraph*  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade  
OPA – Operação Pan-americana  
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEI – Política Externa Independente

PVB – Política da Boa Vizinhança

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – *United States Agency for International Development*

USIA – *United States Information Agency*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O ESTABELECIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS COMO UMA POTÊNCIA IMPERIALISTA E HEGEMÔNICA .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 Imperialismo: definição e aplicação.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2 Hegemonia: definição e aplicação .....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 As ações imperialistas estadunidenses até a Segunda Guerra Mundial .....</b>	<b>28</b>
<b>1.4 O imperialismo estadunidense e a Guerra Fria .....</b>	<b>38</b>
<b>1.5 A Revolução Cubana e a política coercitiva dos Estados Unidos.....</b>	<b>45</b>
<i>1.5.1 O combate através da produção de informações .....</i>	<i>50</i>
<i>1.5.2. A política Contra Insurgente .....</i>	<i>54</i>
<i>1.5.3. Da ‘Operação Pan-americana’ para a ‘Aliança Para o Progresso’ .....</i>	<i>59</i>
<b>CAPÍTULO 2 – O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NO BRASIL.....</b>	<b>66</b>
<b>2.1 Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XX.....</b>	<b>70</b>
<b>2.2 O Governo de Jânio Quadros .....</b>	<b>78</b>
<b>2.3 O Governo de João Goulart.....</b>	<b>81</b>
<i>2.3.1 O imperialismo estadunidense contra Goulart .....</i>	<i>84</i>
<i>2.3.2 Lincoln Gordon, Vernon Walter e a “Operação Brother Sam” .....</i>	<i>90</i>
<b>2.4 A ditadura militar brasileira e as relações com os Estados Unidos .....</b>	<b>96</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE .....</b>	<b>110</b>
<b>3.1 O “antipacifismo” de Marighella .....</b>	<b>112</b>
<b>3.2 A luta armada como causa e consequência para o AI-5 .....</b>	<b>129</b>
<b>3.3 O último ano de Marighella.....</b>	<b>134</b>
<b>3.4 O “justiçamento” de Chandler e o sequestro de Elbrick.....</b>	<b>144</b>
<b>3.5 O começo do fim da ALN.....</b>	<b>149</b>

<b>3.6 A interpretação da ALN sobre o imperialismo estadunidense.....</b>	<b>158</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>164</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>169</b>
<b>Documentos do Anexo Brasil Nunca Mais - "Arquivo Edgard Leuenroth" .....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE A – TEXTOS ESCRITOS POR CARLOS MARIGHELLA.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE B – TEXTOS ESCRITOS PELA ALN .....</b>	<b>181</b>

## INTRODUÇÃO

No século XX, a América Latina presenciou diversos momentos nos quais as divergências políticas marcaram a hostilidade do Estado contra grupos insurgentes ao status quo. Na segunda metade do século, o hemisfério vivenciou o surgimento de grupos guerrilheiros contra as ditaduras impostas aos países sul-americanos – as quais surgiram para garantir e preservar a subordinação do Cone-Sul ao sistema de hegemonia de poder estabelecido pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Ao abordar esse espaço-temporal, pretende-se analisar tanto como a Ação Libertadora Nacional (ALN) interpretou em seus documentos e reagiu frente ao imperialismo estadunidense e sua participação no golpe civil-militar de 1964 no Brasil, quanto na posterior consolidação da ditadura brasileira.

Considera-se importante ressaltar que classificamos o golpe como sendo ‘civil-militar’. Acredita-se que mesmo diante da predominância dos militares no comando da ação que viria a depor o presidente João Goulart, o Golpe em abril de 1964 contou com a formação de uma aliança composta pelos militares, empresariado brasileiro, setores da imprensa, latifundiários e também pelas empresas estrangeiras instaladas no país. É notável que uma ala da sociedade brasileira atuou de modo a contribuir para o golpe, e posteriormente, contribuíram para a manutenção do regime de opressão.

O período aqui tratado faz menção à Guerra Fria, um momento histórico em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seu sistema político-econômico representava uma alternativa frente ao capitalismo estadunidense. A ideia de um inimigo externo era totalmente conveniente para que os Estados Unidos pudessem lutar pela expansão e manutenção de sua hegemonia. Em meio a todo esse contexto, do início do pós-guerra até o fim da década de 1950, a América Latina era vista como uma zona pacífica, não-problemática e que estava ideologicamente longe do comunismo.

Mesmo considerando que dificilmente a URSS tentaria expandir seus domínios para o continente americano, o governo estadunidense tomou duas medidas: a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947; e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 – estabelecendo dois mecanismos contra a expansão soviética para a região.

A partir disso, os Estados Unidos se concentraram no plano internacional, o que consequentemente fez com que negligenciassem as demandas e o apoio financeiro aos projetos de industrialização latino-americanos. A atenção estadunidense voltou-se para a

América Latina ao fim da década de 1950 após dois fatores: a desastrosa viagem do vice-presidente Nixon<sup>1</sup> aos países sul-americanos e a vitória da Revolução Cubana. O primeiro evento chamou a atenção para a existência de um “antiamericanismo” na região, e o segundo demonstrou a possibilidade de radicalização de um grupo contra um poder estabelecido e apoiado pelos Estados Unidos.

A realidade dos países latino-americanos era ordenada pelo atraso econômico e problemas sociais, uma combinação perfeita para a eclosão de revoluções e, aos olhos estadunidenses, uma oportunidade para uma possível aproximação com os ideais soviéticos. No contexto da Guerra Fria e pela possibilidade de um confronto com a União Soviética, os Estados Unidos dependeriam dos países latino-americanos para ter acesso às suas matérias-primas.

Diante disso, a vitória da Revolução Cubana representava um problema estratégico. Para combater a *questão cubana* o governo estadunidense intensificou sua política coercitiva para a América Latina. Seus estrategistas estabeleceram três frentes para combater o avanço do comunismo soviético e o exemplo cubano: i) por meio da produção de informações; ii) pela política contra insurgente; e iii) pela implementação do projeto denominado “Aliança para o Progresso”.

Entretanto, as tendências nacionalistas dos governantes latino-americanos eram associadas à infiltração das ideias comunistas na região e poderiam representar um empecilho aos seus interesses no continente. Assim, passaram a apoiar a ascensão de ditaduras no Cone-Sul, e um longo ciclo de repressão foi instaurado na região – aos Estados Unidos já não importava quem estava no poder uma vez que seus interesses estivessem garantidos.

A instalação dos regimes ditatoriais garantia a subordinação dos países sul-americanos ao sistema capitalista estadunidense, mas ao mesmo tempo a repressão desses regimes contribuía para a radicalização de indivíduos que buscavam a transformação e superação do sistema vigente em seus países. Dessa forma, o novo contexto dava espaço para o surgimento de grupos insurgentes que se inspiravam no exemplo cubano e lutavam pela libertação de seus países no âmbito interno contra os golpistas e no externo contra o imperialismo dos Estados Unidos – como foi o caso da guerrilha urbana brasileira conhecida como Ação Libertadora Nacional.

---

<sup>1</sup> Em 1958, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, fez uma visita à algumas capitais da América do Sul, sofrendo fortes manifestações contra sua presença e a de seu país na região. Esse episódio será abordado devidamente no decorrer desta dissertação.



A fim de ilustrar todo esse cenário, esta dissertação se divide em três capítulos. O primeiro tem a finalidade de apresentar os aspectos que possibilitaram a ascensão dos Estados Unidos e seu estabelecimento como uma potência hegemônica e imperialista no sistema internacional. São explicadas as definições e aplicações dos conceitos de Imperialismo de Lenin e Hegemonia de Gramsci, usados como base para analisar as ações estadunidenses. Ademais, destacam-se as intervenções feitas na América Latina pelos EUA no intuito de garantir os interesses de seus setores produtivos, que se interlaçam com seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Retoma-se a história da Revolução Cubana e as três frentes criadas para frear a disseminação de seu exemplo.

Este primeiro capítulo busca demonstrar que ao mesmo tempo em que o governo dos Estados Unidos criava condições para que suas grandes corporações instalassem filiais por toda a América Latina, conseguiram “estender” sua fronteira nacional até onde se encontrassem as instalações de suas indústrias. Assim, justificam suas intervenções nos países latino-americanos como uma forma de garantir o bem-estar de suas corporações. Nessa lógica, seria inadmissível a ascensão de qualquer governo no hemisfério que não garantisse um bom ambiente para a propagação e lucro de suas indústrias, ou um que não mostrasse ser confiante o suficiente para isso – e foi diante desse quadro que se desenrolou o apoio estadunidense ao golpe de Estado no Brasil em 1964.

O segundo capítulo desta dissertação possui o propósito de examinar a relação entre Brasil e Estados Unidos no decorrer dos séculos XIX e XX. O intuito é compreender o papel desempenhado pelo governo estadunidense na deposição do presidente Goulart e seu apoio ao golpe efetuado pelos militares brasileiros. Este breve apontamento sobre as relações entre os dois países, iniciando-o no século XIX, nos mostra como os estadunidenses sempre se fizeram presentes na vida brasileira e sua influência sobre nosso país.

Diante disso, neste segundo capítulo, detalha-se, mesmo que brevemente, a construção da política externa brasileira e seus momentos de alinhamento automático ou pragmático com os Estados Unidos. Adiante, apresenta-se a conspiração de Jânio Quadros enquanto presidente do Brasil e a chegada ao poder de João Goulart, bem como seus feitos políticos. O destaque destes dois governos mostra-se importante para a pesquisa, uma vez que possibilita uma maior compreensão sobre os fatos da conjuntura interna brasileira à época – que se conectam com as motivações estadunidenses para a derrubada de Goulart. Uma forma de demonstrar que não foram apenas por fatores

internos a desestabilização de seu governo, pois como uma potência imperialista, e em meio ao conflito da Guerra Fria, os EUA não poderiam deixar que o Brasil sofresse a tão temida *guinada à esquerda*<sup>2</sup>.

O que se observa ao longo da análise, e deste segundo capítulo, é a preocupação estadunidense com a perda do ambiente propício ao seu capital externo – que tinha um amplo espaço para se expandir na América Latina e, principalmente, no Brasil. Diante disso, as chamadas “Reformas de Base” de Goulart junto à nacionalização dos setores públicos brasileiros afetariam em grande medida os investimentos estadunidenses no país. Esses fatores levaram o governo dos Estados Unidos e suas grandes corporações a formarem uma aliança com os opositores do governo Goulart para desestabilizá-lo e aplicar o golpe de Estado em abril de 1964.

Para expor a articulação entre estadunidenses e golpistas evidencia-se o papel desempenhado pelo embaixador estadunidense Lincoln Gordon, seu adido de defesa Vernon Walter e a construção e aplicação da “Operação Brother Sam” pelo governo dos Estados Unidos – algo possível por meio da desclassificação de documentos oficiais dos governos dos EUA, referentes à época da ditadura militar brasileira.

Em grande medida, estes dois primeiros capítulos pretendem destacar as conjunturas externas e internas, ou seja, o impacto do contexto internacional – o apoio dos Estados Unidos para a ascensão de ditaduras militares para combater a disseminação do comunismo soviético e o exemplo cubano – com a guinada contra a esquerda latino-americana para o surgimento de guerrilhas no Brasil após o golpe. A intenção é demonstrar as circunstâncias à época que levaram e, em certa medida, legitimaram o surgimento da ALN no que concerne, especificamente, ao imperialismo imposto pelos Estados Unidos ao Brasil.

O terceiro capítulo desta dissertação dedica-se exclusivamente à Ação Libertadora Nacional, pretendendo identificar como a organização analisou e reagiu ao imperialismo dos Estados Unidos e sua participação no golpe de 1964, quanto na posterior consolidação do regime militar. Grande parte da documentação utilizada nesta parte foi retirada do Anexo Brasil Nunca Mais encontrado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP – onde foram descobertos manifestos, panfletos, jornais, entrevistas, comunicados, mensagens e cartas oficiais da ALN e de Carlos Marighella.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, entende-se o conceito de “esquerda” como um referencial aos “movimentos e ideias endereçados aos projetos de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas” (GORENDER, 1987, p. 7).

A escolha da ALN como estudo de caso se deu por quatro fatores: i) o papel desempenhado por Marighella na história brasileira; ii) por ser uma das guerrilhas que possui uma ampla gama de informações disponíveis em obras acadêmicas; iii) pelo acesso aos seus documentos oficiais encontrados no AEL; e iv) pela sua participação em ações contra dois estadunidenses – o “justiçamento<sup>3</sup>” do capitão Charles Chandler, em 1968; e o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969.

Com toda essa documentação em mãos foi possível identificar os princípios norteadores desta guerrilha urbana brasileira, seu modo de organização e, principalmente, seu posicionamento e suas principais ações contra os Estados Unidos.

Dessa forma, o estudo proposto seguirá o método indutivo de abordagem, uma vez que, partindo de dados particulares, foi estabelecida a ideia geral de que o ambiente de repressão que se instalou no Brasil a partir de 1964, com ajuda dos Estados Unidos, contribuiu para a radicalização de indivíduos que buscavam a transformação e superação do sistema vigente por meio da formação de guerrilhas urbanas como a Ação Libertadora Nacional.

Para tanto, a análise partirá da observação do papel desempenhado pelo governo estadunidense no processo brasileiro, da trajetória de Carlos Marighella até o surgimento da ALN e de como este grupo reagiu e analisou em seus documentos as ações imperialistas dos EUA na tentativa de estabelecer uma relação entre eles. Além disso, o método histórico também será utilizado nesta pesquisa, visto que consiste na investigação de eventos passados e sua influência à época e aos dias atuais.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório que contará com fontes documentais e bibliográficas da época da ditadura, de forma a encontrar análises adequadas sobre o tema proposto. Além da utilização de obras acadêmicas que tenham conexão com o estudo, serão aproveitados os documentos oficiais recentemente desclassificados do governo dos Estados Unidos, e, também os documentos encontrados no AEL – todos estes de extrema importância para esta dissertação.

O estudo e apresentação de toda a documentação da ALN nos permite a compreensão de um momento da história brasileira contada pelo outro lado, e o contato com esse material nos concede uma abrangência de informações sobre o período aqui tratado. Existem muitos trabalhos que abordam a presença estadunidense na América Latina, bem como sobre sua influência nos processos políticos e na estrutura econômica.

---

<sup>3</sup> Termo utilizado pela ALN para “execução”.

## **CAPÍTULO 1 – O ESTABELECIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS COMO UMA POTÊNCIA IMPERIALISTA E HEGEMÔNICA**

No período correspondente ao final do século XIX e ao longo do século XX, ocorreu a intensificação do processo de dominação política e econômica pelas potências capitalistas – entendida como a “onda neocolonial”. Essas potências, em especial as europeias, almejavam dominar outras localidades com o intuito de conseguir mercados consumidores de seus produtos industrializados, polos de fornecimento de matéria-prima e mão de obra a baixo custo (AYERBE, 2002).

Entretanto, a “grande depressão”, que afetou a economia internacional entre os anos de 1873 e 1895, contribuiu para uma reorganização estrutural do sistema – levando a um aumento da concorrência entre países e grupos econômicos. O “boom” econômico que sucedeu essa depressão, entre os anos de 1890 e 1914, caracterizou-se como “uma fase de expansão dos negócios e de prosperidade, fortemente influenciada pela reorganização do capitalismo já descrita. A integração da economia internacional aumenta consideravelmente” (AYERBE, 2002, p. 46).

Neste ambiente, o novo quadro do capitalismo se caracterizava como um momento de especialização dos países, crescente integração da economia internacional, pela partilha territorial entre as grandes potências e “a consolidação do monopólio como tendência dominante da organização do capital” (AYERBE, 2002, p. 47). Nessa conjuntura, ultrapassando os europeus, os Estados Unidos já apresentavam “uma estrutura econômica altamente trustificada, com grande potencial de competição no mercado internacional” (AYERBE, 2002, p. 52). Assim, estava se desenhando o ambiente necessário para seu estabelecimento como uma potência imperialista, hegemônica no Sistema Internacional.

Para uma melhor compreensão e explicação acerca das relações interamericanas, e a ascensão dos Estados Unidos como um “*hegemon imperialista*”, esta dissertação faz uso dos conceitos de imperialismo<sup>4</sup>, de Lenin, e hegemonia, de Gramsci. No campo das Relações Internacionais, ambos conceitos são utilizados para explicar o “estabelecimento

---

<sup>4</sup> O termo “Imperialismo” foi utilizado pela Ação Libertadora Nacional em seus documentos ao se referir às ações dos Estados Unidos praticadas no Brasil. O primeiro momento em que se observa o uso do termo foi por Carlos Marighella, em seu livro “Por que Resisti à Prisão”, denunciando a “agressividade do imperialismo ianque” contra o desenvolvimento brasileiro. Já pela ALN, o termo aparece pela primeira vez na 1ª edição de seu jornal O Guerrilheiro.

de uma determinada ordem internacional sob dominação de uma potência” (GARCIA, 2010, p. 155).

### 1.1 Imperialismo: definição e aplicação

Em sua obra “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”, publicada pela primeira vez em 1917, Lenin revela que existem cinco elementos-chave que demonstram as mudanças táticas da dominação capitalista que levaram ao imperialismo do século XX. E estas seriam: a formação dos monopólios, o capital financeiro, as oligarquias financeiras, a exportação de capital e a partilha do mundo entre monopólios e os estados nacionais hegemônicos (LENIN, 2011).

O primeiro, *a era da formação dos monopólios*, diz respeito a nova fase do capitalismo, caracterizada pela intensificação da concentração e centralização do capital. A crescente concentração da produção se baseia na intensificação da produtividade, e a centralização do capital refere-se às uniões e/ou aquisições que levam à formação das grandes empresas, e ao aniquilamento dos pequenos e médios capitais (LENIN, 2011). Neste contexto, ocorre a “acumulação maciça da força de trabalho em grandes trustes e consórcios” (HOXHA, 1979, p.63), sob a forma de sociedades anônimas<sup>5</sup>, que passam a controlar, por exemplo, ramos inteiros da indústria, agricultura e transportes.

Já não se trata de modo algum, da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre empresas tecnicamente atrasadas e estabelecimentos de técnicas avançadas. Encontramo-nos perante a asfixia, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade (LENIN, 2011, p. 132-133).

Este é o momento em que um pequeno número de grandes empresas passa a controlar e centralizar o poder de mando do capital sobre o trabalho. Criam-se renovados mecanismos de submissão para as pequenas empresas que vivem “na dependência direta dos monopólios” (HOXHA, 1979, p. 66). Porém, outro agente que também participa desse processo de desenvolvimento do capitalismo são os bancos.

Inicialmente, os bancos desempenham o papel de intermediários nos pagamentos, mas, conseqüentemente, passam a ser os donos dos principais meios financeiros (LENIN,

---

<sup>5</sup> Refere-se a pessoas jurídicas em que “o dono do capital – proprietário real da riqueza – se torna um sujeito oculto, invisível, ou seja, o capital criou mecanismos jurídicos para instituir a aparente autonomia do mundo das corporações” (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 190).

2011). Estes procuram captar “o capital monetário dos monopólios e consórcios, bem como dos pequenos produtores ou das poupanças pessoais” (HOXHA, 1979, p. 73).

Sublinhamos a referência aos bancos “ligados” porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna. Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos, como os “incorporam”, os subordinam, os incluem no “seu” grupo, no seu “consórcio” - segundo o termo técnico - por meio da “participação” no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos (LENIN, 2011, p. 140).

Assim, deixam de ser apenas os intermediários, e convertem-se em uma “aliança de um punhado de monopolistas” (LENIN, 2011, p. 142). E, da mesma forma que as empresas deram origem aos monopólios, os grandes bancos acabam formando seus “consórcios bancários” (HOXHA, 1979, p. 73). Nesta etapa, possuem poder o suficiente para subordinar,

(...) as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras –, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes (LENIN, 2011, p. 144).

O processo de acumulação do capital centrado nos monopólios requer volumes expressivos de dinheiro, que são providos pelos bancos. Assim, “o capital bancário se entrelaça com o capital industrial” (HOXHA, 1979, p. 74). Este classifica o segundo elemento de Lenin, *a era do capital financeiro*, nascido da relação que se estabelece entre os bancos e as grandes empresas – da união entre ambos (LENIN, 2011).

Os bancos convertem-se em investidores diretos nas empresas – adquirindo ações e participando, alguns diretores, de seus conselhos. Enquanto as empresas adquirem ações dos bancos e se tornam participantes destes (LENIN, 2011). Isto resulta na união entre vários capitais em um só, pois o capital financeiro surgido deste processo “compreende em si mesmo todas as formas de capital: o capital industrial, o capital monetário e o capital mercantil” (HOXHA, 1979, p. 75).

Por meio do desenvolvimento do capital financeiro, poderosos capitalistas industriais e banqueiros conseguiram concentrar uma grande riqueza e, também, poder econômico e político, que se perpetua na vida de seu país e pelo sistema internacional.

Deste modo, Lenin afirma que o século XX marca o ponto de virada “do velho capitalismo para o novo”, ou seja, “da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro” (LENIN, 2011, p. 159).

Aqueles que se encontram à frente dos monopólios e bancos compõem o terceiro elemento de Lenin, a *era da oligarquia financeira*. Como possuidora de todos os capitais em um só, essa oligarquia garante seu domínio econômico e político sobre todos, e até mesmo submete ao seu interesse o aparelho estatal, que se transformou em um instrumento em suas mãos (HOXHA, 1979). Isso, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, assumiu dimensões gigantescas “com a ampliação e desenvolvimento do capitalismo monopolista estatal” (HOXHA, 1979, p. 67).

O capitalismo monopolista de Estado representa a submissão do aparelho estatal aos monopólios, seu pleno domínio sobre a vida econômica, política e social do país. Através dele, o Estado interfere diretamente na economia, no interesse da oligarquia financeira, para garantir o máximo de lucro para a classe no poder por meio da exploração de todos os trabalhadores e também para sufocar a revolução e as lutas de libertação dos povos (HOXHA, 1979, p. 67-68).

O Estado capitalista passa a ser um instrumento à serviço dos monopólios para “fins de domínio e expansão tanto no plano nacional como no internacional” (HOXHA, 1979, p. 70). Deste modo, a oligarquia financeira interfere na política interna e externa do seu país,

(...) Internamente ela se vincula às forças reacionárias, a todas as instituições políticas, ideológicas, educacionais, culturais que defendem seu poder político e econômico. Na política externa ela defende e apoia todas as forças conservadoras e reacionárias que sustentam e abrem caminho para a expansão monopolista, que lutam para salvar e consolidar o capitalismo (HOXHA, 1979, p. 78-79).

Todo esse processo favoreceu o fortalecimento dos monopólios, os quais já constituídos passam a controlar “milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’” (LENIN, 2011, p. 175). Diante deste cenário, apresenta-se o quarto elemento de Lenin, a *era da exportação de capital* – no velho capitalismo exportava-se mercadorias, no capitalismo moderno exporta-se capitais (LENIN, 2011). Como destacado por Lenin,

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação “lucrativa” (LENIN, 2011, p. 182).

É nesse momento em que o “capital financeiro estende (...) as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo” (LENIN, 2011, p. 186). A economia das nações periféricas é vista, por suas condições de dependência financeira e produtiva, como um “palco privilegiado do capital monopolista” (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 194), que as veem como vantajosos negócios para a valorização do seu capital. Assim, os monopólios fortalecem seu poder à nível internacional, e ressignificam “o papel dos Estados nacionais centrais sobre os Estados nacionais periféricos” (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 195). Mas a entrada destes capitais nas economias periféricas acaba por acorrentá-los aos monopólios de poder.

Antes de mais nada, é preciso afirmar que as associações de monopolistas capitalistas – cartéis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (LENIN, 2011, p. 188).

Desse modo, o último elemento de Lenin, refere-se à *era da partilha do mundo entre monopólios e os estados nacionais hegemônicos*. Neste período, os monopolistas acabam por firmar acordos e/ou entrar em alianças a fim de “dividir os mercados no plano internacional, vender manufaturados e comprar matérias-primas” (HOXHA, 1979, p. 98). Trava-se uma luta para *redividir e conquistar economicamente* o mercado mundial (HOXHA, 1979; LENIN, 2011).

As nações periféricas são vistas como “territórios vitais de produção e reprodução material da riqueza capitalista na fase dos grandes monopólios” (TRASPADINI; BUENO, 2014, p. 197). Principalmente devido à possibilidade de escoamento da produção industrial, pela sua abundância em recursos naturais e força de trabalho barata. E, por isso, o capital financeiro inicia a “anexação” da terra como sua propriedade



privada, ou seja, a terra passa a ser vista como uma mercadoria (LENIN, 2011; HOXHA, 1979).

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LENIN, 2011, p. 209).

Dessa forma, o imperialismo, ou a época do capital financeiro, representa o grau superior ou final do desenvolvimento capitalista; o momento em que a livre concorrência foi substituída pelo monopólio: os cartéis, sindicatos e trustes fundidos com os bancos. Esses monopólios foram além de suas fronteiras nacionais e se organizaram de modo a monopolizar ramos inteiros de produção ao redor do mundo (LENIN, 2011).

Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (...) O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2011, p. 217-218).

O conceito de imperialismo de Lenin é fundamentado em preceitos econômicos, mas se torna útil para a compreensão do desenvolvimento e transformação dos Estados Unidos em uma potência imperialista. Ao longo do século XIX, o país tomou decisões para que futuramente pudesse competir dentro do sistema internacional contra os velhos impérios europeus. A partir disso, pode-se dizer que a história estadunidense está atrelada com a própria história da “economia de mercado” e “com o desenvolvimento do sistema capitalista” (BANDEIRA, 2005, p. 29).

O aumento da produção industrial estadunidense gerou uma transformação em sua estrutura econômica, e na medida em que emergiam, suas grandes corporações adotaram

a crença de que era preciso abandonar seu princípio de isolacionismo<sup>6</sup>. Suas forças de produção exigiam a conquista de novos territórios a serem explorados, mas “a burguesia americana, entretanto, não precisava atravessar os mares para estender o seu império. Tinha um Continente para si própria” (BANDEIRA, 2007, p. 137).

Desse modo, começaram se expandindo pela América Central, anexando alguns territórios e invadindo outros na busca de seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Na virada para o século XX, expandiram-se por toda a América Latina exportando capitais, sob forma de investimentos, créditos e empréstimos – a verdade, era que o “capitalismo norte-americano tinha uma vasta área em redor de si para conquistar” (BANDEIRA, 2007, p. 88).

Na primeira metade do século XX, suas grandes corporações já haviam instalado filiais ou possuíam subsidiárias por todo o continente americano. Por isso, a noção de pátria estadunidense começou a se estender até onde se encontrassem as instalações de suas indústrias, ou seja, suas fronteiras nacionais estavam onde se localizavam as explorações da *Standard Oil*, as usinas da *Bond & Share*, os empreendimentos da *International Telephone & Telegraph* (ITT), as minas da *Hanna Co.*, as agências do *City Bank* e as instalações da *United Fruit Company*. E, no pós-Segunda Guerra Mundial, devido a debilidade dos países europeus, os estadunidenses expandiram seu poderio por todo o mundo por meio da ampliação da zona do dólar, instauração de bancos e das multinacionais, pela criação de bases militares ao redor do globo e pela disseminação do seu “*American way of life*” (BANDEIRA, 2005; HOXHA, 1979).

Contudo, a busca pela garantia e preservação de seus interesses políticos e econômicos contribuiu para desencadear movimentos revolucionários por toda a América Latina. Estes se opunham tanto aos seus governos locais – formados com apoio dos EUA – quanto ao imperialismo estadunidense (RAMPINELLI, 2009). Como por exemplo,

(...) com José Martí, em Cuba, que denunciou a ideologia colonizadora do pan-americanismo; passou por Emiliano Zapata e Francisco Villa, que expropriaram terras de estadunidenses em território mexicano para fazer suas reformas agrárias durante a Revolução de 1910; continuou com Augusto C. Sandino, que lutou contra a ocupação estrangeira para construir um Estado nacional na Nicarágua; e chegou a Che Guevara, que defendeu a tese da criação

---

<sup>6</sup> O sistema isolacionista dos Estados Unidos perdurou dentro de sua política externa durante o século XIX, afastando-se dos assuntos internacionais e focando em suas questões internas – visando seu desenvolvimento. Essa política funcionava como uma estratégia para os estadunidenses, pois adotam uma posição menos comprometida dentro do sistema internacional, evitando assumir responsabilidades e formar alianças permanente com outros países.

do segundo e do terceiro Vietnã para derrotar militarmente o imperialismo (RAMPINELLI, 2009, p. 353).

## 1.2 Hegemonia: definição e aplicação

Dentro do campo marxista, o conceito de Hegemonia foi construído para analisar as relações entre as classes sociais. O intuito destes teóricos era compreender a dominação que uma classe social exerce sobre as demais. Um desses autores foi o italiano Antonio Gramsci<sup>7</sup>, que examinava as relações de dominação de classe a partir do exercício da hegemonia.

A problemática sobre o tema foi desenvolvida por Gramsci em seus Cadernos do Cárcere<sup>8</sup> – os quais representam um conjunto de textos em o autor aponta uma série de formulações na tentativa de definir e aplicar a noção de hegemonia. A partir da análise de sua obra, revela-se de forma simplista que a hegemonia representaria o momento em que os interesses de um determinado grupo ou classe social se tornam, também, os interesses de outros grupos/classes subordinados. Isso ocorre através da disseminação de um discurso ideológico no campo das ideias, e até mesmo por meio de instituições sociais<sup>9</sup> que são compartilhadas e consideradas como legítimas por outras classes (GRAMSCI, 1999; BIANCHI, 2007).

Isso supõe uma liderança intelectual e moral de um grupo cujas ideias deixam de ser só deste e passam a ser também de uma sociedade como um todo, e, ao mesmo tempo, representam recursos de poder e influência para o controle de um grupo sobre outro.

O ponto de partida para o entendimento sobre a hegemonia em Gramsci reside em sua diferenciação dos mecanismos de direção e dominação (BIANCHI, 2007; RAMOS, 2006). Segundo suas próprias palavras,

O critério metodológico sobre o qual é preciso fundar a própria análise é o seguinte: que a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou submeter mesmo que com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois,

---

<sup>7</sup> Nascido em Sardenha, Itália, em 1891, Gramsci foi um dos fundadores do Partido Comunista italiano e condenado à prisão durante o regime fascista de Benito Mussolini.

<sup>8</sup> Um conjunto de 29 cadernos escritos durante o período em que esteve preso, entre 1926 e 1937.

<sup>9</sup> “(...) a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, instituições estas que seriam os “aparelhos privados de hegemonia” – por exemplo: a escola, a igreja, os jornais e os demais meios de comunicação em geral, cuja finalidade principal é inculcar nas classes dominadas a subordinação passiva, através de um complexo emaranhado de ideologias formadas historicamente” (RAMOS, 2006, p. 15).

quando exercita o poder e na medida em que o mantém fortemente em suas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar sendo ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Logo, o exercício da hegemonia é entendido por Gramsci como uma combinação entre força e consenso – “*hegemonia enquanto coerção couraçada de consentimento*”. É importante a formação de uma classe dirigente que se mantenha pela anuência das massas e não apenas pela força coercitiva. O Estado, segundo sua análise, não pode ser mantido apenas pela imposição da força, mas através de um processo hegemônico em que os grupos subalternos aceitem as ideias dominantes e concordem com seu domínio (GRAMSCI, 1999; BIANCHI, 2007; RAMOS, 2006). Entretanto, é importante destacar que a hegemonia exercida por uma classe nunca será plena ou total, pois a sociedade é constituída por conflitos irreduzíveis e antagônicos.

Diante disso, Gramsci nos permite compreender não apenas a hegemonia de uma classe sobre outra, mas também de uma nação sobre outras. A possibilidade de pensar em dimensões internacionais surge a partir de sua colocação de que,

(...) toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não somente no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, como em todo o campo internacional e mundial, entre complexos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999, p. 399).

As classes ou grupos dominantes não exercem hegemonia apenas para si, mas também objetivando a expansão de sua nação. O projeto hegemônico dessas classes deve confundir-se com o projeto hegemônico de seu Estado, assim, a inserção no sistema internacional depende essencialmente das estratégias traçadas pelas classes dominantes. Todavia, nos países *em desenvolvimento* as classes dirigentes acabam por se aliarem aos projetos estrangeiros, se tornando pequenos “sócios<sup>10</sup>” das classes dominantes internacionais (PANSARDI, 2014). Como colocado por Gramsci,

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as

---

<sup>10</sup> “São sócios menores das classes dominantes internacionais. Portanto, os destinos de um país, sua inserção na divisão internacional do trabalho, sua situação no sistema internacional, dependem essencialmente dos projetos, das escolhas, das estratégias de hegemonia construídas por suas classes dominantes. Seu projeto deve incluir as classes subalternas, elas devem vir a reboque, devem ser aliadas, devem ser a base de sustentação desse projeto” (PANSARDI, 2014, p. 85).

inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). Além do mais, as relações internacionais regem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um partido determinado representa esta situação e explora-a para impedir o predomínio dos partidos adversários (...) A partir desta série de fatos, pode-se chegar à conclusão de que frequentemente, o chamado 'partido estrangeiro' não é propriamente aquele que vulgarmente é apontado como tal, mas exatamente o partido nacionalista, que na realidade, mais do que representar as forças vitais do seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas (GRAMSCI, 1978, p. 44-45).

No sentido gramsciano, hegemonia seria a capacidade de liderança de uma classe social em relação as demais. Dessa forma, hegemonia, dentro das relações internacionais<sup>11</sup>, indicaria a supremacia de um Estado soberano sobre os demais Estados que integram o Sistema Internacional. Assim, aquele Estado que detém o poder hegemônico exerce sobre os demais um tipo de domínio e/ou influência baseando-se nos aspectos políticos, econômicos, culturais e sobretudo militar – comumente utilizado para intimidação e coação (PEREIRA, 2011; BIANCHI, 2007).

Na história das Relações Internacionais é possível identificar várias tentativas, por parte de alguns Estados, de impor sua supremacia dentro do sistema. Um desses exemplos é a busca dos Estados Unidos para conquistar a posição de liderança mundial – sua luta pelo poder hegemônico. Os interesses nacionais dos EUA foram constituídos no seio de sua sociedade, contudo, sua política externa foi construída para atender aos interesses de seus setores produtivos. Destaca-se, portanto, que a dimensão econômica tem um grande peso e condiciona o poder estadunidense, interferindo no seu comportamento no campo internacional.

Dessa forma, os Estados Unidos buscaram construir sua hegemonia por meio da criação e manutenção de instituições internacionais e também pela imposição da sua força. O primeiro seria capaz de estabelecer um ambiente favorável para o exercício de seu poder dentro das relações internacionais – como sua atuação na Organização das Nações Unidas (ONU), na Organização dos Estados Americanos (OEA), ou no Fundo Monetário Internacional (FMI) (PEREIRA, 2011). Essas instituições não só facilitam a expansão das forças econômicas e sociais estadunidenses, mas também desempenham um importante papel ideológico para a disseminação de seus ideais, valores e crenças.

---

<sup>11</sup> A obra de Gramsci foi incorporada dentro da Teoria das Relações Internacionais, por autores como Fred Halliday e Robert W. Cox.

Por outro lado, o exercício da hegemonia dos Estados Unidos ocorreu também pela imposição da força – especialmente na América Latina. Ao longo dos anos, suas intervenções, militares ou não, nos países latino-americanos possuíram diferentes justificativas, mas estavam todas atreladas à garantia e preservação de seus interesses políticos, estratégicos e econômicos – seu projeto hegemônico. E a história interamericana nos mostra isso, como será abordado na próxima seção deste trabalho.

### **1.3 As ações imperialistas estadunidenses até a Segunda Guerra Mundial**

Após sua independência, os Estados Unidos trabalharam em sua expansão territorial para conquistar novos domínios de terra e para alcançar fontes de matérias-primas. Conhecida como “Marcha para o Oeste”, essa expansão consistiu na conquista de territórios a partir da compra ou da guerra, como por exemplo: adquiriram a Louisiana dos franceses em 1803, a Flórida dos espanhóis em 1819 e o Alasca dos russos em 1867 (BANDEIRA, 2007).

Para dominar os territórios a oeste, os estadunidenses buscaram aniquilar os indígenas dos Montes Apalaches, e entraram em guerra contra o México para ocupar o território do Texas em 1836, e da Califórnia em 1848 – conquistando praticamente um terço do território mexicano (BANDEIRA, 2007; FARIAS, 2008). Consequentemente, conseguiriam ampliar “o círculo de consumo para o capital, possibilitando sua reprodução e acumulação, e atraíram grandes contingentes de imigrantes europeus” (BANDEIRA, 2005, p. 42).

Em 1840, já ocupavam o quinto lugar no ranking das potências industriais. Entre 1860 a 1895, saltou do quarto para o primeiro – devido ao aumento de sua produção, que proporcionou uma profunda transformação em sua estrutura econômica (BANDEIRA, 2005). Nesse meio tempo, as grandes corporações, que então emergiam nos Estados Unidos, passaram a influenciar “os partidos políticos e o processo de decisão ao nível local, estadual e nacional” (BANDEIRA, 2005, p. 43).

A magnitude do espaço econômico, facilitando extraordinária especialização dos estabelecimentos industriais, e a fabricação em série, ao reduzir custos de produção, haviam possibilitado que os Estados Unidos, sob um regime protecionista, rapidamente se desenvolvessem e, em alguns decênios, se tornassem uma potência econômica, antes mesmo de emergirem como potência política e militar. E, ademais de dispôs de enorme espaço econômico, suficiente, inclusive, para a era do imperialismo (BANDEIRA, 2005, p. 44).

O desenvolver da indústria estadunidense levou seus empresários a acreditar que o mercado doméstico não era mais suficiente para absorver a produção industrial. Neste intuito, era preciso abandonar o princípio do isolacionismo e abraçar seu “Destino Manifesto”<sup>12</sup>. Por isso, sua política externa durante os séculos XIX e XX se baseou na estratégia “*Open Door*”, ou seja, na busca da abertura dos mercados estrangeiros (BANDEIRA, 2005).

Essa estratégia implicava na liquidação da presença dos europeus na América Latina, principalmente, pelo seu interesse nas ilhas pertencentes ao império espanhol, como Cuba, Porto Rico, Ilhas Virgens e Filipinas —esta última situada no sudeste da Ásia. Essas ilhas despertavam o interesse econômico devido à possibilidade do controle ao acesso aos mercados e às matérias-primas (como açúcar, minério de ferro, manganês e tabaco), e um interesse estratégico por sua localização (BANDEIRA, 2005; AYERBE, 2004).

O governo americano percebia o domínio de Cuba, da mesma forma que de Porto Rico e das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley buscara obter da Dinamarca com o objetivo de ali estabelecer uma base naval e um depósito de carvão, como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal, que projetava abrir no istmo do Panamá, havia cinquenta anos. Também o arquipélago das Filipinas, onde os nativos lutavam desde 1896 contra o domínio de Espanha, revestia-se de enorme importância estratégica, porquanto possibilitava a preponderância dos Estados Unidos nos populosos mercados da Ásia (BANDEIRA, 2005, p. 47).

No ano de 1823, circulavam rumores de que a Santa Aliança tinha pretensões de intervir no continente americano com o intuito de apoiar a Espanha na reconquista de suas colônias. Diante disso, o então ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, George Canning, propôs, através do enviado extraordinário dos Estados Unidos em Londres, que ambos países emitissem um comunicado conjunto sobre a questão. Porém, a proposta foi vista com desconfiança pelo governo estadunidense, que temia que a Inglaterra ocupasse os territórios por onde passava, “a pretexto de defender as Américas na guerra com a Santa Aliança” (BANDEIRA, 2007, p. 87).

Para fazer frente aos europeus, o presidente James Monroe (1817-1825) proferiu a “Doutrina Monroe” de 1823, que se baseava em dois pressupostos fundamentais: “1º) os EUA não permitiriam a recolonização da América Latina pelas potências europeias e

---

<sup>12</sup> Crença e doutrina que serviu como base ideológica para a expansão do território dos Estados Unidos para além de suas fronteiras originais, influenciando, inclusive, a projeção de seu poder nas ilhas caribenhas.

2º) os EUA defenderiam o direito dos povos americanos à autodeterminação nacional” (MOURA, 1990, p.14). Assumiam, então, uma postura de ‘policiamento’ sobre todo o continente – entendendo que deveriam proteger a liberdade e independência dos países latino-americanos de ameaças externas. E assinalavam que as tentativas de recolonização das nações europeias na América Latina seriam entendidas como uma ameaça direta aos Estados Unidos. Como colocado pelo Presidente Monroe em uma mensagem ao congresso estadunidense em 2 de dezembro de 1823,

Afirmamos, como um princípio em que os direitos e interesses dos Estados Unidos estão involucrados, que os continentes americanos, pelo fato de terem assumido e de manter sua condição livre e independente, não devem ser considerados como sujeitos a futuras colonizações por parte de qualquer potência europeia ... consideraríamos qualquer tentativa de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigo para nossa paz e segurança (DIETERICH, 1998, p. 202. apud AYERBE, 2002, p. 51).

Normalmente lembrada pelo lema “*A América para os americanos*”, a Doutrina Monroe marcaria o início das pretensões imperialistas estadunidenses, pois estavam reconhecendo “a existência de ‘esferas de influência’ e (...) reclamando, ‘para si’ a América Latina” (MENDES, 2005, p. 169). Um exemplo para a aplicação desta doutrina e de suas pretensões de expansão é a Guerra Hispano-Americana em 1898.

De todas as colônias latino-americanas, Cuba foi a última a conseguir sua liberdade da Espanha, em um longo processo que se arrastou por trinta anos através de duas guerras de independência – a primeira entre 1868-1878 e a segunda entre 1885-1898. Os estadunidenses viam Cuba como uma extensão de seu território, tanto pela posição estratégica como por seus recursos naturais. Por esse motivo, participaram da segunda guerra pela independência cubana contra a Espanha, após o afundamento de um de seus navios bélicos USS Maine, em abril de 1898, supostamente pelos espanhóis (BANDEIRA, 2005; AYERBE, 2004).

A guerra dura poucos meses. Em 12 de agosto, a Espanha assina um armistício com os Estados Unidos em Washington e em 10 de dezembro um tratado de paz em Paris, em que reconhece a independência de Cuba, transfere aos Estados Unidos a posse de Porto Rico e Guam, e o controle das Filipinas em troca do pagamento de vinte milhões de dólares (...). Mesmo tendo como grande tema da agenda o destino de Cuba, o governo dos Estados Unidos proíbe a participação dos líderes cubanos nas negociações (AYERBE, 2004, p. 24).



Os estadunidenses conseguiram colocar Cuba dentro de sua esfera de influência, e, para garantir isso, ocuparam o país com suas tropas e estabeleceram um governo provisório com o general John R. Brooke até 1902 – quando o primeiro presidente eleito cubano, Tomás Estrada Palma tomou posse (AYERBE, 2004). Entretanto, as tropas estadunidenses permaneceram em Cuba até 1903 com a implementação da Emenda Platt<sup>13</sup>, que determinava dois pontos:

Que o governo de Cuba permita que os Estados Unidos exerçam o direito de **intervir no sentido de preservar a independência cubana**, manter a formação de um governo adequado para a proteção da vida, a propriedade, a liberdade individual. Que, a fim de auxiliar os Estados Unidos a sustentar a independência cubana, e para proteger a população dali, tão bem como para a sua própria defesa, **o governo de Cuba deverá vender ou alugar terras aos Estados Unidos**, necessárias para extração de carvão para linhas férreas ou bases navais em certos locais especificados de acordo com o Presidente dos Estados Unidos (MORRIS, 1956, p.182-3 apud AYERBE, 2004, p. 24, grifos nossos).

Pelos pontos destacados, conclui-se que a Emenda Platt permitia uma intervenção militar direta em Cuba a qualquer momento em que os interesses dos Estados Unidos estivessem ameaçados – o que formalizava o status cubano de protetorado estadunidense e combinava “a expansão econômica de interesses privados nacionais com uma política externa intervencionista” (AYERBE, 2004, p. 25). Ademais, diante do segundo grifo, aponta-se o interesse econômico dos EUA sobre Cuba, pois garantiria o controle sobre os recursos naturais ali existentes e a expansão do seu setor produtivo para a exploração em outro país. De acordo com Lenin, podemos pensar neste momento como a anexação da terra como propriedade privada do capital financeiro. E, neste momento, os estadunidenses poderiam “povoar” seu vizinho, sem efetuar uma *verdadeira* invasão territorial – como no período colonial.

Após o império espanhol transferir o controle das Filipinas aos Estados Unidos, o presidente estadunidense William McKinley (1897-1901), em dezembro de 1898, resolveu ocupar o país. Essa intervenção representava uma “possessão colonial” para promover o que McKinley denominou de “benevolent assimilation” (BANDEIRA, 2005, p. 48). Sob o comando de Emilio Aguinaldo, os filipinos haviam lutado por sua independência, e proclamado a República das Filipinas, todavia, enfrentariam mais uma guerra, agora, contra os estadunidenses, que pretendiam dominá-los (BANDEIRA, 2005).

---

<sup>13</sup> Esta emenda foi adotada pelo Congresso dos Estados Unidos e estava presente na Constituição Cubana de 1901.

Nas Filipinas, suas tropas, espargindo petróleo nas jungles, incendiaram vilas inteiras, e exterminaram homens, mulheres, crianças e velhos. O apoio da população às forças de Aguinaldo irritava os militares americanos. Eles não faziam prisioneiros e torturavam, para obter informações e confissões, mesmo aqueles que nenhum vínculo tinha com a resistência à ocupação. Alguns eram forçados a ingerir continuamente água, outros amarrados a cavalos e arrastados a galope, ou eram pendurados pelos dedos polegares, ou permaneciam suspensos sobre fogueiras acesas. (...) Aguinaldo foi capturado em março de 1901. Contudo, a guerra prosseguiu, sob o comando do general Miguel Malvar, de Batanga, dada a resistência de todo o povo e a sua completa unidade de ação. Essa guerra, que oficialmente os Estados Unidos sempre chamaram de insurreição das Filipinas, durou quatro anos (BANDEIRA, 2005, p. 49-50).

A guerra nas Filipinas ficaria marcada como a primeira a “atender aos interesses imperialistas das grandes corporações, trusts e sindicatos”, e a “primeira experiência dos Estados Unidos em contra-insurgência” (BANDEIRA, 2005, p. 50). Assim, entre 1898 a 1903, os Estados Unidos conseguiram anexar, formalmente, Cuba, Filipinas, Porto Rico, Guam e o Havaí. Além disso, controlavam o istmo do Panamá, onde abriram um canal para facilitar o comércio entre os oceanos – Atlântico e Pacífico (BANDEIRA, 2005). Em todos estes casos percebe-se o interesse do capital financeiro estadunidense, de suas forças de produção, na aquisição de terras para sua exploração e expansão.

As relações entre Estados Unidos e América Latina na virada para o século XX seriam conhecidas pelo esforço estadunidense em articular as nações do continente de forma diplomática. Diante disso, em 1889 os Estados americanos decidiram se reunir na intenção de criar um sistema de normas e instituições. Essa iniciativa deu início às Conferências Pan-americanas ou Interamericanas<sup>14</sup>, realizadas periodicamente pelo continente com o intuito de estabelecer um mecanismo jurídico-político para mediar as relações entre os países do hemisfério (ARRIGHI, 2004; SEBRIAN, 2007). A Primeira Conferência, por exemplo, foi realizada em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890, com o objetivo de,

(...) discutir e recomendar para adoção dos respectivos governos um plano de arbitragem para a solução de controvérsias e disputas que possam surgir entre eles, para considerar questões relativas ao melhoramento do intercâmbio comercial e dos meios de comunicação direta entre esses países, e incentivar relações comerciais recíprocas que sejam benéficas para todos e assegurem mercados mais amplos para os produtos de cada um desses países (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2019).

---

<sup>14</sup> As Conferências que seguiram foram: México (1901-1902), Rio de Janeiro (1906), Haia (1907), Buenos Aires (1910), Santiago (1923), Havana (1928), Montevideu (1933), Buenos Aires (1936), Lima (1938), Panamá (1939), Havana (1940), Rio de Janeiro (1942), México (1945), Rio de Janeiro (1947), Bogotá (1948) e Caracas (1954).

Durante essa Conferência, em abril de 1890, fora decidido criar então a “União Internacional das Repúblicas Americanas para a pronta compilação e distribuição de informações sobre oportunidades de comércio” (ARRIGHI, 2004, p. 13) – criando o ponto de partida do que seria a Organização dos Estados Americanos (OEA). Foram adotadas resoluções no campo jurídico-político e assentadas as bases do que seria o futuro Sistema Interamericano,

(...) preocupações comerciais tendentes a conseguir maior integração, preocupações jurídicas com o fim de fortalecer as relações públicas e privadas em um contexto pacífico e cooperativo, criação de instituições especializadas em diferentes áreas (financeira, comercial, sanitária, jurídica, de comunicações etc.), para garantir a continuidade dessas tarefas de modo eficaz (ARRIGHI, 2004, p. 14).

Esse esforço dos Estados Unidos em articular os países do continente vinha de seu interesse em “criar uma comunidade comercial” no hemisfério, e, sem dúvidas, “este constituía o principal objetivo da Conferência Pan-Americana” (BANDEIRA, 2007, p. 206). De acordo com os ideais de Gramsci, este também poderia ser o momento em que o *hegemon* disseminaria seu discurso ideológico através de instituições consideradas como legítimas, ou seja, constituiria um espaço para o exercício da hegemonia estadunidense por meio da propagação de seus valores e crenças.

Em 1902, Alemanha, Inglaterra e Itália realizaram uma intervenção armada na Venezuela devido ao não pagamento de dívidas públicas do país às potências europeias (MELLO, 1990). Este episódio demonstrou que a Doutrina Monroe não estava sendo eficaz em evitar as intervenções europeias no hemisfério. Frente a este acontecimento, Luís Maria Drago – o então ministro das Relações Exteriores da Argentina – direcionou uma nota ao Departamento de Estado dos EUA, através do representante argentino em Washington, manifestando o descontentamento de seu governo em relação aos atos praticados pelos países europeus (SOUZA, 2008). Segundo Drago, a não-intervenção se justificava, pois,

(...) a) o credor sabe a quem empresta o dinheiro e "não ignora que tratou com entidade soberana e uma das condições próprias de qualquer soberania é a de não poder ser iniciado nem concluído, contra ela, processo executivo nenhum, porque tal modo de cobrança comprometeria a sua própria existência (...); b) "os Estados, seja qual for a força de que disponham, são entidades perfeitamente iguais entre si (...); c) "(...) a cobrança compulsória e imediata em determinado momento, por meio da força, levaria à ruína as nações mais fracas (...); d) "a cobrança *manu militari*; dos empréstimos incide na ocupação territorial, ocupação que presume a supressão ou a subordinação dos

governos", o que violaria a Doutrina de Monroe. Afirmava ainda: "em uma palavra: o princípio que a República Argentina desejava ver reconhecido é que a dívida pública não pode provocar a intervenção armada e menos ainda a ocupação material do solo das nações americanas por uma potência europeia." (MELLO, 1990, p. 9).

Drago alegava que a ausência de pagamentos de dívidas públicas por países latino-americanos não podia causar punição armada, e muito menos ocupação territorial pelos países europeus. O uso da força, nesse caso, constituía uma violação à soberania dos Estados da América Latina e, também, era uma ação imoral frente à Doutrina Monroe. Diante disso, o ministro argentino solicitava uma posição ativa dos Estados Unidos frente às ações estrangeiras (SOUZA, 2008).

A Doutrina Drago inaugurou o debate que resultou na proscrição permanente dos conflitos por razões pecuniárias - único caso em que houve acordo internacional sobre a obrigatoriedade da arbitragem -, e Roosevelt deu uma resposta ao mundo afirmando a necessidade de os Estados Unidos policiarem as nações instáveis da América. Se uma nação mostrasse que sabia agir de forma racional, eficiente e decente em assuntos sociais e políticos, se mantivesse a ordem e pagasse suas obrigações, não teria que temer a interferência dos Estados Unidos, mas se seu mau comportamento gerasse uma impotência governamental e a perda dos padrões da sociedade civilizada, uma intervenção de uma nação civilizada se faria necessária como se praticava em qualquer outra parte do mundo. A adesão à Doutrina Monroe forçava os Estados Unidos, ainda que relutantes, a exercer um poder de polícia internacional, mas somente, segundo as palavras de Roosevelt, como último recurso, se comprovada a incapacidade de garantir a justiça. Nestes casos, além da violação dos direitos dos norte-americanos, a instabilidade podia representar um convite às agressões estrangeiras, como ocorreu na Venezuela (SOUZA, 2008, p. 4).

O caso venezuelano incitou um debate acerca das fragilidades dos países latino-americanos, os quais buscariam a consagração do princípio da não-intervenção, através das Conferências Pan-americanas, visando a defesa de suas soberanias (SOUZA, 2008; MELLO, 1990). Porém, este incidente também favoreceu a ampliação da função de polícia aos Estados Unidos, que acreditavam serem os "defensores do hemisfério" e estavam tomando para si "o direito exclusivo de intervenção" pela retórica da contenção de ameaças externas (AYERBE, 2002, p. 53). Essa postura caracterizaria as relações interamericanas a partir do século XX, e ao longo deste os estadunidenses predominariam no continente como "soberanos", tendo a América Latina como seu "império informal" (MENDES, 2005; BANDEIRA, 2005).

Durante o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), a política externa estadunidense para os países latino-americanos ficou conhecida como “*Big Stick*”<sup>15</sup>, ou a política do porrete. Essa política marcou, por exemplo, a assinatura da Emenda Platt e foi responsável também pelo apoio ao movimento separatista do Panamá em relação a Colômbia – “que culmina com a formação do novo Estado e a cessão, em novembro de 1903, do controle da zona do canal aos Estados Unidos”<sup>16</sup> (AYERBE, 2002, p. 54) – e pela intervenção, em 1905, na República Dominicana, onde assumiram a administração das aduanas do país afim de garantir o pagamento da dívida externa (AYERBE, 2002). Foi durante esse período que se estabeleceu o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, o qual, de acordo com suas palavras, compreende que,

Incidentes crônicos, a incapacidade (de certos governos) ... podem, na América, como em outros lugares, requerer a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe podem forçá-los, mesmo contra sua vontade, a exercer poderes de polícia internacional em casos claros de incidentes ou incapacidades (MOURA, 1990, p. 16).

Ainda na administração Roosevelt, durante a Conferência Pan-americana de Haia de 1907, a Doutrina Drago seria transformada em ‘Convenção Porter’. A delegação estadunidense reafirmava a condenação do uso da força, mas incorporava a ideia de que tal uso poderia ocorrer desde que o país devedor “se recusasse a submeter-se à arbitragem, ou, sendo esta aceita, tumultuasse as negociações, ou, por último, não aceitasse cumprir a decisão” (ARRAES, 2018, p.4). Era de interesse dos Estados Unidos a questão da cobrança de dívidas contratuais pelo uso da força, pois a nova doutrina poderia representar o ‘*corolário financeiro da Doutrina Monroe*’ (ARRAES, 2018).

O presidente Howad Taft (1909-1913) seguiu a política de seu antecessor, procurando “expandir a presença dos EUA no exterior (notadamente nas Américas Central e do Sul e Ásia) pelo comércio internacional, através de empresas e empresários” (FARIAS, 2008, p. 113). Desse modo, sua política externa ficaria conhecida como “*Dollar Diplomacy*”. Assim, agiria no continente por meio de uma política intervencionista, tendo enviado “tropas militares para a Nicarágua (1909, 1910, 1912),

---

<sup>15</sup> “A origem dessa denominação é uma frase retirada de um provérbio indígena ouvido por Roosevelt numa viagem à África Oriental: ‘Quando fores visitar teu adversário fala em voz baixa, mas leva um porrete na mão’” (BOERSNER, 1990, p. 196 apud AYERBE, 2002, p 53).

<sup>16</sup> Por meio do tratado Hay-Buanu-Varilla, entre o Panamá e os Estados Unidos, ficou estabelecido o direito dos estadunidenses de construir o “Canal do Panamá” e manter o controle sobre ele de forma soberana.

Honduras (1911) e Cuba (1912), como forma de garantir os interesses americanos na região” (FARIAS, 2008, p. 113).

Durante a presidência de Woodrow Wilson (1913-1921), emergia a Primeira Guerra Mundial, e ao seu fim, os Estados Unidos se consolidaram como o maior credor mundial. Se empenharam na promoção de políticas liberais, na sua política externa do “*Open Doors*”, e em seu intervencionismo no continente americano. Desse modo, a administração Wilson representava um paradoxo: no âmbito internacional sugeria uma postura “pacifista” enquanto exercia uma política intervencionista na América Latina.

Woodrow Wilson (...) apesar de apresentar um discurso voltado para a defesa da autodeterminação dos povos no seu famoso pronunciamento dos “14 Pontos”, imaginou esse princípio sendo válido para povos “civilizados”, o que não abrangeria o caso da América Central e do Caribe. Essa visão ficou patente no fato de que, durante sua gestão, ocorreram intervenções no México (1914, 1916 e 1917), Haiti (de 1915 a 1934), República Dominicana (de 1916 a 1924), Cuba (1917) e Panamá (1918) (FARIAS, 2008, p. 113).

Assim, durante o governo Wilson, o imperialismo estadunidense seguia a ideia de que intervenções poderiam ocorrer para assegurar que os governantes latino-americanos possuísem uma “identidade política aceitável” (MOURA, 1990, p.17). Como dito pelo próprio presidente à época, “eu me proponho a ensinar às Repúblicas da América do Sul a elegerem homens bons” (MOURA, 1990, p.17). Uma de suas medidas foi a supervisão de eleições latino-americanas procurando favorecer certos grupos políticos considerados como mais democráticos, mas todas essas ações tinham como intuito a manutenção de seus interesses na região (MERENDI, 2007).

A maioria das intervenções norte-americanas mostrava um padrão consistente. Forças militares chegariam com considerável comemoração; deporiam governantes, frequentemente com força mínima; instalariam um governo provisório escolhido a dedo; supervisionariam eleições nacionais; e então partiriam, missão cumprida. A chave política destas operações era ter eleições. (...) Desprovidas da retórica, as ações de Washington tinham motivações geopolíticas e econômicas (PECEQUILO, 2003, p. 87-88 apud MERENDI, 2007, p. 27).

A partir deste contexto, estabeleceram-se nas décadas de 1920 e 1930 – referentes aos governos de Warren Harding (1921-1925) e Calvin Coolidge (1925-1929) – regimes tiranos no continente que contaram com o apoio do governo estadunidense para tomar o poder. Como por exemplo, a chegada ao poder de Rafael Trujillo na República Dominicana, de Jorge Ubico na Guatemala, de Maximiliano Martínez em El Salvador e

de Anastásio Somoza na Nicarágua. Esta última foi fruto de uma intervenção militar dos Estados Unidos, que ocorreu entre os anos de 1927 a 1934, objetivando eliminar o movimento insurgente nicaraguense liderado por Augusto César Sandino (MERENDI, 2007).

A Nicarágua passava, neste período, por uma guerra civil entre as forças conservadoras do governo, apoiadas pelos estadunidenses, e pelas forças revolucionárias, que lutavam por dois fatores: i) a defesa de sua soberania com a eliminação da influência dos Estados Unidos; e ii) pela reforma agrária no país. Mesmo com todo o amparo, os militares estadunidenses não conseguiam avançar na luta contra Sandino, o que levava o governo dos EUA a enviar mais tropas ao país sob o discurso de ‘colaboração para a paz’ (MERENDI, 2007; SEBRIAN, 2007).

Para os demais países latino-americanos, essa intervenção colocava os Estados Unidos como uma ameaça às suas soberanias nacionais – algo debatido durante a Conferência Pan-americana de Havana, em 1928. Durante esta reunião, ficou clara a existência de um ‘antiamericanismo’ no continente (SEBRIAN, 2007). A delegação estadunidense, por sua vez, manifestou-se dizendo que,

O pan-americanismo assenta em fortes pilares, dos quais o primeiro é representado por uma independência firme. A política dos Estados Unidos é respeitar a integridade territorial das Repúblicas americanas, pois não desejamos uma política de agressão. Desejamos igualmente o bem de todas, querendo para as grandes extensões, população e riqueza, e para as mais pequenas forças e não fraqueza”. Seria uma ideia absurda supor que os Estados Unidos desejem que qualquer dessas nações seja fraca ou vítima da sua própria desordem, pois nada teriam a lucrar com isso, visto não pretendemos o seu território e termos já bastantes preocupações dentro de casa para irmos procurar novas responsabilidades fora. Os direitos que reservamos para nós, concedemo-los aos outros. Outro pilar do pan-americanismo reside na estabilidade da independência. Tão grande é o nosso desejo de estimular a estabilidade, no interesse de independência, que estamos neste momento na Nicarágua, mas o que ali fazemos e os encargos que nos impusemos, responde ao pedido de dois partidos, a favor da paz e da ordem, e têm por fim assegurar uma eleição equitativa. Não queremos ficar naquele país e o nosso desejo é que a Nicarágua seja forte, próspera e independente (Folha da Manhã, 23/01/1928, p.2 apud SEBRIAN, 2007, p.116).

Contudo, o contexto internacional com a Grande Depressão de 1929 reduziu a capacidade de poder e controle dos Estados Unidos sobre a América Latina. Esse ambiente fez transparecer as insatisfações latino-americanas referentes às intervenções e à grande influência dos EUA na região (MOURA, 1990; MERENDI, 2007). Diante disso, e pela falta de avanços no combate ao movimento de Sandino, em 1933 o governo estadunidense retirou suas tropas do país. Porém, continuaram dando apoio à Guarda

Nacional Nicaraguense, liderada por Anastásio Somoza García, o qual iniciou uma caçada em busca do líder revolucionário, assassinando-o em fevereiro de 1934.

Os reflexos da Depressão de 1929 fizeram com que o presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945) estabelecesse a chamada ‘Política da Boa Vizinhança’ (PBV). Seu objetivo era uma mudança nas relações interamericanas, visando o estabelecimento de uma boa relação com os países latino-americanos. A PBV foi colocada como a “bandeira” da política externa dos Estados Unidos, e consistiria no respeito ao princípio da autodeterminação dos povos e soberania dos países da região (AYERBE, 2002; LACERDA, 2004).

Diante da PBV, estariam “abandonando” sua política intervencionista na América Latina, mas isso não impedia a aplicação de pressões políticas e/ou econômicas sob os latino-americanos. Todavia, acabaram reconhecendo a soberania cubana e pondo fim a Emenda Platt, negociaram com o Panamá um tratado que retirava seus direitos de intervenção nos assuntos internos do país e criaram o *Export-Import Bank (Eximbank)* que fornecia empréstimo aos países latino-americanos “destinado a compras nos Estados Unidos ou em empresas do país instaladas na região” (AYERBE, 2002, p. 64).

Assim, abriam-se caminhos para que os governantes latino-americanos pudessem negociar, barganhar e alcançar algumas vantagens dentro do sistema internacional na busca por investimentos externos e novos parceiros comerciais. Neste meio tempo, eclodia a Segunda Guerra Mundial, e para não perder seu espaço e aliados, o governo estadunidense passou a apoiar economicamente a industrialização dos países latino-americanos (LACERDA, 2004; HOBSBAWN, 1995).

#### **1.4 O imperialismo estadunidense e a Guerra Fria**

O pós-Segunda Guerra Mundial proporcionou espaço para o estabelecimento de uma nova ordem econômica e financeira, contribuindo para o surgimento das organizações internacionais como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), que fornecia ajuda financeira e técnica aos Estados membros; e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que, como o próprio nome diz, apoiaria a reconstrução e o desenvolvimento dos países membros no período pós-Guerra (BANDEIRA, 2005).

Ambas instituições agiam de modo a interferir nas políticas internas de cada Estado membro, pois para conseguir seus créditos deveriam executar as medidas que fossem recomendadas. E os Estados Unidos possuíam forte influência dentro dessas



instituições, podendo fazê-las atender aos seus interesses políticos e econômicos. Neste quadro, o FMI seria um dos principais credores dos países latino-americanos em seus planos de desenvolvimento, e, conseqüentemente, isso os levaria a grandes dívidas externas e crises internas (BANDEIRA, 2005).

Além disso, o período do pós-Segunda Guerra destacava o antagonismo entre Estados Unidos e a União Soviética. A nova conjuntura colocava lado a lado dois sistemas políticos e econômicos, que devido à sua rivalidade, disseminavam “uma poderosa dimensão ideológica” (BARBOSA, 2008, p. 43). O governo estadunidense se preocupava com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética, enquanto o governo de Moscou se preocupava com a hegemonia dos EUA – “então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho” (HOBSBAWN, 1995, p. 231).

Se tornava nítido que ambos os países precisavam do contexto da guerra para se estabelecerem de fato como potências hegemônicas. A ideia de um inimigo externo seria conveniente para isso, mas a opinião pública, naquele momento, pautava-se no pacifismo. Contudo, para alimentar a ideia recorreu-se à ideologia; o governo estadunidense se agarrou à ideia da “ameaça soviética” e a “defesa do mundo livre”, constituindo fatores legitimadores para o conflito emergente (BARBOSA, 2008; HOBSBAWN, 1995).

Desse modo, se iniciava um novo embate nas relações internacionais, a Guerra Fria – a qual seria responsável por polarizar o mundo em dois campos, em uma disputa geopolítica, econômica, estratégica e ideológica entre EUA e URSS. Enquanto os soviéticos não retiraram suas tropas dos países que haviam libertado da dominação nazista, os estadunidenses propuseram ajudar na reconstrução dos países europeus e asiáticos destruídos pela guerra – que logo seria conhecido como Plano Marshall. Essa estratégia tinha uma simples finalidade: evitar que o comunismo soviético adentrasse e servisse como uma alternativa (HOBSBAWN, 1995; LACERDA, 2004).

Nesse momento, os estrategistas estadunidenses acreditavam que, na lógica da Guerra Fria, a segurança do país dependia de: a) uma balança de poder favorável na ‘Eurásia’; b) um mercado econômico próspero e aberto; c) influência na América Latina; d) um elaborado sistema de bases no exterior; e e) o monopólio de armas nucleares (LEFFLER, 2005; LACERDA, 2004).

Durante o governo de Harry S. Truman (1945-1953), frente aos seus objetivos para o combate ao comunismo soviético, estabeleceram duas importantes medidas: a

primeira foi a chamada Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC<sup>17</sup>) ou Doutrina Truman de 1947. Reorientaram sua política externa fazendo uma livre interpretação sobre os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN<sup>18</sup>), e determinaram sua nova política para fins de defesa interna e externa definidos para a contenção do sistema soviético (STEPHAN, 2016).

Nesse sentido, sua DSNC pretendia “um rápido fortalecimento político, econômico e militar do mundo livre” (TRUMAN, 1950, p.54 apud STEPHAN, 2016, p. 541-542). A ideia era pregar a contenção do comunismo por todos os aspectos possíveis: cultural, social, político, militar, econômico e ideológico. Enquanto isso, a segunda medida autorizada por Truman, por meio do *National Security Council*, foi a emissão das operações encobertas (*covert actions*) lideradas pela *Central Intelligence Agency* (CIA) (BANDEIRA, 2005). Desse modo, o governo estadunidense estaria encarregando,

(...) o diretor da CIA de promover a guerra psicológica, dentro de um sistema de poder bipolar, que então se configurava. O propósito das *covert actions* consistia em manipular os acontecimentos e a sua percepção, de tal modo que o resultado fosse alcançado, sem que seus participantes soubessem que tinham sido manipulados ou, se suspeitassem, permitisse que a verdade fosse plausivelmente negada (BANDEIRA, 2005, p. 163).

As operações encobertas abrangiam uma gama de ações, como por exemplo: realização de propagandas, guerra econômica, sabotagem, subversão contra governos hostis através de apoio e assistência aos movimentos de resistência. Consequentemente, isso possibilitou que os Estados Unidos desenvolvessem seu poderio militar e suas agências de inteligência, como a CIA – a qual, eventualmente, estaria articulando e encorajando golpes de Estado contra governos que contrariassem os interesses estadunidenses (BANDEIRA, 2005).

---

<sup>17</sup> “Os Estados Unidos tiveram oito doutrinas de segurança nacional: Doutrina do Discurso de Despedida de Washington (1796), Doutrina Monroe (1823), Doutrina do Destino Manifesto (1839), Doutrina da Porta Aberta (1898), Doutrina Offshore Balancer (1917), Doutrina da Contenção (1947), Doutrina da Libertação (1983) e Doutrina da Preempção (2002)” (SEMPA, 2004 apud STEPHAN, 2016, p. 543).

<sup>18</sup> “A política de segurança nacional de um país é determinada por vários fatores, incluindo ameaças externas, geografia, cultura política, capacidades militares, necessidades econômicas, a opinião da elite, a opinião popular (em democracias) e percepções dos líderes acerca dos interesses do país. Esse último fator frequentemente manifesta-se no que tem sido chamado de política externa ou ‘doutrina’ de segurança nacional. A doutrina de segurança nacional serve como um guia por meio do qual os líderes conduzem a política externa de um país. No seu modo mais eficaz, uma doutrina de segurança nacional é o princípio organizador que ajuda estadistas a identificar e priorizar os interesses geopolíticos do seu país” (SEMPA, 2004 apud STEPHAN, 2016, p. 542).

A partir deste momento, os Estados Unidos já tinham força o suficiente para poder influenciar e determinar as vontades de outros Estados “de acordo com seus próprios interesses mediatos e permanentes” (BANDEIRA, 2005, p. 166). Para uma demonstração de poder e de sua capacidade de liderança, o governo estadunidense, durante as Conferências Pan-americanas, insistiram na adoção de duas medidas: a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947; e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 (LACERDA, 2004; LEFFLER, 2005).

Essas medidas resultaram na formação de duas organizações internacionais capazes de regular as relações interamericanas. Os Estados Unidos se empenharam para a construção da OEA e do TIAR para utilizá-los como instrumentos de legitimação de sua hegemonia na América Latina. Desse modo, contariam com dois ambientes em que os aspectos ideológicos, culturais e militares, representativos de sua posição poderiam ser difundidos e apreendidos pelos outros Estados do continente (LACERDA, 2004; LEFFLER, 2005).

O TIAR foi assinado durante a Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, em 1947. Representava um mecanismo de segurança hemisférica contra possíveis agressões soviéticas. Definia-se em seu texto que a região a ser coberta se estenderia “do polo Norte ao polo Sul, enquadrando todo o continente em seu espaço terrestre, aéreo e marítimo” (ARRIGHI, 2004, p. 62).

A principal justificativa do TIAR foi o princípio de que um ataque armado movido por qualquer país contra um estado americano seria considerado um ataque contra todos eles. No caso de uma agressão não armada e outras situações que colocassem em risco a segurança do continente americano, estabeleceram-se mecanismos de consulta prévia para decidir a atitude coletiva a ser tomada. Depois de ampla discussão, e em nome do não intervencionismo em assuntos internos, abandonaram-se as pretensões americanas de permitir intervenção em caso de ameaças à democracia. Formalmente, assim, o TIAR suprimia a possibilidade de guerras internas ao continente (MECHAM, 1961 p. 281 apud MARTINS FILHO, 2005, p.108-109).

A institucionalização da OEA foi possível através da Carta assinada em Bogotá em 1948 – assegurando um ambiente pacífico para a solução das controvérsias. Além disso, estabeleceu-se em diferentes partes da carta o reconhecimento do princípio da não-intervenção (ARRIGHI, 2004). Entretanto, quando se analisam as relações interamericanas observa-se que, mesmo institucionalizado, este princípio foi constantemente descumprido pelo governo estadunidense – um exemplo desse

descumprimento foi a Operação PBSUCCESS, realizada pelos Estados Unidos para derrubar o presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz.

O presidente guatemalteco estava desapropriando terras para promover a reforma agrária no país, e essas terras pertenciam a *United Fruit Company*, uma empresa “cujo interesses envolviam as mais altas autoridades norte-americanas” (FARIAS, 2008, p. 116). Além disso, Arbenz agia contra a *International Railways of Central America* (IRCA) e buscava nacionalizar a subsidiária da *American and Foreign Power Co. (Bond and Share)* à *Electric Light and Power Company* (BANDEIRA, 2005). Ademais,

A combinação de reforma agrária, movimentos sociais, desconsideração dos interesses políticos e econômicos dos EUA, e perdas econômicas para a *United Fruit Company* levaram, sem grandes dificuldades, as referidas autoridades do governo dos EUA a afirmar que tudo era obra de uma “infiltração comunista” na Guatemala. O embaixador dos EUA no país, John Peurifoy, assegurou a um comitê de congressistas que havia passado seis horas conversando com Arbenz, e que ele falava como um comunista, pensava como um comunista, agia como um comunista, e que, se ainda não fosse um, estava no caminho de sê-lo (FARIAS, 2008, p. 117).

Diante disso, o então presidente estadunidense Dwight Eisenhower (1953-1961) classificou o governo Arbenz como uma ameaça comunista, e autorizou a operação que se iniciou em 18 de junho de 1954, quando,

(...) um Exército formado por mercenários, sob o comando do Coronel Carlos Castillo Armas, um oficial guatemalteco treinado no U.S. Army Command and Staff School, em Fort Leavenworth (Kansas), invadiu a Guatemala, através da fronteira com Honduras, e acampou em Esquipulas, enquanto alguns aviões B-26s (ou C-46) e P-47 Thunderbolt – pilotados por norte-americanos, depois de bombardear Puerto Barrios e o porto de San José, na costa do Pacífico – faziam voos rasantes sobre Guatemala City, disparando rajadas de metralhadoras, lançando panfletos e até mesmo uma ou duas bombas. O objetivo, com a guerra psicológica, fora provocar o levante do Exército, já em conluio com o embaixador dos Estados Unidos, John Peurifoy, articulador político da operação. Jacobo Arbenz teve de renunciar. Dois meses depois, em 24 de agosto de 1954, em meio de uma aguda crise militar, fomentada pela CIA (BANDEIRA, 2005, p. 183).

Cada vez mais essas operações encobertas mantinham os interesses econômicos dos Estados Unidos e criavam um “clima favorável” aos investimentos das empresas estadunidenses onde quer que fosse. As ações na América Latina, contra os governos contrários a Washington, visavam assegurar os locais estratégicos que possuíam recursos naturais essenciais em caso de uma guerra direta com os soviéticos, como: o Canal do

Panamá, Estreito de Magalhães, Nordeste brasileiro, México, Estuário do Rio da Prata, o petróleo da Venezuela e o cobre do Chile (MARTINS FILHO, 2005; LEFFLER, 2005).

Considerando que dificilmente a URSS tentaria se expandir para a América Latina, os estadunidenses desviaram sua atenção ao plano internacional e não hemisférico. Assim, orientaram sua política externa, entre os anos de 1945 e 1950, para o lançamento da ‘Doutrina da Contenção’, a reconstrução europeia com o Plano Marshall e a divisão e administração do território alemão.

Já entre os anos de 1950 e 1958, preocuparam-se com a Guerra da Coreia e a posterior divisão do país em Coreia do Sul – apoiada pelos EUA – e Coreia do Norte – apoiada pela China e União Soviética. Enquanto a situação europeia melhorava, sua atenção estava em torno dos movimentos de independência no continente asiático e africano, pois o ressentimento destes com a colonização abria espaço para uma aproximação com os soviéticos (LACERDA, 2004).

À essa época, os Estados Unidos já “havia expandido suas fronteiras econômicas a todas as regiões do sistema capitalista” (BANDEIRA, 2005, p. 191). Em qualquer lugar do mundo, onde estivesse uma instalação de uma corporação estadunidense, ali estava sua fronteira nacional. Isso significava que a segurança dos Estados Unidos abrangia todo o sistema capitalista,

(...) significava segurança de seus interesses e privilégios, fontes de abastecimento e mercados, propriedades e capitais, que adquiriam empresas e concessões e/ou implantavam fábricas, nos mais diversos países. Onde quer que houvesse uma plataforma da Standard Oil, uma fábrica de Coca-Cola, uma fazenda da United Fruit, um frigorífico da Wilson & Sons, uma loja da Sears Roebuck (BANDEIRA, 2005, p. 196).

Além disso, através do FMI e do BIRD, o governo dos Estados Unidos conseguia moldar a estrutura da economia mundial de acordo com seus interesses – “forçando total liberdade econômica, responsável pelas crescentes desigualdades entre as nações” (BANDEIRA, 2005, p. 197-198). Aos países latino-americanos, o governo estadunidense insistia no “*free enterprises, free market* e redução da intervenção do Estado na economia, com o argumento de que havia suficiente disponibilidade de capital privado” (BANDEIRA, 2005, p. 198).

(...) a entrada de capitais estrangeiros implicava crescente desnacionalização da economia e um conseqüente incremento das remessas de lucros, ou seja, de capitais para o exterior, concorrendo para os déficits na conta corrente do balanço de pagamentos e o conseqüente endividamento externo para sua

cobertura, como um círculo vicioso. Os empréstimos internacionais, concedidos, na maior parte, pelos bancos americanos e pelo FMI, constituíram, assim, os principais meios de espoliação e subordinação dos países do Terceiro Mundo, dificultando o seu desenvolvimento econômico (BANDEIRA, 2005, p. 199).

Nessa conjuntura, o governo dos Estados Unidos passou a negligenciar as demandas e o apoio financeiro aos projetos de industrialização latino-americanos. Como consequência, foi disseminado um sentimento de frustração entre os países da região. Algo que seria confirmado frente às manifestações de hostilidade e de um ‘antiamericanismo’ durante a visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, à América do Sul, em 1958 (LACERDA, 2004).

A começar pela Argentina, Nixon foi hostilizado no Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. Ao chegar a Lima, a agitação recresceu e os estudantes, cuspiendo-lhe e ameaçando-o de agressão, feriram-no com uma pedra e impediram sua entrada na Universidade de São Marcos. Tais manifestações anti-norteamericanas, provocadas pela visita de Nixon, assumiram maior magnitude, ainda, na Venezuela. Trabalhadores e estudantes ocuparam o aeroporto de Maiquetia e o Panteón Nacional, onde hastearam uma bandeira negra, em sinal de luto, e não permitiram que Nixon prestasse homenagem a Bolívar. O carro em que viajava, acompanhado por sua esposa, foi apedrejado pela massa enfurecida e seu rosto ficou ferido. Nixon, sem poder sair à rua e realizar qualquer visita, refugiou-se na sede da Embaixada Americana, onde passou quase todo o tempo de sua permanência (22 horas) em Caracas, até que o governo americano enviasse para lá vasos de guerra e quatro companhias de tropas aerotransportadas, a fim de protegê-lo e resgatá-lo (BANDEIRA, 2005, p. 200).

Essa repercussão negativa despertou a preocupação do governo dos Estados Unidos de que a crescente tensão social observada resultasse em revoluções e uma possível aproximação com a URSS. O principal receio era a absorção dos ideais comunistas dentro dos sindicatos latino-americanos, pois a força trabalhista organizada constituía um dos principais campos de batalha ideológico da Guerra Fria. Diante disso, os estadunidenses destacavam dois pontos: i) a grande pressão econômica e política que a classe trabalhadora organizada exercia por meio de greves – formando uma base para partidos de esquerda e comunistas; e ii) em caso de um conflito armado, os sindicatos latino-americanos, controlados por comunistas, poderiam ameaçar seus interesses nas indústrias estrategicamente vitais (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996).

Assim, passaram a agir cada vez mais como vigilantes, motivados a eliminar qualquer evidência comunista do hemisfério. Essa postura acabou reforçando as tendências domésticas dos países da região – justificando ideologicamente a guinada à

direita e a ofensiva contra a esquerda latino-americana. As classes dominantes do continente mostraram-se dispostas a restaurar o controle político e social ameaçado pela mobilização política das “classes perigosas”, pela militância trabalhista e pelo avanço da esquerda (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996).

As elites latino-americanas se alinharam aos ideais dos Estados Unidos, acreditando que a remoção dos comunistas do cenário político-trabalhista fortaleceria a democracia. A resistência às mudanças internas não tinha apenas um caráter político, mas também econômico, pois queriam atrair capitais privados estadunidenses. A América Latina precisava oferecer uma legislação favorável, um mercado interno protegido e estabilidade política, ou seja, sem agitações comunistas ou trabalhistas (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996).

Este momento revela o alinhamento das *classes dirigentes* latino-americanas ao projeto imperialista estadunidense. Essas classes tornaram-se os *pequenos sócios* da classe dominante internacional e passaram a sustentar a expansão e exploração dos Estados Unidos no continente. Além disso, encontravam-se em concordância com os ideais estadunidenses sobre a necessidade de se combater a “ameaça comunista” no âmbito externo e interno.

Entretanto, os esforços estadunidenses para o policiamento visando a contenção do comunismo no hemisfério seriam ampliados com a vitória da Revolução Cubana. Este episódio marcaria o início de uma nova política coercitiva dos Estados Unidos para a América Latina, e a ameaça que o comunismo representava para seus interesses passou a ter prioridade sobre os esforços em favor da democracia nos países latino-americanos.

### **1.5 A Revolução Cubana e a política coercitiva dos Estados Unidos**

A Revolução Cubana é um reflexo da trajetória histórica nacional em busca de sua independência, e das relações entre Cuba e Estados Unidos na virada para o século XX. Como já exposto na seção anterior, após a Guerra Hispano-Americana, Cuba tornou-se protetorado estadunidense e na primeira metade do século XX foi governada por uma série de políticos corruptos e/ou entreguistas sob o respaldo dos Estados Unidos (AYERBE, 2004). Isso tudo só alimentou,

(...) a convicção da maioria dos líderes revolucionários de que a atuação norte-americana frustrou as expectativas de liberdade e soberania que alimentaram o movimento desde o início. A desilusão com o desfecho será fator essencial na formação de uma singular consciência nacionalista, que passa a reivindicar

uma terceira guerra emancipatória, desta vez contra os Estados Unidos (AYERBE, 2004, p. 25-26).

Mas foi o golpe militar liderado por Fulgêncio Batista, em 1952, e toda a postura de repressão de seu governo, que culminou na idealização da luta armada como um meio de reconquista da liberdade – fazendo surgir o Movimento 26 de Julho<sup>19</sup>. O Partido Ortodoxo<sup>20</sup> era o grande favorito para vencer as eleições de 1º de junho de 1952, e no contexto da Guerra Fria, isso foi a principal motivação para o apoio estadunidense ao golpe de Estado que viria a acontecer (AYERBE, 2004).

A ditadura de Batista representou uma ruptura para aqueles que enxergavam no sistema democrático um caminho para alcançar as mudanças sociais e econômicas de que Cuba necessitava. Entre estes destacava-se Fidel Castro, candidato a deputado pelo Partido Ortodoxo naquelas eleições (AYERBE, 2004). Na interpretação de Fidel,

Era uma vez uma República. Tinha uma Constituição, suas leis, suas liberdades; possuía presidente, congresso, tribunais; todo mundo podia reunir-se, associar-se, falar e escrever com inteira liberdade. O governo não satisfazia o povo, mas o povo podia substituí-lo e só faltavam alguns dias para fazê-lo. Existia uma opinião pública, respeitada e acatada, e todos os problemas de interesse coletivo eram discutidos livremente. Havia partidos políticos, horas de doutrinação pelo rádio, programas polêmicos de televisão, atos públicos, e o povo palpitava de entusiasmo ... pobre povo! Certa manhã, a população despertou estarecida ... não. Não era um pesadelo. Tratava-se da triste e terrível realidade: um homem chamado Fulgêncio Batista acabava de cometer o terrível crime que ninguém esperava (CASTRO, 1986, p.81-2 apud AYERBE, 2004, p. 26).

Esse novo quadro na história cubana fez crescer uma frustração entre a população, a qual logo deu lugar à organização de movimentos de resistência – que passaram a colocar a luta armada como principal método de ação política para o momento. Uma das figuras de destaque era Fidel, que estava convicto de que “o retorno da normalidade democrática passa necessariamente pela derrubada do regime de Batista” (AYERBE, 2004, p. 29).

Reunindo um grupo de jovens em torno desse objetivo, planeja a primeira ação revolucionária: o assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo, na província de

---

<sup>19</sup> O grupo “Movimento 26 de Julho”, também conhecido pela sigla M-26/07, tem seu nome em homenagem a data do assalto ao quartel de Moncada.

<sup>20</sup> “O Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) foi criado em 1947, a partir da ruptura de setores do Partido Revolucionário Cubano (PRC, Autêntico), governista, que denunciaram o caráter corrupto da administração de Grau San Martín e passaram a pautar sua ação pela busca de uma renovação ética na política nacional, sob a bandeira “Prometemos não roubar”, angariando crescente apoio do movimento estudantil” (AYERBE, 2004, p. 27).



Oriente. Com a tomada dos dois quartéis, pretendia-se convocar uma greve geral, desencadeando um processo insurrecional contra o regime que contaria com movimentos de massa e a deserção de soldados. Caso fracassasse a ação insurrecional, proceder-se-ia a um recuo para as montanhas para organizar uma guerra de guerrilhas. Em 1953, o movimento antititular que se organizava em torno dos jovens liderados por Fidel Castro atingia um número expressivo de militantes e simpatizantes, chegando a 1.200, dos quais foram selecionados 165 para participar do assalto aos quartéis (AYERBE, 2004, p. 29-30).

Entretanto, o plano de ação não saiu como previsto e boa parte dos combatentes foram mortos ou encarcerados – entre os quais estavam Fidel Castro e seu irmão, Raúl. Em 16 de outubro Fidel pronunciava sua defesa por meio do documento intitulado “*A história me absolverá*”, no qual expõe detalhadamente os objetivos de sua ação insurrecional contra as oligarquias nacionais e o regime político. Sua revolução propunha atacar diretamente os problemas da sociedade cubana buscando melhorar o acesso da população à moradia, emprego, educação e saúde (AYERBE, 2004).

Poucos meses depois de sair da prisão, Fidel Castro partiu para o exílio no México, mas sua intenção era organizar um grupo de combatentes com o objetivo de retornar à Cuba e promover uma nova ofensiva contra o regime de Batista. Fidel, a principal liderança do M-26/07, articulava a resistência interna para o envio de militantes ao México – os quais integrariam o grupo que embarcou para o início da luta armada cubana. Assim, a bordo do *Granma*, um barco de transporte turístico, que tinha capacidade para 25 pessoas, embarcaram 82 homens. A força expedicionária de Fidel era composta por 78 cubanos, um argentino, um italiano, um mexicano e um dominicano (AYERBE, 2004).

No plano de ação a ser desenvolvido em terras cubanas, caberia ao M-26/07 promover um levantamento popular em Santiago no dia 30 de novembro, data prevista para o desembarque do Granma. Embora sem atingir a força esperada, as ações em terra seguem o cronograma, o que não acontece com o grupo expedicionário, que só consegue desembarcar três dias depois, na Praia dos Colorados, Enseada de Turquino no momento em que as forças de Batista estavam de sobreaviso, desfechando um ataque devastador no dia 5 de dezembro (AYERBE, 2004, p. 35).

Mais uma vez o plano não saiu como esperado, e apenas doze combatentes sobreviveram ao ataque. O grupo então decidiu se dispersar em pequenos núcleos pela Sierra Maestra, se encontrando dias depois e preparando uma nova ofensiva contra o regime Batista. A nova estratégia se pautava no fortalecimento da ação guerrilheira urbana para o recrutamento de novos combatentes no campo, buscando o apoio da população carente por meio do “avanço das forças revolucionárias e a promoção da reforma agrária nos territórios que vão sendo conquistados” (AYERBE, 2004, p. 35).

Porém, as forças de Batista começavam a ganhar terreno com o combate aos grupos de oposição. Nesse contexto, em junho de 1957, o M-26/07 tornou público o “Manifesto da Sierra Maestra” – um documento que continha um programa para a unificação das oposições contra o regime político. Entre as propostas, destacavam-se: a) a formação de uma frente cívico-revolucionária; b) a renúncia de Batista; c) a rejeição de qualquer interferência externa nos assuntos de Cuba; d) a convocação, pelo futuro governo provisório, de eleições gerais baseadas nas normas da Constituição de 1940; e e) promoção de mudanças econômicas (AYERBE, 2004).

O movimento de resistência nas cidades organiza uma greve geral, a ser deflagrada em 9 de abril de 1958, que não obtém respaldo. Estimulado pelo fracasso da greve, Batista lança uma ofensiva militar contra a guerrilha, mobilizando uma tropa de mais de dez mil soldados. O ataque dura 75 dias, e o Exército é obrigado a recuar, após sofrer mais de mil baixas. A partir desse momento, começa a configurar-se a vitória dos revolucionários (AYERBE, 2004, p. 36).

A força guerrilheira ganhava poder com os recuos de Batista, e em 20 de julho, as forças de oposição Diretório Revolucionário, Federação dos Estudantes Universitários, Grupo Montecristi, Movimento 26 de Julho, Organização Autêntica, Partido Democrata, Partido do Povo Cubano (Ortodoxo), Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), Resistência Cívica e Unidade Operária assinam o Pacto de Caracas (AYERBE, 2004), que estabeleceu três pontos principais:

Primeiro: Estratégia comum de luta para derrocar a tirania mediante a insurreição armada. Segundo: Conduzir o país, após a queda do tirano, por um governo provisório, à sua normalidade, encaminhando-o pelo procedimento constitucional e democrático. Terceiro: Programa mínimo de governo que garanta o castigo dos culpados, os direitos dos trabalhadores, a ordem, a paz, a liberdade, o cumprimento dos compromissos internacionais e o progresso econômico, social e institucional do povo cubano (CASTRO, 1976, p. 124 apud AYERBE, 2004, p. 36).

Aos poucos a força guerrilheira foi sendo integrada por militantes de outros grupos de oposição, que passaram a ver na luta armada a melhor opção. Assim, em agosto de 1958 foi deflagrada a ofensiva final da oposição, “combinando a marcha militar em direção a Havana com ações nas cidades de boicote às eleições presidenciais promovidas nesse momento pelo regime” (AYERBE, 2004, p. 37). Em 31 de dezembro Batista abandonava o país e as forças revolucionárias chegavam ao poder.

O que se destaca é que a Revolução Cubana se iniciou com a radicalização de um pequeno grupo de militantes, que consideraram a tomada de poder de Batista como uma quebra do sistema democrático. Contudo, seus contornos foram desenhados após o desembarque de Fidel e seus companheiros na Praia dos Colorados, representando uma nova fase para a oposição e criando as condições necessárias para a revolução (AYERBE, 2004). Tudo isso sendo possível por meio do,

(...) crescente ativismo dos setores populares no campo e nas cidades, que já não aceitam pacificamente a deterioração das suas condições de vida; crise nos setores dominantes, com a divisão nas bases de sustentação do regime, que se enfraquece politicamente ao mesmo tempo que se multiplicam suas derrotas no campo militar. Nesse momento, a rebelião contra Batista vem acompanhada de processos de transformação mais profundos, especialmente com as mudanças implementadas pela guerrilha nas áreas conquistadas, em que são adotadas as primeiras experiências de reforma agrária. São os passos iniciais de uma revolução social que assumirá um perfil mais nítido após a conquista do poder (AYERBE, 2004, p. 38).

Chegando ao poder, a nova administração cubana ainda não havia definido para qual lado tenderia diante da ordem bipolar. Apenas em 1961 Cuba se tornou o primeiro país latino-americano a ser governado por um partido comunista. Frente ao contexto da Guerra Fria e diante da política de contenção, o exemplo da Revolução Cubana representava um problema estratégico aos Estados Unidos.

A Revolução Cubana ocorreu nos anos finais da administração Eisenhower nos Estados Unidos, o qual apostava na política intervencionista quando os interesses de seu país estavam sendo ameaçados. Quando John F. Kennedy (1961-1963) assume a presidência do país, a América Latina e a *questão cubana* ganharam destaque na sua política externa (MOTTA, 2000; AYERBE, 2004).

As preocupações com a região adquirem prioridade com a constatação dos erros das políticas anteriores, que enfatizavam o alinhamento político em razão da guerra fria, apoiando sem nenhuma seletividade todo regime aliado e combatendo aqueles que ensaiavam voos próprios, sem medir meios e consequências de médio e longo prazo causadas pela imposição de opções antipopulares. A Revolução Cubana aparece nesse momento como um indício do que pode acontecer com outros países, caso a política externa dos Estados Unidos continue apostando exclusivamente no intervencionismo (AYERBE, 2004, p. 47).

Mesmo condenando a política intervencionista de seu antecessor, a primeira medida tomada pela administração Kennedy foi colocar em ação o plano de intervenção deixado por Eisenhower contra a nova administração cubana. A criação e execução deste

plano estava a cargo da CIA, que havia sido orientada a organizar uma oposição contra Fidel Castro – que ia desde produção de propagandas até o treinamento de grupos armados compostos por exilados cubanos (AYERBE, 2004). Em um relatório da CIA sobre a preparação da invasão, de 11 de março de 1961, destaca-se:

- A. O regime de Castro não cairá por si só. Na ausência de ação externa contra ele, o enfraquecimento gradual da oposição interna cubana deve ser esperado.
- B. Em poucos meses, as capacidades das forças militares de Castro provavelmente aumentarão a tal ponto que a deposição do seu regime, a partir de dentro ou de fora do país, pela oposição cubana, será bastante improvável.
- C. Se for usada com eficiência, a força paramilitar cubana tem grandes chances de depor Castro ou de causar uma prejudicial guerra civil, sem a necessidade de os Estados Unidos se comprometerem com a ação manifesta contra Cuba.
- D. Entre o curso alternativo de ação aqui revisado, um ataque precedido por uma aterrissagem diversiva, oferece a melhor chance de se alcançar o resultado desejado (CIA, 1982 apud AYERBE, 2004, p. 48-49).

Diante disso, o presidente Kennedy deu a ordem para que 1.500 combatentes desembarcassem na Baía dos Porcos, na Província de Las Villas, e tentassem retirar Fidel do poder. Entretanto, a expedição estadunidense foi rapidamente derrotada pelas forças cubanas, e Kennedy foi obrigado a assumir publicamente o plano, causando danos a sua credibilidade com os latino-americanos (AYERBE, 2004).

Após o desastre na tentativa de invasão, os Estados Unidos estavam certos de que sua segurança dependia do ‘bem-estar’ dos outros países do continente, e “que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global” (RIBEIRO, 2006, p. 151 apud GESTEIRA, 2014, p. 4). Desse modo, todo o processo da ‘Revolução Cubana’ influenciou na alteração de sua política coercitiva para os países latino-americanos, que visava adotar uma gama de medidas para evitar a expansão de seu exemplo.

Assim, a administração Kennedy orquestrava um plano a partir de três campos: i) produção de informações contra o comunismo soviético e o exemplo cubano; ii) elaboração da política contra insurgente; e iii) pela implementação de políticas voltadas para reformas estruturais nos países latino-americanos, que levaria à criação da Aliança para o Progresso (AYERBE, 2004).

### **1.5.1 O combate através da produção de informações**

A *questão cubana* e sua inegável influência sobre os demais países latino-americanos despertou a atenção do alto escalão do governo dos Estados Unidos – desde

o Departamento de Estado às agências de segurança – acerca da necessidade de ampliação dos programas de informações sobre a região. Era como se “a história estivesse batendo às portas do Salão Oval da Casa Branca. O ‘perigo do comunismo’ estava a menos de duzentos quilômetros de Miami” (SILVA, 2008, p. 46).

Frente a isso, todos os recursos disponíveis ao governo dos Estados Unidos deveriam ser mobilizados para a tarefa de contraposição à denominada “propaganda castro-comunista”, que alegadamente espalhava-se “perigosamente” pela América Latina, inspirando pessoas, governos e organizações com ideias “subversivas” que poderiam conduzir à “agitação” e ao “caos”. Em suma, era preciso vender a ideia de que o comunismo era uma ideologia alienígena e oferecer em troca uma alternativa cristã, ocidental, liberal e “democrática” (SILVA, 2008, p. 46).

A propaganda estadunidense tinha a pretensão de difundir informações e materiais para desacreditar a ideologia soviética e a revolução cubana. Seja em forma de livros, revistas, por meio de partidos políticos, sindicatos ou movimentos, a propaganda deveria “influenciar as mentes e os sentimentos dos povos latino-americanos em direção à democracia e para longe do comunismo” (SILVA, 2008, p. 59). Essa tática representava para a América Latina o início de uma ‘guerra psicológica’.

Nesse ambiente, destaca-se o papel de alguns órgãos estadunidenses, como: a) o Comitê de Políticas para a América Latina (*Latin American Policy Committee – LAPC*); b) a Agência de Informações dos Estados Unidos (*United States Information Agency – USIA*); c) a Força Tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos (*Task Force on Immediate Latin American Problems*); e d) os “Agentes Especiais”. Estes últimos eram designados para as funções de assessoramento, representação e aconselhamento em relação às ações e discursos planejados para o presidente dos Estados Unidos, à época Kennedy (SILVA, 2008).

O então presidente estadunidense acabou nomeando três “agentes especiais” para lidar com os problemas latino-americanos, principalmente sobre Cuba, sendo eles: Ralph Dungan, Arthur Schlesinger e Richard Goodwin. Este último defendia a ideia de que os materiais de propagandas deveriam se estender de todas as formas possíveis e que as propagandas estadunidenses não estavam sendo efetivas por não atingirem as pessoas e grupos alvos – como estudantes, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos (SILVA, 2008). Goodwin entendia que,

Nosso problema na América Latina não são governos ‘não-amigáveis’: são pessoas não-amigáveis em países amigáveis – uma situação quase impossível

para empreendimentos oficiais e abertos de propaganda. Deste modo, nós não temos sido capazes de lidar com os verdadeiros problemas e assuntos vitais que poderiam atingir os acordos emocionais de cada país. Eu acredito que a resposta para este problema reside muito mais na disseminação dos meios de propaganda do que na disseminação direta de propaganda. Nós devemos colocar nas mãos de grupos efetivamente democráticos em cada país – partidos políticos, organizações sindicais, grupos ligados à igreja etc. – instrumentos de propaganda. Isto pode variar desde a adoção de rádios-transmissores até a disponibilização de folhetos e livros e assistência técnica em montagem de filmes etc. O caminho que teríamos de percorrer para organizar os dólares de nossa propaganda sob esta orientação seria, estou convicto disto, de longe o maior que já realizamos até agora. Para a organização de tal empreendimento, isto seria necessário, já que nem a USIA nem a CIA estão atualmente preparadas para levar adiante este esforço – e grande parte deste esforço teria de ser encoberto para evitar comprometer a posição dos grupos que estamos financiando (SILVA, 2008, p. 60).

Basicamente, Goodwin estava consciente da existência do antiamericanismo entre as sociedades latino-americanas. Diante disso, a melhor estratégia seria encobrir tanto a produção como o financiamento estadunidense das propagandas contra o comunismo soviético e contra Cuba (SILVA, 2008). A difusão das propagandas pelo continente dividia-se em três âmbitos,

(...) Conforme Philip Agee, ex-agente da CIA, as ações de propaganda dos Estados Unidos eram divididas em três categorias: branca, cinza e negra. A branca era oficial, sempre coordenada pela USIA. A cinza era atribuída a instituições ou indivíduos que não se vinculavam publicamente ao governo estadunidense e divulgavam as informações por ele produzidas como se fossem suas. Por fim, a negra ou não era imputada a nenhuma fonte, ou era atribuída a uma fonte inexistente. Também poderia ser caracterizada como negra uma ação de propaganda atribuída a uma fonte verdadeira, mas com conteúdo falso. Somente a CIA tinha autorização para envolver-se em operações de propaganda negra, mas a agência podia compartilhar algumas das funções de propaganda cinza com a USIA (SILVA, 2008, p. 40).

Uma das encarregadas pela difusão era a USIA, uma agência responsável pela coordenação das ações de propaganda a partir de veículos oficiais e não-oficiais. Coordenava o planejamento e a execução dos chamados “*information programs*” – a palavra ‘*information*’ era utilizada para designar propaganda – que consistiam, em suma, em ações de propaganda direta ou indiretamente em apoio à política interna e externa estadunidense (SILVA, 2008).

As funções dessa agência eram: divulgar positivamente a política externa e interna dos Estados Unidos pelo mundo, organizar programas de intercâmbio cultural oficiais entre os Estados Unidos e outros países, coordenar os programas da rádio Voice of America (rádio oficial do governo norte-americano, com várias estações espalhadas pelo mundo), Radio Free Europe e

Rádio y TV Martí, especialmente fundada para contrapor-se à Revolução Cubana (SILVA, 2008, p. 39).

No Brasil, por exemplo, o posto da USIA sediado no Rio de Janeiro, repassava os materiais para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES<sup>21</sup>) que, posteriormente, redistribuía-os para os sindicatos, setores do Exército, estudantes e organizações católicas. Apostando muitas vezes na produção de histórias em quadrinhos, produziam narrativas com temáticas religiosas, sobre liberdade de expressão e a participação da força jovem no combate ao comunismo (SILVA, 2008).

Entre os papéis do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), guardados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, (...) consta uma série de materiais de propaganda recebidos pela instituição. Estes materiais, descritos como livretos educativos, supostamente produzidos por uma empresa chamada Rio Gráfica e Editora LTDA, eram na verdade produzidos na sede central da USIA em Washington DC e distribuídos por seu posto do Rio de Janeiro. A ocultação de sua origem tinha como finalidade evitar que fossem relacionados ao governo dos Estados Unidos (SILVA, 2008, p. 61-62).

As discussões centrais para a difusão de informações se concentravam no âmbito do LAPC, criado em abril de 1962. Na época, o comitê tornou-se um dos mais importantes órgãos decisórios da política externa dos Estados Unidos para o continente. E agia, praticamente, em todas as áreas, “desde os assuntos mais rotineiros até aqueles que afetavam diretamente a chamada ‘segurança nacional dos Estados Unidos’” (SILVA, 2008, p. 52).

O LAPC era formado por representantes de várias agências do governo estadunidense, que se revezavam nas reuniões realizadas semanalmente pelo órgão. As agências que compunham o LAPC eram as seguintes: o Gabinete de Assuntos Inter-Americanos (ou ARA na sigla em inglês), a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), o Gabinete de Inteligência e Pesquisa (Bureau of Intelligence and Research, INR), a USIA, a Central de Inteligência Americana (CIA), o Departamento de Defesa, a Casa Branca – na pessoa de algum assistente-especial do presidente Kennedy – e outras agências que compareciam às reuniões de acordo com o tema que seria debatido (SILVA, 2008, p. 52).

---

<sup>21</sup> Fundado ao final de 1961, por Augusto Trajano de Azevedo Antunes e Antônio Gallotti, o IPES agia como um disseminador de propaganda anticomunista e, posteriormente, passou a ser um dos núcleos para a conspiração contra o governo de João Goulart.

Já a Força-tarefa sobre Problemas Imediatos Latino-Americanos era composta<sup>22</sup> por Adolf Berle, Lincoln Gordon, Arthur Whitakker, Arturo Morales-Carrión e Teodoro Moscoso. A força-tarefa fora criada antes mesmo do governo Kennedy, mas durante sua administração foi utilizada para elaborar um projeto de desenvolvimento para a América Latina – que viria a ser a Aliança para o Progresso (SILVA, 2008).

A Aliança funcionaria como uma instituição canalizadora dos aspectos ligados ao desenvolvimento latino-americano e sobre “a melhor maneira de influenciar os países da região para que apoiassem a orientação norte-americana frente a Cuba” (BARBOSA, 2008, p. 67). Por meio da Aliança, tinha-se a pretensão de isolar Cuba<sup>23</sup> do continente, como uma resposta aos temores da elite e das classes médias latino-americanas – as quais tinham medo da “possibilidade de que a crescente insatisfação social pudesse caminhar em direção ao socialismo, colocando em perigo o sistema como um todo” (SILVA, 2008, p.44).

### **1.5.2. A política Contra Insurgente**

A Revolução Cubana provocou, nas esquerdas latino-americanas, a orientação de lutas inspiradas nas táticas guerrilheiras<sup>24</sup>. Devido ao êxito dessa estratégia de guerra, entre as décadas de 1960 a 1980, diversos setores da esquerda passaram a adotar a guerrilha como sua forma de luta contra os regimes ditatoriais em seus países – e, também, em favor de seus projetos socialistas (HUR; JÚNIOR, 2017).

Para Che Guevara (1960), o sucesso da Revolução Cubana nos traz três aportes: (1) de que as forças populares organizadas podem vencer uma guerra contra o exército; (2) que nem sempre se precisa esperar que se deem todas as condições para a revolução, pois o foco insurrecional pode criá-las; (3) na América Latina caracterizada pelo subdesenvolvimento, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo (HUR; JÚNIOR, 2017, p. 31).

---

<sup>22</sup> Adolf Berle era ex-embaixador estadunidense no Brasil; Lincoln Gordon era ex-funcionário do Plano Marshall e professor de economia em Harvard, sendo futuramente nomeado embaixador dos Estados Unidos no Brasil; Arthur Whitakker era um economista estadunidense e professor do MIT; Arturo Morales-Carrión, um advogado cubano e Teodoro Moscoso, político e empresário porto-riquenho (SILVA, 2008, p. 41).

<sup>23</sup> A pedido dos EUA, Cuba foi expulsa da OEA em 1962, sob a justificativa de que o regime interno adotado pelo país era incompatível com seus princípios da organização. Na reunião, dos 21 países do órgão, 14 votam a favor da expulsão, quórum mínimo para excluir a ilha caribenha.

<sup>24</sup> A Revolução Cubana, por sua vez, havia se inspirado na luta de guerrilha organizada por Sandino, na Nicarágua, décadas antes.



O caso vitorioso da guerrilha revolucionária cubana forneceu os elementos necessários para o surgimento da teoria e, posterior, política contra insurgente estadunidense. No plano da política militar dos Estados Unidos era preciso tratar a manutenção da segurança interna nos países latino-americanos de modo a não dar espaço para a existência de ‘novas Cubas’ no hemisfério (MARTINS FILHO, 2005; FICO, 2008).

A ênfase agora era sobre a capacidade das forças armadas latino-americanas em promover a segurança interna do continente contra a subversão e inspirações comunistas. Assim, em janeiro de 1961, nos Estados Unidos, um documento com o título “*A New Concept for Hemispheric Defense and Development*” foi apresentado na reunião de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado. Sua proposição central era de “substituir a ideia de defesa coletiva do hemisfério contra um inimigo externo pelo conceito de manutenção da ordem interna no hemisfério” (MARTINS FILHO, 2005, p. 119).

A teoria contra insurgente funcionava como o pilar dessa nova ideia. Walt W. Rostow, presidente do Conselho de Planejamento Político, e McGeorge Bundy, Conselheiro de Segurança Nacional, estavam receosos de que a prática de guerrilhas se espalhasse pelo continente (FICO, 2008). Rostow acreditava que não haveria paz no mundo se a comunidade internacional reconhecesse a ascensão de um governo originário de guerrilhas. Segundo ele, como uma potência mundial, os Estados Unidos tinham a responsabilidade de “ajudar a destruir esta doença internacional: a guerra de guerrilhas, planejada, iniciada, apoiada e comandada de fora das nações independentes” (MARTINS FILHO, 2008, p. 119).

Definida pelo Pentágono, a política Contra Insurgente (CI) era incorporada por “aquelas medidas militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e cívicas tomadas pelo governo para vencer a insurgência subversiva” (KLARE; STANE, 1976, p. 17 apud GALVÁN, 2016, p. 55). A ideia era combater a insurgência combinando os corpos policiais e o campo militar, com treinamento e doutrinação, com o político-econômico, a partir da implementação de programas voltados para a melhoria das condições econômicas e sociais dessas sociedades – eliminando os possíveis focos revolucionários (GALVÁN, 2016). Basicamente, “consistia na instrumentalização das mesmas para manutenção do status quo local e proteção dos interesses das corporações norte-americanas e dos seus associados” (PADRÓS, 2007, p. 14).

O surgimento da teoria contra insurgente clarificou os objetivos da política militar dos Estados Unidos para a América Latina, reforçando os aspectos da DSNC. Pretendia-se lutar contra o comunismo preparando as forças armadas latino-americanas “para uma agressão que viria do exterior, utilizando os recursos internos” (GALVÁN, 2016, p. 60). Desse modo, os Estados Unidos não se preocupariam, a princípio, com o desgaste de suas tropas com uma invasão e/ou ocupação territorial (PADRÓS, 2007).

(...) a inserção das Forças Armadas da América Latina, visando a contenção anticomunista, diminuiu os gastos que a superpotência dispensava às suas tropas, desobrigando-as de ações diretas questionáveis, diante da opinião pública e do direito internacional, e repassava, aos demais países, o maior desgaste, no combate aos focos “subversivos”. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e de segurança dos seus próprios interesses, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiaram-se do lucro gerado por essa engenharia político-militar, emoldurada pelo discurso da segurança (PADRÓS, 2007, p. 22).

Nesse intuito, foi criada a “*National War College*”, em 1946, buscando o treinamento, doutrinação e qualificação dos militares latino-americanos nos Estados Unidos. Sob inspiração, na América Latina foram construídas: a Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile e a Escola Superior de Guerra do Brasil (PADRÓS, 2007). Além dessas, surgiram:

(...) a Escola do Caribe, do Exército dos EUA (USARCARIB), em Fort Gulick (1949), e uma escola de treinamento de guerrilha, na selva, em Fort Sherman (1953), com o objetivo específico de estruturar unidades avançadas de aperfeiçoamento profissional para oficiais (PADRÓS, 2007, p. 15-16).

Os estadunidenses acreditavam que a classe militar latino-americana era mais confiável no que diz respeito a uma força política pró-americana e anticomunista. Era essencial a doutrinação desses militares, segundo Robert McNamara, à época Secretário de Defesa dos EUA: “a exposição dos oficiais dessas nações a nossas escolas os familiariza com filosofias democráticas, modos de pensar democráticos, que eles levam para seus países, ao voltar” (MARTINS FILHO, 2005, p. 118).

Os EUA iniciaram um processo de treinamento de exércitos e corpos policiais com o objetivo de que funcionassem efetivamente como os guardiões da segurança continental, sem ter que deslocar soldados estadunidenses. As novas metodologias militares foram espalhadas especialmente para os exércitos latino-americanos, em grande parte pela United States Social Warfare Center and School (localizada em Fort Bragg, North Carolina) e pela United States

Aqui se destaca o papel da Escola do Caribe, que a partir de 1963 ficou conhecida como Escola das Américas – tendo como objetivo oficial a formação de contra insurgência anticomunista. Nesta escola, era utilizado o manual “*Operaciones de Contraguerrilla*” que “destacava a necessidade das Forças Armadas se aproximarem da população mais carente, mediante iniciativas de ação cívica, principalmente em conjunturas de instabilidade” (PADRÓS, 2007, p. 18).

(...) recomendava-se a participação militar em programas de utilidade pública, como educação, abertura de estradas, edificação de pontes, construção de escolas e moradias populares, cuidado de parques e de praças, atendimento médico e odontológico em regiões afastadas dos centros urbanos. Também era sugerido o cuidado com o estudo da realidade local (demandas reprimidas, potencialidades), assim como em relação aos fins desejados, pois se temia que a ausência de planejamento pudesse inviabilizar o esforço realizado, impossibilitando a reversão das expectativas criadas com a estratégia da ação cívica. As recomendações para a proposição e implementação de projetos exigiam considerar os interesses da população como forma de garantir seu envolvimento e apoio voluntário. Quanto aos benefícios dessas ações concretas, sugeria-se incluir, também, os “cidadãos de duvidosa lealdade” (PADRÓS, 2007, p. 18-19).

Além do mais, na Escola das Américas eram ministrados cursos como:

1º) operações técnicas (comunicações, engenharia e manutenção de armas e veículos); 2º) operações de apoio (cursos de polícia militar, logística e sanidade); 3º) departamento de mando para chefes de alta patente e oficiais do Estado Maior (mesmo modelo de formação dos futuros generais estadunidenses); 4º) operações de combate com treinamento em guerra irregular na selva (práticas de emboscada, assaltos), combate à guerrilha urbana e técnicas de investigação criminal sofisticadas (PADRÓS, 2007, p. 25-26).

O sistema de treinamento incluía o “controle de distúrbios, informações, relações públicas, guerra psicológica, além de operações, táticas e contra insurreição voltadas para a luta antiguerrilha” (MARTINS FILHO, 2005, p. 118). Buscava-se instruir e capacitar os militares na seleção e uso de informações, desativação de explosivos, operações de busca e de contraguerrilha, espionagem e contraespionagem, interrogatório de prisioneiros ou suspeitos, fotografia, ação psicológica, vigilância e buscas policiais (PADRÓS, 2007).

O interrogatório e as formas de obtenção de informação foram um dos aspectos centrais dos cursos de instrução. A necessidade de coleta de informação para medidas preventivas de segurança foi vinculada, apesar de não fazer menção explícita, ao uso da tortura<sup>25</sup>. A realização de tais cursos, tanto em território dos EUA, quanto nos países que acolhiam suas missões (caso do citado Dan Mitrione, por exemplo), foi algo sempre negado pelo governo norte-americano e pelos aliados regionais. O registro feito pelo “boina verde” Donald Duncan, é bem ilustrativo a esse respeito. Duncan relatou que um soldado, após presenciar na aula, a aplicação de diversas técnicas de tortura para arrancar informação, ao perguntar ao instrutor se pretendia que os alunos empregassem esses métodos, ouviu como resposta: “Não podemos dizer-lhe isso, Sargento Harrison. As mamãezinhas aqui nos Estados Unidos não aprovariam”. Para dirimir qualquer dúvida a respeito, o instrutor acrescentou: “Além disso, negaremos ter ensinado ou pretendido que se fizesse tal coisa” (LANGGUTH, s. d., p. 215 apud PADRÓS, 2007, p. 26-27).

O combate às guerrilhas estava associado também a um papel de polícia – menores, mais ágeis e com capacidade de operar na segurança pública. Sendo assim, seria mais eficaz o uso de aparatos como helicópteros, caminhões e blindados leves, armas leves, materiais para patrulhas pequenas, equipamentos de comunicação e aviões multiuso para combate e transporte (MARTINS FILHO, 2005).

Outro ponto fundamental na CI está relacionado ao melhoramento dos corpos policiais dos países “clientes”. Os policiais tinham um papel fundamental para a detecção da subversão, destinando-se uma verba importante para a fundação da Academia Internacional de Polícia em Georgetown, para o melhoramento da administração policial, a modernização das operações de comunicação e inteligência, o ensino de métodos modernos de controle de motins, e o estabelecimento de instituições centralizadas de comando e controle (GALVÁN, 2016, p. 56).

A nova postura militar estadunidense fez aumentar a ajuda financeira para o continente, e contribuiu para o aumento da presença de militares latino-americanos nos cursos de treinamento em centro militares nos Estados Unidos – “somente em 1962, 9 mil oficiais latino-americanos passaram por alguma forma de treinamento sob supervisão americana” (RABE, 1989, p.118 apud MARTINS FILHO, 2005, p.117).

Ainda em 1962 foi fundado, no forte McNair, na capital dos EUA, o Inter-American Defense College, cujo curso anual de dez meses passou a matricular de 40 a 60 coronéis ou tenentes-coronéis dos países latinos, com o objetivo principal de funcionar como “uma arma na luta contra Castro e um meio para doutrinar importantes oficiais latino-americanos nos hábitos políticos e sociais dos EUA” (CHILD, 1978, p.158 apud MARTINS FILHO, 2005, p. 117).

---

<sup>25</sup> “Diante de denúncia de tortura, em países da região, com alusões ao treinamento oferecido pelo Pentágono, o governo dos EUA, geralmente, responsabilizou as forças de segurança locais, sugerindo, com esse estratagema, que os excessos cometidos eram de iniciativa das mesmas” (PADRÓS, 2007, p. 27).

A doutrinação e treinamento dos militares latino-americanos permitia aos Estados Unidos influenciar a “orientação da política de segurança interna dos governos locais” (PADRÓS, 2007, p. 22). Pois admitia aos estadunidenses estarem dentro do sistema de segurança local dos países latino-americanos “mediante relações privilegiadas com oficiais que ocupassem cargos estratégicos, inclusive inserindo quadros da CIA ou do FBI e encobrendo agentes duplos” (PADRÓS, 2007, p. 23).

### **1.5.3. Da ‘Operação Pan-americana’ para a ‘Aliança Para o Progresso’**

O outro campo de resposta do governo estadunidense à Revolução Cubana foi a formulação e aplicação do projeto denominado de “*Aliança Para o Progresso*”. Partindo do ponto de vista econômico, a realidade latino-americana no pós-guerra era diferente da esperada. O novo período instaurou o “aumento da dependência, sobretudo no que concerne à exportação de produtos primários e as condições de flutuações de preços impostas pelos países de capitalismo avançado” (BARBOSA, 2008, p. 58).

Nesse cenário, já na metade da década de 1950, os novos governantes latino-americanos, como Juscelino Kubitschek no Brasil e Arturo Frondizi na Argentina, passaram a identificar que o insucesso dos projetos para o desenvolvimento da região era proveniente da falta de integração dos países latino-americanos, “além da submissão acrítica manifestada frente aos norte-americanos a partir de 1945” (BARBOSA, 2008, p. 68).

Os países latino-americanos estavam em busca de seu desenvolvimento e industrialização, fatores que passaram a ser associados com “os motores da independência nacional, da eliminação das desigualdades sociais e da pobreza, da promoção da democracia e da superação das repúblicas oligárquicas” (BARBOSA, 2008, p. 60). Como exemplo, a iniciativa do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek com o seu famoso “Plano de Metas”, que prometia um avanço de *50 anos em 5* ao país por meio de um ambicioso projeto de industrialização. Todavia, esse plano necessitava de recursos externos e JK se viu sem ter a quem recorrer até a desastrosa viagem de Nixon à América do Sul (RIBEIRO, 2006; LACERDA, 2004).

Juscelino aproveitou a situação para enviar uma carta ao então presidente Eisenhower propondo, diplomaticamente, uma mudança nas relações interamericanas, buscando uma solução para os dilemas especificamente brasileiros. Kubitschek acreditava que um ataque decisivo aos problemas do subdesenvolvimento seria a melhor forma de trazer estabilidade política para a América Latina, garantindo a manutenção de

regimes democráticos e os próprios interesses estadunidenses frente a disputa bipolar (RIBEIRO, 2006; LACERDA, 2004).

Entretanto, Eisenhower deixou claro que a América Latina não receberia, naquela administração, um Plano Marshall como a Europa. JK continuou insistindo em sua ideia, e ao discursar para embaixadores latino-americanos, no Rio de Janeiro, lançou oficialmente sua “*Operação Pan-americana*” (OPA). Sua proposta era uma integração econômica e política com os países latino-americanos contando com o apoio dos EUA, uma tentativa de unir o continente em sua luta em comum: contra o subdesenvolvimento (BARBOSA, 2008).

(...) a OPA constituía um grito de alerta aos norte-americanos para atentarem à realidade de subdesenvolvimento e assimetria econômica que, como chaga, permanecia crescendo em solo latino-americano. Também, reiterava a necessidade de “um esforço conjunto”, condicionado à cooperação com vistas ao desenvolvimento econômico, representando, no plano internacional, um incremento à capacidade de negociação e uma contra-ação à política norte-americana de “balcanização da América Latina” (BARBOSA, 2008, p. 71).

Além de salientar a necessidade dos Estados Unidos em modificarem seu tratamento perante a América Latina, especialmente em termos econômicos, a OPA fundava-se na preocupação com a segurança do continente. Julgava-se que a estabilidade política dos países latino-americanos estava ligada à economia, sendo assim, funcionaria como o *antídoto* para a *tentação* revolucionária (BARBOSA, 2008).

Contudo, as percepções acerca da segurança do continente eram vistas de formas diferentes entre o governo estadunidense e os latino-americanos. Os últimos estavam focados em sua industrialização, enquanto a preocupação dos Estados Unidos naquele momento era com a garantia do abastecimento de suas indústrias com os materiais estratégicos vindos da região, como: o petróleo da Venezuela, o estanho da Bolívia, o cobre do Chile e o urânio do Brasil (BARBOSA, 2008).

Estava claro que não era do interesse estadunidense firmar um comprometimento a longo prazo com a América Latina. O atrativo seria apenas a implementação de medidas específicas na intenção de demonstrar uma boa vontade com a região. Nesse intuito, a iniciativa privada estadunidense desempenhou um papel de protagonista no processo de investimento latino-americano com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BARBOSA, 2008; LACERDA, 2004).

O BID forneceria investimentos financeiros aos países latino-americanos e permitiria que o governo dos Estados Unidos não se comprometesse diretamente com os

projetos de desenvolvimento e industrialização da América Latina, e nem com a OPA. Esse quadro não permitiu que o projeto de JK lograsse êxito, tanto pela falta de comprometimento dos Estados Unidos quanto dos outros países, que preferiram firmar acordos bilaterais com o governo estadunidense “em detrimento da multilateralidade nas relações pretendidas pela OPA” (BARBOSA, 2008, p. 72).

(...) as dificuldades políticas e econômicas, além da crescente crise social presente em quase todos os países latino-americanos, impediram uma disposição maior traduzida em postura comum na consecução da OPA. Mais uma vez, o interesse norte-americano em manter relações comerciais, privilegiadamente bilaterais, prevaleceu. A incapacidade dos governos latino-americanos em estabelecer políticas de Estado, visando ao desenvolvimento sustentável em longo prazo, sucumbiu às efêmeras políticas de governo, de caráter imediatista, ansiando pelas propostas de determinados investimentos norte-americanos aos seus respectivos países (BARBOSA, 2008, p. 73).

Apenas a *questão cubana* fez com que o governo dos Estados Unidos reconsiderasse sua política de tratamento para a América Latina, e por dois motivos: i) pela quebra de uma ordem mantida com seu o apoio; e ii) era uma demonstração de sua incapacidade em manter o controle político da sua área de influência. A nova realidade hemisférica exigia uma alteração no comportamento dos EUA com a região, pois seus estrategistas consideravam que a vitória cubana só ocorreu pela omissão de seu governo em relação aos problemas da América Latina (LACERDA, 2004).

Ainda assim, apenas quando Kennedy chegou à presidência dos Estados Unidos é que a política externa estadunidense se empenhou no desenvolvimento de um programa de ajuda externa para a América Latina. Os estrategistas da nova administração sabiam que era preciso evitar a disseminação do sucesso cubano, que deveria ser combatido, e a lição deste episódio lhes ensinou que “seria preferível uma ‘revolução controlada’ a uma revolução comunista” (SILVA, 2008, p. 16).

A nova gestão concordava que era preciso que os Estados Unidos apresentassem “propostas que tivessem pelo menos a aparência de uma revolução” (SILVA, 2008, p. 17) aos países latino-americanos. A intenção era iniciar uma “década de desenvolvimento” na América Latina – a qual seria possível graças ao investimento de “massivos recursos financeiros públicos e privados na região, recursos que seriam liberados mediante análise de ‘projetos de desenvolvimento’ elaborados pelos países latino-americanos” (SILVA, 2008, p. 12). Todavia, esses projetos tinham que obedecer aos princípios democráticos e obterem um caráter responsável e maduro, sendo, portanto, viáveis para investimento.

Esse auxílio financeiro proporcionaria não só as reformas para o desenvolvimento latino-americano, como também eliminaria o fator de instabilidade da região: a pobreza. Essa ajuda econômica estaria não apenas estimulando o processo de industrialização e desenvolvimento, mas também eliminando potenciais focos revolucionários (SILVA, 2008). Esse projeto político-econômico dos Estados Unidos foi chamado de “*Aliança Para o Progresso*” – lançado por Kennedy oficialmente em Punta del Este, em 1961.

(...) eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso - *Alianza para el Progreso* – um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escola – *techo, trabajo y tierra, salud y escuela* (...) Eu proponho que a República Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento (KENNEDY, 1961, p.2 apud RIBEIRO, 2006, p. 157-158).

A Aliança Para o Progresso<sup>26</sup> representava um audacioso plano de auxílio ao desenvolvimento latino-americano, que abrangia o âmbito econômico, social e político. Esse projeto contaria com recursos públicos estadunidenses e da iniciativa privada, e também de outros países – como dos europeus e dos japoneses. Sendo detalhado na Carta de Punta del Este, o programa da Aliança acordava que a ajuda estadunidense seria “acompanhada de uma tentativa voluntária dos países signatários no sentido de formular planos de desenvolvimento nacionais, implementar projetos conforme estes planos e adequar os seus esforços de desenvolvimento à estrutura geral delineada pela ajuda americana” (RIBEIRO, 2006, p. 158).

(...) A AP propunha-se uma iniciativa multilateral, que combinaria capitais de diversas fontes (capitais públicos norte-americanos, europeus, japoneses e latino-americanos; capitais privados latino-americanos), distribuídos, ao longo de dez anos, a partir de estudos e projetos econômicos de longo prazo, elaborados por técnicos de agências norte-americanas de apoio e da OEA (LACERDA, 2004, p. 125).

A Aliança era colocada como uma resposta à proposta da OPA de Kubitschek e a Revolução Cubana. Um projeto de cooperação de dez anos, com o objetivo de fomentar

---

<sup>26</sup> “Ademais, a administração da Aliança seria confinada à Agência para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development – USAID), que, no final de 1961, estava apenas começando suas atividades, pois, em setembro, o Congresso norte-americano havia reorganizado todos os programas de assistência externa até então existentes, inclusive separando aqueles de natureza militar dos demais, e a USAID foi estabelecida em novembro para cuidar da assistência econômica” (FICO, 2008, p. 27).



o desenvolvimento econômico, social e político da América Latina. Propunha integrar o continente ao bloco capitalista por meio de investimentos sociais e econômicos, com o intuito de combater a situação de miséria das sociedades latino-americanas, principalmente por representar o fator que poderia gerar as condições necessárias para o surgimento dos levantes populares que levariam essas sociedades ao socialismo (RIBEIRO, 2006; GESTEIRA, 2014).

Pensando no contexto da Guerra Fria e na conjuntura do hemisfério, estava claro que a Aliança não havia sido desenvolvida visando a prosperidade latino-americana, mas tinha uma “clara função ideológica, constituindo um importante instrumento de luta no combate ao comunismo e às esquerdas na América Latina” (SILVA, 2008, p. 17). O projeto representava a manutenção da hegemonia estadunidense, a única via possível para a transformação da condição social-econômica dos latino-americanos, e aquela democraticamente aceitável aos olhos dos Estados Unidos.

Assim, com imensas contradições, o projeto da Aliança para o Progresso tornou-se, aberta e publicamente, a bandeira de luta pela erradicação das injustiças econômicas e sociais em toda a América Latina, a fim de demonstrar a alternativa livre, afastada do comunismo soviético, para o desenvolvimento e o progresso. Entretanto, de maneira velada e incessante, a Aliança visava subordinar a unidade pan-americana aos interesses norte-americanos, aprofundando a dependência econômica aos investimentos de caráter eminentemente privados, reiterando a hegemonia dos Estados Unidos sobre a região (BARBOSA, 2008, p. 83).

O intuito da Aliança era promover “uma ‘revolução pacífica’, modificando radicalmente as instituições e as estruturas sociais da América Latina” (LACERDA, 2004, p. 124), a fim de combater o avanço do comunismo na região. No entanto, a realidade das sociedades latino-americanas tornou o problema muito mais complexo. Levantes populares já surgiam na medida em que se questionava o atraso econômico e a dependência dos países da região frente às grandes potências mundiais. Esse cenário levou o governo estadunidense a associar tendências nacionalistas à infiltração das ideias comunistas na região.

O contexto social da América Latina fez com que a Aliança se reduzisse ao seu motivo inicial e, talvez no fundo, fundamental: o combate ao comunismo. A ‘ameaça comunista’ ou o ‘perigo vermelho’, funcionou como um pretexto “para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o status quo” (MOTTA, 2000, p. XXIV apud KOLB, 2007, p. 45).

(...) com o crescente levante de grupos revolucionários socialistas na América do Sul, a abordagem estadunidense a uma possível ascensão do socialismo no continente foi redirecionada, privilegiando a partir daí a uma política de sabotagem a governos de aspiração socialista e o patrocínio a golpes de estado, que levariam ao poder em boa parte das nações sul-americanas, militares de direita, alinhados às propostas estadunidenses e que se comprometessem sobretudo ao combate incondicional à ameaça que o socialismo lhes representava naquele período (GESTEIRA, 2014, p.4).

O governo estadunidense, sob a administração de Kennedy, entendia que os países latino-americanos podiam escolher seus próprios governantes, se estes não “fossem comunistas ou contrários aos interesses dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2005, p. 214). Em tom de ameaça, o presidente estadunidense declarou que:

(...) se as nações do hemisfério falharem ao cumprirem seus compromissos contra a penetração comunista externa – então eu quero que fique claro que este governo não hesitará em cumprir suas obrigações primárias, que são a segurança de nossa nação<sup>27</sup> (BANDEIRA, 2005, p. 214, tradução nossa).

Inaugurou-se então um longo ciclo de regimes ditatoriais apoiados pelos Estados Unidos na região, como: na Argentina em 1955, 1962, 1966 e 1976; na Bolívia em 1964, 1971 e 1980; no Brasil em 1964; no Chile em 1973; no Equador em 1972; no Paraguai em 1954; no Peru em 1968 e 1975 e no Uruguai em 1973. O governo dos EUA entendia que esses regimes ditatoriais garantiriam uma melhor proteção aos seus interesses do que as “turbulentas” democracias do Cone Sul (AYERBE, 2002; MERENDI, 2007). Esses golpes de Estado,

(...) não decorreram de fatores endógenos, inerentes aos países da América Latina. Representaram muito mais um fenômeno de política internacional continental, no contexto da Guerra Fria, do que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc. Eles resultaram, em larga medida, da mutação que os Estados Unidos promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, com fundamento nas doutrinas de contra-insurreição e da civic action (BANDEIRA, 2005, p. 222).

Diante de tudo o que foi exposto, observa-se que ao longo dos séculos XIX e XX o governo estadunidense criou condições para que suas grandes corporações instalassem filiais por toda a América Latina. A partir disso, a tendência dos EUA em intervir nos

---

<sup>27</sup> No original: “if the nations of the hemisphere should fail to meet their commitments against outside communist penetration – then I want it clearly understood that this Government will not hesitate in meeting its primary obligations which are to the security of our Nation” (BANDEIRA, 2005, p. 214).

países latino-americanos era justificada como uma forma de garantir seus interesses nacionais e a preservação dos lucros econômicos de seus trustes e cartéis.

Durante a Guerra Fria, adotariam uma postura de policiamento frente à ameaça comunista e à vitória da Revolução Cubana para se certificar de que os governantes latino-americanos garantissem um bom ambiente para a propagação e lucro de suas indústrias. Entretanto, a adoção de medidas nacionalistas de alguns governantes passou a ser associada à infiltração comunista na região – que poderia representar um empecilho aos interesses estadunidenses. Essa foi a justificativa para apoiar a ascensão de ditaduras, militares ou não, no Cone Sul.

No próximo capítulo desta dissertação abordaremos o exemplo do golpe de Estado no Brasil, em 1964. A chegada de João Goulart na presidência do Brasil, em conjunto com suas políticas nacionalistas, incitou o governo estadunidense e suas corporações a buscar medidas para desestabilizar o presidente do país e, posteriormente, apoiar a tomada de poder pelos militares brasileiros.

## CAPÍTULO 2 – O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE NO BRASIL

As relações entre Brasil e Estados Unidos vêm desde o século XIX. Nos primórdios deste relacionamento, os EUA eram vistos como um exemplo aos brasileiros que buscavam a independência do país, e “com esperança de que de lá viesse o auxílio à revolução” (BANDEIRA, 2007, p. 45). Do outro lado, os estadunidenses, representados pelo capital mercantil, enxergavam o Brasil “em termos de comércio (...) e, desde que pudessem realizar bons negócios e auferir seus lucros, pouco se importavam com o sistema sob o qual vivesse o país” (BANDEIRA, 2007, p. 45).

Os Estados Unidos importavam do Brasil Colônia o açúcar, café, peles, chifres e cacau, e seu interesse comercial pelo território de domínio português só crescia. Porém, todas as tentativas estadunidenses de manter acordos comerciais com Portugal sobre o Brasil eram dificultadas, dada a preferência portuguesa pelos ingleses. Assim, em 1808, quando a corte de Dom João VI se transferiu para o Rio de Janeiro, o Departamento de Estado tratou logo de reconhecer o Brasil como independente (BANDEIRA, 2007).

Logo após sua chegada, D. João promulgou o “Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas”, trazendo benefícios não só aos europeus, como também aos estadunidenses. A partir de 1817, estouravam no país revoltas independentistas – como a de Pernambuco<sup>28</sup>, Pará (Cabanada), Rio Grande do Sul (Farroupilha) e Bahia, as quais tinham como objetivo a libertação do país do jugo imperial (BANDEIRA, 2007).

Os dirigentes revolucionários que participaram destas revoluções nunca esconderam a “ambivalência com que olhavam os Estados Unidos, cuja imagem representava, objetivamente, uma força revolucionária” (BANDEIRA, 2007, p. 110). Todos estes enxergavam nos EUA o ideal de progresso, mas a influência que os estadunidenses exerciam sobre essas revoluções não estava apenas no âmbito ideológico<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> “As referências aos Estados Unidos apareciam, frequentemente, nos órgãos de propaganda republicana, como O Typhis Pernambucano, que, a 26 de fevereiro de 1824, reproduziu o célebre trecho da mensagem de Monroe sobre o problema da intervenção da Europa nos assuntos da América” (BANDEIRA, 2007, p. 81).

<sup>29</sup> “Desde 1822 começaram a aparecer no Brasil livros sobre os Estados Unidos, em língua portuguesa, tais como Compêndio da História dos Estados Unidos da América, sem os nomes do autor e do tradutor, e Os Estados Unidos da América Septentrional em 1830 e 1831, de Alexandre Luiz da Cunha. No Rio de Janeiro, em 1840, editou-se uma coletânea de artigos de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay dividida em três tomos e intitulada O Federalista” (BANDEIRA, 2007, p. 114).

(...) Apesar da neutralidade que os Estados Unidos, oficialmente, mantinham diante das lutas anticoloniais, muitos americanos, alguns movidos pela simples ambição de lucro, outros, pelo espírito de aventura ou pelo ideal republicano, envolviam-se nos acontecimentos da América Latina, onde os povos se rebelavam contra o jugo de Espanha e Portugal (BANDEIRA, 2007, p. 61).

Nesse intuito, movidos por interesses políticos e comerciais, alguns cidadãos estadunidenses que residiam no Brasil resolveram ajudar e apoiar os motins, como por exemplo: o corsário John Priest, que participou da Cabanada; o cônsul Isaac Austen Hayes, que fez parte da Farroupilha; e também o capitão Mayo, que envolveu-se na Proclamação da República na Bahia em 1837 (BANDEIRA, 2007). Mesmo assim, o governo dos Estados Unidos declarava que não buscava favorecer insurreições no continente americano.

Em 1820, a corte portuguesa retornou à Portugal, mas Dom Pedro I permaneceu como regente do país. Contudo, as revoluções brasileiras levaram os representantes estadunidenses no Brasil, a indagar sobre o futuro do país. Henry Hill, cônsul no Rio de Janeiro, não acreditava no governo de D. Pedro, que segundo ele não oferecia “nenhuma segurança que provenha da fidelidade e adesão ao povo” (BANDEIRA, 2007, p. 73). Hill ainda, em seus escritos, disseminava sua crença na incapacidade brasileira em se autogovernar, destacando que,

Se se considera o relaxamento ao extremo de todo o princípio de governo, a indolência, a venalidade, o egoísmo, a futilidade e, consequentemente, a ignorância dos ministros, governadores e magistrados; as corrupções de uma religião prostituída e dissoluta e de tantas instituições podres de uma monarquia em decadência, a geral depravação moral de todas as classes e a ignorância total e a superstição das classes baixas do povo, que se compõem de uma mescla heterogênea de todas as cores e condições, torna-se difícil crer que exista um estado pior de sociedade em qualquer outra parte que não seja este país, onde o clima estimula também toda sorte de depravações e delinquências em mentalidades não formadas ainda nem adaptadas a princípios fixos de conduta moral nem iluminadas pelas verdades práticas da Ciência e os preceitos de uma religião pura (BANDEIRA, 2007, p. 73-74).

Tendo o Brasil usufruído de autonomia política às ameaças do governo português de revogar as liberdades conquistadas, causou uma instabilidade no país. Diante disso, D. Pedro iniciou o processo de separação do Brasil de Portugal. Seu ministro de Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, indagou o representante estadunidense P. Sartoris sobre a possibilidade de ajuda dos Estados Unidos “no caso de que Portugal e a Inglaterra (...) tentassem constrangê-lo a subordinar-se às Cortes de Lisboa” (BANDEIRA, 2007, p. 75). Sem querer firmar algum tipo de acordo, Sartoris apenas teria

expressado que o seu governo “contemplaria com prazer e felicidade” a independência do país, e que “o país, que lançou as primeiras bases da independência da América, não podia ver com indiferença a ascensão desse formoso reino no continente” (BANDEIRA, 2007, p. 77).

Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro anunciou a independência do Brasil. Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi proclamado imperador pelo nome de Pedro I e o país passou a ser reconhecido como Império do Brasil. Nesse ambiente, suas relações oficiais com os Estados Unidos estabeleceram-se em um clima de suspeita devido a diferença entre seus regimes e a estrutura de suas sociedades. Os estadunidenses encaravam o Império como uma “anomalia na América”, enquanto o Império enxergava-os como “um foco de subversão” (BANDEIRA, 2007, p. 101).

Mesmo diante de suas divergências, foram os interesses políticos e econômicos de ambos que os aproximaram. Os Estados Unidos cresciam economicamente e buscavam novos territórios para explorar, e, além das trocas comerciais, possuíam um especial interesse sobre a Amazônia. Alguns representantes oficiais estadunidenses no Império do Brasil, como William Tudor, apresentou uma reivindicação em 1829 para sugerir “o estabelecimento de uma linha de vapores no Amazonas e sua abertura à exploração científica” (BANDEIRA, 2007, p. 138). Por sua vez, o tenente Matthew Fontaine Maury, desejava que os EUA “colonizassem o norte do Brasil, transplantando para o vale do Amazonas parte da população negra dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2007, p. 139).

(...) Suas ideias encontraram, inicialmente, forte ressonância no Sul e excitaram os expansionistas. Espalharam-se por todo o país. Inexauríveis riquezas, que Maury apontava no Amazonas, despertavam a cobiça dos americanos. A sua abertura à navegação, proibida pelo Império, constituía o ponto de partida para a campanha, que se avolumava e se desenvolvia dentro do espírito expansionista do destino manifesto. (...) Toda a imprensa aderiu à campanha. Mobilizaram-se escravistas, armadores, comerciantes e flibusteiros pela política de comércio e no interesse da ciência, conforme os argumentos de Maury. As pressões aumentavam, tanto mais o Império resistia (BANDEIRA, 2007, p. 139).

O Império do Brasil, por outro lado, estava irredutível sobre a abertura do Amazonas. Acreditava-se que se o pedido fosse aceito, “grupos de americanos emigrariam para as suas margens e fomentariam o separatismo, tal como ocorreu no Texas e na Califórnia” (BANDEIRA, 2007, p. 143). Um exemplo dessa desconfiança era a crença de alguns brasileiros de que comerciantes estadunidenses no Pará – que se dedicavam à exportação da borracha – faziam campanha para impopularizar o governo

imperial na região. Pode-se dizer que “o caso do Amazonas desencadeou efetivamente o primeiro movimento antiamericano do Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 150).

O problema do Amazonas, depois das agressões ao México e a outros países da América Central, generalizou certo ressentimento contra os Estados Unidos. O ministro americano Robert C. Schenk percebeu que “a atividade e o espírito aventureiro do povo e do governo dos Estados Unidos somente excita, no Brasil, de modo geral, o medo de que o mais pacífico empreendimento possa ocultar algum designio mal contra a sua prosperidade e possessões”. Outro diplomata americano, Richard K. Meade, constatou, em 1858, que “nossas ameaças oficiais, ou por outras formas, tem criado preconceitos contra nós na comunidade brasileira” (BANDEIRA, 2007, p. 150).

Entretanto, o desencadear da Guerra de Secessão, em 1861, afastaria os Estados Unidos, aquele tempo, da Amazônia. Porém, seria a década de 1860 responsável por determinar a relação entre ambos países. O conflito interno estadunidense provocou sua evolução econômica, com o surgimento dos trustes e cartéis. Enquanto isso, o “boom” do café brasileiro acentuou o “caráter colonial da economia brasileira, a monocultura e a dependência do mercado exterior, em condições de quase monopólio” (BANDEIRA, 2007, p. 180).

Houve um surto de progresso e de prosperidade. Abriram-se estradas de ferro e outras vias de transporte e de comunicação. Apareceram manufaturas de certa importância, estimuladas pelo aumento de 50% em média das tarifas aduaneiras. O padrão de vida melhorou para certas classes e regiões do país. O Brasil, porém, ficaria mais e mais dependente de um único produto e de um só mercado: o café, que tinha nos Estados Unidos o seu principal consumidor, em crescente e rápida expansão. (...) quanto mais o Brasil passava a depender do café, tanto mais os Estados Unidos influenciavam as suas decisões (BANDEIRA, 2007, p. 179-180).

Caminhando para o final do século XIX, o Império do Brasil ainda representava uma “reminiscência da Europa, uma aberração que destoava e impedia os Estados Unidos de modelar todo o Continente à sua imagem e semelhança” (BANDEIRA, 2007, p. 193). Contudo, a pressão da economia mundial acelerava a crise do governo imperial, coagindo-o ao caminho para o estabelecimento da República.

A penetração de capitais estrangeiros, que implantavam estradas de ferro e outros meios de transporte, em função do comércio exterior, compeliavam o Brasil a avançar. As estruturas pré-capitalistas saltavam pelos ares. E, com elas, o Império. Este se tornava tão obsoleto quanto os engenhos de açúcar, movidos à força de bois e sustentados pelo trabalho dos negros. Extinguia-se com o modo de produção ao qual se associara. (...) A desorganização do trabalho provocava o colapso da produção. A luta contra a escravidão abria o caminho para a república (BANDEIRA, 2007, p. 196).

A Proclamação da República do Brasil, em 15 de novembro de 1889, veio através de um golpe de Estado político-militar que destituiu D. Pedro II do poder —o movimento era liderado pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Ficando pouco tempo no poder, de 1889 a 1891, Deodoro renunciou e Floriano Peixoto (1891-1894) assumiu. Mas a desordem em que se encontrava o país fez crescer o boato de que as potências europeias “conspiravam para restaurar a monarquia no Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 212).

Diante disso, os Estados Unidos ofereceram apoio ao governo de Floriano, pois “não permitiriam que triunfasse o golpe e se dispunham a usar de todos os meios para defender a República” (BANDEIRA, 2007, p. 212). O fato é que não perderiam a posição que conquistaram no mercado brasileiro, por meio da República, mas a menos que se concretizasse uma ação das potências europeias contra a Brasil, não interviriam diretamente.

Posteriormente, a consolidação da República do Brasil representou o “fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia” (BANDEIRA, 2007, p. 203). Se livrando da herança colonial, o Brasil se construía através de uma “americanização”; a elaboração da nova Constituição, por exemplo, representou “uma cópia mais ou menos fiel da americana” com a instituição do federalismo – sob a qual o país ganhou o nome de Estados Unidos do Brasil (BANDEIRA, 2007, p. 204).

## **2.1 Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XX**

O século XX marcou uma nova fase para as relações entre Brasil e Estados Unidos. Na gestão do Barão de Rio Branco (1902-1912<sup>30</sup>), à frente do Ministério das Relações Exteriores, a agenda da política externa brasileira tinha como prioridade a “consolidação do território nacional e o início do processo de desenvolvimento econômico e social do país” (PECEQUILO, 2011, p. 18). Devido às mudanças no equilíbrio de poder do sistema internacional, com o declínio gradual da hegemonia inglesa e ascensão estadunidense e germânica, buscava-se a inserção brasileira no contexto hemisférico, mas ao mesmo tempo, ansiava-se por uma relação privilegiada com os Estados Unidos (PECEQUILO, 2011).

Desse modo, a política externa brasileira possuía dois focos: a América do Sul e os EUA. Os estrategistas brasileiros acreditavam que uma relação privilegiada com os Estados Unidos permitiria ao Brasil se estabelecer como o líder no Cone Sul e, com isso,

---

<sup>30</sup> Refere-se aos governos de: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914).



conteria o poder estadunidense na região. Do outro lado, o governo estadunidense via o Brasil como um “estabilizador regional”, enquanto consolidava sua hegemonia mundial (PECEQUILO, 2011).

Rio Branco defendia que a política externa brasileira deveria adotar uma postura de *alinhamento pragmático* com os estadunidenses, ou seja, uma relação de troca de favores entre duas potências, “ainda que em condições de poder que já nessa época eram assimétricas” (PECEQUILO, 2011, p. 19).

Pode-se dizer que as bases do alinhamento pragmático neste primeiro estágio apontam para a possibilidade de que o Brasil consolidasse um papel de free rider (“carona”) na hegemonia: obtendo vantagens quando possível, a custos menores, sem plena concordância com as políticas norte-americanas. Como destacam Cervo e Bueno (2008), a aproximação com os EUA detinha motivações políticas e econômicas, visando à melhor inserção do Brasil no sistema hemisférico dominado pelos EUA e já projetando, como citado, a hegemonia internacional deste país (PECEQUILO, 2011, p. 19).

O período que se segue, de 1912 a 1930<sup>31</sup>, levou a política externa brasileira a um alinhamento automático com os Estados Unidos. Buscava-se nesse momento um reposicionamento internacional do Brasil a partir de uma relação especial com os estadunidenses. Coincidentemente, eclodia a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e o Brasil entrou no conflito ao lado dos EUA e da Tríplice Entente, como apoio político e fornecedor de matérias-primas. O que o governo brasileiro esperava era que seu papel desempenhado durante a guerra refletisse em benefícios após seu encerramento (PECEQUILO, 2011).

Ao fim da guerra contra a Alemanha, o Brasil apresentava extraordinário progresso no campo da industrialização, realizado em grande parte pelo capital nacional, e isto devido, principalmente, as dificuldades cambiais, provocadas pela queda das exportações, e ao refluxo dos investimentos europeus. Os Estados Unidos conquistaram, porém, posições das mais importantes na economia brasileira, numa segunda frente de combate, que travou contra os seus próprios aliados da Entente, a Inglaterra e a França. Assumiram a hegemonia das importações brasileiras. Quebraram o monopólio dos europeus sobre as jazidas de ferro que os capitais belgas, ingleses, alemães e franceses construíram, para controlar o comércio do Brasil e assegurar mercado às indústrias de aço e de material ferroviário a eles associados (BANDEIRA, 2007, p. 281-282).

---

<sup>31</sup> Refere-se aos governos de: Hermes da Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

Dessa forma, os estadunidenses passaram a ocupar o local de primazia no comércio exterior brasileiro – “o centro financeiro em torno do qual girava o Brasil, deslocou-se de Londres para New York, de Lombard Street para Wall Street” (BANDEIRA, 2007, p. 292). Os Estados Unidos tomaram conta das exportações de café e da borracha, das importações de produtos manufaturados, encamparam as dívidas externas – contraídas com a Inglaterra – e, também, captaram para si a desconfiança do povo brasileiro (BANDEIRA, 2007).

A primazia dos EUA no comércio brasileiro pode ser confirmada por meio da instalação dos maiores monopólios estadunidenses no país entre 1922 a 1929 – um período no qual “cravaram suas garras no Brasil” (BANDEIRA, 2007, p. 303). Essas empresas buscavam dois elementos: conquistar mercados e matérias-primas. Instalaram-se, por exemplo: a *Atlantic Refining Company of Brazil*, *Firestone Tire & Rubber Company*, *Universal Pictures Corporation*, *Armour of Brazil Corporation*, *International Harvester Company*, *Metro-Goldwyn-Mayer*, Companhia Brasileira de Força Elétrica S/A, Refinações de Milho Brasil, *Western Electric Company of Brazil*, Burroughs do Brasil Inc e a *Pan American Airways Inc* (BANDEIRA, 2007). Algumas dessas empresas eram,

(...) companhias de cinema, de seguro, frigoríficos, fábricas de pneus, oficinas para a montagem de veículos, filiais da indústria farmacêutica americana, atraídas por vários fatores, mas visando, sobretudo, garantir definitivamente a conquista do mercado brasileiro e de suas fontes de matérias-primas. O monopólio americano ampliava-se por todos os setores da economia brasileira. Swift & Co., Armour & Co. e Wilson & Co. açambarcavam a produção e o mercado de carne. A American & Foreign Power (Electric Bond & Share), por intermédio das Empresas Elétricas Brasileiras, sua subsidiária, comprou (1928-1929) todas as pequenas companhias de eletricidade que operavam no país e adquiriu parte das ações da Brazilian Traction Light & Power (canadense), sua rival, estabelecendo, praticamente, o monopólio do ramo (BANDEIRA, 2007, p. 303).

O pós-Primeira Guerra também foi responsável por acentuar a influência cultural dos Estados Unidos no Brasil. Com o desenvolvimento da indústria cinematográfica, por exemplo, os estadunidenses foram capazes de criar mais um meio de propaganda e a imposição do seu “*American way of life*”. Por meio dos filmes<sup>32</sup> de Hollywood

---

<sup>32</sup> Os estadunidenses conseguiram a supremacia no mercado cinematográfico brasileiro quando, em 1928, lançaram os primeiros filmes sonoros. “*Dos 941 filmes exibidos no Brasil, naquele ano, 402 eram de procedência norte-americana*” (BANDEIRA, 2007, p. 297).

espalhavam sua cultura, economia, política, seus valores éticos e intelectuais que moldavam sua sociedade. Além disso, expandia-se por todos os setores possíveis, como pela música, imprensa, automóveis, fundação de escolas e distribuição de bolsas de estudos (BANDEIRA, 2007).

O gramofone introduziu o jazz, que o rádio, posteriormente, popularizaria. O Charleston, juntamente com o tango argentino, entrou nos bailes, onde outrora a mocidade dançava a quadrilha e a valsa vienense. As agências americanas – United Press e Associated Press – monopolizaram, praticamente, o noticiário do exterior, na imprensa brasileira. O automóvel, que tanto influiria nos padrões de comportamento dos brasileiros, tornou-se, de 1913 a 1928, a principal mercadoria importada dos Estados Unidos pelo Brasil. (...) O governo de Epitácio Pessoa, em 1922, contratou por quatro anos os serviços de missão naval dos Estados Unidos, para dar assistência à Marinha de Guerra brasileira. O cientista Carlos Chagas, naquele mesmo ano, fundou a Escola de Enfermagem Ana Nery, com auxílio da Fundação Rockefeller, cabendo a Eton Parsons e 12 professoras norte-americanas a realização dos seus primeiros cursos. As Fundações Ford e Rockefeller, com as suas bolsas de estudo, ampliavam a influência dos Estados Unidos sobre a educação brasileira. E o educador Anísio Teixeira, por volta de 1924, iniciou, na Bahia, a renovação do sistema pedagógico, de acordo com o modelo americano e os ensinamentos de John Dewey e W. Kilpatril (BANDEIRA, 2007, p. 297-298).

Em termos de política externa, quando Getúlio Vargas (1930-1945) chega à presidência do Brasil retoma-se o alinhamento pragmático com os Estados Unidos. Sua administração visava o desenvolvimento brasileiro – “da agricultura para a indústria”. Frente ao cenário internacional, no qual eclodia a Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos e a Alemanha representando as novas potências, Vargas adotou a tática de “*equidistância pragmática*” – uma postura de barganha diplomática entre Brasil-EUA-Alemanha, condicionando o apoio do brasileiro a um dos polos para obter maiores benefícios (PECEQUILO, 2011; BANDEIRA, 2007).

Os Estados Unidos, por sua vez, associavam o governo de Getúlio ao fascismo – devido ao golpe do Estado Novo, em 1937. Sua administração era vista como “um movimento autoritário no país, e que contrariava a perspectiva pró-democracia norte-americana” (PECEQUILO, 2011, p. 23). Entretanto, com as negociações do governo brasileiro com os alemães, se viram compelidos a negociar e atender as demandas brasileiras de acordo com a evolução da guerra.

Em 1941, a concessão de empréstimos norte-americanos para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) representou a adesão aos aliados e, especificamente, aos EUA. Concessões adicionais foram obtidas na área de modernização das forças armadas com o fornecimento de armamentos, instalação e uso da base militar no estado de Natal, além de negociações de

acordos na área de minerais estratégicos como urânio, no contexto do nascimento da era nuclear (representado pelo Acordo Bilateral de Fornecimento de Minerais Estratégicos do Brasil aos EUA). Em novembro de 1942 instala-se a Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA, que dá conta deste processo de modernização e, em janeiro de 1943, FDR e Vargas se encontram na Base de Natal, considerada estratégica para o acesso dos aliados à Ásia e à África. Por meio da FAB (Força Aérea Brasileira) e da FEB (Força Expedicionária Brasileira), equipadas pelos EUA, o Brasil chega a combater em solo europeu (PECEQUILO, 2011, p. 23-24).

No pós-Segunda Guerra, a influência cultural estadunidense se expandiu com a chegada no Brasil das histórias em quadrinhos com os personagens Super-Homem e o Capitão América – dois símbolos do bem, “do *way of life*, consagrando, com a sua aparente pureza lúdica, fantástica, a ideologia da violência e da brutalidade, a mitologia da época do capital financeiro” (BANDEIRA, 2007, p. 430). Ao fim da guerra,

As crianças (...) viviam como nos filmes, nos comics, mascavam chicletes e bebiam Coca-Cola. As filhas da burguesia e das classes médias conquistavam maior liberdade, fumavam e trocavam as saias pelos shorts e pelas calças. Homens e mulheres ouviam jazz, dançavam swing e blues. O rádio impôs a música americana. Hollywood, os ideais de beleza. Vários galãs, como Douglas Fairbanks Jr. e Orson Welles, passaram pelo Brasil. Os astros e estrelas do cinema venderam a guerra e promoveram a imagem dos Estados Unidos. A mercadoria americana adquiriu prestígio (BANDEIRA, 2007, p. 430).

Ademais, a presença das tropas estadunidenses, durante o conflito, popularizou o uso de expressões da língua inglesa no vocabulário brasileiro – especialmente as ligadas ao comércio, como os termos “*marketing, merchandising, standard, fashion*” (BANDEIRA, 2007, p. 430).

A infiltração estadunidense ocorreu, também, pela literatura e pelas empresas de publicidade. Os brasileiros passaram a ter contato com obras de autores estadunidenses e entre 1930 e 1941, as empresas de publicidade, *J. W. Thompson, McCann-Erickson e Grant*, se instalaram no Brasil e “começaram a influir na opinião dos jornais e a criar, com seus anúncios, novas necessidades de consumo” (BANDEIRA, 2007, p. 430). Além disso, expandiram-se para o campo militar:

As Forças Armadas brasileiras tiveram que acompanhar a padronização dos armamentos, estabelecida pelos Estados Unidos, até no modelo das fardas. Era uma contingência do standard, da produção em série. Em 1944, a Força Aérea Brasileira (FAB) já empregava, quase exclusivamente, materiais e desenhos americanos. Essa tendência se acentuou. A continuação da ajuda militar tornou as Forças Armadas extremamente vinculadas aos seus fornecedores de armamentos (BANDEIRA, 2007, p. 430).

Ao fim da guerra, o governo brasileiro esperava a continuidade da aliança com os Estados Unidos – o qual, visando o estabelecimento de sua hegemonia, também buscava manter uma boa relação com o Brasil e com os outros países do continente. Sob a administração do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a política externa brasileira foi retomada para o alinhamento automático com os Estados Unidos. Frente à Guerra Fria, as relações com a União Soviética e com o bloco oriental foram rompidas, iniciou-se a repressão aos partidos de esquerda e foi retomado o padrão agroexportador na economia brasileira (PECEQUILO, 2011; BANDEIRA, 2007).

Nessa conjuntura, Getúlio Vargas volta à presidência para o seu segundo governo (1951-1954), um período que representa “a ascensão dos nacionalistas” e sua tentativa de “reprise a tática da barganha no contexto da Guerra Fria” (PECEQUILO, 2011, p. 27). A tática da vez foi a aproximação do Brasil com os países do “Terceiro Mundo”, adotando um discurso diplomático com “a denúncia do imperialismo e colonialismo, as críticas às assimetrias do poder mundial e a defesa do desenvolvimento, paz e justiça, à luz do processo de descolonização afro-asiático que emergia na década de 1950” (PECEQUILO, 2011, p. 27).

No Brasil, era o momento em que se intensificava o discurso nacionalista que buscava defender os recursos estratégicos do país. Enquanto isso, os Estados Unidos viam esse nacionalismo como uma ameaça aos seus interesses. No caso brasileiro, sua não participação na Guerra da Coreia (1950-1953), a criação da Petrobrás (1953) e o crescimento dos movimentos populares no país levaram a uma interferência política contra o governo Vargas pelos chamados “entreguistas” – apoiados pelos estadunidenses (PECEQUILO, 2011).

O governo dos Estados Unidos estava ciente da situação político-econômica da América Latina, mas optou pela intensificação da pressão “contra governos vistos como autônomos e nacionalistas devido ao risco de aproximação com o bloco socialista” (PECEQUILO, 2011, p. 28). Essas pressões, no caso brasileiro, levaram ao suicídio de Vargas e a ascensão de João Café Filho (1954-1955) ao poder – o qual assumiu um alinhamento automático com os EUA, colaborando com os interesses estadunidenses (PECEQUILO, 2011).

Com o fim do governo de Café Filho, os Estados Unidos buscaram apoiar a candidatura de Juarez Távora à presidência do Brasil. O candidato em questão era “anticomunista, propugnava pelo liberalismo econômico e combatia a Petrobrás” (BANDEIRA, 2007, p. 514). Se Távora chegasse ao poder, os estadunidenses poderiam

manter a obtenção de concessões e vantagens com o governo brasileiro. O outro candidato que disputava as eleições era Juscelino Kubitschek, visto em alguns círculos de Washington com suspeita e desconfiança por ter,

(...) compromissos com alguns princípios do nacionalismo, recebera o voto dos comunistas e tinha como companheiro de chapa o ex-ministro do Trabalho, João Goulart, que fizera da carta-testamento de Vargas sua bandeira de luta (BANDEIRA, 2007, p. 514).

Apesar da preferência estadunidense, foi Kubitschek quem subiu ao poder e durante sua administração assumiu duas posturas com relação aos Estados Unidos: um alinhamento automático na primeira metade de seu governo (1956-1958) e um alinhamento pragmático na segunda metade (1958-1961). Essa mudança ocorreu devido à ausência de engajamento dos Estados Unidos no processo de modernização brasileira (PECEQUILO, 2011).

Um dos destaques da administração de Juscelino foi seu empenho para o estabelecimento da Operação Pan-americana, que buscava acentuar a cooperação regional e as relações com os Estados Unidos. O governo JK buscava atrair os fluxos de capitais privados para a economia do país – concediam-se favores, isenções e privilégios às empresas estadunidenses que se instalavam no Brasil. Um desses privilégios era a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), medida tomada ainda na administração de Café Filho, que “permitia que elas importassem bens de produção, sem cobertura cambial, enquanto negava o mesmo direito aos brasileiros” (BANDEIRA, 2007, p. 537).

Os interesses privados dos Estados Unidos espalhavam-se, no Brasil, por numerosos setores de atividades, tais como bancos, companhias de investimentos, seguros, comunicações, empresas imobiliárias, hotéis, cinemas, publicações, publicidade e agropecuária. Mas apenas nove ramos da indústria (automobilística, distribuição de petróleo, vidros, cimento, energia elétrica, artefatos de borracha, produtos alimentícios e farmacêuticos) absorviam  $\frac{3}{4}$  dos capitais americanos, que totalizavam, aproximadamente, 953 milhões de dólares (1959), aplicados no Brasil (BANDEIRA, 2007, p. 538).

A influência dos Estados Unidos no Brasil acompanhava o “ritmo da expansão capitalista” (BANDEIRA, 2007, p. 539). Essa expansão, entretanto, tinha seu lado positivo ao gerar progressos para o desenvolvimento brasileiro, mas cada vez mais afetava a cultura brasileira no que diz respeito aos hábitos e costumes da sociedade. Como por exemplo,

Os jornais se modernizaram, adotaram o estilo direto, objetivo, segundo o modelo americano, para a leitura do homem apressado (he who runs may read). As agências de publicidade (na maior parte americanas) implantaram técnicas de comunicação mais sofisticadas e aumentaram o controle sobre a orientação da imprensa no interesse (político ou econômico) dos anunciantes (também na maioria americanas). O consumo se desenvolveu nas grandes cidades, e o povo se beneficiou com a difusão de aparelhos eletrodomésticos, geladeira, rádios, máquinas de lavar etc. Os supermercados começaram a aparecer, inaugurando o sistema de self service (auto-serviço). (...) A geração Coca-Cola chegou ao apogeu. O uso de blue jeans (calças do topo far-west) se generalizou. O ruído do jazz e do rock and roll abafou a melodia do samba. Os canais de televisão invadiram os lares, levando-lhes a contrafação e a subcultura. As colunas de Jacinto de Thormes e Ibrahim Sued glorificaram o vip, o top self, o café-soçaite, os segmentos mais corruptos e apodrecidos da burguesia cosmopolita. As elites dirigentes aderiram ao uísque, ao drinque (BANDEIRA, 2007, p. 539).

Porém, parte da sociedade brasileira não apreciava a influência dos Estados Unidos no país. Sob o impulso da industrialização, nacionalistas e alguns empresários brasileiros se colocavam contrários a evasão de divisas das empresas estadunidenses – que embora fossem classificados como estrangeiros, constituíam capitais acumulados no Brasil, e sua evasão gerava déficits à economia do país (BANDEIRA, 2007).

Juscelino esperava conseguir um empréstimo com o FMI para controlar o processo inflacionário brasileiro e continuar com o processo de industrialização. Entretanto, as exigências do Fundo – contenção de salários, redução de linhas de crédito e cortes nos gastos públicos –, inviabilizavam seu Plano de Metas e colocava “sobre os ombros do proletariado todo o peso da crise” (BANDEIRA, 2007, p. 541).

Assim, JK optaria por romper as relações com o Fundo a cumprir suas orientações, conquistando a simpatia da opinião pública brasileira. Além disso, Juscelino também não apoiaria a intervenção estadunidense em Cuba. Esses dois fatores manifestavam uma postura de autonomia política brasileira e impactava os interesses dos Estados Unidos – que acreditavam, cada vez mais, nas tendências esquerdistas do país (PECEQUILO, 2011; BANDEIRA, 2007).

No entanto, a busca pelo desenvolvimento do Brasil levou o país a uma crise financeira, causada por intensa inflação, déficit da balança comercial e o crescimento da dívida externa. Disseminava-se por toda a sociedade brasileira uma insatisfação e crescia o nacionalismo, especialmente na campanha eleitoral de 1960, na qual um dos candidatos foi Jânio Quadros (BANDEIRA, 2007).

## 2.2 O Governo de Jânio Quadros

Candidato à presidência, Quadros construiu sua imagem eleitoral identificando-se como um “homem do povo” e que tinha como objetivo moralizar o país. Porém, sua candidatura era sustentada pela “oligarquia econômico-financeira e pelas correntes mais reacionárias do país” (BANDEIRA, 2007, p. 546). Mesmo assim, Jânio buscou conseguir o apoio das massas demonstrando prestígio pela Revolução Cubana –um marco de sua campanha foi o fato de que “em março de 1960 ele conseguiu que Fidel Castro o convidasse para visitar Havana” (BANDEIRA, 2007, p. 546).

A duplicidade de Quadros, com a sua demagogia nacionalista, confundiu as massas, sem, contudo, abalar a confiança que nele tinham os reacionários. Durante toda a campanha, ele prometeu o que interessava substancialmente à oligarquia financeira, aos fazendeiros, aos exportadores de café e a expressivos grupos de indústria de São Paulo (particularmente os estrangeiros), que o financiaram e com os quais ele assumira todos os compromissos. Apregoeou a verdade cambial (liberação do câmbio), o saneamento da moeda, o combate à inflação, enfim, as medidas recomendadas para o Brasil pelas autoridades de Washington e pelo FMI (BANDEIRA, 2007, p. 547).

Mesmo diante de sua duplicidade, quando assumiu a presidência da República em janeiro de 1961, Jânio contou com a simpatia “dos círculos oficiais e financeiros dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2007, p. 556). Por conta de suas escolhas para nomeações aos ministérios e adoção de medidas para a estabilização monetária, garantiu a confiança do governo estadunidense e dos banqueiros da *Wall Street* (BANDEIRA, 2007).

(...) Quadros entregou os principais postos de sua administração a um só grupo norte-americano, o Mellon Trust, através de seus agentes mais diretos. Eram o Ministério da Fazenda, com o banqueiro Clemente Mariani, o Ministério de Indústria e Comércio, com o industrial Artur Bernardes Filho, o Ministério da Justiça, com o advogado Oscar Pedrosa Horta, o Banco do Brasil, com o comerciante João Batista Leopoldo Figueredo, e todas as suas certas. Seu assessor principal era Roberto de Oliveira Campos, da Hanna e homem da confiança do capital financeiro internacional. Quadros também nomeou para a Consultoria-Geral da República um advogado da Hanna, Caio Mário da Silva Pereira (BANDEIRA, 1979, p. 27).

Outro ponto positivo, aos olhos estadunidenses, foi a escolha de Jânio para os postos de comando das Forças Armadas brasileiras. O governo Quadros optou por designar militares com perfis anticomunistas e conservadores – “elementos altamente reacionários, comprometidos com movimentos golpistas” (BANDEIRA, 1979, p. 27). Como Ministro da Guerra, nomeou o Marechal Odylio Denis, para o Ministério da



Marinha, o Almirante Silvio Heck e para o Ministério da Aeronáutica, o Brigadeiro Grum Moss (BANDEIRA, 1979).

Em termos de política externa, o governo Quadros se orientou pelo multilateralismo – “a relação bilateral com os EUA passa a ser definida como mais uma dentre várias possibilidades de aliança no sistema internacional, e não a única” (PECEQUILO, 2011, p. 31). Essa nova postura inicia-se a partir da Política Externa Independente (PEI), que buscava:

(...) a ampliação do mercado externo dos produtos primários, formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico, manutenção da paz (coexistência pacífica), autodeterminação e não intervenção, e apoio à emancipação dos territórios coloniais (PECEQUILO, 2011, p. 32).

Contudo, a adoção da PEI funcionava para “fins de propaganda interna (robustecimento do carisma) e de barganha com os Estados Unidos” (BANDEIRA, 2007, p. 556). No início de seu mandato, o governo estadunidense estava ciente das intenções de Jânio,

(...) Sabia que Quadros, com uma postura internacional aparentemente antiamericana, buscava, de um lado, fortalecer seu prestígio popular, conquistando a simpatia da esquerda, e, do outro, barganhar o apoio do Brasil às políticas dos Estados Unidos por maior assistência financeira ao seu Governo. Estes objetivos ele de certa forma alcançara. Em maio e junho de 1961, o Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, obteve não só a consolidação da dívida externa brasileira como ainda novos financiamentos nos Estados Unidos. (...) O Fundo Monetário Internacional prorrogara vencimentos imediatos no total de US\$ 140 milhões e concedera novo crédito de US\$ 160 milhões. O Eximbank consolidara todos os empréstimos compensatórios no valor de US\$ 213 milhões, bem como o saldo de cerca de US\$ 92 milhões, relativos a financiamentos eventuais do balanço de pagamentos, e outro no valor de US\$ 100 milhões. O Governo de Washington fornecera um crédito de US\$ 70 milhões para compra de trigo. E os bancos privados norte-americanos não só consolidaram dívidas de US\$ 210 milhões como ainda emprestaram ao Brasil mais US\$ 48 milhões (BANDEIRA, 1979, p. 11-12).

Externamente, Jânio Quadros correspondia às expectativas do FMI, dos banqueiros estadunidenses e ganhava a confiança do governo Kennedy. Internamente, buscava soluções para “conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica” (BANDEIRA, 1979, p. 16). Diante deste cenário, passou a acreditar que para realizar as reformas necessárias para o desenvolvimento do país, precisava ter suas *mãos livres* para agir, ou seja, contar com poderes extraordinários (BANDEIRA, 1979).

Compenetrava-se, cada dia mais, do seu papel de redentor e salvador da pátria, que buscava a verdade cambial, destinado a promover, acima das classes, dos partidos e dos amigos, a reforma do Brasil, para o que precisaria de poderes extraordinários, considerando que o espaço constitucional, por mais amplo que fosse, não comportava a sua missão. Estava, por outro lado, consciente das incompatibilidades de João Goulart, cuja eleição para a Vice-presidência da República incentivou e ajudou, com o dispositivo militar que montava. Por isso mesmo o montara. Era o mesmo dispositivo que se pronunciou contra Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, e contra a posse de JK (sobretudo por causa do próprio João Goulart) (BANDEIRA, 1979, p. 41).

Jânio articulava uma conspiração para “produzir um trauma institucional e submeter o país à sua ditadura” (BANDEIRA, 1979, p. 9). Contando com seu prestígio pelas massas, Quadros pretendia renunciar à Presidência da República, constringendo o Congresso Nacional a lhe conceder poderes extraordinários como condição para que ele retornasse ao governo. Isso ocorreria diante do eventual impasse que se criaria com o veto dos ministros militares à posse de João Goulart como presidente. Os ministros militares prefeririam a ele com poderes extraordinários do que Goulart, que não era bem visto por algumas parcelas da sociedade (BANDEIRA, 2001; BANDEIRA, 1979).

Entretanto, algumas medidas adotadas por seu governo despertavam a desconfiança do governo e do capital financeiro estadunidense, que temiam a aproximação do Brasil com os países socialistas. À sombra da Revolução Cubana, os EUA não viram com bons olhos quando Jânio: i) condecorou Ernesto Che Guevara, Ministro da Economia de Cuba, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul<sup>33</sup>; ii) passou a adotar políticas sociais e buscava a reforma agrária; e iii) enviou João Goulart à República Popular da China, a caráter oficial, para estabelecer as relações comerciais entre os brasileiros e chineses (PECEQUILO, 2011; BANDEIRA, 1979).

Temendo a perda do apoio do capital estadunidense, o político Carlos Lacerda, que fazia parte do plano de Jânio Quadros, resolveu acelerar a trama. Pego de surpresa, Jânio apresentou sua renúncia, mas a comoção da massa não veio, o Congresso aceitou-a como uma ação unilateral, e um cenário de instabilidade política se instaurou no Brasil com a tentativa do golpe de Estado (BANDEIRA, 1979). Enquanto toda a trama acontecia no Brasil, o Diretor da CIA enviou um memorando ao Presidente Kennedy expondo que,

(...) nós pensamos que ele (Jânio Quadros) provavelmente renunciou na expectativa de provocar uma forte manifestação de apoio popular, em reação da qual ele retornaria ao Governo em melhor posição contra seus opositores (BANDEIRA, 1979, p. 11).

---

<sup>33</sup> É uma comenda, ou honra, que o presidente da República do Brasil atribui a personalidades estrangeiras.

## 2.3 O Governo de João Goulart

João Goulart ainda estava na China, como representante oficial, quando tudo aconteceu. Assim, o Congresso Nacional, reunido extraordinariamente no dia 25 de agosto de 1961, dava posse a Ranieri Mazzilli – o então presidente da Câmara dos Deputados. Por intermédio do presidente interino, os três ministros militares tentavam vetar a posse de Goulart sob a acusação de que este mantinha relações com partidos de orientação comunista (TOLEDO, 2004). Mas não contavam com a unidade das tropas, e a maioria dos parlamentares não acolheram a ideia do impedimento de posse.

A deposição de Goulart, sob o pretexto de combate ao comunismo, repugnou até mesmo as áreas conservadoras. As figuras mais expressivas da UDN voltaram-se contra Lacerda e puseram-se a frente da luta contra o golpe, lado a lado com os trabalhistas. A resistência se alastrou dentro e fora do Congresso. (...) O governador Leonel Brizola levantou o Rio Grande do Sul, em defesa à legalidade com o apoio do III Exército, comandado pelo general Machado Lopes. As greves estouraram por todo o país, greves de caráter político, revelando novo grau de evolução da consciência das massas, Camponeses, no interior, prepararam-se para guerrilhas e o governador Mauro Borges, de Goiás, forneceu armas à população. Sargentos e soldados rebelaram-se e subjugaram os oficiais. Assim aconteceu no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará e outros estados (BANDEIRA, 2007, p. 566).

Os opositores e golpistas não podiam impedir a ascensão de João Goulart à presidência da República, mas conseguiram estabelecer uma emenda à Constituição Nacional para a implementação de um dispositivo que estabeleceria um regime parlamentarista no país. Esse dispositivo consentia a Goulart as funções de Chefe de Estado, mas não as de Chefe de Governo (PARKER, 1977; TOLEDO, 2004).

(...) o Poder Executivo passava a ser exercido pelo presidente da República e por um Conselho de Ministros (Gabinete Parlamentar), a quem caberia a “direção e a responsabilidade da política do governo, assim como a administração federal”. Ao presidente competiria nomear o presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) ou chefe do governo e, por indicação deste, os demais membros ministros de Estado. Na verdade, transformava-se o presidente da República em autêntico chefe de Estado, perdendo a sua iniciativa de elaborar leis, orientar a política externa, elaborar propostas de orçamentos (TOLEDO, 2004, p. 20).

A aceitação dessa medida acalmou os nervos, mas Goulart acabou recebendo um poder enfraquecido que o impedia de efetuar as mudanças que o Brasil necessitava para o seu desenvolvimento. Incumbiu o deputado Tancredo Neves (PSD) para o cargo de primeiro-ministro, mas o gabinete “nascido da conciliação do compromisso entre as facções das classes dirigentes” (BANDEIRA, 2007, p. 575) não conseguiu preencher o

vácuo de poder do governo e nem conter a inflação. Aproveitando o impasse, Goulart “prosseguiu abertamente na ofensiva para readquirir os poderes que o Congresso lhe arrebatara” (BANDEIRA, 2007, p. 581).

No âmbito da política externa, o Brasil buscou se expandir e diversificar seus parceiros no mercado exterior. Estabeleceu relações comerciais com a China, com os países africanos e demais latino-americanos, e retomou as relações com a União Soviética, visando possíveis acordos comerciais. Já no âmbito interno, o governo de Goulart passou a adotar várias medidas sociais no campo da saúde, educação, e pela regulamentação do Código Brasileiro de Telecomunicações – nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, radiodifusão e radioamador (BANDEIRA, 2001).

Criaria o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), apoiaria a criação e instalação da Eletrobrás, uma empresa estatal que seria encarregada por todo o setor de eletricidade, e ao longo de sua gestão, inaugurou três usinas: Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória (BANDEIRA, 2001). Não obstante, criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear, concedendo o monopólio estatal para as pesquisas, e atribuiu à Petrobrás a distribuição dos derivados de petróleo, assentindo “o monopólio para o fornecimento aos órgãos do governo, autarquias e empresas estatais, até então a cargo das companhias estrangeiras” (BANDEIRA, 2001, p. 121).

As atenções do governo igualmente se voltaram para a indústria de bens de capital, cujo desenvolvimento a Instrução 113 prejudicava, provocando um dumping no mercado nacional, ao possibilitar importações maciças de máquinas e equipamentos, sem cobertura cambial, pelas companhias estrangeiras. Esta política, vigente desde a gestão de João Café Filho e mantida por Kubitschek, mudou. Através da Instrução 242, da SUMOC, o governo Goulart proibiu, terminantemente, o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar. Isto acarretaria uma poupança de ordem de US\$ 725 milhões, pois o setor, com capacidade ociosa, poderia produzir, segundo cálculos da CEPAL, 87% dos US\$ 873,3 milhões em bens de capital, que o Brasil precisaria importar, entre 1961 e 1970, para expansão de importante segmento de sua indústria, ou seja, geração de energia, refinação de petróleo, siderúrgica, produção de cimento, papel e celulose (BANDEIRA, 2001, p. 121).

O presidente João Goulart, a partir disso, empenhava-se em reorientar o processo de industrialização do país, procurando “viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro” (BANDEIRA, 2001, p. 121). Uma das principais medidas, talvez, tenha sido a aprovação pelo Congresso e o sancionamento, por Goulart, da Lei de Remessas de Lucros, aprovada ainda em 1962, para “conter a drenagem de recursos, a fuga dos capitais” (BANDEIRA, 2001, p. 115). Esta lei desfavorecia as

empresas estrangeiras instaladas no país, que enviavam seus lucros para suas matrizes fora do Brasil.

Em janeiro de 1963, a votação do plebiscito estabeleceu a volta do presidencialismo e a restituição de plenos poderes a João Goulart. Entretanto, no panorama econômico, seu governo encarava uma enorme dificuldade diante da inflação e do balanço de pagamentos. Para combatê-los, eram necessárias reformas estruturais que permitissem a volta do crescimento econômico do país (BANDEIRA, 2001).

Neste contexto, o então ministro do Planejamento, Celso Furtado, desenvolveu o chamado “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social”. Este plano se baseava em um programa anti-inflacionário objetivando resolver o problema inflacionário e, por intermédio da adoção de medidas estruturais, encontrar um novo direcionamento à economia brasileira.

Essas medidas estruturais estavam ligadas às chamadas “Reformas de Base”, que consistiam em reestruturações em diferentes âmbitos (BANDEIRA, 2001). Diante disso, Goulart convocou um comício para o dia 13 de março, a ser realizado no Rio de Janeiro. Neste evento, proclamou perante a uma multidão, a necessidade de mudanças na Constituição Brasileira, anunciando,

(...) a promulgação de dois decretos: o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Prometeu também enviar ao Congresso outros projetos de reformas (agrária, eleitoral, universitária e constitucional); anunciou ainda que nos próximos dias decretaria algumas medidas urgentes “em defesa do povo e das classes populares” (tabelamento de aluguéis, controle de preços, etc.). No seu discurso, Goulart atacou a “democracia dos monopólios nacionais e internacionais”, as “associações de classes conservadoras”, a “mistificação do anticomunismo”, a campanha dos “rosários da fé contra o povo”, os “privilégios das minorias proprietárias de terras” (TOLEDO, 2004, p. 97).

Apesar disso, todo o desenvolver do governo Goulart fez crescer ainda mais a oposição à sua administração. As reformas de base chocavam-se com os interesses internos de uma parcela da sociedade brasileira e externos do capital financeiro estadunidense. Desse modo, formou-se uma aliança que delinearía o contexto para o golpe de Estado em abril de 1964 – “a Hanna, com as garras nos minérios brasileiros, AMFORP, Bond & Share, Light, ITT e outras multinacionais, aliadas à industriais brasileiros, banqueiros e latifundiários, com o respaldo técnico e também financeiro da CIA” (MOREL, 2014, p. 12), tratariam de impedir a permanência de Goulart no poder.

### 2.3.1 O imperialismo estadunidense contra Goulart

O governo dos Estados Unidos, desde 1961, solicitava ao Ministério das Relações Exteriores vistos para estadunidenses, em sua maioria militares, “que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste” (BANDEIRA, 2007, p. 604). Devido à situação desta região brasileira, o governo dos EUA acreditava que uma possível revolução ocorreria ali e poderia se espalhar pelo Brasil.

É certo, porém, que cerca de 4.968 norte-americanos (e isto conforme as estatísticas oficiais de desembarque) chegaram ao Brasil, apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos Estados Unidos e superando quase todos os números registrados durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando eles, oficialmente, instalaram suas bases militares no Nordeste. Aquele número caiu (possivelmente diante do alarma que provocara e das restrições do Itamaraty) para 2.463, em 1963, mas ainda assim maior que a média de chegadas em todos os anos anteriores e posteriores. A frieza dos números (ainda que provavelmente esteja aquém da realidade) retraía com nitidez a invasão silenciosa do Brasil (BANDEIRA, 2007, p. 604).

Essa infiltração estadunidense pode ser classificada como uma atitude preventiva, pois em caso do surgimento de uma insurreição na região, ou caso “o governo de Goulart se inclinasse decididamente para a esquerda, tornar-se-ia muito mais fácil para os Estados Unidos intervir de dentro”, e sua intervenção poderia ser justificada “a pedido ou para salvar vidas americanas” (BANDEIRA, 2007, p. 606).

Em um primeiro momento, o governo dos Estados Unidos se preocupou em investigar sobre a retomada das relações diplomáticas entre o Brasil e União Soviética. Seus serviços de inteligência detectaram que o governo Goulart “continuará a acentuar o caráter ‘independente’ de sua política externa”, mas a busca brasileira por expandir seus parceiros comerciais seria “menos truculenta (...) do que fora na administração de Quadros” (BANDEIRA, 2001, p. 67). Os estadunidenses estavam certos de que essa guinada brasileira visava ampliar seu mercado, mas não impediu que desconfiassem dessa postura independentista e nacionalista da política externa brasileira (BANDEIRA, 2001).

Contudo, as relações entre os dois países se estremeceram a partir das encapações de subsidiárias estadunidenses, feitas por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT e, posteriormente, da *The Rio-Grandense Light & Power Syndicate*, subsidiária da AMFORP – ambos casos julgados como “um confisco pelo governo de Washington e pela ITT” (BANDEIRA, 2001, p. 71).

O ato de Brizola levou o Congresso dos Estados Unidos a adotar a emenda Hickenlooper, que determinava a “suspensão de qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos, sem indenização imediata, adequada e efetiva” (BANDEIRA, 2001, p. 71). Entretanto, em todo o Brasil, surgia uma tendência para a nacionalização dos serviços públicos, os quais eram controlados por grupos estrangeiros por intermédio de suas subsidiárias no país.

Após uma reunião, em 4 de abril de 1962, entre João Goulart e John Kennedy, à época presidente dos EUA, o presidente brasileiro buscou resolver o problema. Para isso, instituiu a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Público (CONESP), a qual, por sua vez, através dos dados fornecidos pelas subsidiárias, e de acordo com o Conselho Nacional de Economia,

(...) calculou generosamente o total dos seus investimentos em Cr\$ 46 bilhões, cifre que a Eletrobrás aumentou para Cr\$ 57 bilhões, aplicando a correção monetária. Não obstante, essa soma não satisfaz os representantes da AMFORP (Henry P. Sargent, N. Nydorf, Edwin D. Ford Jr., e Cizínio Rodrigues) que exigiram uma indenização de US\$ 188,1 milhões (incluindo os empréstimos dos Eximbank e do BNDE), ou seja Cr\$ 166,6 bilhões, nada menos que o dobro do valor apurado pela CONESP/Eletrobrás (BANDEIRA, 2001, p. 109-110).

O governo dos Estados Unidos e, principalmente, o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, queria induzir o governo brasileiro a pagar o valor pedido pelas suas subsidiárias. Mas as negociações não avançavam na medida em que não se chegava a um acordo sobre o preço exato e pela denúncia feita por Brizola, à sociedade brasileira, sobre todo o processo de compra das empresas (BANDEIRA, 2001).

Brizola demonstrou que essas companhias já haviam “recuperado, desde há muito, o valor dos seus investimentos, faturando fabulosos excesso de lucros ilegais” (BANDEIRA, 2001, p. 109). E suas subsidiárias, que o governo brasileiro estava prestes a comprar, só possuíam usinas obsoletas e “se encarregavam apenas de distribuir a energia produzida pelos complexos hidrelétricos do Estado” (BANDEIRA, 2001, p. 109).

O caso das subsidiárias<sup>34</sup> estadunidenses influenciou na postura do governo dos EUA com relação ao Brasil, especialmente, ao governo Goulart. Esse episódio gerou um agravamento na confiança de que o presidente brasileiro seria capaz de conter a inflação

---

<sup>34</sup> Entretanto, o processo de compra e venda das subsidiárias se postergou durante os anos e só foi concluída em 1964, durante o regime militar.

do país (BANDEIRA, 2001). Não satisfeito com a administração de Goulart, o presidente Kennedy,

(...) suspendeu todos os recursos da Aliança para o Progresso que pudessem financiar o déficit do balanço de pagamento do Brasil, passando a Embaixada americana a firmar acordos apenas com os governadores de estados e prefeitos de municípios, os mais hostis a Goulart, ou seja, a financiar as “islands of administrative sanity” (ilha de sanidade administrativa), conforme a expressão do embaixador Lincoln Gordon, que formulou e propôs esta política ao Departamento de Estado (BANDEIRA, 2001, p. 113).

A nova atividade da Embaixada dos EUA visava formar laços com a oposição do governo Goulart. Reagindo à postura do governo estadunidense, o presidente brasileiro determinou que o Ministério das Relações Exteriores comunicasse ao Departamento de Estado que não toleraria aquele comportamento – “que atentava contra a soberania nacional e a unidade da federação” (BANDEIRA, 2001, p. 114). Entretanto, o financiamento aos opositores de Goulart não cessou.

A possibilidade da volta do sistema presidencialista causava temor entre uma parcela de grandes empresários, particularmente estadunidenses, que pretendiam exercer “influência direta na condução da política nacional” (BANDEIRA, 2007, p. 581). Essa influência ocorreu pelo patrocínio e criação de entidades como o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – que contavam com o “*know-how* e, também, verbas da CIA” (BANDEIRA, 2007, p. 581).

O IPES era constituído por militares reformados que montaram um serviço de inteligência para colher dados acerca da infiltração comunista na administração de Goulart. Também deveriam distribuir as informações encontradas “clandestinamente, entre os oficiais que ocupavam postos de comando através do país” (BANDEIRA, 2007, p. 581).

De 1962 a 1964, o IPES gastou com esse trabalho cerca de 200.000 a 300.000 dólares por ano, segundo informação de Glycon de Paiva, um dos seus diretores. Essa entidade, mais sofisticada, estabeleceu vínculos com a Escola Superior de Guerra, atraindo generais como Golbery de Couto e Silva e Heitor de Almeida Herrera para as atividades a que se dedicava. Sua influência se estendeu também aos jornais e outros órgãos de divulgação, sustentada não só pelas verbas que espalhava como pelo interesse das agências de publicidade (americanas) (BANDEIRA, 2007, p. 581).



Empresas estrangeiras, sobretudo as estadunidenses, destinaram donativos ao IPES durante seus anos de funcionamento. Uma com grande destaque foi a *Light & Power*, que,

(...) entre dezembro de 1961 e agosto de 1963, concorreu mensalmente para a caixa do IPES com a quantia de Cr\$ 200.000.00, autorizada por um dos seus diretores, Antonio Gallotti. Essas contribuições, em agosto de 1963, alcançaram a importância de Cr\$ 4.200.000.00, num total de aproximadamente Cr\$ 7.318.178.20, distribuídos pela empresa como donativos a diversas entidades de cultura e de beneficência, entre as quais a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que recebeu Cr\$ 100.000.00, em dezembro de 1962. Como a participação do IPES na conta de donativos da Brazilian Traction Light & Power se fixou na quantia de Cr\$ 200.000.00, pode-se calcular que, até 31 de março de 1964, aquela instituição tenha arrecadado mais Cr\$1.400.000.00 (BANDEIRA, 2007, p. 582).

O IBAD, por sua vez, atuava no intuito de custear candidaturas de indivíduos reacionários para os postos no legislativo e de alguns governos estaduais nas eleições que ocorreriam em 1962. O objetivo era financiar aqueles que se colocavam como “defensores dos investimentos estrangeiros e contrários à política externa independente” (BANDEIRA, 2007, p. 582). Essa instituição também possuía o controle de várias organizações, como: a Ação Democrática Popular (ADEP), Campanha da Mulher Democrática (Camde), Frente da Juventude Democrática (FJD), Ação Democrática Parlamentar (ADP) e o Movimento Sindical Democrático (MSD) (BANDEIRA, 2007). Além disso, a CIA também utilizou tanto o IPES como o IBAD para se infiltrar no sistema brasileiro,

(...) a CIA não somente aliciou empresários, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores de estado, mas também jornalistas, donas de casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses, enfim, elementos de todas as classes e categoriais da sociedade civil brasileira. Nas Forças Armadas, onde a Cruzada Democrática, desde o início de década de 50, conspirava para desfechar o golpe de Estado, a pretexto de combater o comunismo, a CIA recrutou, tanto através do IPES quanto do IBAD e até diretamente, inúmeros oficiais dos mais diversos escalões (BANDEIRA, 2001, p. 84).

A intenção do governo dos Estados Unidos era encontrar maneiras de diminuir o poder de Goulart, assim, “tudo o que visava minar o poder do Executivo federal era incentivado pelos EUA” (TOLEDO, 2004, p. 107). Nesse propósito, o financiamento<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Posteriormente, Lincoln Gordon, o então Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, declarou em uma entrevista que, “certamente foi muito mais de 1 milhão de dólares, e eu não ficaria surpreso se tivesse chegado a 5 milhões de dólares. Mas não era uma importância enorme, não eram dezenas de milhões de

das campanhas de políticos que faziam oposição a Goulart era visto como um modo para “exercer alguma influência, a nível estadual, em favor de medidas semelhantes àquelas que estavam promovendo, sem grande êxito, a nível federal” (PARKER, 1977, p. 46).

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo IPES e pelo IBAD, não conseguiram desbancar e evitar a eleição de políticos de esquerda, nacionalistas e reformistas, como Miguel Arraes e Leonel Brizola. Posteriormente, a Câmara dos Deputados acabou instaurando uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a origem dos fundos do IBAD – ficando “evidenciada a procedência estrangeira dos recursos nos diversos depoimentos” (BANDEIRA, 2007, p. 583). Além do mais, o então governador do Pernambuco, Miguel Arraes, demonstrou através de documentos que,

(...) o dinheiro do Ibad procedia de várias firmas estrangeiras entre as quais a Texaco, Shell, Ciba, Cross, Schering, Enila, Bayer, General Electric, IBM, Coca-Cola, Standard Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG, Herm Stoltz e Coty, na maioria norte-americanas. Não eram essas, no entanto, as únicas fontes de financiamento do Ibad e de outras organizações de extrema direita, que se apresentavam (quase todas) com o rótulo de democráticas, uma espécie de trade mark (marca registrada) made in USA (BANDEIRA, 2007, p. 583).

Às vésperas da votação do plebiscito, o jornal “*The New York Times*” reportou que a situação econômica brasileira deixava o presidente Kennedy apreensivo, e que ele “se preocupava com a possibilidade de que os elementos de esquerda tentassem impor soluções totalitárias aos problemas do país” (BANDEIRA, 2007, p. 586). Entretanto, o que o governo estadunidense estava armando era um esquema de pressões sob João Goulart, buscando desarticular sua gestão. Assim, o governo dos Estados Unidos se empenhou em uma campanha para enfraquecer Goulart, buscando “desestabilizá-lo através do bloqueio financeiro” (BANDEIRA, 2001, p. 114).

O próprio Kennedy manifestou durante uma entrevista que o ritmo inflacionário do Brasil “anulava a ajuda americana e aumentava a instabilidade política”, e que “não há nada que os Estados Unidos possam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação fiscal e monetária for tão instável” (BANDEIRA, 2007, p. 586). Uma manifestação pública do presidente dos Estados Unidos traria peso aos outros países e empresas que investiam no Brasil.

---

dólares. Havia um teto por candidato.... Basicamente, era dinheiro para comprar horários de rádio, imprimir cartazes, esse tipo de coisa. E pode estar certo de que havia muito mais pedidos do que os que foram atendidos” (PARKER, 1977, p. 47).

(...) A declaração feita por Kennedy de que outra nação estava em bancarrota não tinha precedente na história das relações internacionais. Seus efeitos econômicos e políticos seriam evidentemente desastrosos para o Brasil, em especial para seu crédito, considerando que a acusação partira do chefe do maior centro capitalista mundial. Kennedy, sem a menor cerimônia, alinhou-se à oposição interna ao governo Goulart, como qualquer político brasileiro, a incentivar sua desestabilização, antes mesmo de restaurado o presidencialismo (BANDEIRA, 2001, p. 93).

A postura do governo dos Estados Unidos colocou Goulart em uma encruzilhada: ou cedia aos interesses estadunidenses – finalizando a compra da AMFORP e adotando as medidas do programa de estabilização do FMI –, ou recorria a adoção de medidas nacionalistas, que iriam contra os interesses do capital externo, e despertava a desconfiança de uma parcela da sociedade brasileira (BANDEIRA, 2001).

Ceder a Washington significava, fundamentalmente, ter de congelar os salários nos seus níveis mais baixos, intensificar a apropriação do excedente pelas empresas nacionais e estrangeiras, a fim de assegurar a continuidade da acumulação interna de capital e manter a taxa de reinvestimentos, sem prejuízo das remessas de lucros. Isto se tornava dia a dia mais difícil, inviável mesmo, pelos métodos normais de repressão, em face da ascensão dos trabalhadores. E adotar medidas nacionalistas, como a limitação das remessas de lucros, implicava desencadear uma ofensiva contra os interesses dominantes, impossível de sustentar dentro dos limites constitucionais da democracia (BANDEIRA, 2001, p. 113-114).

Uma das medidas nacionalistas que mais assustavam o capital externo era a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros. Sua adoção impedia que certa porcentagem dos ganhos das empresas estrangeiras fosse enviada para suas matrizes fora do Brasil. Diante disso, o embaixador Lincoln Gordon se empenhou em impedir sua decretação, visando defender os negócios das subsidiárias estadunidenses no país (BANDEIRA, 2001). Chegou até a sugerir,

(...) desesperadamente, a redução do percentual das remessas de lucros de 10% para 4%, desde que, para efeito de seu cálculo, Goulart não excluísse os reinvestimentos da classificação como capital estrangeiro. (...) O problema da classificação dos reinvestimentos como capital estrangeiro ou nacional constituía o centro da discussão. As empresas norte-americanas sempre se expandiram, fundamentalmente, à custa do capital acumulado nos países onde se instalaram, como o Brasil, tornando-se os reinvestimentos o principal suporte para a manutenção dos níveis de suas remessas de lucros (BANDEIRA, 2001, p. 115).

Porém, as medidas necessárias para conter a inflação e o déficit no balanço de pagamentos não podiam deixar de ferir os interesses dos cartéis internacionais. Assim,

quando João Goulart expunha suas medidas, afastava cada vez mais a perspectiva de conciliação com o governo estadunidense (BANDEIRA, 2001). Sua administração ainda tomou uma série de providências que ia contra os interesses do capital estrangeiro, como por exemplo,

Iniciou processos com o objetivo de promover a nulidade ou a caducidade das autorizações para pesquisa e lavra de minérios em todo o Brasil. Cassou as concessões da Companhia de Mineração Curral del Rey, subsidiária da Hanna Co., para a pesquisa e lavra de minério no município de Nova Lima (Minas Gerais), cumprindo o acórdão do Tribunal Federal de Recursos, que manteve a decisão de seu ex-ministro de Minas e Energia Gabriel Passos. Tabelou os óleos lubrificantes, vendidos pela Esso, Shell, Texaco etc., quebrou o domínio da Gas Ocean sobre o mercado brasileiro e outorgou à Petrobrás o monopólio das importações de petróleo, através das quais, até então, as refinarias particulares, mancomunadas com as corporações estrangeiras, transferiam recursos do Brasil para o exterior, fraudulentamente, pagando por um tipo de óleo mais caro, quando, na verdade, recebiam outro de qualidade inferior (BANDEIRA, 2001, p. 148).

As ações do governo dos Estados Unidos para desarticular o governo Goulart visavam manter as condições necessárias para os investimentos do capital financeiro estadunidense no Brasil. Por esse motivo, agiram para evitar que a esquerda, principalmente os sindicatos, ganhassem espaço na vida política brasileira, procuraram pelas indenizações da ITT e da AMFORP, e lutaram contra a regulamentação da Lei de Remessas de Lucro que limitaria o escoamento dos ganhos de suas subsidiárias. Todos esses fatores contribuíram para sua participação na desestabilização da democracia no Brasil, levando ao golpe de Estado em 1964.

O governo norte-americano, àquela altura, já estava convencido de que se lhe impunha a tarefa de expelir Goulart do governo brasileiro, como contingência da contra-revolução, para conter o avanço das massas e o transbordamento da democracia formal. Embora Kennedy vacilasse, os interesses da Bond & Share e da ITT, que a perspectiva de negociação neutralizara, moveram seus cordéis, interna e externamente, com o intuito de criar condições para o golpe de Estado. A crise brasileira evoluiu, assim, para uma solução de força, tanto em consequência de dinâmica interna da luta de classes quanto do confronto cada vez mais aberto com os EUA, cujas posições as medidas nacionalistas do governo, em especial o trabalho para a regulamentação da lei de remessas, ofendiam e abalavam (BANDEIRA, 2001, p. 122).

### **2.3.2 Lincoln Gordon, Vernon Walter e a “Operação Brother Sam”**

Lincoln Gordon assumiu o posto de Embaixador no Brasil no mesmo ano em que João Goulart se tornou presidente. No contexto da Guerra Fria, Gordon acreditava ser necessário dar o ‘benefício da dúvida’ ao presidente brasileiro, “tentando ao mesmo

tempo induzi-lo a acreditar que a cooperação com os Estados Unidos será vantajosa para ele e para o Brasil” (PARKER, 1977, p.23).

Gordon<sup>36</sup> se fez presente no palácio presidencial, tentando investigar possíveis escolhas esquerdistas do governo brasileiro e procurando por possíveis aliados ao governo dos Estados Unidos – entre militares, governadores, deputados, empresários e dirigentes sindicais (TOLEDO, 2004). Com o passar do tempo, e pelas diversas investidas do presidente brasileiro pelas reformas de base, Gordon acreditava fielmente que Goulart tinha pretensões de estabelecer um regime autoritário no país. Como exposto em um telegrama do embaixador,

(...) as atitudes recentes de Goulart representam uma ameaça ao Mundo Livre. Minha conclusão pessoal é que as atitudes recentes de Goulart e Brizola sobre a reforma agrária levarão o Brasil ao comando de um governo comunista similar ao de Fidel Castro em Cuba” (O Dia que durou 21 anos, 8min40s).

Essa desconfiança era compartilhada pelos militares brasileiros, como pelo Almirante Sílvio Heck, que informou Lincoln Gordon sobre uma organização entre civis e militares que objetivava um golpe contra Goulart. O almirante brasileiro não estava solicitando ajuda dos EUA, mas acrescentou que “qualquer dia desses, vamos entrar em ação, espero que, quando isso acontecer, os Estados Unidos não fiquem indiferentes” (PARKER, 1977, p. 26).

A classe militar era vista como uma aliada dos Estados Unidos, tanto pelo tempo de batalha compartilhado durante a Segunda Guerra Mundial, como pelo inimigo partilhado: o comunismo soviético. O embaixador Gordon acreditava que era necessário fortalecer esse laço para a “estratégia de refrear os excessos esquerdistas do Governo Goulart” (PARKER, 1977, p. 84). Gordon pediu diretamente ao presidente Kennedy pela vinda do Coronel Vernon Walters<sup>37</sup> para o Brasil, alegando que “uma situação perigosa estava se desenvolvendo, na qual os militares obviamente teriam um papel fundamental de algum tipo<sup>38</sup>” (BANDEIRA, 2001, p. 33).

Walters atuou como adido da Defesa da embaixada dos EUA no Brasil e era um importante aliado da oposição ao governo de Goulart. O Coronel possuía amigos entre

---

<sup>36</sup> A interferência de Gordon nos assuntos do governo brasileiro fez surgir o slogan: “*Basta de intermediários: para Presidente, Lincoln Gordon!*” (TOLEDO, 2004, p. 107).

<sup>37</sup> Nos documentos oficiais, Vernon Walters utilizava a sigla ARMA para referir-se a si mesmo – a qual é uma “combinação das palavras army (exército) e attaché (adido)” (FICO, 2008, p. 148).

<sup>38</sup> No original: “a dangerous situation was developing in which the military would obviously play a key role of some sort” (BANDEIRA, 2001, p. 33).

os militares brasileiros dos tempos de guerra, assim, conseguia recolher informações relevantes sobre o meio militar (PARKER, 1977). Em um de seus relatórios enviados ao Pentágono, destacou que,

Os oficiais ultranacionalistas que apoiam o Presidente Goulart são promovidos e obtêm o comando das tropas e os melhores lugares. Os oficiais francamente pró-democratas e pró-Estados Unidos geralmente não são promovidos. São passados para trás e reformados ou vão para diretorias, bem como para as funções menos desejáveis, e outros cargos que não dizem respeito a comando de tropas. Alguns neutros inexpressivos são promovidos para que não se possa dizer que somente os ultranacionalistas são promovidos, e uns poucos – muito poucos – oficiais pró-Estados Unidos conseguem ser promovidos ou melhorar sua função. Para a grande massa de oficiais não-comprometidos que desejam progredir e obter boas funções, é claro que a única maneira para seguir as duas coisas é adotar a linha ultranacionalista (PARKER, 1977, p. 68-69).

Vernon Walters acompanhava de perto o desenvolvimento da conspiração contra Goulart, e cultivava relações com os envolvidos. Até mesmo avistou um verdadeiro arsenal “com metralhadoras, rifles, granadas e munições, sem nada comunicar o governo brasileiro” (BANDEIRA, 2001, p. 33). Segundo Walters, havia brasileiros que demandavam uma atitude do governo estadunidense, sendo indagado, em certa ocasião, sobre quando os Estados Unidos estariam intervindo na situação brasileira – “Os senhores querem intervir antes, durante ou depois – quando pode ser tarde demais – da invasão militar russo-cubana no Brasil?” (BANDEIRA, 2001, p. 142).

Na conjuntura da Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos apoiava a visão de Gordon sobre a problemática situação política no Brasil. Os estrategistas estadunidenses se questionavam sobre qual seria o comportamento do governo dos EUA diante da destituição de Goulart. Assim, desde o final de 1963, um grupo engendrado por Lincoln Gordon trabalhava na composição de hipóteses e possíveis reações que seu governo poderia seguir (FICO, 2008).

Os cenários hipotéticos desenhados correspondiam a planos de contingência, os quais buscavam “antecipar o desdobramento de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de ações alternativas, evitando que um governo (...) seja surpreendido” (FICO, 2008, p. 86). O texto do documento, “*Proposed contingency plan for Brazil*”<sup>39</sup>, expunha quatro possíveis cenários e, conseqüentemente, quatro possíveis linhas de ação.

---

<sup>39</sup> O contato com este documento foi feito a partir do Anexo 1 presente na obra de Carlos Fico “O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira”.

Os pressupostos estabeleciam que, embora um golpe direitista não devesse ser estimulado (até porque poderia ser usado por Goulart como peça acusatória contra os Estados Unidos), a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. Tais grupos provavelmente teriam escrúpulos de pedir ajuda aos Estados Unidos, a não ser que estivessem convencidos de uma ameaça externa vinda da União Soviética ou de Cuba ou, pelo menos, de que houvesse risco de o Brasil tornar-se comunista. Finalmente, o plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar o regime (FICO, 2008, p. 89).

Os quatro possíveis cenários que foram estabelecidos, eram,

O primeiro considerava a possibilidade de uma “revolta de extrema esquerda contra o regime de Goulart” com apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma “resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart obter poder autoritário” identificada por um gesto como a intervenção em um estado, o fechamento do congresso ou qualquer outra ação indiscutivelmente antidemocrática ou inconstitucional. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional “mais efetiva” motivado por um descontentamento acumulado com o “caos” econômico e político, não por um episódio específico. Finalmente, o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder “ultranacionalista de extrema esquerda”, com ou sem a participação de Goulart, acompanhada de uma “neutralização ou fracionamento” das Forças Armadas (FICO, 2008, p. 89-90).

Observa-se que a segunda e a terceira hipótese correspondiam à tese defendida por Lincoln Gordon, “segundo a qual Goulart implantaria uma ‘ditadura de tipo peronista’ e, depois, acabaria dominado pelos comunistas” (FICO, 2008, p. 90). Curiosamente, os aspectos apresentados sobre o segundo e terceiro cenário foram “aquilo que efetivamente se deu três meses depois” (FICO, 2008, p. 91).

Não há surpresa com a adoção das diretrizes pelo governo norte-americano, mas surpreende a coincidência entre as diretrizes definidas no plano de dezembro de 1963 e aquilo que os conspiradores brasileiros fizeram no final de março de 1964. Trata-se de um indício eloquente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963, no plano de contingência norte-americano (FICO, 2008, p. 91).

As linhas de ação estratégica desenhadas no plano de contingência foram implementadas após o golpe de Estado, como se vê: “o controle militar temporário (mediante uma junta militar, que se configurou no ‘Comando Supremo da Revolução’), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente” (FICO, 2008, p. 93). No plano articulado, estava previsto que nenhum tipo de apoio deveria ser dado ao presidente João Goulart,

(...) os Estados Unidos deveriam “providenciar apoio secreto ou mesmo aberto (aos golpistas), particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munições), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidencia de intervenção soviética ou cubana do outro lado” – diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria “Brother Sam” (FICO, 2008, p. 93).

Para colocar a Operação Brother Sam em andamento, Gordon usou de avaliações tendenciosas, dado o cenário da Guerra Fria. Como por exemplo, em um memorando, datado de 27 de março de 1964, enviado à cúpula do governo estadunidense, o embaixador expressava seus receios que o presidente Goulart estaria se articulando para conseguir “poderes ditatoriais, aceitando para isso a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda racial” (CORRÊA, 1977, p. 20). Gordon atacava o discurso das reformas de Goulart, dizendo que,

A finalidade não é realmente fazer reformas econômicas e sociais construtivas, mas desacreditar a Constituição atual e o Congresso, criando clima para um golpe a ser dado de cima que seria depois ratificado por um plebiscito fraudulento e a reforma da Constituição por uma Assembleia Constituinte submissa. (...) Com seu tempo se esgotando e os candidatos à sucessão se reunindo ativamente na arena, Goulart está sob pressão e agirá com mais rapidez e menor cálculo dos riscos. A má administração vem também acelerando a taxa de inflação, havendo ameaça de um colapso econômico e distúrbios sociais. Uma investida desesperada para obter Poder totalitário poderá ser feita a qualquer momento (CORRÊA, 1977, p. 21).

Em seu memorando, Lincoln Gordon ainda destacava o desenvolvimento de um grupo de resistência militar que contava com a liderança do general Castello Branco – o qual, de acordo com sua descrição, era um oficial “com forte dedicação a princípios legais e constitucionais” (CORRÊA, 1977, p. 23). E que sob o seu comando, a “resistência” estava sendo sistematicamente organizada. Desse modo, o embaixador colocava que,

Castello Branco prefere agir apenas em caso de óbvia provocação constitucional, isto é, uma ação de Goulart para fechar o Congresso ou intervir num dos Estados da Oposição (sendo a Guanabara e São Paulo aqueles em que é mais provável isso ocorrer). Ele reconhece, contudo, como eu também, que Goulart poderá evitar uma provocação óbvia, buscando um fato consumado através da manipulação de terceiros, do arrocho financeiro de Estados e de um plebiscito – incluindo os votos dos analfabetos – em apoio de uma tomada de poder ao estilo bonapartista ou degaullista. Por isso, Castello Branco vem se preparando para uma possível ação provocada pela convocação de greve geral, de instigação comunista, por outra rebelião de sargentos, pela realização de um plebiscito a que o Congresso se oponha ou mesmo uma grande reação governamental contra a liderança civil ou militar democrática (CORRÊA, 1977, p. 23).



Para concluir, Gordon ressaltava que independente das possibilidades, era claro que uma guerra civil se desencadearia no Brasil. A “Operação Brother Sam” representava uma força-tarefa naval que seria enviada ao país caso eclodisse o conflito entre as forças “pró e anti-Goulart”. Uma operação dessa magnitude não poderia ter sido preparada sem a participação dos militares e conspiradores brasileiros. Caso a ajuda da força-tarefa fosse, realmente, necessária, seria preciso uma articulação prévia entre brasileiros e estadunidenses para que pudessem coordenar o recebimento dos suprimentos e o desembarque dos marines (BANDEIRA, 2001).

A operação estava em contato com um militar brasileiro, o general José Pinheiro de Ulhoa Cintra, homem de confiança de Castello Branco. O general Cintra era responsável pelos cuidados da entrega das armas, munições e combustível que seriam concedidos caso necessário (FICO, 2008). Em um telegrama para o Departamento de Estado, datado de 28 de março de 1964, Gordon expunha que,

Apesar de sua força no oficialato, o grupo de resistência está preocupado com a suficiência de armas e a possível sabotagem das provisões de derivados de petróleo. Na semana vindoura, nós **seremos notificados das estimativas sobre necessidade de armas através do contato entre o adido militar, Vernon Walters, e o general Cintra, braço direito de Castelo Branco.** As necessidades de derivados de petróleo incluiriam o combustível para navios que é buscado agora por Byington juntamente com combustível de motor e gasolina de aviação (FICO, 2008, p. 94, grifo nosso).

O Comando-Geral da operação foi instituído ao General George S. Brown, e toda essa articulação do governo dos Estados Unidos tinha o objetivo não de apoio bélico, mas estratégico aos opositores de Goulart. Pois, “havia o temor de que o Movimento no Brasil viesse a ser derrotado pela falta de combustível, se as lutas se estendessem por muito tempo” (CORRÊA, 1977, p. 16). Assim, a operação contava com:

(...) um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seus contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado CS Agent) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas (FICO, 2008, p. 98).

Segundo os documentos oficiais estadunidenses, apresentados na obra de Corrêa (1977), em 31 de março de 1964 foi autorizada a movimentação da força-tarefa naval, a qual, esperando instruções sobre seu destinado final, desembarcaria, provavelmente, na

região sudeste, tendo como destino São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (MOREL, 2014).

Naquela noite, o petroleiro Santa Inez receberia no porto de Aruba, no Caribe, 40 mil barris de gasolina comum, 15 mil barris de gasolina de aviação, 33 mil barris de óleo diesel e 20 mil barris de querosene. Dali, pegaria a rota para Montevidéu, advertido de que “o destino real seria revelado mais tarde”. (...) Outro petroleiro, o Chepacket, traria 35 mil barris de querosene, 40 mil de gasolina comum e 33 mil da de aviação. O terceiro barco, Hampton Road, preparado para porto de pequeno calado, carregaria 150 mil barris. E o quarto, Nash Bulk, 56 mil barris de gasolina comum, 39 mil da gasolina de aviação e 92 mil de querosene. Também estes rumariam, em princípio, para o Uruguai, à espera de novas instruções (CORRÊA, 1977, p. 16-17).

A articulação entre os opositores de Goulart e os estadunidenses se torna nítida no documento “Chefes do Estado-Maior Conjunto”, no qual se destaca:

(...) 110 toneladas de armas e munições continuarão retidas na Base McGuire, **enquanto o Embaixador Gordon determina se as forças militares brasileiras ou as forças policiais do Estado necessitarão de um apoio americano antecipado.** (...) A Força-Tarefa com porta-aviões prosseguirá em direção ao Atlântico Sul até que o Embaixador declare que uma visita a portos brasileiros ou outras demonstrações americanas de poder naval são definitivamente desnecessárias (CORRÊA, 1977, p. 50, grifo nosso).

Contudo, quando Castello Branco estava ciente de que Goulart não tentaria resistir, contatou Gordon e disse que “não precisaria de apoio logístico norte-americano” (FICO, 2008, p. 98). Assim, a Operação Brother Sam<sup>40</sup> foi cancelada. Mas, a construção e implementação desta operação nos mostra que, se o governo dos Estados Unidos julgasse necessário, realizariam, à época, uma intervenção militar no Brasil.

## 2.4 A ditadura militar brasileira e as relações com os Estados Unidos

Imersos na doutrinação estadunidense da concepção do “inimigo interno”, os opositores de Goulart se articulavam sob a liderança do general Castello Branco (BANDEIRA, 2001). Uma das primeiras iniciativas foi uma denúncia feita por Bilac

---

<sup>40</sup> Quando os documentos da operação vieram à tona, Gordon, em 1977, disse que: “A força-tarefa não foi criada para uma intervenção militar, com força de combate. Ela foi criada para tornar possível uma forma de ação norte-americana limitada, em uma contingência hipotética específica, uma guerra civil com o Brasil dividido em linhas geográficas, com forças do mesmo tamanho, e com um dos lados reconhecido por nós. Dentro dessa hipótese, a força-tarefa teria tido três propósitos: (a) providenciar apoio logístico, especialmente em derivados de petróleo, para o lado que nós acreditávamos representar a moderação e a democracia; (b) desencorajar o outro lado mostrando a bandeira dos Estados Unidos em uma embarcação poderosa; e (c) ajudar se necessário na evacuação de cidadãos americanos das regiões envolvidas no combate civil” (GORDON, jan. 1997, p. 5 apud GREEN; JONES, 2009, p. 81-82).

Pinto, presidente da União Democrática Nacional (UDN) e porta-voz político de Castello Branco, que

(...) divulgou um documento onde se declarava que estava em curso no país uma “guerra revolucionária”; mais especificamente, a “guerra revolucionária” já teria alcançado a sua terceira fase – a da “subversão da ordem e obtenção de armas”. Ou seja, o país estava prestes a assistir à “tomada de poder pelos comunistas”. Denunciava a direita que o governo Goulart insuflava as invasões de terra, as greves operárias e de trabalhadores do campo, além de “distribuir armas a sindicatos rurais e marítimos” (TOLEDO, 2004, p. 92).

A oposição do governo Goulart disseminava, para a população brasileira, que a esquerda estava se preparando para tomar o poder. Porém, os principais líderes da esquerda brasileira e até mesmo os comunistas ainda acreditavam na democracia e na “vocação legalista das Forças Armadas” (BANDEIRA, 2001, p. 125).

Naquele momento, no entanto, não era à esquerda que organizava milícias para substituir as Forças Armadas. Os grupos dos onze, ainda embrionários, não dispunham de armas e não chegavam sequer a constituir uma organização política e militar, com um programa de revolução social. As Ligas Camponesas tampouco. (...) E as correntes mais radicais, de composição pequeno-burguesa, não só eram fracas, numericamente reduzidas, como não julgavam oportuna a deflagração de guerrilhas, enquanto a legalidade subsistisse. Não contavam com recursos de espécie alguma para armar milícias ou mesmo comandos de autodefesa (BANDEIRA, 2001, p. 125).

Foram dois os eventos que desfavoreceram o presidente Goulart e colocaram em andamento o golpe de Estado: seu comício em 13 de março de 1964, e a “Revolta dos Marinheiros”, em 28 de março do mesmo ano. Diante disso, os militares estavam crenes de que precisavam agir para “combater a desordem, a agitação, as greves políticas, em resumo, o comunismo” (BANDEIRA, 2001, p. 125).

Às vésperas da deflagração do movimento militar, o governo dos Estados Unidos estabeleceu, em sua Embaixada no Brasil, um amplo sistema para acompanhar o desenvolver do golpe de Estado. Um telegrama da CIA, “*Plano dos conspiradores revolucionários em Minas Gerais*”, datado de 30 de março de 1964, expunha que,

1. No dia 30 de março (embargado), Comandante do (embargado) fez as seguintes e significativas declarações: a. O Presidente Goulart deve ser removido e removido às pressas. Não há mais a possibilidade de uma solução legal. Se as Forças Armadas não agirem agora, ficarão em breve sem líderes. b. O Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, reconhece agora que Goulart deve sair. O movimento tem apoio e está sendo coordenado com os Governadores de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e, possivelmente Bahia, e Rio Grande do Norte. A posição de Arraes

é uma interrogação. (...) f. Nenhuma data ou hora exata foram marcadas, mas o movimento se deflagrará (CORRÊA, 1977, p. 73).

A tomada de poder pelos militares brasileiros – que contavam com o apoio dos Estados Unidos, dos empresários e dos latifundiários – se iniciou em 30 de março de 1964, quando:

O Governador Magalhães Pinto divulgou um manifesto denunciando o governo de Goulart e defendendo o direito dos militares de lutarem pelo destino ‘glorioso’ que lhes era atribuído pela Constituição. O General Mourão Filho, comandante do Quarto Exército sediado em Minas Gerais, ouviu o discurso de 30 de março pelo rádio e resolveu agir. Na manhã de terça-feira, 31 de março, começou a movimentar as suas tropas e tanques em direção ao Rio de Janeiro. Castello Branco ficou surpreso e preocupado porque todos os planos de coordenação ainda não estavam devidamente entrosados. Incapazes de deter temporariamente o avanço de Mourão, Castello Branco e os outros conspiradores concentraram-se em dar a ele todo o apoio possível (PARKER, 1977, p. 98).

Enquanto a situação no Brasil se desenrolava, o subsecretário de Estado, George Ball e o Secretário Assistente para a América Latina, Thomas Mann, a 31 de março de 1964, informavam o status da movimentação militar ao presidente Lyndon Johnson e a possível chegada da força-tarefa em 10 de abril. Nesta conversa<sup>41</sup>, Johnson dá a luz verde para que apoiassem ativamente o golpe de Estado, e fazendo referência a Goulart, disse: “simplesmente não podemos aceitar este”, e, “acho que devemos dar todos os passos que pudermos, estarmos preparados para fazer tudo o que precisamos”.

Frente à movimentação militar, João Goulart resolveu partir para o exílio no Uruguai, e se negou à formação de uma resistência armada devido a “inutilidade dos gestos heroicos que implicariam no derramamento de sangue inocente” (TOLEDO, 2004, p. 106).

Goulart ainda estava no país quando o presidente do Congresso Nacional, Auro Soares de Moura Andrade (UDN), empossou o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli como presidente provisório. O governo dos Estados Unidos se preocupava que a comunidade internacional encararia a deposição de Goulart como “mais um rotineiro golpe militar latino-americano” (FICO, 2008, p. 127), desse modo,

(...) era preciso que o novo governo de Mazzilli fosse reconhecido pelos demais países e os bons serviços diplomáticos norte-americanos não faltaram para

---

<sup>41</sup> O áudio desta conversa pode ser acessado pelo site do National Security Archive, pelo link: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil.mp3>.

essas duas tarefas iniciais. Tratava-se não apenas de apoiar o novo regime: era preciso, além disso, cuidar da própria imagem, arranhada pela precipitação do reconhecimento caloroso de Mazzilli quando Goulart ainda estava no Brasil (FICO, 2008, p. 127).

Mazzilli ficou no cargo até 13 de abril, quando uma junta, o Comando Supremo da Revolução<sup>42</sup> assumiu o poder, até a eleição do general Castello Branco pelo Congresso Nacional (FICO, 2008). Porém, Dean Rusk – secretário de Estado – e Lincoln Gordon ainda se afligiam com os riscos diplomáticos envolvidos no apoio ao novo regime brasileiro,

(...) preocuparam-se bastante com a observância, pelos brasileiros, dos devidos procedimentos legais, na medida do possível, algo que pudesse preservar, pelo menos, the color of legitimacy, como dizia o secretário Rusk. Isso não seria difícil: a tradicional compulsão legiferante da elite brasileira terminaria por criar uma “teia legal” constituída de atos institucionais, atos complementares, decretos, decretos-lei etc. que, na falta de legitimidade, dariam uma aparência de licitude e juricidade ao regime militar brasileiro (FICO, 2008, p. 128).

Rusk e Gordon se empenharam em legitimar a situação brasileira tanto à comunidade internacional como aos estadunidenses e aos brasileiros. Tentou-se criar uma versão que justificaria o golpe (FICO, 2008). De acordo com o telegrama do secretário de Estado a todos seus postos do continente e em outros países,

Goulart foi dado por ter abandonado seu cargo (...) Influenciado por membros de extrema esquerda e comunistas da sua equipe (...) Tornou-se cada vez mais evidente que era sua intenção esforçar-se para perpetuar-se no poder (...) A crise assumiu grandes proporções em 13 de março (...) Atacando violentamente o Congresso (...) Goulart ameaçou consultar o “povo” se o Congresso continuasse a dificultar seu programa (provavelmente por meio de uma série de comícios semelhantes patrocinados oficialmente). A mensagem anual de Goulart ao Congresso, entre dois dias depois, foi igualmente ameaçadora e demagógica (...) Dois ataques galvanizaram os elementos da oposição outrora muito heterogêneos (...) A manifestação de 19 de março em resposta (...) provou ser muito mais bem-sucedida que a manifestação de 13 de março (...) Uma reunião de suboficiais, cabos e marinheiros (...) elevou a crise a um estágio mais agudo (...) Essas ações consolidaram forte oposição dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados (...) e resultaram na iniciativa militar (...) Os governadores dos estados-chave centrais juntaram-se à oposição (...) Houve deserções nas forças do I Exército (...) contra as quais forças anti-Goulart estavam se movendo (...) Não houve combates militares significativos, nem baixas (FICO, 2008, p. 130).

---

<sup>42</sup> Essa junta era composta por três ministros militares: o general Artur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

A chegada de Castello Branco<sup>43</sup> (1964-1967) ao poder era bem vista, pois internamente o país estava aderindo ao liberalismo e reformas que “caracterizam a transição do país ao capitalismo moderno”, e externamente, adotava um alinhamento aos Estados Unidos (PECEQUILO, 2011, p. 34). A política externa brasileira durante esse governo era caracterizada “principalmente pelo que o Brasil deixou de fazer contra os interesses americanos, do que efetivamente realizou ao seu favor” (VIZENTINI, 1998, p. 37 apud PECEQUILO, 2011, p. 35).

Um exemplo disso foi a fala do então ministro das relações exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, que destacou: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (FICO, 2008, p. 151). Além disso, Juracy considerava os Estados Unidos como o “líder do mundo livre e o principal guardião dos valores fundamentais da nossa civilização” (FICO, 2008, p. 151).

O novo regime tentava legitimar suas ações tanto com o uso do aparato repressivo como pelo discurso da ‘preservação dos valores da democracia e ordem social’. E se pautava, principalmente, na estratégia política da “defesa da democracia, da família e contrário à corrupção e ao comunismo” (SILVA, 2017, p. 2). Uma das medidas adotadas foi a perseguição aos grupos considerados de inspiração comunista, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). Postura essa que se alinhava aos interesses estadunidenses.

O governo dos Estados Unidos procurava ressaltar a “qualidade” do novo governo brasileiro, mas após o Brasil romper relações com Cuba, Fidel Castro, em um discurso celebrando a derrota da tentativa de invasão estadunidense em 1961, enfatizou que,

Dizer que Goulart era comunista é, na realidade, o cúmulo (...) Goulart não fez uma reforma agrária como a nossa (...) Não é que tenha proibido a saída de divisas, apenas limitava os ganhos que os monopólios norte-americanos podiam extrair (...) fez uma lei contra os latifúndios que estavam nas margens das estradas (...) O presidente Goulart foi derrubado por um golpe de feitiço reacionário, sendo um de seus principais cérebros o homem mais reacionário deste continente, um senhor que, inclusive, como solução para o problema da mendicância no estado do Rio de Janeiro, onde é governador, propunha a eliminação física dos mendigos (...) um senhor de mentalidade fascista, o governador do estado da Guanabara, Lacerda, “ou o porco”, como queiram chamá-lo. E esses elementos, aliados aos elementos reacionários das Forças Armadas, levaram adiante o plano golpista forjado pelo Pentágono e pelo

---

<sup>43</sup> Em um telegrama ao Departamento de Estado, datado de 11 de abril de 1964, Vernon Walters enviou ao governo dos Estados Unidos uma biografia resumida sobre o general Castello Branco, expondo seus dados familiares, posição religiosa, detalhes de sua aparência, carreira e postura com relação aos Estados Unidos. Este telegrama pode ser encontrado na obra de Marcos Sá Correa.

Departamento de Estado ianque (...) Se os imperialistas creem que vamos calar nossas opiniões sobre esse golpe de Estado, estão muito equivocados (...) Imediatamente, começaram os telegramas imperialistas das agências imperialistas a dizer que, agora sim, que o Brasil romperia com Cuba, a publicar declarações do senhor Lacerda e de outros elementos reacionários dizendo que iam romper com Cuba (...) pensando, talvez, que essas coisas nos intimidavam, nos abatiam; que, agora sim, que agora que um grande país influente como o Brasil estaria a favor da política de intervenção e de agressões, agora que o Brasil caía em mãos dos gorilas e dos fascistas, agora sim, podiam cair em cima de Cuba e que Cuba ia se assustar (...) Falam com júbilo que vão romper (as relações diplomáticas). Bem, não vamos ficar chorando no dia seguinte a esse rompimento. Não vamos implorar por essas relações e não imploramos por relações com “gorilas” de nenhum tipo (FICO, 2008, p. 134-135).

Foi no governo de Castello Branco que começaram a aplicar os ‘Atos Institucionais’ (AI), os quais marcaram o abuso de poder pelos militares. De modo geral, pregavam a limitação do poder de atuação do Congresso Nacional, a suspensão e cassação de mandatos de parlamentares, extinguíram o multipartidarismo e implementaram o bipartidarismo – apenas dois partidos existiam agora: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição moderada. Além disso, foram instaurados os ‘Inquéritos Policial-Militares’ (IPMs), que funcionavam como um instrumento para interrogar opositores do regime (SILVA, 2017; RIDENTI, 2014). Em outras palavras,

(...) tinha como objetivo apurar crimes militares praticados contra o Estado e a ordem política e social. Isso criou as condições necessárias para que vários coronéis, tenentes-coronéis, majores, e capitães mais exaltados persistissem na “caça às bruxas”, mesmo depois da posse do General Humberto de Alencar Castello Branco, uma vez que eles passaram a assumir a responsabilidades pela condução desses IPMs (FICO, 2001, p 36 apud SILVA, 2017, p. 3).

O governo dos Estados Unidos não aprovava a instauração do AI-1, mas Lincoln Gordon, que tinha feito suas declarações sobre a necessidade da deposição de Goulart, não podia deixar de apoiar as medidas repressivas do novo regime brasileiro. Gordon reafirmava que o Brasil havia escapado “por um milagre” de uma ditadura comunista. Desse modo, apesar da repressão do ato, o governo estadunidense deveria manter o apoio ao regime brasileiro (FICO, 2008). Frente às punições do AI-1, disse,

Em relação aos parlamentares cujos mandatos foram revogados esta manhã, a maioria estava completamente comprometida com atividades subversivas evidentes, como instigar rebeliões de suboficiais e recrutas, fomentar violência rural e invasão de terra, distribuir armas e organizar forças guerrilheiras. Outros foram implicados nos planos de Goulart para abolir a ordem constitucional. Uma meia dúzia era de conhecidos membros do PC disfarçados

em outros partidos. Embora nós não busquemos justificar os processos extralegais adotados pelos líderes revolucionários para levar a cabo a “Operação Limpeza”, uma substancial purificação era evidentemente apropriada (FICO, 2008, p. 140).

Diante da lógica de Gordon, o novo regime estava “mantendo sua constitucionalidade” e as “punições eram merecidas”. Assim, o governo dos Estados Unidos poderia prosseguir apoiando o governo do Brasil, e até garantir uma assistência econômica ao país. E foi o que fez, providenciando um programa com altos empréstimos para estabilizar a economia brasileira (FICO, 2008).

(...) em junho de 1964, os Estados Unidos providenciaram US\$ 50 milhões, sob a forma de um “empréstimo eventual” no âmbito do programa de ajuda econômica, e, diante dos compromissos assumidos pelo Brasil no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, foi anunciado, em 12 de dezembro, um empréstimo, do mesmo programa de ajuda econômica, de US\$ 150 milhões. Em 6 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou disponível um crédito de US\$ 125 milhões. (...) Em 1965 o governo norte-americano emprestou US\$ 53,6 milhões (acordo de câmbio) e o FMI US\$ 125 milhões (acordo stand by) (...) Em 1966, seriam destinados ao Brasil US\$ 240 milhões em empréstimos e concessões econômicas, mais US\$ 30 milhões em empréstimos e concessões do programa miliar e cerca de US\$ 120 milhões em mercadorias do programa “Comida para a Paz” (FICO, 2008, p. 144-145-146).

As assistências não parariam por aí: a partir de 1964, o Ministério da Educação (MEC) firmaria um acordo com a USAID chamado de “Acordo MEC-USAID” – que correspondia a uma série de convênios para adaptar o ensino à realidade brasileira e solucionar a crise das universidades do país. O convênio tinha como objetivo reformar todos os níveis do ensino brasileiro através da implementação do modelo estadunidense. Observa-se uma tentativa brasileira de *adequar-se* aos ideais dos Estados Unidos (FICO, 2008; FRANZON, 2015). Entretanto, a busca pela modernização educacional brasileira tinha outros propósitos aos interesses estadunidenses, como

(...) Ostentando uma roupagem que vendia a ideia de modernização do aparelho educativo brasileiro ou mesmo de uma nova ordem educacional, o movimento desenvolvimentista da Aliança para o Progresso e demais organismos do aparelho estatal norte-americano na verdade deixavam oculto seu objetivo maior: preparação de mão de obra necessária à implementação do modelo econômico que se inaugurava com a incipiente industrialização do Brasil e a presença massiva das grandes corporações estrangeiras carentes dessa qualificação, além da inculcação da cultura anglo-americana na área educacional (FRANZON, 2015, p. 40622-40623).



Para exaltar o governo de Castello Branco, a CIA produziu um memorando, datado de 29 de julho de 1964. Neste documento, ressaltava as implicações negativas da “revolução de abril” para os interesses soviéticos e cubanos, os esforços do novo presidente para conter as ameaças à estabilidade política do país – discutindo sobre o quadro político do país, suas ações populares e o viés da política externa do novo regime.

Deste documento duas passagens se destacam: i) o entusiasmo sobre o provável aumento de investimento externo, devido a incentivos do governo e da liberalização da “onerosa” Lei de Remessa de Lucros – destacando que “várias empresas, incluindo a *Willys-Overland* e *Volkswagen*, planejam gastos substanciais durante os próximos meses” (CIA, 1964, p. 4, tradução nossa); e ii) a crença de que o PCB estaria se articulando para aderir à revolução armada contra o novo governo – “desenvolvimentos recentes sugerem que o PCB, solidamente pró-Moscou antes da Revolução de Abril, está reexaminando a linha partidária com vista à possibilidade de dar maior ênfase à revolução armada” (CIA, 1964, p. 9, tradução nossa). Este último se comprovaria falso devido à adoção do partido de uma postura pacifista – algo a ser debatido no próximo capítulo desta dissertação.

O decreto do AI-2 representou um marco nas relações entre Brasil e Estados Unidos. A proximidade entre ambos países já não era vista como algo positivo ao governo estadunidense; era considerada como prejudicial aos seus interesses. Mesmo assim, não adotaram uma postura assertiva contra os Atos Institucionais do regime de Castello Branco (FICO, 2008).

A ascensão de Costa e Silva (1967-1969) ao poder não agradava o governo dos Estados Unidos principalmente por sua proximidade com os integrantes da “linha dura<sup>44</sup>”. Mesmo assim, os estadunidenses se empenharam em satisfazer o marechal em sua visita aos EUA, procurando uma maneira de influenciá-lo, como exposto em um memorando de Rusk ao presidente Johnson,

O Brasil detém a posição chave em nossa política continental e nós queremos fazer tudo que pudermos para influenciar Costa e Silva, tanto antes que ele determine suas políticas (...) Além disso, ele é orgulhoso, sensível e, devido à sua recente eleição, indiretamente, pelo Congresso brasileiro, em vez de por voto popular, preocupa-se com o tipo de recepção que receberá aqui. Se ele se sentir desprezado por alguma razão, isso poderia nos custar o apoio de um de nossos aliados mais fortes (FICO, 2008, p. 194).

---

<sup>44</sup> Refere-se a um grupo considerado mais radical que pregava a prorrogação do regime militar brasileiro e defendia a adoção de medidas mais severas contra os “subversivos”.

Nos anos finais do governo de Costa e Silva a situação interna brasileira piorou. Crescia a mobilização social e política que se opunha ao regime, especialmente, pelas greves do Movimento Operário<sup>45</sup>, que lutava pelas perdas da classe trabalhadora, e pelos protestos do Movimento Estudantil<sup>46</sup> em oposição ao autoritarismo do regime. Uma parte da esquerda aderiu à luta revolucionária e, do outro lado, os adeptos da “linha dura” demandavam uma ação assertiva contra os subversivos. Quanto maior a repressão do regime, maior o número de indivíduos que se juntavam às guerrilhas urbanas brasileiras – “essas duas tendências se retroalimentavam” (FICO, 2008, p. 199).

Neste contexto, foi instaurado o AI-5 – o mais repressivo adotado, decretando a ilegalidade dos movimentos contrários ao regime. Também, legalizava a perseguição aos opositores, aumentando o uso de medidas coercitivas e institucionalizando o uso da tortura. Era um ambiente em que “vários operários foram suspensos, demitidos, perseguidos, aberta ou veladamente, enquanto os mais engajados viram-se obrigados a entrar para a clandestinidade, a fim de não serem presos” (RIDENTI, 1993, p. 186 apud SILVA, 2017, p 4-5).

O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários públicos (RIDENTI, 2014, p.6).

Cabe ressaltar, entretanto, que “o AI-5 foi uma ação para reerguer um governo fraco (Costa e Silva) e revigorar o regime autoritário a que ele pertencia” (MOTTA, 2018, p. 212). Era o momento de estreitar os laços “entre os diferentes grupos que compunham a caserna, superando momentaneamente suas dissensões internas” tendo como “alvos privilegiados setores de elite que apoiaram 1964, mas se distanciaram da ditadura” (MOTTA, 2018, p. 212).

Em suma, as motivações a impulsionar o AI-5 podem ser sintetizadas nos seguintes pontos, sem intenção de atribuir a qualquer deles o papel de variável independente, ou seja, de fator determinante principal: a insegurança de grupos de direita militares e civis frente ao aumento do ativismo da oposição no parlamento, nas ruas e nas ações de resistência armada da esquerda, que a seus

---

<sup>45</sup> Destaca-se dois movimentos que ficaram conhecidos como “grandes greves”: o de Contagem, em Minas Gerais, e o de Osasco, em São Paulo. Ambos contaram com a adesão de milhares de operários e a resposta dos militares foi a repressão e o uso da violência.

<sup>46</sup> Os protestos se intensificariam, especialmente, após a morte do estudante Édson Luis pela violência policial, no Rio de Janeiro.

olhos ameaçava o regime; associada ao último ponto, a intenção dos mesmos setores de golpear as instituições liberais para retirar os limites que tolhiam sua ânsia repressiva; a perda de prestígio do governo militar entre segmentos dominantes, sobretudo a imprensa, o Judiciário, o Parlamento, a Igreja e as elites sociais, gerando sensação de isolamento e de fragilidade; o projeto de revigorar a “revolução” através da escalada autoritária, uma ofensiva imaginada como uma espécie de retorno às fontes originais de 1964, tendo em vista também unificar as Forças Armadas na defesa do regime (MOTTA, 2018, p. 211).

Quando decretado o AI-5, o governo dos Estados Unidos suspendeu “qualquer ajuda que pudesse caracterizar apoio à ditadura militar” (FICO, 2008, p. 204). E, quando o vice-presidente dos Estados Unidos, Spiro Agnew, se encontrou com Mário Gibson Barboza, novo embaixador brasileiro em Washington, o Departamento do Estado o instruiu que não transmitisse nada que pudesse ser interpretado como apoio à ditadura militar brasileira (FICO, 2008). Como exposto no memorando de instruções,

Nada implicando aprovação das recentes medidas repressivas que possa terminar sendo divulgado pelo governo brasileiro para demonstrar apoio norte-americano ao atual regime, embora uma desaprovação possa ofender e ser considerada como um julgamento injustificado sobre um assunto interno brasileiro (...) Nosso problema tem sido atingir dois objetos parcialmente irreconciliáveis: 1) Deixar claro aos brasileiros pensantes que os Estados Unidos não apoiam as medidas repressivas de um governo que, entre outras coisas, tem poucas perspectivas de sucesso a longo prazo. 2) Evitar o tipo de postura “intervencionista” que possa levar os nacionalistas a posições mais extremas (FICO, 2008, p. 208).

Neste momento, o governo dos Estados Unidos queria demonstrar a sua posição contrária à repressão praticada pelo regime, mas ao mesmo tempo, precisava manter um bom relacionamento político com o Brasil, visando seus interesses estratégicos no continente e os laços econômicos (FICO, 2008). Assumiu, então, uma postura de afastamento e adoção de um “apoio seletivo” ao Brasil – a ideia era reduzir sua associação com a ditadura militar, mas ao mesmo tempo, “poderiam fazer críticas às medidas repressivas, embora discretamente” (FICO, 2008, p. 214).

Quando o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) chegou ao poder, o Brasil viveu o que ficou conhecido como ‘anos de chumbo’ – momento em que se intensificaram os desaparecimentos, prisões e torturas. Além disso, “consolidou-se nesse período um sistema de monitoramento e informações, interligando todos os escritórios do SNI (Serviço Nacional de Informações)” (GESTEIRA, 2014, p. 9).

A partir desse momento, prevalecia no Brasil o arbítrio e a institucionalização da repressão e da tortura por parte do Estado, criando na sociedade brasileira uma cultura do medo, que restringia a participação em atividades religiosas, sindical e política (...) Com o aumento da repressão e da institucionalização da tortura, setores da sociedade civil, como movimentos grevistas, estudantis e setores mais progressistas da Igreja Católica, que em certa medida contavam com o apoio da elite eclesiástica, passaram a ser opor ao regime vigente (SILVA, 2017, p. 5).

Em sua política externa, principalmente sobre o comércio internacional, o governo de Médici adotou uma postura similar à PEI em relação aos Estados Unidos. Perante essa nova postura, procurou-se uma aproximação com os países latino-americanos e, também, com os países africanos. Os estadunidenses acreditavam que o Brasil, diante de seu impulso econômico, estava adotando uma estratégia para maximizar sua presença nas relações internacionais (FICO, 2008). Em uma análise, sob o título “*GOB Foreign Policy Under Médici*”, o cônsul no Rio de Janeiro, Clarence Boonstra, encaminhou ao Departamento de Estado o seguinte,

A política externa do Brasil está evoluindo para uma estratégia de maximizar a independência de ação brasileira em algumas decisões determinadas (...) uma vontade nova para trabalhar dentro da moldura das negociações e organizações multilaterais quando isso satisfizer os interesses do Brasil; e uma consciência crescente do governo brasileiro de uma identificação com as forças e problemas do mundo menos desenvolvido, em oposição aos interesses das nações já desenvolvidas. A atual posição econômica forte e em expansão não apenas torna possível forjar uma postura crescentemente independente, ela também provê um impulso. O governo brasileiro vê sua nova postura como parte de seu esforço para aumentar sua penetração nos mercados mundiais à custa dos poderes estabelecidos (FICO, 2008, p. 241).

A nova postura do governo brasileiro causou impasses nas relações com os Estados Unidos em virtude de três momentos: i) a decisão brasileira de ampliar para 200 milhas do mar territorial, alegando a necessidade de proteger seus recursos naturais e para a segurança nacional; ii) a recusa do Brasil em assinar o Tratado sobre a Não-proliferação de Armas Nucleares; e iii) problemas sobre a exportação de café solúvel brasileiro para os Estados Unidos (FICO, 2008). Entretanto, estes três episódios ajudaram os estadunidenses com “um natural afastamento” do Brasil – algo procurado desde Costa e Silva – mas não chegava ao ponto de “hostilizar o regime militar e perder suporte político na América Latina” (FICO, 2008, p. 243).

Por causa do sucesso econômico brasileiro e querendo manter o apoio político do país, o governo dos Estados Unidos adotou a estratégia da “relação especial”. A ideia era deixar que Médici acreditasse que, para os Estados Unidos, o Brasil era a “grande

potência” da América do Sul e representava um “aliado de valor” (FICO, 2008). Como dito por Henry Kissinger, à época Secretário de Estado, a Médici, durante a visita do presidente brasileiro aos EUA,

os Estados Unidos precisam do conselho e cooperação da maior e mais importante nação da América do Sul. Em áreas de preocupação mútua como as situações no Uruguai e na Bolívia, a cooperação estreita e as abordagens paralelas podem ser muito úteis para nossos objetivos comuns. (...) Era importante para os EUA e para o Brasil agir coordenadamente, de forma que o Brasil faz algumas coisas e nós fazemos outras em benefícios de todos (FICO, 2008, p. 247).

Ao fim de 1971, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos estava receoso acerca do grande endividamento brasileiro, pois o país estava “em vias de se tornar o maior tomador de empréstimos do Bird, BID e Eximbank” (FICO, 2008, p. 251). A preocupação girava em torno do questionamento sobre se o Brasil seria ou não capaz de honrar com as dívidas feitas com o capital externo. Diante disso, a embaixada estadunidense no Brasil passou a monitorar “a expansão do débito estrangeiro em relação à capacidade de pagamento do serviço da dívida” (FICO, 2008, p. 252).

Diante das denúncias sobre a execução de tortura, sob intensa campanha internacional entre 1968-1971, durante o regime militar, o governo dos Estados Unidos se preocupou apenas com o enfoque político. Indagava-se sobre se o apoio dado à ditadura brasileira, em algum momento, seria prejudicial à imagem, interna e externa, dos EUA (FICO, 2008). O máximo que fez sobre as denúncias foi externalizar suas ‘preocupações’ ao governo brasileiro, mas evitando parecer que se tratava de uma “intromissão indevida em assuntos domésticos” (FICO, 2008, p. 263).

As evidências e a denúncia de que o regime militar utilizava métodos de torturas contra seus opositores marcou um novo momento nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Havia uma comoção na comunidade internacional e entre uma parcela da sociedade estadunidense contra a ditadura brasileira. Jimmy Carter, por exemplo, futuro presidente dos Estados Unidos, adotaria em sua campanha eleitoral a defesa dos direitos humanos (FICO, 2008).

Os dois primeiros capítulos desta dissertação delinearão a conjuntura externa do sistema internacional, e a conjuntura interna brasileira, a fim de auxiliar na compreensão da época aqui retratada. Em um primeiro momento, observa-se o extenso quadro de intervenções e ingerências praticadas pelos Estados Unidos ao longo dos séculos na

América Latina. Seu setor produtivo exigia a conquista, anexação e exploração de novos territórios na busca por seus interesses econômicos, políticos e estratégicos.

Entre os séculos XIX e XX, as grandes corporações estadunidenses instaladas por toda a América Latina conseguiram monopolizar ramos inteiros de produção ou a exploração de recursos naturais nos países latino-americanos. Assim, a exposição das ações imperialistas dos Estados Unidos no continente torna nítida a procura pela garantia de seus interesses nacionais e preservação dos lucros econômicos de seus trustes e cartéis.

No espaço-temporal desta pesquisa, ou seja, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos encontravam-se frente a um conflito que lhe permitiria se estabelecer de fato como uma potência hegemônica. Disseminaram, então, por todos os meios, a ideia da grande ameaça que a União Soviética e seu comunismo representavam, a fim de impedir a perda de aliados e sua influência. Neste momento, as classes dirigentes latino-americanas, temendo o avanço da esquerda, alinharam-se ao projeto imperialista dos EUA para combatê-los.

Entretanto, as medidas adotadas pelos Estados Unidos para assegurar sua hegemonia e o avanço de seu imperialismo acabaram desencadeando um ambiente conturbado em alguns países da América Latina – em consequência do surgimento de grupos armados e guerrilhas urbanas e rurais.

Como já exposto, os estadunidenses desempenharam um grande papel na interrupção do governo de João Goulart e na instauração de uma ditadura militar no Brasil. De fato, podem não ter articulado, diretamente, o levante militar deflagrado em Minas Gerais, mas “não constitui intervenção, nos assuntos internos do Brasil, uma forma de participação no golpe de Estado, acionar uma força-tarefa a fim de favorecer a sublevação contra o governo Goulart?” (BANDEIRA, 2001, p. 30).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que garantiam a preservação de seus interesses no Brasil, apoiando o golpe de Estado, acabaram contribuindo para a deflagração de um ambiente de conflito interno no país com o surgimento de guerrilhas urbanas como a Ação Libertadora Nacional, ou simplesmente ALN. O alinhamento de uma parcela da população brasileira aos interesses e ideais dos Estados Unidos, e a desconfiança frente às tendências nacionalistas de Goulart contribuíram para o golpe e a guinada contra a esquerda do país.

A instauração do regime militar buscou interromper a mobilização popular a favor das reformas de base, apresentadas por Goulart, colocando fim às crescentes reivindicações dos operários, camponeses, estudantes e militares de baixa patente. A

ascensão e politização dessa parcela da população brasileira representava uma ameaça à ordem estabelecida, e, também, aos interesses dos Estados Unidos no país. Consequentemente, uma vez no poder, os militares passaram a oprimir e perseguir os segmentos da esquerda brasileira (RIDENTI, 1997).

Assim, percebe-se que as circunstâncias externas e internas levaram e, em certa medida, legitimaram o surgimento de guerrilhas como a ALN, especialmente no que se refere às ações imperialistas estadunidenses no Brasil. A escolha da Ação Libertadora Nacional como estudo de caso se deu por quatro fatores, como já apontado na introdução deste trabalho. Em primeiro lugar, destaca-se o papel de Carlos Marighella, fundador da ALN, na história brasileira. Em segundo, existe uma ampla gama de informações disponíveis em obras acadêmicas que permitiram uma maior captação de dados.

Em terceiro, pela coleta dos documentos da organização durante a visita ao Arquivo Edgard Leuenroth – em que se percebeu que em praticamente todos os documentos da ALN constavam menções aos Estados Unidos. E, em quarto lugar, a participação desta guerrilha em ações contra dois estadunidenses: na execução do capitão Chandler e no sequestro do embaixador Elbrick.

### **CAPÍTULO 3 – A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE**

Entre 1946 e 1964, o Partido Comunista Brasileiro (PCB<sup>47</sup>) representou a principal força de esquerda nacional, dispondo de quadros experientes e enraizamento nos movimentos operário, camponês e estudantil. Tinha, ainda, influência nas campanhas anti-imperialistas, servindo como um modelo a todas as organizações de esquerda no país. O PCB adotava uma postura pacifista, acreditando nos bons propósitos da burguesia nacional brasileira. Entretanto, essa burguesia, a classe dominante, já tinha estreita relação com o imperialismo estadunidense e não encarava com bons olhos a ascensão e reivindicações das classes subalternas (GORENDER, 1987).

Por este motivo, a demonstração de apoio ao presidente João Goulart durante o Comício da Central, em março de 1964, foi encarada como um momento “pré-revolucionário” aos olhos da burguesia e do imperialismo estadunidense. A ascensão da esquerda desafiava a estabilidade institucional da classe burguesa, por isso, o golpe de Estado se definiu como “contrarrevolucionário” – uma ação preventiva (GORENDER, 1987). A militarização do Estado servia aos interesses da classe dominante, ou seja, o regime militar representava “uma forma de dominação da burguesia, caracterizada pela coerção extremada sobre as classes subalternas” (GORENDER, 1987, p. 72).

De acordo com os ideais gramscianos, observa-se que neste momento essa militarização estatal realçaria “o elemento da força em detrimento do elemento do consenso” (GORENDER, 1987, p. 52). A classe que agora estava no poder alinhava-se aos interesses do projeto imperialista estadunidense, mas não conseguia governar internamente sem o uso constante da força, devido à contestação de sua legitimidade.

Neste cenário, o pacifismo do PCB mostrava-se ilusório e a vitória dos golpistas colocava os elementos da esquerda em fuga por causa dos Atos Institucionais. Pelas cassações de direitos políticos, os encarceramentos<sup>48</sup>, torturas e assassinatos, alguns indivíduos da esquerda preferiram o exílio, outros deixaram a atuação política ou optaram pela clandestinidade e os demais escolheram a luta armada (GORENDER, 1987). O golpe desestruturou a esquerda tradicional brasileira que estava ligada ao partido, levando ao

---

<sup>47</sup> A sigla correspondeu a “Partido Comunista do Brasil” até o ano de 1961 e, posteriormente, passou a referir-se a “Partido Comunista Brasileiro” (GORENDER, 1987).

<sup>48</sup> Em consequência do grande número de presos, foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios, ancorados no Rio de Janeiro e em Santos (GORENDER, 1987).



seu desmantelamento e à perda de sua hegemonia – é fato que “o golpe militar teve diretamente o intento de ser um golpe na esquerda” (REZENDE, 2010, p. 47).

A dissolução do PCB acarretou o surgimento de organizações que perceberam na luta armada a única possibilidade para a revolução e o combate ao regime militar. Muitos dos que optaram por isso acabaram se espelhando na Revolução Cubana, pois esta representava um exemplo de um povo subdesenvolvido que se radicalizou contra seu governo, historicamente apoiado pelos Estados Unidos (REZENDE, 2010; RIDENTI, 1997).

Apesar das divergências existentes entre os vários grupos que surgiam, procuravam o reestabelecimento da democracia e a superação do sistema capitalista que se aliava aos “interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidos pelas forças militares” (RIDENTI, 1997, p. 18). De acordo com o dossiê Brasil Nunca Mais, existiram, pelo menos, quarenta organizações a partir da fratura do partido (REZENDE, 2010).

Perdendo a hegemonia, o PCB se dissolve na Ação Libertadora Nacional (ALN), a guerrilha mais bem qualificada no período, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), encabeçado por Mário Alves e Jacob Gorender, no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) – que foi composto pelas Dissidências Estudantis do PCB –, e nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Na fratura dentro da fratura, a ALN se dissolve na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) e no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Na fratura da POLOP, ressurgem o Partido Operário Comunista (POC), surgem a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA); e da fusão dessas duas últimas tem-se a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR), que também se divide em Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Do PCdoB surge a Ala Vermelha (ALA); e dessa última, uma fratura leva à criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) – lembrando o nome do extinto movimento de Francisco Julião – e do Movimento Revolucionário Marxista (MRM). O Partido Comunista Revolucionário (PCR) também é uma pequena fração do PCdoB. A AP, outrossim, não foi imune às fraturas; e, ao se aproximar do movimento comunista, uma fração dela se separa com o nome de Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) (REZENDE, 2010, p. 46).

Os grupos que aderiram à luta armada iniciaram sua estratégia com as guerrilhas urbanas, pois era necessário conseguir dinheiro, armamentos e combatentes para estabelecer a guerrilha rural. Assim, recorreram a assaltos a bancos, roubos de armas, sequestros de embaixadores – ações que se intensificaram a partir do ano de 1969, que marcaria a institucionalização do AI-5, “conhecido como ‘o golpe dentro do golpe’” (RIDENTI, 1997, p. 20).

Diante de toda a discussão apresentada até aqui nesta dissertação, este terceiro capítulo tem o intuito de analisar o nascimento da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nas próximas seções serão examinados 41 documentos oficiais da organização, que foram produzidos pelo próprio Carlos Marighella e pela ALN. Praticamente toda a documentação utilizada nesta parte foi retirada do Anexo Brasil Nunca Mais encontrado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP. A análise de todos esses documentos tem o propósito de identificar como essa organização revolucionária brasileira entendia e classificava a participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964, e como reagiram às suas ações imperialistas no território brasileiro.

### **3.1 O “antipacifismo” de Marighella**

Carlos Marighella, filho de uma mulher negra e um imigrante italiano, nasceu em Salvador (BA), em 5 de dezembro de 1911. De infância humilde, despertou para as lutas sociais ainda em sua adolescência, tornando-se militante do Partido Comunista Brasileiro e dedicando sua vida “à luta dos trabalhadores, à causa da independência nacional e do socialismo” (MARIGHELLA, 1994, p. 153).

Em razão de sua militância política, foi preso duas vezes na década de 1930: em 1936 e em 1939. Nesta última, permaneceu atrás das grades encarando terríveis torturas no Presídio Especial de São Paulo até a conquista da Anistia pelo povo brasileiro em 1945 – trazendo-o de volta à liberdade. Já em 1946, foi eleito deputado baiano à Assembleia Constituinte adotando um discurso de denúncia contra as condições de vida do povo, da crescente penetração do imperialismo no país e em defesa das aspirações operárias (MARIGHELLA, 1994).

Por causa da repressão do governo de General Eurico Gaspar Dutra, Marighella teve seu mandato cassado em 1948 e entrou para a clandestinidade. Isso não o impediu, no entanto, de participar das lutas populares da década de 1950 em defesa do “monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Coreia, contra a desnacionalização do ensino e de toda a economia” (MARIGHELLA, 1994, p. 154). Como um dos dirigentes do PCB, Marighella presenciou o despreparo de seu partido para a luta de resistência à tentativa de golpe após a renúncia de Jânio Quadros, e esse despreparo ficaria nítido, novamente, em abril de 1964 (MARIGHELLA, 1994).

Após o golpe civil-militar, Marighella foi preso no dia 9 de maio no cinema Esky, na Tijuca, Rio de Janeiro. Cercado por agentes do Departamento de Ordem Política e

Social (DOPS<sup>49</sup>), começou a gritar: “*Matem, bandidos! Abaixo a Ditadura Militar Fascista! Viva a Democracia! Viva o Partido Comunista!*” e acabou recebendo um disparo à queima-roupa no peito, mesmo estando desarmado. Ainda que gravemente ferido, não poupou esforços para resistir à prisão, – “minha força, vinha mesmo era da convicção política, da certeza de que tudo isso é ditadura e de que a liberdade não se defende senão resistindo” (MARIGHELLA, 1994, p. 20).

Durante os 80 dias em que esteve preso, Marighella persistiu com sua postura de ataques aos crimes da ditadura, nos momentos em que estava sendo interrogado. Conseguiu sua liberdade através de um habeas corpus, e imediatamente recorreu à clandestinidade, pois era decretada sua prisão preventiva por ser citado nas cadernetas de Luís Carlos Prestes<sup>50</sup>. No ano seguinte, escrevia seu livro “**Porque Resisti à Prisão**” como uma mensagem de resistência – discorrendo sobre o episódio em que fora baleado e preso, sobre o processo que culminou no golpe civil-militar, sobre as torturas, e fez um esforço em mostrar a necessidade de se formar uma oposição (MARIGHELLA, 1994).

Em seu livro, refletia sobre o fato dos militares se intitularem “revolucionários” e classificarem o golpe de Estado como “revolução”. Ao seu ver, a *revolução* é resultado de um desenvolvimento da sociedade – não se tratava de substituir os antigos dirigentes do aparelho de Estado por outros da mesma classe – consiste na chegada ao poder de novas classes derrubando as velhas classes dominantes (MARIGHELLA, 1994).

Que classes passam a ser proprietárias daí por diante? Quem passa a ser dono dos meios de produção? Que nova estrutura econômica e social é estabelecida? Que superestrutura passa a ser levantada ou entra em vigor? Que novas instituições políticas, jurídicas e sociais, entram em ação? Sem isto, que são coisas elementares, não há revolução (MARIGHELLA, 1994, p. 107).

Desse modo, os militares, em conjunto com a classe dominante brasileira, buscaram liquidar qualquer traço de liberdade se opondo à participação do povo no poder. Marighella denunciava que o contexto brasileiro era reflexo do poder econômico e da existência de um denominador comum ao redor da democracia brasileira: “o predomínio inalterado do poder das classes dirigentes, a defesa suprema dos seus interesses contra os

---

<sup>49</sup> Criado em 1924, o DOPS representava um órgão do governo brasileiro utilizado na ditadura militar com o objetivo de perseguir e reprimir qualquer expressão política contrária ao regime instaurado – foi extinto na década de 1980, ao fim da ditadura.

<sup>50</sup> Prestes foi um político comunista brasileiro, um dos fundadores e secretário-geral do PCB de 1943 a 1980.

interesses das grandes massas, quer sobrevivam ou não às liberdades” (MARIGHELLA, 1994, p. 100).

Ademais, acusava o regime militar de entregar o país aos trustes estadunidenses, colocando-o como um submisso das vontades dos Estados Unidos. O “imperialismo ianque”, como colocava, representava a maior barreira para a libertação nacional e o desenvolvimento do Brasil. Segundo ele, durante a Segunda Guerra Mundial os estadunidenses se opunham ao nazismo não por seu interesse em defender as liberdades, “mas para liquidar a concorrência do imperialismo alemão no mercado mundial e tomar seu lugar na partilha do mundo” (MARIGHELLA, 1994, p. 115).

Assim, na lógica da Guerra Fria, os Estados Unidos deram força para a guinada à direita em todo o mundo, procurando mudar a correlação de forças – impedindo a disseminação de revoluções como a de Cuba. Ou seja, apoiaram as classes dominantes latino-americanas que eram a favor da “guerra atômica, levantam a bandeira do anticomunismo, são ferozes partidários do colonialismo e estimulam os golpes na América Latina para suprimir as liberdades e impedir o avanço da democracia” (MARIGHELLA, 1994, p. 115).

Durante a Segunda Guerra Mundial, **o grupo de oficiais que evoluiu para o fascismo militar brasileiro o fez sob a inspiração desses setores ideológicos norte-americanos**, lutando contra o hitlerismo nos campos de batalha menos por um sentimento de defesa das liberdades do que pela **subordinação à aliança do Brasil com os Estados Unidos**, uma espécie de aliança do pote de barro com o pote de ferro. Mesmo nossas forças armadas, em conjunto, não são imunes a tal influência e, como diz o jornalista Hermano Alves, em recente artigo no Correio da Manhã: “estão vivendo à custa de mitos: o mito da participação brasileira em um conflito global; o mito de um alerta permanente contra uma ‘agressão interna’ de origem comunista; o mito de uma participação racional dos militares – como corporação – na direção dos negócios políticos, financeiros e diplomáticos” (MARIGHELLA, 1994, p. 115-116, grifos nossos).

Marighella denunciava a influência dos EUA sobre a classe militar brasileira. Acreditava que o golpe de Estado havia sido inspirado e apoiado pelo governo estadunidense. Sua convicção vinha do fato de que aqueles militares que estavam no poder eram os mesmos que haviam participado dos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial ao lado das tropas estadunidenses (MARIGHELLA, 1994). Para ele, o regime militar estava eliminando qualquer barreira à penetração e domínio do capital estadunidense no país, pois havia modificado

(...) a lei de remessas de lucros, comprou as concessionárias norte-americanas de serviços de luz e energia elétrica da Amforp, restabeleceu o domínio privado das refinarias particulares nacionalizadas, abalando o já enfraquecido sistema do monopólio estatal do petróleo, entrega as reservas de minérios brasileiros ao truste norte-americano da Hanna e lhe concede um porto particular, realiza a desnacionalização do país sob o pretexto de eliminar as áreas de atrito com o capital estrangeiro, permite e subvenciona o levantamento aerofotogramétrico do nosso território pelos norte-americanos desvendando aos Estados Unidos o panorama completo de nossas riquezas minerais e entregando os mapas ao governo norte-americano, num insofismável atentado à nossa soberania e a segurança nacional (MARIGHELLA, 1994, p. 117-118).

Diante desse cenário, via duas opções para a sociedade brasileira: resistência ou conformismo. Mas ele sabia que o preço da libertação nacional jamais viria do conformismo, e sim como “resultado de uma tenaz resistência” (MARIGHELLA, 1994). Desse modo, Marighella produziu, em 1966, o texto “**A Crise Brasileira**”, manifestando sua ideia de enfrentamento da ditadura e do imperialismo estadunidense através da luta armada.

Neste texto, procurou ressaltar que o agravamento da crise brasileira era uma consequência das políticas econômicas implementadas em conjunto com a nova lei trabalhista, a política antioperária, a subordinação ao FMI e a política de entrega e submissão aos Estados Unidos. Este último fator, ao seu ver, implicava o aumento da antipatia dos povos latino-americanos com o Brasil (MARIGHELLA, 1979).

A antipatia com que os povos latino-americanos veem o Brasil, em **consequência de sua vassalagem ante a ação agressiva dos imperialistas estadunidenses**, não deixará de produzir seus efeitos entre nosso povo, e levará ao incremento da oposição popular à ditadura brasileira (MARIGHELLA, 1979, p. 54, grifo nosso).

Neste ponto, Marighella procurava denunciar uma determinação da Câmara de Representantes dos Estados Unidos sobre a possibilidade de intervenção militar “em qualquer país que o chamado colosso do Norte considere ameaçado pelo comunismo” (MARIGHELLA, 1979, p. 54). Destacava, por exemplo, a invasão militar em São Domingos, em que os marines estadunidenses contavam com o apoio de tropas brasileiras em sua luta contra o povo dominicano, e a Guerra do Vietnã. Em seu entendimento, essa resolução permitiria que os EUA intervissem militarmente no Brasil caso o regime ditatorial estivesse ameaçado (MARIGHELLA, 1979).

Não é impossível que, em face de uma situação desvantajosa para a atual ditadura no Brasil ou no caso de ser ameaçada de derrubada pelas massas, **os Estados Unidos venham em socorro do governo ditatorial – que lhes serve**

**de ponto de apoio – e em favor das classes dominantes brasileiras,** iniciando represálias contra o povo e a nação, e até mesmo ocupando partes de nosso território, tal como o Nordeste. Com o que não farão outra coisa senão prosseguir na agressão econômica, política e militar já em curso em nosso país (MARIGHELLA, 1979, p. 54, grifo nosso).

De acordo com Marighella, a agressividade do “imperialismo ianque” atrapalhava o progresso e o desenvolvimento do Brasil, ou seja, significava um obstáculo para o avanço das forças produtivas do país (MARIGHELLA, 1979). Este ligava-se, ainda, com outros fatores que corroíam e ameaçavam a estrutura econômica brasileira, especialmente,

(...) **pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira,** pela predominância e o monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria (MARIGHELLA, 1979, p. 55, grifo nosso).

A instabilidade econômica brasileira era um reflexo do contrassenso correspondente à crise geral do capitalismo. Como parte deste sistema, o Brasil estaria sujeito a enfrentar novos e graves problemas originados “do crescimento do capitalismo nas condições de dependência do imperialismo e manutenção do latifúndio” (MARIGHELLA, 1979, p. 57). E para a solução de tal crise, deveriam ser buscadas alternativas por todas as classes brasileiras, pois as escolhas da burguesia não se mostravam eficazes e com caráter nada popular.

Ao dar curso às suas soluções, a burguesia tem se revelado incapaz na condução do processo brasileiro, quer pela **inaptidão para afastar o imperialismo norte-americano de nosso caminho,** quer pela impossibilidade de eliminar o latifúndio e as contradições acumuladas e agravadas no país nessas três fases da crise geral do capitalismo (MARIGHELLA, 1979, p. 58, grifo nosso).

Segundo Marighella, no decorrer do processo político brasileiro, apenas o proletariado se mostrou atuante na busca pela conquista de direitos sociais, progresso e estava sempre presente na luta contra o imperialismo e o latifúndio. Todavia, esse proletariado seguia a ideia do caminho pacífico e de apoio à burguesia na luta pelas reformas, mas isso não poderia ocorrer depois do golpe de 1º de abril (MARIGHELLA,

1979). A continuidade do caminho pacífico poderia acarretar a institucionalização da ditadura militar, e

Tal institucionalização – que a ditadura procura levar a efeito – tem como objetivo paralisar o movimento de libertação do povo brasileiro, subjugar o proletariado e as forças populares e nacionalistas, e **fazer do Brasil um satélite permanente ou duradouro dos Estados Unidos**. As teses da ocidentalização e da interdependência da soberania, aventadas a propósito da inevitabilidade da 3º guerra mundial, são a cobertura ideológica da institucionalização (MARIGHELLA, 1979, p. 60-61, grifo nosso).

A partir disso, as classes dominantes, com apoio estadunidense, tinham como propósito impedir a ascensão das massas e a “libertação do nosso país da esfera de influência norte-americana” (MARIGHELLA, 1979, p. 61). Assim, os brasileiros não deveriam partir do caminho pacífico, como o do PCB, pois isso poderia “*ajudar a transformar o Brasil num país social-democrático*” que exerceria “em nome dos Estados Unidos o papel de freio do movimento de libertação da América Latina” (MARIGHELLA, 1979, p. 61).

Deveriam, portanto, adotar uma estratégia revolucionária para a derrubada da ditadura militar. Era preciso que se preparassem para a “insurreição armada popular” – uma revolução que adotaria um caminho violento que poderia até levar a uma guerra civil. E esperava-se contar, para a luta, com amplas camadas da sociedade brasileira, como o proletariado, as massas rurais, os intelectuais e o estudantes. Se renunciassem à estratégia revolucionária estariam comprometendo o futuro não só do Brasil como da América Latina também (MARIGHELLA, 1979).

A derrubada da ditadura militar era importante não só para a resolução da crise brasileira, mas também para expulsar o imperialismo estadunidense do Brasil. Os golpistas representavam “os interesses do latifúndio e do setor da burguesia” que se apoiava nos Estados Unidos e seguia “sua política de ocidentalização e de preparação da guerra mundial” (MARIGHELLA, 1979, p. 63). Dessa forma, as classes dominantes brasileiras se mostravam incapazes de enfrentar os estadunidenses.

**O imperialismo norte-americano age no Brasil através de um setor do capitalismo brasileiro.** Isto quer dizer o seguinte: apesar das contradições com os Estados Unidos, **o capitalismo brasileiro vem sendo utilizado pelo imperialismo norte-americano, que se apoia fundamentalmente no setor entreguista da burguesia.** Uma parte do capitalismo brasileiro só vê saída enfeudando-se aos Estados Unidos. A despeito da contradição com o imperialismo norte-americano, a outra parte é incapaz de enfrentá-lo (MARIGUELLA, 1979, p. 63, grifos nossos).

Ao excluir a opção da via pacífica, Marighella se aproximava da ideia da adoção da luta armada no Brasil contra o regime militar. E, mais uma vez, destacava que os Estados Unidos não ficariam indiferentes à possível derrota de “um governo pró-imperialista” e recorreriam a uma intervenção armada, pois “o imperialismo norte-americano não cederá sem lutar pelo posto avançado que conquistou em nosso país, através do golpe militar” (MARIGHELLA, 1979, p. 65).

Neste caso, a revolução brasileira deveria adotar um caráter anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. E ante as condições brasileiras, era impossível a derrubada da ditadura senão pelo emprego da força. Nas palavras de Marighella, “mesmo em face de outras alternativas, será sempre necessário o uso da força, pois o imperialismo norte-americano agirá pela violência ao sentir seus interesses ameaçados” (MARRIGHELA, 1979, p. 73).

Refletindo sobre a atuação do “imperialismo ianque” no Brasil, Marighella destacava ser impossível “deixar de relacionar os golpes militares no Brasil com a ação do imperialismo” (MARIGHELLA, 1979, p. 79). Essa relação, em sua concepção, era evidente desde a Segunda Guerra Mundial, quando os estadunidenses aumentaram sua presença no núcleo das forças militares brasileiras. A respeito disso, Marighella traz em seu texto uma citação da obra “História Militar do Brasil” de Nelson Werneck Sodré, em que se lê:

O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido: o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropa de ocupação a seu serviço. Para isso, em todos os momentos, nos repetidos encontros de chefes militares em cursos especiais que oferecem, em viagens de estudo que proporcionam e, principalmente, valendo-se das missões militares, manipulam o anticomunismo. Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo “ocidental e cristão”, a missão fundamental, conjugando-as como únicas, obedientes ao mesmo comando, despojadas de características nacionais, desinteressadas dos problemas específicos de cada um dos países a que devem servir. Essa continuada e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir individualmente e de perto cada indivíduo das Forças Armadas, tem atingido, realmente, e com êxito, determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis: os do comando, os do Estado Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada, e ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganhou este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como consequência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido (SODRÉ, 1965, p. 403 apud MARIGHELLA, 1979, p. 79).



A influência dos Estados Unidos no seio das Forças Armadas brasileiras representava um fator negativo, pois difundia-se ali uma tendência cada vez mais reacionária e fascista. Um grupo que estaria disposto a atuar pelos interesses do imperialismo estadunidense no Brasil em detrimento dos interesses nacionais. Diante deste quadro, os golpistas no poder empregavam a violência e o terrorismo de Estado contra o povo, ameaçando seus direitos e liberdades (MARIGHELLA, 1979).

Os detentores do poder ocupam-se em abrir IPMs, interrogar acusados, mandar prender e condenar, desobedecer a ordens de habeas corpus. Outra atividade que os empolga é decretar leis restritivas ou fascistas, obedecer aos Estados Unidos e aplicar uma política econômico-financeira de desastrosas consequências. Tal política paralisa o país, sobrecarrega o povo de impostos, agrava a carestia, não detém a inflação e **entrega o país de portas abertas aos trustes e monopólios norte-americanos e ao governo dos Estados Unidos** (MARIGHELLA, 1979, p. 86, grifo nosso).

Em seu entendimento, todo o cenário interno brasileiro estava ligado aos aspectos “surgidos no panorama internacional, e com reflexos imediatos na América Latina e em nosso país” (MARIGHELLA, 1979, p. 86). Assim, ditava-se o caminho para a formação de guerrilhas e até mesmo a explosão de uma guerra civil no Brasil. De acordo com Marighella, a guerrilha servia como uma forma de,

(...) plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela intendência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças dos latifundiários, por um mínimo de bem-estar e melhoria para a população rural sofredora. **O Brasil é um país cercado pela atual ditadura militar entreguista e pelos círculos dirigentes norte-americanos**, a cujo serviço se encontram os traidores que empolgam o poder (MARIGHELLA, 1979, p. 87-88, grifo nosso).

A guerrilha brasileira agiria de modo a estimular a luta de resistência por todo o país, e representaria o “esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura” (MARIGHELLA, 1979, p. 88). Perante a realidade brasileira e as suas contradições com o modo de atuação do PCB, Marighella apresentava seu pedido de demissão da Comissão Executiva do partido através da sua “**Carta à Executiva**”, no final de 1966.

O dirigente comunista acreditava que as reuniões partidárias e a elaboração de notas políticas não ajudavam em nada a situação brasileira. Essas atividades não giravam em torno da luta, da ação. Através de seu pedido de demissão, Marighella tornava pública

sua intenção em lutar revolucionariamente em conjunto com as massas e “jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático” (MARIGHELLA, 1966, p.1).

Em sua carta, buscou ainda destacar a continua “ilusão da Executiva”, ao acreditar que derrotas eleitorais poderiam ser capazes de debilitar ou acabar com a ditadura. O revolucionário baiano estava apontando para a importância dada ao MDB e o apoio do partido a “Frente Ampla” de Carlos Lacerda. Na interpretação de Marighella, a jogada de Lacerda, a seu ver um líder fascista, era “abrir novos caminhos para servir ao imperialismo norte-americano e evitar a libertação nacional de nosso povo” (MARIGHELLA, 1966, p. 2-3).

Segundo ele, Lacerda seria incapaz de lutar pelo povo brasileiro, em favor dos camponeses e da classe operária. Ao compactuar com a “frente ampla”, o PCB estaria auxiliando na disseminação de uma ilusão à sociedade brasileira. A única saída seria por intermédio da ação revolucionária, um meio de extinguir a constituição fascista e autoritária que levava o país às ruínas – que eliminava o monopólio estatal, sustentava a estrutura agrária e assegurava a entrega do país aos Estados Unidos (MARIGHELLA, 1966).

É preciso pôr abaixo tal Constituição, derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. Fora disso, é permanecer mais dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais e **ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada**, a serviço da repressão do movimento de libertação dos povos latino-americanos (MARIGHELLA, 1966, p. 6, grifo nosso).

A postura pacifista do PCB fazia com que cada vez mais Marighella fosse atraído pela ideia da luta armada e pelo caminho revolucionário para a libertação do país contra as amarras da ditadura militar e do imperialismo estadunidense. Constatava haver uma “incompatibilidade ideológica” entre seus pensamentos e do partido, apontando por fim que,

A causa revolucionária brasileira, a **libertação de nosso povo do jugo dos Estados Unidos**, o empenho pela unidade do Partido em torno das ideias marxistas, estão acima de qualquer acomodação, sobretudo quando o que mais se exige de nós, comunistas, revolucionários marxista-leninistas, é justamente a coragem de dizer e de agir (MARIGHELLA, 1966, p. 8, grifo nosso).

De 31 de julho a 10 de agosto de 1967 aconteceria, em Havana, a I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Neste evento, reuniram-se

setores da esquerda e grupos guerrilheiros de toda a América, numa tentativa de articular um plano de ação revolucionária para o continente. Todos ali presentes estavam discutindo problemas comuns às sociedades latino-americanas e buscavam estabelecer uma estratégia global para se opor à estratégia hegemônica dos Estados Unidos (GORENDER, 1987).

O PCB fora chamado a participar, mas recusou por não concordar com a linha de ação adotada. Marighella, por sua vez, havia sido convidado pessoalmente, e aceitou o convite – e não só participou da conferência como permaneceu em Cuba após seu fim. Essa atitude acabou resultando em sua exclusão do Comitê Central do PCB. Sua aproximação com os revolucionários cubanos solidificaria a ideia de que a melhor maneira de lutar contra a ditadura militar no Brasil seria através da guerra de guerrilhas (GORENDER, 1987; MARIGHELLA, 1967).

Em 8 de agosto de 1967, Marighella, no documento **“Respostas ao questionário do pensamento crítico”** esclarecia sua posição sobre as condições para a luta armada no Brasil. Considerava que tais condições estavam enraizadas na realidade da sociedade brasileira, devido à degradante situação dos camponeses e a crescente miséria das massas – situação similar à de Cuba antes da revolução (MARIGHELLA, 1967a).

Um dos fatores que destacava era que o Brasil não constituía uma exceção ao poder do imperialismo estadunidense, o qual possuía “o controle estratégico da produção” e exercia “o domínio político e militar, intervindo de todas as formas em qualquer país logo que os interesses dos seus trustes e monopólios sejam afetados” (MARIGHELLA, 1967a, p. 1).

Marighella acreditava que os partidos e agrupamentos políticos seriam de extrema importância para levar às massas a aspiração para a revolução – caberia a eles “adquirir consciência revolucionária e elevá-la cada vez mais” (MARIGHELLA, 1967a, p. 1). Aqueles que não passassem à luta armada, não seriam capazes de levar o povo à revolução. Em razão desse pensamento, em sua **“Carta ao Comitê Central do PCB”**, de 17 de agosto de 1967, o revolucionário rompe com o partido.

Segundo meu modo de ver, a luta guerrilheira é a única maneira de unir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais antiburocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um partido da cidade. Em minha condição de comunista, a qual jamais renunciarei, e que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista

e o marxismo-leninismo não tem donos nem são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo em definitivo com vocês (MARIGHELLA, 1967b, p. 4).

Enquanto estava em Cuba, Marighella produziu uma série de textos e cartas – em uma delas, a “**Carta a Fidel Castro**”, de 18 de agosto de 1967, explicava seus motivos para romper com o PCB, suas críticas à visão do partido e sua ideia sobre as resoluções estabelecidas pela Conferência da OLAS. O revolucionário brasileiro certificava que o exemplo da Revolução Cubana comprovava aos demais países latino-americanos que a única maneira de se libertar seria pelas vias da “violência das massas, a destruição do aparelho burocrático militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo” (MARIGHELLA, 1967c, p. 6).

Entretanto, Marighella apontava que após a vitória dos revolucionários cubanos, o imperialismo estadunidense não estaria “disposto jamais a permitir no Brasil experiências liberais ou reformistas à moda de João Goulart” (MARIGHELLA, 1967c, p. 7). Estava cada vez mais certo de que era a hora da instauração da luta armada em solo brasileiro, partindo de uma concepção geral que articularia o campo e a cidade numa guerra de guerrilhas contra a opressão dos militares e para libertar o país do jugo imperialista dos Estados Unidos. Marighella explicitara isso, mais uma vez, em sua “**Carta ao Almirante Aragão**”, de 28 de setembro de 1967, na qual expunha,

Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de procurar unificar suas forças. **Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano e da opressão dos gorilas que assaltaram o poder com o golpe de abril.** O empenho na luta pela unidade das forças revolucionárias brasileiras merece o aplauso e a colaboração de todos os que não se conformam com o atual estado de coisas em nossa Pátria (MARIGHELLA, 1967d, p. 9, grifo nosso).

Além disso, o revolucionário baiano acreditava que ante a realidade da sociedade brasileira, as massas estariam dispostas a apoiar as forças revolucionárias para a “derrubada da atual ditadura militar e a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos” (MARIGHELLA, 1967d, p. 9). Já conclamava, nesta carta, que os brasileiros se organizassem em pequenos grupos clandestinos e que comesçassem a agir.

Ainda em Cuba, Marighella passou a difundir suas ideias através da Rádio Havana. Nas chamadas “**Mensagens de Cuba**”, todas no ano de 1967, o revolucionário abarcou diferentes assuntos que seriam de interesse aos brasileiros. A primeira mensagem

discutia a situação do povo cubano após sua revolução e como se encontrava o país que agora era de fato um território livre no continente.

Os imperialistas norte-americanos nem ao menos podem alegar para efeito de propaganda que o povo cubano está na miséria e não tem liberdade. Apesar do bloqueio rigoroso, Cuba consegue o milagre de ter tudo o que é necessário para seu povo viver. E em condições muitas vezes melhores e superiores às do **povo brasileiro, dominado pelos gorilas e pelos trustes e monopólios dos Estados Unidos** (MARIGHELLA, 1967e, p. 2, grifo nosso).

O segredo cubano, segundo Marighella, era que o poder agora pertencia ao povo, e não mais a um sistema burocrático de Estado que estava a serviço dos interesses estadunidenses. O novo governo de Cuba estava preocupado em resolver os problemas do país e a melhorar as condições de vida de seu povo.

Já em sua mensagem sobre a OLAS, expunha o que foi discutido no âmbito da Conferência. Declarava que as exposições sobre as particularidades de cada país do continente contribuíram para os debates acerca das estratégias e táticas revolucionárias para a América Latina, sendo possível estabelecer uma linha comum de ação aos revolucionários latino-americanos (MARIGHELLA, 1967e).

(...) O intercâmbio de opiniões e experiências, o exame concreto da situação na América Latina e suas condições históricas e a apreciação de muitos outros fatores existentes revelaram que é absurdo atribuir à burguesia, nos países latino-americanos, a capacidade de desenvolver uma ação política independente, quando se trata da defesa dos interesses da nação. **A burguesia na América Latina, ou o seu setor fundamental, mantém laços estreitos e indissolúveis com o imperialismo e o latifúndio, e isso lhe retira qualquer papel dirigente na revolução**, segundo se mostrou a Conferência (MARIGHELLA, 1967e, p. 5, grifo nosso).

Marighella reforçava que um dos méritos da Conferência fora a determinação da estratégia global de combate ao imperialismo dos Estados Unidos. Cada povo latino-americano era responsável pela revolução em seu país, mas todos se encontravam unidos para combater o principal inimigo da América Latina: o imperialismo estadunidense (MARIGHELLA, 1967e). Como destacava,

(...) a estratégia da revolução é uma estratégia global, é uma estratégia latino-americana. Como **o inimigo principal da América Latina é o imperialismo dos Estados Unidos**, também inimigo comum da humanidade, nossa tarefa é criar “dois, três, muitos Vietnams”, **o que significa que devemos lutar para atrair as forças militares norte-americanas a combater desvantajosamente em vários lugares do mundo, ao mesmo tempo** (MARIGHELLA, 1967e, p. 5, grifos nossos).

Desse modo, as conclusões da OLAS giravam em torno do enfrentamento do imperialismo estadunidense, da burguesia e do latifundiário. Os latino-americanos deveriam estabelecer a guerra de guerrilhas, adotando a revolução um caráter pela “independência nacional, a emancipação das oligarquias e o caminho socialista” (MARIGHELLA, 1967e, p. 6).

Em sua próxima mensagem, sobre Angola, Marighella denunciava que os estadunidenses estavam ajudando Portugal a “reprimir o movimento guerrilheiro do povo angolano”, e parte dessa ajuda era “feita através do Brasil, já que o nosso país, infelizmente, é um centro de operações do imperialismo norte-americano” (MARIGHELLA, 1967e, p. 7). Ao longo de sua denúncia, o revolucionário brasileiro analisava que,

Um dos mais graves crimes cometidos pelo governo brasileiro, chefiado pelo gorila Costa e Silva, é o apoio a Portugal e a seu regime colonialista. Magalhães Pinto, o chanceler da ditadura militar brasileira, por mais que tente camuflar a política externa que executa, não pode ocultar que defende na ONU a posição colonialista do regime de Salazar. É que **o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não passa de uma agência ou seção de Departamento de Estado Norte-Americano, fenômeno que, aliás, se repete com os demais Ministérios e com o governo federal em seu conjunto**. Magalhaes Pinto é a voz do dono, ou seja, a voz de Lyndon Johnson (MARIGHELLA, 1967e, p. 7, grifo nosso).

De acordo com Marighella, a participação dos militares brasileiros em Angola servia como um “intercâmbio de experiências” para assimilar ensinamentos militares para a repressão. E como um revolucionário latino-americano, era seu dever de solidariedade denunciar o que estava acontecendo. Em sua quarta mensagem, sobre o povo brasileiro, Marighella queixava-se da repressão do regime militar contra o proletariado, os operários, camponeses, sindicatos e estudantes (MARIGHELLA, 1967e).

Marighella destacava que o Brasil fazia parte do “plano global de domínio do imperialismo norte-americano” (MARIGHELLA, 1967e, p. 9), e com isso, as grandes empresas estadunidenses, como a *General Motors*, *General Eletric*, *Firestone*, *Swift*, *Armour*, e o *First National City Bank* estavam controlando tanto a produção industrial, como a produção agrícola do país. E, nesse cenário, o regime militar brasileiro agia de modo a garantir e servir aos interesses dos Estados Unidos (MARIGHELLA, 1967e). Além disso, colocava que

**O governo do gorila Costa e Silva é uma ditadura militar, subproduto neofascista, cujo objetivo é servir totalmente aos interesses norte-**

**americanos.** A ditadura brasileira prepara suas forças militares para reprimir as guerrilhas e mandar tropas para combater fora do país em apoio às **guerras de agressão dos Estados Unidos**, como a do Vietnã, e inclusive para uma nova invasão armada contra Cuba. **Os oficiais da Escola Superior de Guerra são instrumentos de que se servem os Estados Unidos e sua Central de Inteligência Americana para dirigir os destinos da atual ditadura** (MARIGHELLA, 1967e, p. 8, grifos nossos).

Ademais, o revolucionário brasileiro denunciava a atuação dos chamados “Voluntários da Paz” – missionários estadunidenses enviados para desbravar o interior do Brasil. Esses indivíduos agiam de modo a explorar o território brasileiro “em busca de minerais atômicos e realizando experiências anticoncepcionais com as camponesas brasileiras, sob o pretexto de deter a explosão demográfica” atuando como se isso “disse respeito aos imperialistas ianques, e o nosso povo fosse um bando de cobaias desses gringos” (MARIGHELLA, 1967e, p. 9). Ao seu ver, diante do contexto internacional, das relações interamericanas e da realidade brasileira, formava-se o momento para uma “guerra justa e necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos” (MARIGHELLA, 1967e, p. 10). Colocava que,

Esta guerra deve ser organizada pela base, de baixo para cima. E deve contar com o desenvolvimento de uma grande iniciativa por todos e cada um dos que nela participam. Para que a iniciativa produza resultados é imprescindível que cada qual saiba empregar sua arma com habilidade e eficácia. Organizar a guerrilha, partindo da aprendizagem do tiro e da hábil e decidida organização do fogo, é a tarefa fundamental de cada comunista, é a tarefa fundamental de cada revolucionário, de cada patriota (MARIGHELLA, 1967e, p. 10).

A luta de guerrilhas representava “o cerne da organização da guerra justa contra o imperialismo norte-americano” (MARIGHELLA, 1967e, p. 11). E os revolucionários brasileiros deveriam se preparar para o combate, pois

**O imperialismo dos Estados Unidos não respeita as fronteiras da América Latina, organiza a invasão armada dos vários países de nosso Continente, manda seus assessores militares a toda parte, transforma os governos latino-americanos em seus títeres.** Assim, não devemos ficar à espera de que a revolução brasileira não venha a ser reprimida. Estejamos certos de que as forças armadas norte-americanas, acompanhadas das demais forças de repressão dos gorilas do hemisfério sul o farão. É um dever revolucionário, internacionalista proletário, estabelecer desde já a solidariedade entre os povos latino-americanos empenhados na mesma luta de libertação, considerar a revolução latino-americana uma só revolução, e compreender que esta revolução já está começada. Quem iniciou a Revolução Latino-Americana foi a Revolução Cubana. Esta é que é a revolução pioneira. **Nosso papel no Brasil é dar continuidade à Revolução Latino-Americana, tal como já fazem os países que desencadearam a luta de guerrilhas** (MARIGHELLA, 1967e, p. 11, grifos nossos).

Adiante, em sua mensagem aos operários do Brasil, Marighella reforçava a denúncia de que João Goulart havia sido deposto “por um golpe de gorilas, apoiado pelo imperialismo dos Estados Unidos” (MARIGHELLA, 1967e, p. 12). Expunha que para impedir a ascensão dos trabalhadores, “as classes dominantes e o imperialismo recorrem ao golpe militar” para manter o controle (MARIGHELLA, 1967e, p. 13). Mostrando suas ideias, o revolucionário baiano chamava os operários para se juntar à luta, os quais poderiam capturar, fabricar armas e aprender a atirar.

A indústria paulista não está preparada para converter-se em indústria de fabricação de armas? Os operários, sem os quais a indústria não consegue viver, deverão saber utilizar seus conhecimentos profissionais e seu instinto de classe para o fabrico de armas e munições necessárias ao uso revolucionário. Cada operário, cada camponês, estudante ou intelectual, cada jovem, cada mulher solteira ou casada, cada homem brasileiro pode ser um **soldado da libertação de nosso povo do jugo da ditadura e do domínio do imperialismo norte-americano** (MARIGHELLA, 1967e, p. 13, grifo nosso).

Considerava que a libertação do Brasil dependia do esforço de cada brasileiro – aqueles que estivessem preparados para organizar clandestinamente um pequeno grupo com convicção revolucionária para ir à luta tanto na cidade como no campo (MARIGHELLA, 1967e). Marighella acreditava que a participação dos operários na ação revolucionária servia como um apoio para a guerrilha rural,

A importância da ação revolucionária dos operários consiste em que – em sua maior parte – são filhos de camponeses ou vieram do campo e podem ajudar seus irmãos da área rural. (...) os operários e operárias das fábricas, os assalariados agrícolas e os trabalhadores dos transportes têm a tarefa de apoiar a guerrilha. (...) Com os trabalhadores e trabalhadoras incorporados à ação revolucionária, criando a aliança armada operário-camponesa, é possível partir da estaca zero, com os próprios recursos do povo unido e organizado, e **derrotar a ditadura e o imperialismo ianque e chegar à conquista do poder** (MARIGHELLA, 1967e, p. 14, grifo nosso).

Marighella entendia que a aliança entre os operários e camponeses poderia evoluir para um “exército de libertação” de acordo com o desenvolvimento da guerra de guerrilhas. Um exército capaz de tomar o poder e estabelecer um novo caminho para o Brasil – uma pátria livre para ditar seu próprio destino (MARIGHELLA, 1967e). Mais uma vez, o revolucionário brasileiro fazia questão de difundir a mensagem da OLAS, dizendo que,

Hoje, no Brasil, não estamos mais isolados. Não se trata somente de um país, mas de toda a América Latina, com uma estratégia global latino-americana em



**contraposição à estratégia global do imperialismo dos Estados Unidos.** Somos 250 milhões de latino-americanos que aceitamos o desafio do subdesenvolvimento e **nos propomos unidos a vencê-lo, derrotando o imperialismo norte-americano e as ditaduras gorilas que servem aos seus interesses,** como é o caso do governo de traição nacional de Costa e Silva (MARIGHELLA, 1967e, p. 14, grifos nossos).

Ainda em Cuba, Marighella concedeu uma **entrevista ao diário cubano “Granma”**, publicada a 4 de agosto de 1967. Nela, o revolucionário expunha que a guerra de guerrilhas no Brasil fazia parte da estratégia latino-americana de combate ao “imperialismo e os gorilas brasileiros” que traçavam “planos em escala continental com os chefes militares norte-americanos” (1967f, p. 12). E continuava afirmando que “temos de responder ao plano global do imperialismo norte-americano adotando um plano global latino-americano” (1967f, p. 12). Em sua concepção, as vias para a libertação do continente americano foram abertas pela Revolução Cubana, e os latino-americanos deveriam se solidarizar com o exemplo.

Tal solidariedade não pode ser de palavras. Tem de se exprimir através de ações, através da própria luta de guerrilhas. As condições para isso estão maduras, sobretudo porque **os imperialistas norte-americanos colocaram o Brasil sobre seu domínio com o golpe de abril e porque intervêm em todos os países da América Latina,** realizando invasões armadas em todas as partes. (...) O exemplo a seguir é o do Vietnam. A violência do inimigo de classe – prosseguiu – deve ser respondida com a violência das massas. A palavra de ordem que une todos os latino-americanos **é organizar pela base a guerra justa e necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos.** Ou seja, criar dois, três, muitos Vietnams (MARIGHELLA 1967f, p. 12-13, grifos nossos).

Marighella ainda concedeu outra entrevista, publicada no “**Jornal de Havana ‘Juventude Rebelde’**”, em 5 de agosto de 1967. Esse rápido diálogo ocorreu a partir da resposta do revolucionário brasileiro a quatro perguntas formuladas pelo jornalista Pedro Labainá. Indagado sobre a oposição do PCB à sua participação na OLAS, Marighella disse que não deixaria de ser comunista, mas não estava ali representando o Comitê Central do seu partido (MARIGHELLA, 1967g).

Questionado sobre a existência de uma fração do PCB favorável à luta armada, relatou que isso era uma provocação da imprensa brasileira, e expôs que considerava a divisão do partido como uma perda de tempo para a luta armada. Quando perguntado sobre a situação política do Brasil e suas expectativas para a luta armada, Marighella expressou sua convicção de que a ditadura militar e o imperialismo estadunidense só poderiam ser vencidos pela força (MARIGHELLA, 1967g).

Os chefes militares norte-americanos, os gorilas brasileiros e os demais gorilas latino-americanos, se reúnem em escala continental para planejar a luta contra as guerrilhas e a liberdade de nossos povos. Tenho firme convicção de que somente a luta de guerrilhas no continente pode libertar-nos. (...) **A revolução brasileira é também a revolução latino-americana, já que temos um inimigo comum: o imperialismo norte-americano** (MARIGHELLA, 1967g, p. 15, grifo nosso).

Por último, indagado sobre sua opinião acerca da Conferência da OLAS, Marighella disse que encarava o evento como “o chamado mais sério e mais importante para a unidade dos povos latino-americanos”, principalmente, pelo seu objetivo de se opor à estratégia global do imperialismo dos Estados Unidos (MARIGHELLA, 1967g, p. 15). A solidariedade entre os latino-americanos para a luta de guerrilhas era “a única forma de chegar à libertação nacional de nosso povo” (MARIGHELLA, 1967g, p. 15).

Em outubro de 1967, Marighella divulgaria seu texto “**Algumas questões sobre as guerrilhas do Brasil**”, revelando que a guerrilha assumiu o papel estratégico decisivo para a libertação dos povos do jugo das oligarquias, do imperialismo para levar as massas ao poder. No centro da revolução brasileira se encontraria a luta de guerrilhas para aniquilar as forças do inimigo interno e externo (MARIGHELLA, 1967h). Assim,

**A tarefa estratégica fundamental da guerrilha brasileira é a libertação do Brasil, com a expulsão do imperialismo dos Estados Unidos.** Falando em termos de guerra, essa tarefa estratégica fundamental consiste em **aniquilar as forças do inimigo, compreendendo-se como tal não só as forças militares do imperialismo dos Estados Unidos, como as forças militares convencionais dos gorilas brasileiros** (MARIGHELLA, 1967h, p. 2, grifos nossos).

O *aniquilar*, ao seu ver, consistia em tirar do seu inimigo “a capacidade de agir militarmente, destruindo e capturando suas armas e impossibilitando-o de prosseguir na guerra” (MARIGHELLA, 1967h, p. 2). Quer dizer, também, “desgastá-las, esgotá-las, desmoralizá-las e separá-las, no final, das forças militares dos Estados Unidos, deixando os imperialistas sozinhos e as (...) forças armadas nacionais (...) destruídas” (MARIGHELLA, 1967h, p. 3). Dessa forma,

(...) Sempre que os Estados Unidos estiverem acompanhados de forças militares gorilas de países latino-americanos, é necessário aniquilar o inimigo um a um e **deixar os imperialistas combatendo isolados**. Será este sempre o sentido em que empregaremos o termo aniquilar (MARIGHELLA, 1967h, p. 3, grifo nosso).

O objetivo seria fazer jus a estratégia global estabelecida pela OLAS e reduzir os aliados do imperialismo estadunidense. Para tanto, deveriam conduzir a guerrilha brasileira de acordo com operações móveis e evitar o cerco estratégico dos militares brasileiros que se estendia, principalmente, na região litorânea.

Sua experiência em Cuba e seu posicionamento em conjunto com os objetivos da OLAS contribuiu para que Marighella rejeitasse a ideia de construir um novo partido quando retornasse ao Brasil. Todos os seus escritos, até aquele momento, definiam os princípios norteadores do que seria a sua guerrilha. Assim, de volta ao Brasil, ao fim de 1967, se concentrou em arquitetar o que algum tempo depois se transformaria no que conhecemos como Ação Libertadora Nacional – para combater o regime militar e o imperialismo estadunidense.

### **3.2 A luta armada como causa e consequência para o AI-5**

Em 1968, Marighella conseguiu reunir combatentes para sua organização armada, que ficaria conhecida como a “Ala Marighella”. Em um primeiro momento, faziam parte antigos dirigentes do PCB, como: Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Frati, Raphael Martinelli, Oswaldo Lourenço e Adolfo Costa – uma militância que possuía uma jornada de experiência política (GORENDER, 1987).

A “Ala Marighella” concentrou esforços e adotou táticas guerrilheiras a fim de combater as forças militares nas ruas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em pouco tempo, conquistaram destaque nacional e conseguiram atrair novos contingentes, especialmente no meio estudantil. Suas ações de expropriação – assaltos a bancos, carros fortes, apreensão de explosivos e assaltos a trem pagadores – tinham a finalidade de sustentar o poder da organização na cidade e angariar fundos para a implantação da tão sonhada guerrilha rural (GORENDER, 1987).

Interessados em obter o apoio das massas, lançaram em fevereiro de 1968, a primeira edição do seu jornal “**O Guerrilheiro**”. A ideia da organização era que o jornal funcionasse como um “órgão” dos grupos revolucionários – divulgando informações sobre as guerrilhas urbanas e apoiando as ações empreendidas por elas. Foi a forma encontrada para apresentar os interesses do movimento revolucionário brasileiro e incitar um futuro exército revolucionário de libertação – como se a partir da leitura, cada cidadão se identificasse e passasse a lutar contra o regime vigente (ALN, 1968a).

Dividido em seções, o jornal apresentava os ideais da organização, contra quem estavam lutando e quais medidas deveriam ser adotadas para isso. Um dos primeiros

quadros, “Frente anti-imperialista”, destacava que os Estados Unidos, colocados como “o maior inimigo da humanidade” seriam fortemente combatidos nas páginas do jornal (ALN, 1968a).

Nosso lema é trabalhar sem descanso pela organização da guerra justa e necessária contra o imperialismo dos Estados Unidos. Tendo em vista, **batalharemos por uma frente anti-imperialista**, ou seja, uma frente popular revolucionária, não importa o nome que venha ter. O fundamental é que seja **uma frente capaz de unir as forças interessadas na expulsão do imperialismo e na libertação do país pela via armada** (ALN, 1968a, p. 1, grifo nosso).

Para isso, convocavam operários, camponeses, estudantes, intelectuais e mulheres a integrarem os grupos guerrilheiros para o início da revolução brasileira. O interesse estava no enfrentamento das forças internas e externas – a luta pela libertação nacional e pela “emancipação das massas populares face as oligarquias” – para se instalar um governo socialista e um plano de desenvolvimento econômico que ajudasse o país. Esse enfrentamento seria justo, pois consideravam que os militares no poder estavam ali apenas para representar os interesses da oligarquia brasileira e para entregar o Brasil aos Estados Unidos – “sua missão fundamental é servir aos interesses do imperialismo norte-americano” (ALN, 1968a, p. 2).

Ainda em seu jornal, expunham que a “Ala Marighella” fazia parte da estratégia disseminada pela OLAS, e que lutavam contra o método global do imperialismo estadunidense. Desse modo, apontavam que a guerrilha brasileira deveria partir de um plano estratégico e tático global, pois apenas uma estrutura mundial das guerrilhas permitiria que se chegasse a um exército revolucionário de libertação – composto, especialmente, pelos camponeses e operários. Para isso, era tarefa de cada revolucionário se preparar para o enfrentamento com as forças internas e externas – realizando treinamento de tiro, de resistência no campo e de defesa pessoal (ALN, 1968a).

Como parte do plano guerrilheiro, era necessário incitar a “agitação política” das massas, assim como “o trabalho de massas antiamericano” aplicando ações contra os estadunidenses que estavam no país, nas cidades e nos campos. Colocavam-se como defensores da soberania nacional, “a defesa da Amazônia e de nossa soberania exige passarmos à ação concreta” (ALN, 1968a, p. 7), e

(...) apenas procuramos somar esforços para que a guerrilha seja desencadeada, pois o nosso dever é fazer a revolução. Da guerrilha, afinal, surgirá a vanguarda revolucionária brasileira. Enquanto o que nos interessa é **trabalhar a fundo**

**por essa guerrilha. E ela surgirá como, quando e onde os gorilas e os imperialistas menos esperam** (ALN, 1968a, p. 9, grifos nossos).

Por fim, trazia à tona seu pronunciamento oficial em que caracterizavam a organização como “clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel” (ALN, 1968a, p. 5). Estariam sempre agindo contra a infiltração do inimigo, e voltada para a diária ação revolucionária. Estabeleceram, assim, seus três princípios regedores: “o primeiro dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários e o terceiro é que temos compromissos com a revolução” (ALN, 1968a, p. 6).

A ideia defendida, especialmente por Marighella, era a de que não seguissem uma verticalização e hierarquização, ou seja, a organização deveria ser formada a partir de uma horizontalização. Todos os militantes, a partir dos grupos de ações, teriam autonomia para realizar suas ações de expropriação – ademais, a revolução brasileira, e latino-americana, cabia aos próprios revolucionários.

Em dezembro de 1968, o regime militar decretou o AI-5, causando uma mudança na postura das organizações revolucionárias. Diante disso, a “Ala Marighella” discutia o impacto dos avanços do movimento revolucionário brasileiro e como mudanças foram introduzidas no interior da organização no documento **“Questões de Organização”**. Neste texto, discutia-se que tais mudanças ocorreram pelo surgimento de três frentes: “a frente guerrilheira, a frente de massas e a rede de sustentação” (ALN, 1968b, p. 3).

Essas três frentes deram o tom da atividade local em todo o país. Dada, porém, a peculiaridade de que o movimento revolucionário se desenvolve desigualmente no território nacional, resultou que em alguns pontos importantes do país uma outra dessas frentes deixasse de manifestar-se ou que uma predominasse em prejuízo das demais. Nosso próximo objetivo, que diz respeito à atividade local, é fazer com que as três frentes surjam em todo o país e que os efeitos da sua movimentação sejam os mais contundentes (ALN, 1968b, p. 3).

A frente guerrilheira era responsável pelos atos revolucionários, como por exemplo: a captura e confecção de armas e explosivos, sabotagem, ações armadas, ação antiamericana, a pintura de muros, realização de comícios. A frente de massas desenvolvia as ações de ocupações, passeatas, protestos, greves, visando lutar contra a censura e as prisões. Por sua vez, a rede de sustentação representava o apoio tanto à revolução brasileira como à guerrilha através do fornecimento de casas, esconderijos, sistemas de comunicação, equipamentos, recursos financeiros, mantimentos e

informações. Diante dessas três frentes, era necessária uma modernidade dentro da ‘Ala Marighella’, principalmente, na parte estratégica e tática geral, que beneficiaria as operações para suas atividades (ALN, 1968b).

Um dos resultados verificados foi o surgimento das unidades móveis da organização – como o grupo de trabalhos estratégicos e o grupo tático armado. Este último era responsável pelo poder de fogo da organização, pela execução das operações mais complexas de assalto. O que mais se constatava era a necessidade de manter a simplicidade do funcionamento, rapidez de ação, mobilidade da organização como um todo (ALN, 1968b). Diante disso, estabeleceram seus princípios norteadores, sendo:

- a) O princípio básico de nossa organização revolucionária é partir da guerrilha e, uma vez assentada tal premissa, fazer da organização um instrumento da linha política que segue esta estratégia;
- b) Para ser revolucionária, uma organização deve exercer permanentemente a tática revolucionária, mas jamais deve deixar de ter sua conceituação estratégica, seus princípios ideológicos e de organização e sua disciplina própria;
- c) a organização revolucionária não se torna vanguarda pelo fato de intitular-se como tal. Para isso precisa passar a ação e acumular uma prática revolucionária convincente, pois só a ação faz a vanguarda;
- d) nossa atividade principal não é a construção de um partido, mas desencadear a ação revolucionária;
- e) o fundamental na organização revolucionária não é fazer reuniões improdutivas sobre temas gerais e burocráticas, mas, sim, dedicar-se sistematicamente a planejar e a executar sob o seu comando até mesmo as menores ações revolucionárias;
- f) o elemento propulsor decisivo para o funcionamento da organização revolucionária é a capacidade de iniciativa dos seus grupos revolucionários. Nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos revolucionários visando desencadear a ação revolucionária.
- g) não temos uma linha política e uma linha militar separadas, com a linha militar submetida à linha política. Nossa linha é uma linha revolucionária única, que contém em si como uma só coisa a linha política e a linha militar fundidas;
- h) a guerrilha não é o braço armado de um partido ou de uma organização política, seja qual for. A guerrilha é o próprio comando político e militar da revolução;
- i) o que determina o surgimento e a afirmação de comandantes políticos é a prática das ações revolucionárias, seu acerto e consequência, a participação definitiva, constante, direta e pessoal dos integrantes do comandamento na execução dessas ações;
- j) não há comandamento político sem desprendimento e capacidade de sacrifício, e sem participação direta na ação revolucionária. O comandamento político não significa um mérito em um reconhecimento pela importância e hierarquia na operação de cargos. Os cargos não têm valor. Na organização revolucionária só há missões e tarefas a cumprir;
- k) o dever de todo revolucionário é fazer a revolução;
- l) não pedimos licença para praticar atos revolucionários;
- m) só temos compromissos com a revolução;
- n) o limite de nossa organização revolucionária vai até onde alcançam nossa influência e nossa capacidade revolucionária;

- o) manter a mais estrita vigilância contra o inimigo de classe e em particular contra a política é o dever mais elementar da organização revolucionária; delatores, espões, dedos-duros e informantes dentro de uma organização revolucionária devem ser punidos exemplarmente;
- p) nosso princípio básico em matéria de vigilância é que cada um só deve saber aquilo que diz respeito ao seu trabalho. Sem isto é impossível garantir o funcionamento clandestino da organização revolucionária (ALN, 1968b, p. 5).

Após a discussão sobre as três frentes, Marighella chegou a produzir uma carta aos revolucionários de São Paulo, intitulada “**Quem Samba Fica Quem Não Samba Vai Embora**”. Debateu sobre as mudanças na organização, a adesão de jovens como quadros e que tudo deveria se resumir em “*é ação e mais ação*”. Em qualquer localidade do Brasil, os militantes deveriam incorporar as três frentes e colocá-las em prática – seja distribuindo manifestos, sabotando planos da polícia e dos militares. Ninguém deveria ser preso sem resistência, “tomem iniciativas, assumam responsabilidades, façam” (MARIGHELLA, 1968a, p. 2).

O fundamental na organização são os grupos e a atuação de baixo para cima. Uma coordenação ativa e revolucionária leva a ação para diante. Os grupos devem unir-se de baixo para cima, através da ação. Podem ser feitas ações em conjunto. Todos os grupos nossos ou não nossos devem ser chamados para a ação conjunta, para qualquer coisa, para ICR, seja para o que for **contanto que acabe a ditadura e o imperialismo**. De todo modo o problema é quem samba fica, quem não samba vai embora (MARIGHELLA, 1968a, p. 2, grifo nosso).

Em dezembro de 1968, Marighella assinava uma “**Mensagem aos Brasileiros**” como forma de suplemento ao jornal O Guerrilheiro. Direcionando a mensagem aos operários, agricultores pobres, estudantes, professores, jornalistas, intelectuais, bispos, jovens e mulheres, expressava que os militares “abriram o caminho à subversão”, e por isso não poderiam “espantar-se de que os patriotas trabalhem para desalojá-los” (MARIGHELLA, 1968b, p. 1).

Indagava-se ainda, sobre qual era a ordem que o regime queria preservar, “os assassinatos dos estudantes em praça pública? Os fuzilamentos do Esquadrão da Morte? As torturas e espancamentos no DOPS e nos quartéis militares?” (MARIGHELLA, 1968b, p. 1). Também fazia questão de enfatizar, novamente, que os Estados Unidos eram os donos do Brasil. Dizendo que,

**O governo desnacionalizou o país, entregando-o aos Estados Unidos – o pior inimigo do povo brasileiro. Os norte-americanos são donos das maiores parcelas de terra do Brasil, detêm em suas mãos uma grande parte da Amazônia e de nossas riquezas minerais, incluindo minérios atômicos. Tem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território. Os agentes da**

espionagem norte-americana da CIA estão dentro do país como em sua própria casa, orientando a polícia em caçadas humanas aos patriotas brasileiros e assessorando o governo na repressão ao povo (MARIGHELLA, 1968b, p. 1, grifo nosso).

Marighella denunciava a fome, a perseguição e a corrupção do regime militar contra a classe trabalhadora. Afirmava que violência gera violência, e por isso, “a única saída é o que estamos fazendo: utilizar a violência contra os que tiveram a primazia de usá-la para prejudicar os interesses da pátria e das massas populares” (MARIGHELLA, 1968b, p. 2). E isso transparecia através da luta armada, concebida pela guerrilha, como um movimento de resistência.

O revolucionário ainda previa quais seriam as medidas populares adotadas pelo governo revolucionário após sua vitória. Procurariam abolir os privilégios e a censura impostos pela ditadura, estabeleceriam a liberdade religiosa e de criação, libertariam todos os presos políticos e aqueles que haviam sido condenados pelo regime, acabariam com os órgãos de repressão policial, buscariam o monopólio estatal dos serviços públicos, confiscariam as propriedades latifundiárias, eliminariam a corrupção, assegurariam o pleno emprego, eliminariam a legislação do inquilinato e forneceria expansão à pesquisa científica (MARIGHELLA, 1968b). Além disso,

(...) Reformaremos todo o sistema de educação, **eliminando o acordo Mee-Usaid e qualquer vestígio da intromissão norte-americana**, para dar ao sistema de ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente. (...) **Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política externa norte-americana, para nos tornarmos independentes da política dos blocos militares**, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e em luta contra a colonização (MARIGHELLA, 1968b, p. 4, grifos nossos).

Levariam a julgamento público, e conseqüentemente, ao “paredão os agentes da CIA encontrados no país e os policiais responsáveis por torturas”, expulsariam os estadunidenses do país e confiscariam suas propriedades, “incluindo empresas, bancos e extensões de terras”, e também confiscariam as empresas de capital privado nacional “que colaborarem com os norte-americanos que se opuserem à revolução” (MARIGHELLA, 1968b, p. 3-4).

### 3.3 O último ano de Marighella

A “Ala Marighella” entendia que a estratégia da revolução brasileira era a guerrilha, porém, existia um desacordo entre os diversos grupos revolucionários sobre o



sentido em que a revolução deveria ser encaminhada. Visando isso, em janeiro de 1969, produziram o documento “**Sobre problemas e princípios estratégicos**”, que buscava discutir exatamente o problema tático.

Afirmavam que a “estratégia da Ação Libertadora Nacional” tentava transformar a crise política brasileira em uma luta armada do povo contra o regime imposto. Para tanto, estavam determinados em desencadear tanto na cidade como no campo ações revolucionárias que mudassem o quadro de uma situação política para uma situação militar – “o descontentamento atingirá todas as camadas e os militares ficarão responsáveis absolutos por todos os desacertos” (ALN, 1969a, p. 1).

A principal finalidade da estratégia revolucionária, transformar a crise política em luta armada e a situação política em situação militar, é destruir a máquina burocrático-militar do poder e substituí-lo pelo povo armado. Para destruir a máquina burocrático-militar do Estado brasileiro, a estratégia revolucionária parte da premissa de que essa máquina, dentro das condições de crise política permanente caracteriza a situação do país, tem uma vinculação cada vez mais íntima com os interesses do imperialismo norte-americano (ALN, 1969a, p. 2).

Ressaltavam que sua estratégia revolucionária possuía um caráter global que visava não só derrubar o regime militar brasileiro, como minar a influência dos Estados Unidos sobre o Brasil. O combate ao poder militar resultaria, portanto, em um golpe contra os estadunidenses e sua expansão pela América Latina – “sendo o imperialismo norte-americano nosso inimigo principal, devemos transformar a luta contra ele numa luta nacional libertadora e anti-oligárquica” (ALN, 1969a, p. 2).

Acreditavam que ao atacar o regime militar, este seria compelido a defender os interesses da oligarquia brasileira e dos Estados Unidos, mostrando ao povo sua verdadeira natureza. Ao derrubar os militares do governo, seria possível expulsar os estadunidenses do país e extinguir a oligarquia que tanto reprimia a sociedade brasileira – “eliminando os obstáculos à marcha para o socialismo” (ALN, 1969a, p. 2).

Para tanto, as ações empreendidas pela organização deveriam seguir a ideia da estratégia de guerrilha, sendo recomendável às guerrilhas urbanas ações armadas de todos os tipos – emboscadas, expropriações, ocupações, sabotagem e até “punição de agentes norte-americanos” e de policiais torturadores. Tudo isso deveria resultar nas condições necessárias para que a organização chegasse a sua luta final: a guerrilha rural (ALN, 1969a).

A ideia da “Ala Marighella” era a de que deveriam conciliar a guerrilha urbana e a guerrilha rural, conquistando o apoio da massa, dos camponeses, operários, estudantes

e intelectuais. Diante disso, em março de 1969, a organização redigiu a carta “**Ilustríssimo Senhor**” defendendo a “cobrança de tributos” pelos revolucionários às classes dominantes brasileiras. Ressaltavam a repressão do AI-5 e a responsabilidade dos militares e das classes dominantes por todo o caos interno vivido no país. Destacava que,

São também de sua responsabilidade o acelerado processo de corrupção, a desnacionalização e a **entrega do Brasil aos Estados Unidos**, país cujos interesses a atual ditadura defende com unhas e dentes, em detrimento da nossa soberania. Não é de admirar, diante disso, que os revolucionários e patriotas brasileiros tenham tomado a decisão de iniciar a luta à mão armada, para combater a ditadura e a política de traição nacional seguida pelos militares (ALN, 1969b, p. 1, grifo nosso).

Defendiam o desencadear da guerrilha urbana e todas suas ações de expropriações, como a captura de armas, munição e explosivos, além dos assaltos a bancos. Instauraram a cobrança do ICR (Imposto Compulsório da Revolução) às classes dominantes, que eram destinados para a manutenção da luta armada. A intenção era fazer frente ao ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) cobrado pela ditadura militar (ALN, 1969b). Desse modo, ressaltavam que,

(...) uma vez vitoriosos, **expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo empresas, bancos e extensões de terras**. Confiscaremos a propriedade latifundiária, acabando com o monopólio da terra. Confiscaremos as fortunas dos exploradores do povo (ALN, 1969b, p. 1, grifo nosso).

Já em abril de 1969, no documento “**Características da nossa atual estrutura**”, a “Ala Marighella” procurou descrever como a organização estava estruturada para a guerrilha urbana e rural – os dois campos de batalha contra seus inimigos. Esclareciam que tudo que envolvia a guerrilha rural estava sob o comando de um setor estratégico responsável por lidar com as áreas secretas de ação, o trabalho de campo, o controle do centro de aperfeiçoamento técnico de combate e a realização das operações de deslocamento. Já a guerrilha urbana estava sob o controle de “coordenações regionais” responsáveis por manter seu funcionamento e sua infraestrutura, além de,

b) criar uma potência de fogo adequada à guerrilha urbana; c) promover na área urbana sob seu comando o funcionamento da frente guerrilheira urbana; d) dá impulso à frente urbana de massas e a organização de sua atividade; e) organizar a rede urbana de sustentação; f) manter a seu lado as coordenações locais e quaisquer outras, como as estudantis, operária, etc. Sempre que isto se tornar necessário para complementar a infraestrutura da luta armada e intensificar a guerrilha urbana (ALN, 1969c, p. 1).

Concomitantemente a este documento fora lançada pela organização a “**Carta circular ao bancário brasileiro**”, a qual esclarecia que as ações executadas contra os bancos, a cobrança de seu ICR, eram necessárias para que conseguissem recursos financeiros para sua estratégia de luta. Além do mais, encorajavam os trabalhadores do setor bancário brasileiro, que durante a história haviam desencadeado greves e lutado por seus direitos, que viessem à luta (ALN, 1969d).

Em junho de 1969, Marighella, desejando o apoio das massas ao movimento revolucionário brasileiro tornava público os principais objetivos de sua guerrilha urbana em seu comunicado “**Ao Povo Brasileiro**”<sup>51</sup>. A intenção era explicar à população os motivos que os levaram à luta, o porquê das expropriações, e destacar que estavam fazendo isso “contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano” (MARIGHELLA, 1969a, p. 1). Apontava cinco pontos da organização:

- 1 – Derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos desde 1964, formar um governo revolucionária do povo;
- 2 – **Expulsar do país os norte-americanos, expropriar terras, bens e propriedades deles e dos que com eles colaboram;**
- 3 – Expropriar os latifundiários, acabar com o latifundiário, transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias, extinguindo ao mesmo tempo, definitivamente, a política de aumento de impostos, dos preços dos aluguéis;
- 4 – Acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização;
- 5 – **Retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos** e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente, prestando ao mesmo tempo relações diplomáticas com Cuba e todos os demais países socialistas (MARIGHELLA, 1969a, p. 1, grifos nossos).

Aproveitando as manifestações contra Nelson Rockefeller<sup>52</sup> nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, Marighella expunha, neste comunicado, que todas as demonstrações contra o estadunidense apenas reforçavam o quanto seu governo era repudiado aqui, e só contavam com o apoio dos militares no poder. Aproveitando a ocasião, conclamava todos à luta, tendo em vista que a guerra revolucionária seria longa e demandaria muitos esforços e contingentes (MARIGHELLA, 1969a).

A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada, que exige a participação de todos. É **uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira, que funciona como agência dos Estados Unidos dentro de nossa Pátria**. É a continuação da luta

---

<sup>51</sup> A ALN serviu-se, posteriormente, de fragmentos desse comunicado para usá-lo como panfletos.

<sup>52</sup> Rockefeller foi um político e empresário estadunidense, e nessa ocasião tinha vindo ao Brasil como um enviado especial do governo dos Estados Unidos.

heroica de Che Guevara, iniciada na Bolívia. É uma luta profunda, visando a transformação da sociedade brasileira (MARIGHELLA, 1969a, p. 2, grifo nosso).

Ademais, realçava a necessidade de que todos os grupos e indivíduos envolvidos na revolução brasileira continuassem atacando seus inimigos por todos os lados. Que não deixassem de praticar a guerrilha urbana, causando danos e desgastando o regime ditatorial. Despediu-se com uma mensagem de “Tudo pela unidade do povo brasileiro!”, “Abaixo a ditadura militar!” e “Fora do país com os norte-americanos!” (MARIGHELLA, 1969a, p. 2).

Paralelamente, visando popularizar informações sobre o comportamento ideal de um guerrilheiro, em agosto de 1969, Carlos Marighella lançava seu “**Mini manual do Guerrilheiro Urbano**”<sup>53</sup>. Este livreto continha instruções para aqueles que desejassem se engajar na luta armada – destacando táticas e estratégias a serem seguidas por aqueles que pretendiam se juntar às guerrilhas urbanas.

Em primeiro lugar, Marighella destacava a necessidade de o guerrilheiro urbano ter conhecimentos políticos, por isso indicava a leitura de suas próprias publicações e de Che Guevara. Salientava que uma das qualidades pessoais de um guerrilheiro urbano era sua superioridade moral, uma vez que não estava defendendo o lado inimigo que o povo tanto odeia. E ressaltava a importância de o guerrilheiro urbano em não revelar a ninguém sobre sua atividade, estando sempre atento e preparado para a lutar armada (MARIGHELLA, 1969b).

(...) é inevitável e necessário, a luta à mão armada do guerrilheiro urbano que visa duas finalidades essenciais: a) a liquidação física dos chefes e subalternos das forças militares e da polícia; b) **a expropriação do governo, bem como dos grandes capitalistas, latifundiários e imperialistas**, sendo as pequenas expropriações destinadas à manutenção individual do guerrilheiro urbano e grandes expropriações servindo para o sustento da revolução (MARIGHELLA, 1969b, p. 4, grifo nosso).

Marighella também notava que o ponto essencial para aqueles que gostariam de se tornarem guerrilheiros urbanos era seu preparo técnico. Era necessário que o indivíduo

---

<sup>53</sup> “Segundo Azambuja (2014), a CIA – Central Intelligence Agency -, Agência de Inteligência Estadunidense, começou a empregá-lo como material didático em suas escolas de treinamentos. As Escolas das Américas situadas no Panamá eram centros de formação para “contra-insurgência anti-comunista”. Desta maneira, o livro foi utilizado como forma de aprender sobre o inimigo. Marighella conseguiu um reconhecimento tão forte com a sua obra que passou a ser o grande mentor dos grupos revolucionários ao redor do mundo, e inimigo número um dos Estados capitalistas, fascistas e ditatoriais da época” (SILVA; 2017, p. 66-67).

adquirisse ou aperfeiçoasse suas habilidades físicas que seriam úteis para a guerrilha, como: ser piloto, dirigir barcos, entender de mecânica, rádio, eletricidade, topografia, mapas, bússolas, socorro médico e o manejo de armas de vários tipos e vários calibres, conhecimento sobre munições e explosivos. Além disso, frisava-se a necessidade de o guerrilheiro urbano ter conhecimento sobre o terreno em que atua ou vai atuar – estar familiarizado com “as ruas, becos, vielas, meandros e dos centros urbanos, suas trilhas e atalhos, seus bueiros, esgotos e grandes edifícios em construção” (MARIGHELLA, 1969b, p. 10).

De acordo com Marighella, uma vez que estivesse familiarizado com seu local de atuação, o guerrilheiro urbano deveria executar ações contra o regime militar, a classe dominante e tudo o que representasse o imperialismo estadunidense, como: assaltos, incursões e invasões, ocupações, emboscadas, táticas de rua, greves e interrupções de trabalho, deserções e desvios de armas, capturas e expropriações de armas, munições e explosivos, resgate de presos, justiçamentos e sequestros, sabotagem, terrorismo, propaganda armada e guerra de nervos. E o principal de todos: conquistar o apoio popular (MARIGHELLA, 1969b).

Juntamente a essa produção individual de Marighella, sua organização lançava em agosto de 1969 o documento “**Prisões**”, na qual se coloca pela primeira vez como “Ação Libertadora Nacional”. A intenção da divulgação desse texto, à época, era fazer frente ao anúncio da polícia de que a repressão havia capturado alguns de seus quadros e de outras organizações. Contudo, colocavam que apesar das quedas durante suas ações guerrilheiras, permanecia intacta sua “*espinha dorsal*” (ALN, 1969e).

Destacavam que a Ação Libertadora Nacional, mesmo com as quedas, seguia com sua estratégia global para a montagem de uma infraestrutura guerrilheira em todo o país. Salientavam que “nenhuma prisão acabará com a guerra revolucionária no Brasil” e que a ALN seguiria lutando para que sua guerrilha rural surgisse no momento exato para atacar “a ditadura militar, o latifúndio e o imperialismo norte-americano” (ALN, 1969e, p. 2). E entendiam que a guerra revolucionária deveria seguir três passos: a fase da guerrilha urbana, a fase da guerrilha rural e a fase da guerra de manobras – quando surgisse o exército revolucionário.

Neste intuito, Marighella chegou a produzir individualmente um texto acerca de suas considerações sobre a guerrilha rural – sob o título de “**Alocução sobre a Guerrilha Rural**”. Nele, o revolucionário apontava para a necessidade, e o cuidado, de desenvolver

a guerrilha rural como decorrência da guerrilha urbana – “como resultado da articulação da cidade com o campo” (MARIGHELLA, 1969c, p. 1).

Marighella acreditava que a guerrilha rural seria fruto de toda a preparação do último ano da organização, seguindo seu plano estratégico e tático global – sem estes dois, na visão do revolucionário, seria impossível atingir a segunda fase. Ambos os planos determinavam que “antes do lançamento da guerrilha rural, os revolucionários que já atuam no campo e os que para lá se dirigem, devem intensificar a montagem da infraestrutura revolucionária da guerrilha rural” (MARIGHELLA, 1969c, p. 1).

Nessa sonhada segunda fase da guerra revolucionária era necessário cumprir a missão de levar ao campo o mesmo terror e inquietação que já apavorava as cidades, “as classes dominantes, os militares e os imperialistas” (MARIGHELLA, 1969c, p. 2). Para isso, os revolucionários deveriam agir de modo a tornar a vida dos fazendeiros um verdadeiro inferno – queimando plantações, capturando gados, assassinando grileiros, capangas e os estadunidenses proprietários de terras. Quando fosse alcançado “o ponto máximo de distúrbio social no campo”, aí sim seria lançada a guerrilha rural – contando com a constituição do exército revolucionário de libertação nacional brasileira (MARIGHELLA, 1969c, p. 2).

Ainda procurando fazer frente aos esforços do regime militar em capturar os revolucionários brasileiros, a ALN divulgou mais um material sob o título de “**Procurados**”. Denunciava a ação dos militares em espalhar cartazes com fotos dos revolucionários, classificando-os como “marginais”, “assassinos” e “terroristas”. Entretanto, enxergavam essa conduta com dois efeitos contrários ao que o regime queria, pois: i) os estrangeiros que passavam pelos aeroportos, onde se encontrava a maioria destes cartazes, estavam cientes da grande quantidade de cidadãos contrários ao sistema político vigente; e ii) mostrava que os militares não estavam tendo sucesso na captura de muitos revolucionários, ou seja, a população não estava colaborando com eles (ALN, 1969f).

O resultado é que começa a repercutir no estrangeiro esta situação esquisita em que se encontra o país. A ditadura militar confessa-se incapaz de prender os terríveis bandidos e marginais e apela para que o povo os denuncie. Ao que parece, o povo não colabora com a ditadura militar e os marginais não são denunciados. Na verdade, não são marginais, nem bandidos, assassinos ou ladrões. Os homens que a polícia e o exército procuram como criminosos são revolucionários e patriotas que lutam à mão armada contra a ditadura militar e seus crimes (ALN, 1969f, p. 1).

Denunciavam, ainda, as ações do regime militar contra a sociedade brasileira com seus aumentos de preços e impostos, o uso da tortura contra aqueles que foram presos e a entrega do país pelos militares aos Estados Unidos (ALN, 1969f). Colocavam que,

**Os norte-americanos hoje em dia são donos da indústria e do controle do país.** As empresas brasileiras são levadas a falência pela ditadura militar que cobra impostos exorbitantes e aniquila a economia brasileira. **Os norte-americanos – através da compra das empresas – pelas quais pagam um preço insignificante, estão se tornando senhores do Brasil.** Comprando terras, tornaram-se igualmente os maiores proprietários de terras do país (ALN, 1969f, p.1, grifos nossos).

Em agosto de 1969, produziram o documento “**Sobre a Organização dos Revolucionários**”, buscando expor como a ALN procurava agir. Em sua caracterização, a organização se estabelecia através da ação conciliada com estratégia, pois “toda infraestrutura revolucionária é baseada na conceituação estratégia e decorre da ação correlata com a estratégia revolucionária” (ALN, 1969g, p.1). Entendiam que não seria possível estabelecer uma infraestrutura se não contassem com o aperfeiçoamento de seus próprios integrantes – algo essencial para a execução de suas expropriações.

Destacavam o fato de que os recursos financeiros adquiridos não eram destinados para a estrutura da organização, mas para a formação de seus quadros e para a ação guerrilheira. Isso ocorria por enxergarem que a ação tinha sempre preferência ante qualquer coisa – *a ação é que faz a vanguarda*. Além disso, revelavam que os dirigentes chegavam à sua posição através da ação e da confiança dos demais, sem a necessidade de votos. Tratava-se de uma ‘democracia revolucionária’ – “o resultado da confiança e do papel desempenhado pela ação revolucionária” (ALN, 1969g).

Ainda em 1969, seriam produzidos mais três documentos, o primeiro, “**A Ação Revolucionária e a Frente Unificada**”, destinado a compreender alguns problemas sobre o movimento revolucionário brasileiro, que sofria com uma dispersão das organizações que estavam lutando pela sua liderança. Também mantinham sua denúncia sobre o apoio interno recebido pela ditadura militar, pelos órgãos da repressão e pela oligarquia brasileira, e o apoio externo vindo do imperialismo dos Estados Unidos (ALN, 1969h).

**Os militares brasileiros no poder fazem o jogo dos interesses norte-americanos.** Eles respeitam a **ideologia do imperialismo**. Sua política é a do Pentágono. Eis porque eles (...) não se opõem à ocupação econômica e militar posta em prática pelos americanos no Brasil. É ilusão crer que estes militares se revoltarão contra os EEUU, porque **esta nação imperialista, seus governos**

**e monopólios são fonte de abastecimento do aparelho militar dos gorilas**  
(ALN, 1969h, p. 3, grifos nossos).

Assim, o objetivo dos revolucionários brasileiros deveria permanecer não na disputa da liderança do movimento, mas na destruição do regime militar, pois sua queda arrebataria a oligarquia brasileira, os latifundiários e o imperialismo estadunidense e sua presença e influência na estrutura econômica do país. Para isso, deveriam intensificar seus esforços na guerra revolucionária e no desencadeamento da guerrilha urbana e rural (ALN, 1969h).

O segundo documento, **“O papel da Ação Revolucionária na constituição da Organização Revolucionária”**, foi destinado “à nova esquerda e aos camaradas revolucionários e antifascistas europeus” (1969i, p.1). Apresentando seu desenvolvimento desde o ano de 1968, procuraram destacar a transformação da ALN de um pequeno grupo para uma organização nacional – demonstrando seu plano, seus princípios estratégicos fundamentais para a guerra revolucionária contra a ditadura militar, a classe dominante e o imperialismo estadunidense e o caráter revolucionário da organização, evidenciando seus escritos.

O terceiro seria a **“Carta aos Revolucionários Europeus”** escrita por Marighella. O revolucionário brasileiro procurava demonstrar solidariedade com a condução da luta na Europa contra “a reação fascista, os trustes e monopólios, contra o imperialismo dos Estados Unidos, contra a guerra do Vietnã, pelo socialismo, pela libertação e pelo progresso” (MARIGHELLA, 1969d, p.2). Sua intenção, ao escrever a carta, era de que o material fosse difundido no exterior para que o mundo tivesse noção do que estava ocorrendo no país, e para divulgar a luta revolucionária que ali estava acontecendo.

Por isso, frisou na carta pontos sobre a estratégia da Ação Libertadora Nacional: que o imperialismo estadunidense representava seu principal inimigo frente à guerra de libertação nacional; estavam lutando pela destruição do aparato burocrático militar e a instauração de um governo popular revolucionário – possível através da formação de um exército revolucionário de libertação nacional (MARIGHELLA, 1969d). Ademais, ressaltava que,

(...) Nosso programa é a **expulsão dos norte-americanos de nosso país, a expropriação das empresas de capital privado nacional que colaboram com o capital estrangeiro**, a expropriação da propriedade latifundiária que hoje está em sua maior parte em mãos dos norte-americanos e a realização da revolução agrária até as suas últimas consequências, com a libertação dos camponeses. E também **arrancar o Brasil da condição de satélite da política**



**externa dos Estados Unidos para alcançar uma posição de independência frente à política dos blocos militares**, mantendo uma política externa de apoio ativo aos povos subdesenvolvidos na luta contra o colonialismo. (...) Nosso modo de luta é a guerra revolucionária que já foi iniciada em nosso país sob a forma de guerrilha urbana. **Com a expropriação de bens dos grandes capitalistas nacionais, latifundiários e dos imperialistas ianques, com a sabotagem e a execução de espões da CIA, como o capitão Chandler, defensor de antiguerrilha no Vietnã e no Brasil**, com a apropriação de armas e ativos, com as perdas e danos infligidas às instalações militares e à polícia de fogo dos gorilas brasileiros (MARIGHELLA, 1969d, p. 1, grifos nossos).

De acordo com Marighella, era importante que esta carta fosse difundida no exterior para que o mundo tivesse conhecimento da repressão do regime militar e da intromissão do imperialismo estadunidense no Brasil. Outra atitude do revolucionário brasileiro foi sua entrevista concedida ao seminário francês “**Front**”, em 3 de novembro de 1969. Ao responder a vinte e nove perguntas, Marighella buscou sintetizar os principais elementos da Ação Libertadora Nacional já apresentados nos documentos anteriores – sobre sua estrutura, o modo de organização, o momento de sua guerrilha, a sonhada guerrilha rural, o viés teórico da ALN, a influência da OLAS e de Cuba e sobre os Estados Unidos.

Um ponto de destaque são as perguntas que envolveram como a Ação Libertadora Nacional encarava os Estados Unidos. Ao ser perguntado por que acusava tanto o “imperialismo americano” e não o alemão ou japonês, Marighella respondeu que “porque é fundamentalmente sobre o americano que se apoiam a ditadura e a burguesia” (FRONT n°3, 1969, p. 6). Outro ponto se dá quando perguntado sobre a possibilidade de uma intervenção militar estadunidense caso os militares não fossem capazes de combater os avanços da guerrilha, a qual respondeu dizendo:

Creio que as tropas americanas intervirão. A ocupação econômica de agora tornar-se-á também uma ocupação militar, donde evidente aos olhos de todos, o Brasil se tornará então um novo Vietnam, dezenas de vezes maior... (FRONT n°3, 1969, p. 6).

Contudo, Carlos Marighella fora assassinado em 4 de novembro de 1969 em São Paulo, numa emboscada comandada pelo torturador Sérgio Fleury. Sua morte foi em consequência da forte repressão contra as guerrilhas brasileiras surgida como retaliação a dois acontecimentos, ainda não discutidos aqui: o primeiro em 1968, pela participação de integrantes da ALN no “justiçamento” do capitão estadunidense Charles Rodney Chandler, suposto agente da CIA, e o segundo em 1969, pela participação da organização no sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick.

### 3.4 O “justiçamento” de Chandler e o sequestro de Elbrick

Charles Rodney Chandler era capitão do Exército dos Estados Unidos e atuou como instrutor de combate à guerrilhas durante a guerra do Vietnã. Sua vinda ao Brasil ocorreu por meio de uma bolsa da George Olmsted Foundation para estudar a língua portuguesa e a cultura brasileira na Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, USP. Em meio aos debates universitários, Chandler era um defensor das intervenções estadunidenses no continente asiático e, por isso, era apontado pelos militantes da esquerda como um agente da CIA (MAZZA, 2018).

Todo o seu histórico militar e sua participação na guerra do Vietnã reforçavam o pensamento dos militantes de que ele estava no Brasil a serviço da repressão. Diante disso, Marighella considerava que “Chandler não era um inocente, mas um vilão presumivelmente a soldo da CIA no Brasil, embora inexistisse prova de ligação com a agência” (MAGALHÃES, 2012, p. 286). O plano para o “justiçamento” de Chandler fora construído pela ALN em conjunto com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (MAZZA, 2018). Os militantes que executaram a ação fizeram um levantamento dos hábitos do capitão Chandler e traçaram um plano para executá-lo saindo de casa, assim,

(...) Chandler abriu a porta da cozinha, entrou no seu Impala guardado na garagem, deu marcha a ré para ganhar a rua e, ao chegar à calçada, o Fusca fechou-o. Os dois ocupantes do banco traseiro saíram, e Diógenes descarregou as seis balas do revólver Taurus calibre 38. Em seguida, Marquito apontou a metralhadora para a cabeça do veterano do Vietnã, apertou o gatilho, e o corpo ensanguentado desabou sobre o banco da caminhonete. Depois de catorze projéteis, a Ina emperrou, Pedro jogou panfletos para o alto, e os três partiram. Os policiais recolheram os boletins, nos quais leram: “Criar um, dois, três Vietnãs, eis a palavra de ordem do comandante Che Guevara, que foi cruelmente assassinado na Bolívia por agentes imperialistas do nível deste Chandler, notório criminoso de guerra no Vietnã, e hoje punido e executado pela Justiça Revolucionária” (MAGALHÃES, 2012, p. 287).

O assassinato do capitão estadunidense foi usado por Robert Corrigan, à época cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, como uma justificativa para iniciar uma caçada à Marighella. Em um de seus telegramas<sup>54</sup>, Corrigan destaca que “Marighella tem incitado, de tempos em tempos, que instalações e funcionários americanos devem ser atacados”; diante disso, sua ideia era a tomada de ações mais incisivas com o intuito de persuadir o governo brasileiro a capturar o guerrilheiro (MAZZA, 2018).

---

<sup>54</sup> Os registros sobre este acontecimento constam nos documentos classificados como secretos pela diplomacia estadunidense, enviados para a Comissão da Verdade em 2015.

Corrigan não estava satisfeito com os esforços dos órgãos de segurança brasileiros para a captura dos militantes que executaram a ação e, especialmente, de Marighella. O cônsul chegou a sugerir a oferta de uma recompensa pelo líder da ALN, pois acreditava que a polícia brasileira só chegaria até os culpados com a ajuda de informantes (MAZZA, 2018).

Tendo em vista a conveniência de um esforço maior e mais eficaz, e como o assassinato de Chandler fornece uma causa justificável de pressão, nos arriscamos a pedir à embaixada, ao mais alto nível possível, um adido de defesa. Recursos, para tentar persuadir o governo a colocar Marighella e sua gangue fora de ação, para inventar uma fase, o tempo está maduro e a hora atrasada. Que tal oferecer uma recompensa?<sup>55</sup> (FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA, 1968, p. 2, tradução nossa).

Não se pode afirmar se a recompensa financeira foi levada adiante ou não pelos diplomatas estadunidenses. Os documentos em questão são incompletos e não permitem uma conclusão. Todavia, ponderavam que essa oferta poderia causar aspectos negativos à imagem dos Estados Unidos caso a origem dos recursos fosse identificada. Jack Kubish, à época diretor do Escritório de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, temia que essa oferta pelo governo estadunidense pudesse fornecer crédito adicional às especulações sobre o capitão Chandler ser ou não um agente da CIA (MAZZA, 2018).

Marighella, por seu lado, referiu-se ao justicamento de Chandler em um segundo comunicado “**Ao Povo Brasileiro**”<sup>56</sup>, em junho de 1969. Neste documento, repetiam-se as mesmas informações do primeiro, mas adicionava que,

O justicamento da capitão norte-americano, Charles Chandler, que veio da guerra do Vietnã para fazer espionagem da CIA no Brasil é outra prova de que os grupos revolucionários armados estão atentos na defesa da soberania e na preservação dos interesses nacionais (MARIGHELLA, 1969e, p. 3).

O segundo acontecimento, o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, ocorrido em 1969, fora idealizado pela Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), visando a libertação de Vladimir Palmeira<sup>57</sup>, um dos principais

---

<sup>55</sup> No original: “In view of the desirability for a greater and more efficacious effort and as Chandler’s murder provides a justifiable cause for pressure, we venture to urge embassy at the highest feasible level, [sic] defense attached, etc. Resources, to try to persuade the gob to have Marighella and crowd put out of action, to coin a phrase, the time is ripe and the hour late. How about offering reward?”.

<sup>56</sup> Militantes da ALN ocuparam uma emissora de rádio para transmitir essa mensagem à população brasileira, repetindo-a três vezes com o hino nacional ao fundo.

<sup>57</sup> Como líder do movimento estudantil, Vladimir esteve à frente da “Passeata dos 100 mil” contra o regime militar, realizada em 26 de junho de 1968 no Rio de Janeiro.

líderes estudantis da época e um dos fundadores da organização. Entretanto, a DI-GB era pouco conhecida e composta por pessoas muito jovens e com pequena experiência na luta armada, por isso, optaram por se juntar à ALN para efetuar o sequestro (BERQUÓ, 1997).

Analisando os horários, a rotina do embaixador e descobrindo sobre sua falta de esquema de segurança traçaram um plano de ação que seria colocado em prática no dia 4 de setembro de 1969. Feito o sequestro, os revolucionários abandonaram o carro do embaixador e o seu motorista Abel Custódio e se dirigiram para o local onde esconderiam Elbrick – uma casa alugada na rua Barão de Petrópolis, onde residia o jornalista Fernando Gabeira. No carro abandonado, as organizações deixaram um manifesto para que os policiais encontrassem. Porém, quando assinaram o documento, a direção da DI-GB tomou uma decisão: assumiriam, a partir dali, o nome de “Movimento Revolucionário 8 de Outubro<sup>58</sup>” – uma afronta ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar<sup>59</sup>) que se gabava por ter destruído<sup>60</sup> uma organização com o mesmo nome naquele ano (BERQUÓ, 1997).

Ao ser libertado, Abel Custódio conseguiu telefonar para a polícia brasileira e relatar o ocorrido para a embaixada dos Estados Unidos – a qual, imediatamente, se comunicou com seu governo em Washington e com as autoridades brasileiras. Quando o presidente Nixon fora informado, convocou o secretário de Estado William Roger para que este enviasse uma mensagem ao governo brasileiro “afirmando que tudo deveria ser feito para que o embaixador Charles Burke Elbrick fosse libertado o mais rapidamente possível” (BERQUÓ, 1997, p. 55). O regime militar estava, naquele momento, se comprometendo “confidencialmente com o americano em tudo fazer para libertar o embaixador” (BERQUÓ, 1997, p. 62), divulgando a primeira nota oficial sobre o assunto, dizendo que,

---

<sup>58</sup> Sua escolha ao assumir-se como MR-8 tinha a finalidade de causar uma confusão entre os órgãos de segurança da ditadura, que viviam entre divergências na troca de informações, e desacreditar a população brasileira do grande feito do Cenimar (BERQUÓ, 1997).

<sup>59</sup> Foi criado em 1957 com a finalidade de obter informações para a Marinha brasileira, e durante a ditadura militar passou a ser empregado na repressão à luta armada, subordinado ao Ministério da Marinha.

<sup>60</sup> “(...) a Dissidência do Estado do Rio, na medida em que definiu sua linha foquista, muito calcada nas propostas do francês Régis Debray, não fazia questão de ter um nome. Só seu jornal tinha nome, Oito de Outubro, em homenagem à morte do Che Guevara, ocorrida naquela data. O Cenimar destruiu essa organização. Mas, quando foi propagandar a vitória, ele próprio se viu diante de um problema de marketing: como anunciar ao grande público o desmantelamento de uma organização sem nome? Era meio ridículo: “Senhoras e senhores, destruímos uma organização anônima!” Então, aproveitando o título do jornal, o Cenimar inventou o nome e batizou a recém-liquidada Dissidência do Estado do Rio: Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8” (BERQUÓ, 1997, p. 72).

O Ministério das Relações Exteriores recebeu da embaixada norte-americana comunicação de que o embaixador dos Estados Unidos da América, senhor Charles Burke Elbrick, foi vítima de sequestro por parte de elementos terroristas. Imediatamente, o lamentável acontecimento foi levado ao conhecimento dos ministros militares que respondem pela Presidência da República, ministro da Justiça e autoridades do setor de segurança. Foram de pronto ordenadas medidas para a localização do embaixador Charles Elbrick, bem como para a descoberta e captura dos criminosos. O ministro Magalhães Pinto compareceu pessoalmente à embaixada norte-americana para apresentar a solidariedade do governo brasileiro e comunicar ao ministro-conselheiro, senhor William Belton, as providências tomadas. O governo brasileiro sabe que interpreta o pensamento do povo quando manifesta sua veemente repulsa àquele ato criminoso e está seguro de que a população compreende que este inominável atentado contra a intangibilidade pessoal do representante diplomático de um país amigo representa, ademais, um ato de puro e simples terrorismo, em detrimento do prestígio internacional do Brasil (BERQUÓ, 1997, P. 62-63).

Entretanto, o regime militar tomou a decisão de acatar as exigências feitas pela ALN e pelo MR-8, divulgando à meia noite e quinze do dia 5 de setembro de 1969, através da rede de televisão, o manifesto dos revolucionários. Neste documento, sob o título “**Ao Povo Brasileiro**”, os revolucionários ressaltavam que o sequestro do embaixador estadunidense constituía a mais importante ação da guerra revolucionária brasileira, pois

**O Sr. Bruke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo que aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros, aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração.** São os interesses desses consócios de enriquecerem cada vez mais que criaram e mantém o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta, a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta (ALN; MR-8, 1969, p. 1-2, grifo nosso).

O sequestro do embaixador era uma ação simbólica, pois Elbrick significava a exploração dos Estados Unidos. Diante disso, colocavam “a vida e a morte” do embaixador nas mãos dos militares, fazendo duas exigências para sua libertação: i) a publicação e leitura da mensagem, na íntegra, nos principais meios de comunicação do país, e ii) a libertação de 15<sup>61</sup> prisioneiros políticos – “são 15 revolucionários entre os milhares que sofrem as torturas nas prisões e quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados e que amargam as humilhações impostas pelos militares” (ALN; MR-8, 1969, p. 2).

---

<sup>61</sup> Eram eles: Gregório Bezerra, Vladimir Palmeira, José Ibrahim, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, João Leonardo, Ricardo Zaratini, Shu-Shu, Onofre Pinto, Maria Augusta, Luís Travassos, José Dirceu, Argonauta Pacheco, Rolando Fratti e Ricardo Villas-Boas.

Ademais, salientavam no manifesto que os quinze revolucionários valiam “cem embaixadores” aos seus olhos, mas sabiam que um embaixador estadunidense valia muito “do ponto de vista da ditadura e da exploração” (ALN; MR-8, 1969, p. 3). Seguindo o plano, os prisioneiros deveriam ser conduzidos em um *avião especial* até um país onde receberiam asilo político. E os militares não deveriam realizar qualquer tipo de represália contra estes prisioneiros, pois o mesmo seria feito ao embaixador. Entretanto, tinham certeza de que o governo estadunidense não deixaria que um representante seu fosse “justiçado em um país de Terceiro Mundo: essa fraqueza dos Estados Unidos abriria um precedente para o mundo inteiro” (BERQUÓ, 1997, p. 63).

Os revolucionários não aceitariam nenhum tipo de negociação com o regime militar se não fosse por declarações públicas e oficiais, na intenção de deixar a sociedade brasileira ciente de todo o processo. O pronunciamento ainda trazia um alerta contra todos aqueles que praticavam os atos de torturas nas prisões, comunicando que este seria o último aviso, pois agora era “*olho por olho, dente por dente*” (ALN; MR-8, 1969).

Chile e México declararam que concederiam asilo político aos quinze prisioneiros, assim, fora colocada em prática sua partida – que ocorreria em 6 de setembro às 17h03 no avião Hercules C-130. Do outro lado, os militantes da ALN e do MR-8, Franklin e Toledo, tinham uma conversa com o embaixador, que expôs sua opinião sobre a postura de seu próprio país perante a realidade dos países latino-americanos (BERQUÓ, 1997).

Os sequestradores tinham se enganado redondamente acerca das posições políticas do refém. Do ponto de vista de um norte-americano, ele era progressista. Criticou sinceramente a posição de seu governo em relação aos países do Terceiro Mundo, especialmente os da América Latina, e disse que a verdadeira posição americana, no sentido mais tradicional e profundo, era de apoio às democracias, incentivando eleições livres e democráticas, e não as ditaduras, como vinha ocorrendo no Cone Sul. Reconhecia a prática de torturas no Brasil e afirmava que seu governo também sabia de tudo. A conversa do embaixador com os sequestradores era agora ampla e desembaraçada. Não havia mais medo. Foi tudo gravado (BERQUÓ, 1997, p. 111).

No domingo, 7 de setembro de 1969, a Tribuna da Imprensa divulgaria uma nota do jornalista Hélio Fernandes, a qual destacava que “já estavam em território brasileiro 392 agentes norte-americanos, vindos em dois aviões: ‘um chegou anteontem pela madrugada, mais ou menos as 4:00 da manhã, e o outro chegou ontem, por volta das 11:00h’” (BERQUÓ, 1997, p. 115). Por volta das 15h daquele dia, o avião que conduzia

os presos<sup>62</sup> políticos desembarcava no aeroporto da Cidade do México, e era esperado por uma multidão. Após o desembarque, os quadros da ALN e do MR-8 libertaram Elbrick nas proximidades do estádio do Maracanã, e se dirigiram para seus pontos de encontro, garantindo a segurança de cada um que participara da ação (BERQUÓ, 1997).

Posteriormente, em um dos editoriais do jornal estadunidense *Daily News*, de Nova York, a respeito do sequestro do embaixador, pedia-se que ele fosse vingado “não apenas como uma satisfação para os Estados Unidos, mas sim como advertência para os militaristas e terroristas da América Latina” (BERQUÓ, 1997, p. 132). Além disso, colocavam que o governo mexicano deveria *devolver* às autoridades brasileiras os presos políticos ou abandoná-los a sua própria sorte. Consequentemente, o regime militar iniciaria uma verdadeira caçada aos que participaram do sequestro, dizendo que,

(...) A nação está agora consciente de que se acha em plena evolução o processo de guerra revolucionária, ou subversiva, e tem clara compreensão do que ela representa, bem como do dever de todos os cidadãos de participar responsabilmente das medidas necessárias para enfrentá-la. (...) O governo está adotando as medidas que se tornam imperativas para fazer frente à situação, tanto no plano da segurança interna, como no plano legal, com a edição dos atos que se fazem inadiáveis. Serão preservadas, a qualquer preço, a ordem e a tranquilidade da comunidade brasileira (BERQUÓ, 1997, p. 129).

### 3.5 O começo do fim da ALN

O assassinato de Carlos Marighella abalou gravemente a ALN, principalmente em torno de sua capacidade de ação. A sobrevivência do grupo, em 1970, se deu pela liderança de Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”. Em março daquele ano, divulgaram a “**Carta aos militantes da Ação Libertadora Nacional**” destacando a série de perdas que a organização vinha sofrendo desde o sequestro do embaixador estadunidense.

Em todo o Brasil, sofreram baixas de quadros, perdas na rede de apoio da organização e em suas oficinas de fabricação de armas – fatores que impediram o lançamento de sua guerrilha rural, obrigando-os a passar para a defensiva. Porém, mesmo diante das baixas, destacavam que o combate à ditadura, ao imperialismo e à dominação e exploração das classes dominantes não havia acabado (ALN, 1970a).

Acreditavam que as divergências econômicas e políticas entre a sociedade brasileira e o regime militar estavam despertando um “ânimo revolucionário” entre a

---

<sup>62</sup> Viajaram algemados nas mãos e nos pés e não tinha autorização para conversar entre si. A fim de evitar uma possível rebelião, “na hipótese de um retorno ao Brasil, caso conseguissem resgatar o embaixador antes que o avião pousasse no México”, os militares da Aeronáutica tomaram a liberdade de, em uma viagem de vinte horas, fornecer apenas um sanduiche para cada preso (BERQUÓ, 1997, p. 120).

população – alguns indivíduos já estavam dispostos para a luta armada. Era hora de uma reorganização, ou seja, hora de “consolidar a organização; retomar a iniciativa nas cidades; e tomar a iniciativa no campo” (ALN, 1970a, p. 2).

Mas, para impedir o desaparecimento da ALN, era preciso que todos tivessem consciência da importância da luta revolucionária. Por isso, só deveriam permanecer como quadros da organização aqueles que estivessem dispostos a “matar ou morrer”. Era necessário retomar as ações de expropriação, agitação das massas, propagandas e “dedicar uma atenção especial à formação dos quadros” (ALN, 1970a, p. 4).

Ainda naquele ano, Toledo concedeu uma entrevista ao Pensamento Crítico. Destacou que a situação da população brasileira estava piorando dia após dia, crescia a repressão sobre os sindicatos, operários e sobre as universidades – “o ensino está cada vez mais sob controle do governo e dos americanos, e é cada vez mais orientado no sentido da formação de elites intelectuais de filhos de ricos” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970, p. 1).

Denunciava duas situações: i) das pequenas e médias empresas brasileiras que enfrentavam dificuldades em se estabelecerem e se manterem no mercado – tais empresas não conseguiam fazer frente “às concorrentes maiores que em geral são empresas americanas” e alertava, de acordo com o pronunciamento do senador Hilário Torloni, que “81% das empresas de São Paulo são norte-americanas” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970, p. 1-2); e ii) a situação dos camponeses, que sobreviviam recebendo abaixo do salário mínimo, sem possuírem direitos garantidos e assistência médica. O revolucionário também expôs a situação sobre a queda do nível das ações urbanas depois da morte de Marighella.

Toledo procurou agradecer a “solidariedade internacional” que a ALN vinha recebendo, principalmente, de Cuba e da Argélia, “cujos protestos vêm impondo ao governo brasileiro constantes explicações a respeito do regime de tortura e ilegalidade no Brasil” (PENSAMENTO CRÍTICO, 1970a, p. 6). E buscou reafirmar o compromisso da organização na luta contra o imperialismo estadunidense e a oligarquia brasileira, garantindo a continuidade da linha de luta e combate desde o início da organização.

Entretanto, a repressão contra as guerrilhas urbanas aumentava naquele ano e em 23 de outubro de 1970, o próprio Toledo acabou sendo localizado, sequestrado e morto sob tortura em um sítio clandestino dos órgãos do regime – pelo mesmo Fleury que um ano antes assassinava Marighella (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Após sua morte, a liderança da ALN seria assumida “pelos membros restantes do comando nacional



que compunham também o comando militar da organização” (RIBEIRO, 2005, p. 5), como no caso de Carlos Eugênio Paz<sup>63</sup>, Iuri Xavier Pereira, Arnaldo Cardoso Rocha e Luiz José da Cunha.

Carlos Eugênio, que atendia pelos codinomes “Clemente”, “Guilherme” ou “Quelê”, era visto como o principal líder da organização, especialmente, por “já contar com a confiança de ‘Toledo’, que o designara como comandante militar da ALN” (RIBEIRO, 2005, p. 5). No tempo em que permaneceu como militante da ALN, viveu sob um longo período de clandestinidade, e talvez por isso, foi um dos poucos que conseguiu escapar<sup>64</sup> da repressão.

Ainda naquele ano, em um comunicado “**Ao Povo Brasileiro**”, a ALN expressava que mesmo diante da morte de ambos líderes, a luta não estava perdida: “pelo contrário, pois a verdade que Marighella e Toledo lançaram é a verdade do povo brasileiro, a sua luta é a luta do nosso povo pela sua libertação” (1970b, p. 1). Dessa forma, dariam continuidade à luta de Marighella e Toledo, visando,

Derrubar a ditadura militar e cancelar todos os seus atos a partir de 1964; Instaurar um governo revolucionário do povo; **Expulsar os imperialistas**, confiscar todos os seus bens e propriedades e de todos os que com eles colaborem; Transformar e melhorar as condições de vida dos operários e dos camponeses, da classe média, acabar com o latifúndio; **Retirar o país da órbita do imperialismo** e firmar uma política externa independente (ALN, 1970b, p. 1, grifos nossos).

Para alcançar estes objetivos, dariam continuidade às ações de expropriação, justificadas em seu texto ao “**Companheiro Trabalhador**”. Procuravam informar a sociedade brasileira que tais ações eram necessárias, visto que os meios de comunicação estavam sendo censurados pelo regime militar – “que tem interesse em que o povo fique alheio aos acontecimentos para não conhecê-los e poder analisá-los” (1970c, p. 1). Colocavam que todas ações representavam meios para desmoralizar e enfraquecer o

---

<sup>63</sup> A ele é atribuída a participação na morte de Henning Albert Boilesen, presidente o grupo Ultragás e conhecido como colaborador financeiro da repressão.

<sup>64</sup> “(...) foi o primeiro militante a ser anistiado pelo artigo dos crimes conexos, estando condenado no período em que retornou a uma pena de 124 anos de prisão, tendo por isso sua pena de morte decretada. Acusado de deserção no exército, para o qual prestou serviço no ano de 1969 no Forte de Copacabana, o militante foi incluído na lei de Anistia que determinava a reciprocidade de direitos para militares e militantes que haviam cometido ações com intenções políticas, a despeito dessas ações não serem caracterizadas diretamente como crimes políticos” (RIBEIRO, 2005, p. 98).

regime militar, o qual cada vez mais reprimia, prendia e torturava indivíduos da sociedade brasileira.

Ao final daquele ano, saía a segunda edição do “**O Guerrilheiro**”, dois anos e meio após a primeira publicação do jornal. Estavam de volta para estimular a ação dos antigos e novos revolucionários, e para proporcionar à sociedade uma visão real sobre o que acontecia no Brasil, a fim de “estimular a ação e a organização dos grupos revolucionários” (ALN, 1970d, p. 1). Buscaram ressaltar que a ditadura brasileira existia para servir aos interesses da oligarquia e do imperialismo estadunidense, denunciando o entreguismo e a corrupção do regime militar. Destacavam, por exemplo:

Ao mesmo tempo em que um **violento processo de acumulação e concentração de capitais vai transferindo para o controle do capitalismo americano** e internacional um número sempre maior de firmas nacionais, obras faraônicas são empreendidas pelo governo – como a Transamazônica – a fim de facilitar os objetivos predatórios dos ianques em relação às nossas reservas minerais. Paralelamente, militares apoderam-se dos postos de mando nas empresas governamentais, autárquicas e particulares, exigindo gordas propinas para a realização de qualquer negócio. Sob o manto da “austeridade” nunca a corrupção foi tão deslavada (ALN, 1970d, p. 4, grifo nosso).

Denunciavam o estado de terror vivido pela intensificação das torturas e assassinatos dos revolucionários brasileiros. Uma situação que exigia, cada vez mais, a luta armada e o uso da violência – onde “os verdadeiros revolucionários não têm outra alternativa senão intensificar a guerra contra a ditadura” e contra a dominação estadunidense (ALN, 1970d, p. 5). Ao seu ver, dessa forma, estavam honrando os ensinamentos de Marighella e Toledo.

A partir de 1971<sup>65</sup>, a produção de documentos pela ALN diminuiu, como se fazia na época de Marighella. Em relação a esse ano foram encontradas duas edições do seu jornal “**Ação**”, que seria lançado em agosto. De acordo com a sua descrição, era um espaço que se colocava “a serviço do desenvolvimento da guerrilha, da elevação de seus vínculos com o povo” (ALN, 1971a, p. 1). Representava mais uma frente contra o regime militar, com a divulgação da verdade, assim “a ditadura, o imperialismo, todos os opressores terão em ‘**AÇÃO**’ um inimigo decidido” (ALN, 1971a, p. 1).

---

<sup>65</sup> Em 1971 surgem duas dissidências da ALN: o MOLIPO – Movimento de Libertação Popular; e a TL – Tendência Leninista da ALN, formada por um grupo de militantes exilados. Seriam formados também o M3G – Marx, Marighella, Mao e Guevara, no Rio Grande do Sul e a Ação Libertadora do Nordeste ou Frente de Libertação do Nordeste, no Ceará e Pernambuco (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Comunicavam, nesta primeira edição do jornal, que a guerrilha brasileira vivia um momento de reorganização e reativação das ações armadas nas cidades. Diante disso, apresentaram algumas expropriações feitas apenas pela ALN ou em conjunto com outras guerrilhas urbanas – como por exemplo: o assalto a um contrabandista de joias, o ataque à Rádio Patrulha, a represália contra os postos da Shell, que em suas vitrines colocavam cartazes com fotos de revolucionários, e os saques contra cartórios e postos eleitorais (ALN, 1971a).

Além disso, debatiam sobre o imperialismo estadunidense, destacando que este havia mudado as táticas para a exploração dos povos subdesenvolvidos – uma vez que estava “se tornando difícil esconder da opinião pública e do povo americano os crimes praticados pelo governo dos EUA, a serviço dos grandes capitalistas americanos” (ALN, 1971a, p. 4). Ressaltavam que,

Ao invés de simplesmente invadir o país e reprimir o povo que luta para se libertar, como no Vietnã, é muito mais fácil, cômodo e sutil o que fazem os gringos no Brasil: compram um grupo de traidores da pátria e os mantêm no governo através da ajuda militar, fornecendo armas, munições e toda técnica que eles desenvolveram de repressão à manifestações de torturas, de investigação, enfim, todas as formas que existem para fazer calar um povo que, cansado de sofrer, tenta se libertar (ALN, 1971a, p. 4).

Adiante, em suas páginas finais, apontavam toda a assistência do governo dos EUA com treinamento, apoio financeiro e fornecimento de material para a polícia brasileira. Baseando-se nos relatórios das subcomissões do Senado estadunidense – à época publicado no Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1971 – alertavam que,

**600 policiais brasileiros fizeram curso nos Estados Unidos.** Os policiais americanos treinaram 100.000 (cem mil) policiais no Brasil. O programa ofereceu ainda 100 viaturas, 540 cassetetes, 565 algemas, 800 mil cartuchos de munição, bombas para reprimir manifestações de massa, máquinas copiadoras, laboratórios de análises, walkie talkies, um computador etc. Segundo o documento, **a polícia brasileira é composta de 260 mil agentes dos quais 160 mil foram treinados e equipados pelos policiais norte-americanos através da Aliança para o Progresso** (ALN, 1971a, p. 4, grifos nossos).

A terceira edição seria lançada em novembro de 1971. Aberta com uma carta aos militantes da organização e aos operários brasileiros, os convocava para fazer parte da luta armada. Debatiam sobre o ‘justiçamento’ de um membro da ALN que viria a ser colaborador do regime militar, e indagavam se essa sua ação diferia dos assassinatos cometidos pela ditadura (ALN, 1971b).

Expunham suas ações praticadas na “quinzena Marighella/Toledo” que se “caracterizaram pelo ataque ao imperialismo norte-americano”, ainda o inimigo principal da organização (AÇÃO, 1971b, p. 4). Assim, realizaram operações guerrilheiras contra “grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, inimigos de nosso povo” (ALN, 1971b, p. 4). Como por exemplo,

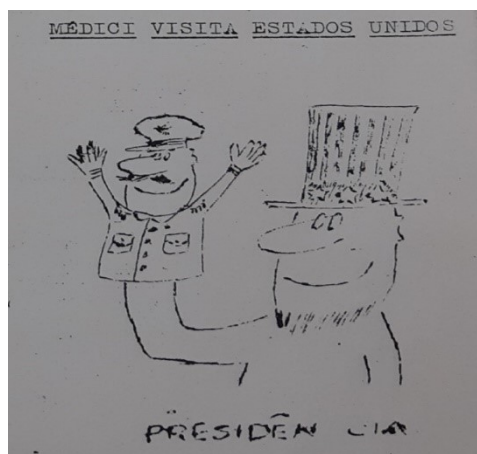
Ocupação, expropriação e panfletagem numa agência da Light, no Ipiranga, de onde foram expropriados: Cr\$ 34 mil. A Light é um dos maiores trustes estrangeiros que domina e monopoliza toda a distribuição de energia elétrica, levando fabulosos lucros para o exterior, à custa da exploração de nosso povo e de nossas riquezas naturais; (...) Atentados às residências: do vice-cônsul dos Estados Unidos, do diretor da Swift, do diretor da Chicago Bridge, pichação na casa de um dos diretores da Coca-Cola. Estes atentados foram feitos num intervalo de duas horas. **Essas ações fazem parte da guerrilha urbana e da guerra psicológica desencadeadas contra o inimigo principal de nosso povo: o imperialismo norte-americano** (ALN, 1971b, p. 4, grifo nosso).

Detalhavam suas ações contra a polícia, a necessidade da sabotagem aos planos do regime militar, denunciavam as torturas vividas nos presídios e ressaltavam a resistência dos presos através das greves de fome. Manifestavam-se, ainda, contra a propaganda da imprensa sobre o cenário internacional – especialmente sobre a visita de Fidel Castro ao Chile, que tentaram minimizar, e ao discurso de Médici na OEA, evento no qual “o General Médici foi vaiado três vezes, durante suas apresentações em Washington, quando ele foi pedir as bençãos aos chefões da América do Norte” (ALN, 1971b, p. 9). Ademais, os revolucionários buscaram ilustrar a visita de Médici aos EUA colocando-o como o fantoche do governo estadunidense, que está representado na imagem pelo famoso “*Tio Sam*”<sup>66</sup>, como demonstra a figura 1 abaixo, retirada de seu jornal.

Figura 1 – Representação de visita de Médici aos EUA

---

<sup>66</sup> É um dos símbolos de representação dos Estados Unidos, criado em 1812 e utilizado até hoje.



Fonte: Jornal AÇÃO, novembro 1971, p. 9.

Em janeiro de 1972<sup>67</sup>, a ALN publicava a quarta edição de “O Guerrilheiro”, expondo um balanço das atividades da organização desde a morte de Marighella, suas baixas e os avanços conquistados até aquele ano. Destacavam também suas perspectivas sobre a guerrilha e a participação do povo, colocando que,

Segundo a nossa concepção de desenvolvimento da guerra revolucionária, a incorporação ativa do povo à luta contra a ditadura, pela **expulsão do imperialismo e pela libertação nacional**, não será um fenômeno desligado da guerrilha urbana e da abertura estratégica com a guerrilha rural (ALN, 1972a, p. 2, grifo nosso).

Salientavam que a perspectiva da organização era se fortalecer por intermédio do “saque sistemático às classes dominantes” que daria “ao povo uma visão mais clara” da sua luta (ALN, 1972a, p. 3). E, ao mesmo tempo, estariam “*destruindo, desgastando e desmoralizando as forças do governo*” (ALN, 1972a, p. 3). Entre março e abril, lançavam a quinta edição do Ação, exibindo a necessidade de “incentivar a divulgação de jornais, revistas e materiais das forças revolucionárias e populares” contra o regime militar (ALN, 1972b, p. 2).

Além disso, denunciavam a integração entre o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) com o regime militar e o imperialismo, colocando que este órgão representava “uma tentativa de embelezamento da exploração capitalista”, e agia “de uma forma encoberta na defesa dos interesses imperialistas” (ALN, 1972b, p. 3). Assim,

---

<sup>67</sup> Entre 1971 e 1972, a ALN lançaria também o jornal “Vencemos”, mas entre os materiais coletados no AEL, foram encontrados apenas alguns recortes de algumas edições.

A integração SENAI-ditadura-imperialismo é perfeita. As escolas, através de seus diretores e professores, fazem propaganda intensiva da ditadura fascista no nosso país. Os professores têm cursos dados por comandantes do II Exército, por americanos, etc. Além disso, os alunos são preparados somente para as grandes empresas norte-americanas (ALN, 1972b, p. 3).

Ainda nessa edição, alertavam que o Brasil representava um “dócil aliado” dos grandes capitalistas estadunidenses, e que o regime militar cumpria seu papel para defender os interesses destes e “dos grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, na sua maior parte ligados ou subordinados aos grupos estrangeiros” (ALN, 1972b, p. 4). Desse modo, a política econômico-financeira adotada pelos militares fortalecia as grandes empresas estrangeiras, principalmente as estadunidenses, às custas do povo brasileiro.

Denunciavam a situação precária dos camponeses, dos empregados públicos, a perseguição nas escolas e universidades e a falta de liberdade de expressão da sociedade brasileira. Diante disso, os órgãos de repressão do regime militar aprimoravam “constantemente seus métodos de tortura, com a assessoria da CIA e a ajuda financeira das grandes empresas” (ALN, 1972b, p. 5). Assinalavam que,

Sem dúvida, tudo isso serve para convencer a um n° cada vez maior de brasileiros de que só é possível acabar com a ditadura pela luta armada. Porém, como o povo não dispõe de um exército, terá que travar a luta através da guerrilha. **A guerrilha é para conquistar a liberdade o Brasil, expulsar o imperialismo norte-americano, aniquilar a ditadura e suas forças armadas, derrubar seu poder e instaurar um governo revolucionário do povo** (ALN, 1972b, p. 5, grifo nosso).

Destacavam os crimes da ditadura com os assassinatos de revolucionários, de pessoas do povo, e as prisões ilegais que não eram admitidas pelo regime militar. Reconheciam que “o assassinato de combatentes revolucionários” fazia parte da “estratégia do inimigo de classe para impedir o desenvolvimento da guerra revolucionária” no Brasil (ALN, 1972b, p. 7).

A sexta edição do “**Ação**”, de maio e junho de 1972, procurava denunciar um plano do regime de executar prisioneiros, os assassinatos brutais contra pessoas do povo e a necessidade de responder à violência da ditadura. Discutiam sobre a vinda dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, um evento observado como propaganda e desculpa para negócios entre brasileiros e portugueses. Ou seja, um pretexto para firmar acordos comerciais – “o Brasil se compromete a apoiar a política colonialista de Portugal na África, em troca de algumas vantagens econômicas” (ALN, 1972c, p. 4).

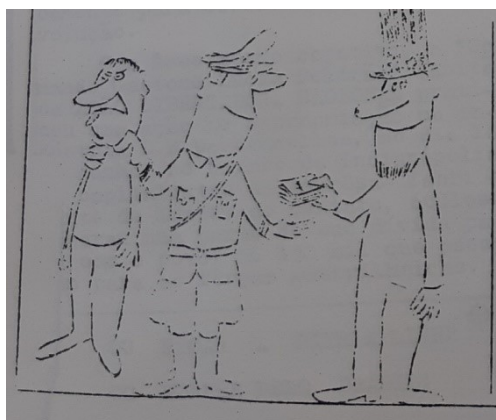
O regime português e seus tubarões, no afã do lucro, estão encontrando dificuldades no comércio exterior, devido ao Mercado Comum Europeu e à expansão da indústria na Espanha. **O imperialismo norte-americano e os empresários ligados ao dólar – através da ditadura Garrastazu – também querem mais lucros** (ALN, 1972c, p. 4, grifo nosso).

Divulgavam a notícia de um ataque feito pela organização contra o estadunidense Craig Myers, diretor do grupo financeiro Johnson Y Higgins – uma corretora de seguros. Myers era visto como um “ladrão ianque” que enriquecia e mandava seus lucros para os Estados Unidos “às custas do empobrecimento crescente do povo brasileiro” (ALN, 1972c, p. 7). A ação consistiu em uma explosão de bomba que destruiu os carros da casa, além da pichação nas paredes da residência.

Nas paredes, ficaram inscritas a alça de mira e a inscrição “OU FICAR A PÁTRIA LIVRE, OU MORRER PELO BRASIL” – ALN – como **uma lembrança dos norte-americanos de que se trava no Brasil hoje uma guerra revolucionária de libertação nacional** e uma advertência: os exploradores do povo e financiadores de torturas e assassinatos não ficarão impunes (ALN, 1972c, p. 7, grifo nosso).

Para retratar os exploradores do povo e os financiadores de torturas e assassinatos, a ALN compartilhou mais uma ilustração sobre a relação entre o regime militar brasileiro e os estadunidenses. Na imagem, os EUA são representados pelo “Tio Sam”, que está pagando a um militar, devidamente fardado, pela exploração do povo, simbolizado por um homem comum sendo segurado pelo pescoço – como se observa na figura 2, abaixo:

Figura 2 – EUA como os financiadores do regime militar



Fonte: Jornal AÇÃO, mai/jun 1972, p. 7.

Denunciavam também a farsa da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que beneficiava apenas a classe dominante, que explorava cada vez mais os trabalhadores.

Destacavam algumas ações de expropriações feitas pela organização, e alertavam sobre a presença de funcionários estadunidenses dos “Corpos da Paz” no Serro, município de Minas Gerais onde realizavam reconhecimento geofísico (ALN, 1972c).

Acontece que esta região é riquíssima em minério de ferro. Logo depois, a firma brasileira C.P.R.M., a serviço do capital estrangeiro, iniciou uma outra etapa do trabalho: a pesquisa, também na mesma área. **Ninguém se surpreenderá quando os frutos da exploração mineral no Serro forem saqueados pelo imperialismo norte-americano, através de seus agentes sediados aqui.** Só mesmo um governo fantoche como o nosso é capaz de falar em “desenvolvimento” para esconder o entreguismo (ALN, 1972c, p. 9, grifo nosso).

É fato que a ALN existiu até o primeiro semestre de 1974, entretanto, não foram coletados documentos após 1972. As informações encontradas, referentes a 1973-1974, foram retiradas do Tomo III – Perfil dos Atingidos – do Projeto Brasil Nunca Mais, encontrado no AEL. Sobre os anos finais da ALN, destacam-se,

Documentos políticos de 1973 revelam um recuo em direção ao trabalho de massa, como tentativa de romper o círculo vicioso das operações armadas para manutenção da estrutura clandestina do grupo, que por sua vez existia basicamente para o desencadeamento daquelas ações. A incapacidade de estancar as sequências de prisões e a ferocidade redobrada com que a repressão se lançou à perseguição desse grupo após ele ter fuzilado alguns agentes das forças repressivas, como foi o caso do delegado do DOI-CODI paulista, Otávio Gonçalves Moreira Junior, torturador ligado ao CC e a TFP, em princípios de 1973, acabariam comprometendo a sobrevivência da ALN. Entre abril e maio de 1974 ocorre um derradeiro fluxo de prisões que desarticula a última direção desse grupo (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 43-44).

### 3.6 A interpretação da ALN sobre o imperialismo estadunidense

Esta dissertação se dispôs a identificar como a Ação Libertadora Nacional analisou e reagiu ao imperialismo dos Estados Unidos e sua participação no golpe de Estado de 1964 e na posterior consolidação da ditadura brasileira. Para tanto, foram apresentados 41 documentos oficiais desta guerrilha urbana, encontrados, em sua maioria, no Anexo Brasil Nunca Mais presente no AEL, na UNICAMP.

O intuito, com a coleta destes documentos, era conseguir enfatizar passagens escritas sobre a presença do imperialismo estadunidense no Brasil e registros de ataques diretos a representações oficiais dos Estados Unidos no país, como contra civis, embaixadores, empresários, empresas e embaixadas. Ou seja, identificar como analisavam e como reagiram.



Dessa forma, foram construídas duas tabelas para auxiliar na identificação dos documentos aqui analisados. A primeira tabela (Apêndice A) refere-se aos textos escritos individualmente por Carlos Marighella – datados desde 1965 até sua entrevista ao Front, em 1969, antes de seu assassinato. Estes documentos dizem respeito aos anos de Marighella ainda como dirigente do PCB até seus anos como um guerrilheiro pela ALN. A segunda tabela (Apêndice B) remete-se aos textos escritos pela Ação Libertadora Nacional – datados desde 1968 até 1972.

Ambas tabelas foram estruturadas de forma simples e objetiva para facilitar a compreensão dos dados dispostos. Para atingir o objetivo dessa pesquisa, foram utilizadas as mesmas duas classificações para as duas tabelas, sendo elas: i) Menção aos EUA, compreendendo o uso por Marighella e pela ALN de termos como: Estados Unidos, EUA, norte-americanos, estadunidenses, americanos e/ou ianques; e ii) Imperialismo, que se refere aos textos em que foram encontrados os termos: imperialismo, imperialismo ianque, imperialismo norte-americano, imperialismo americano ou imperialismo estadunidense.

Dentre estes documentos, 19 foram escritos individualmente por Marighella e 22 pela ALN – e de todos apenas nove não possuem nenhum tipo de menção aos Estados Unidos, mas destes três possuem menção aos imperialismo. Ao analisar todo esse arquivo torna-se clara a presença das ideias de Marighella, que acabaram servindo como princípios norteadores da organização. Todavia, cabe aqui ressaltar que em nenhum documento pode-se encontrar uma definição, nem por Marighella e nem pela ALN, sobre o conceito de imperialismo.

A preocupação em definir e aplicar o conceito de imperialismo através do entendimento de Lenin, logo no primeiro capítulo, ocorreu por este motivo. Apesar de tratar o conceito por meio de uma percepção econômica, os ideais de Lenin nos permitiram classificar e compreender as ações estadunidenses pela América Latina. E, também, a partir da leitura dos documentos analisados, observam-se as referências de Marighella à preocupação dos Estados Unidos em preservar os interesses de seus trustes e cartéis – e a mobilização dos militares em garanti-los.

Marighella em seus escritos individuais, referentes aos seus anos antes da criação da ALN, denunciava que o golpe de 1º de abril de 1964 havia sido inspirado e apoiado pelo governo estadunidense. E fazia questão de ressaltar o *entreguismo* do Brasil pelo regime militar aos Estados Unidos – como a cessão das refinaria de petróleo e das riquezas minerais brasileiras.

O revolucionário persistia em acusar o regime militar de colocar o Brasil como um *submisso* das vontades dos Estados Unidos, o que para ele representava uma barreira para a libertação nacional e o desenvolvimento do país. Ao seu ver, os militares procuravam eliminar as barreiras para garantir a penetração do capital externo no país – promovendo um ambiente para o aumento dos lucros dos trustes e monopólios estadunidenses.

É neste momento em que se observa que Marighella percebia, já naquela época, o impacto do âmbito internacional para a lógica interna brasileira através de sua denúncia de que os EUA haviam favorecido *a guinada à direita* na lógica da Guerra Fria. Uma estratégia que procurava frustrar a disseminação de revoluções na América Latina como a de Cuba, e impedir a ascensão das classes trabalhadoras ao poder – mantendo a correlação de forças favorável aos Estados Unidos.

Dessa forma, encarava a luta armada como uma estratégia para derrubar não só a ditadura militar, mas também expulsar o imperialismo estadunidense do Brasil. A luta armada significava o único modo de resistência para Marighella. Para ele, o uso da força pelos revolucionários brasileiros era inevitável, pois encarariam os órgãos de opressão do regime militar e o emprego da violência do imperialismo estadunidense, que segundo ele, sempre agiria pela força na busca pela preservação de seus interesses.

A visita e estadia de Marighella em Cuba solidifica seus ideais de que a luta armada era a única opção ao caso brasileiro. Por isso se alinhava aos objetivos da OLAS, fazendo parte da estratégia latino-americana em se opor à estratégia global hegemônica dos Estados Unidos através da formação de guerrilhas. Marighella entendia que a libertação nacional jamais viria do “pacifismo” defendido pelo PCB, mas sim pela luta armada. O caminho pacífico levaria à institucionalização da ditadura militar, não dando espaço para o movimento de libertação do povo brasileiro e fazendo do Brasil um *satélite* permanente dos Estados Unidos.

Suas mensagens e cartas, escritas enquanto ainda estava em Cuba, tinham o objetivo de expor suas convicções e conseguir captar a maior gama de apoio possível de amplas camadas da sociedade brasileira para a luta contra os militares e o imperialismo estadunidense. Manifestava que a unidade entre os camponeses, estudantes, operários, homens, mulheres e intelectuais era imprescindível, pois sem isso não seria possível avançar no movimento de libertação nacional. É durante uma dessas mensagens que Marighella denuncia a atuação de grandes corporações estadunidenses no Brasil, e cita alguns exemplos, como a *General Motors*, *General Eletric*, *Firestone*, *Swift*, *Armour* e o

*First National City Bank* – que, segundo ele, controlavam a produção industrial e agrícola do país.

Já assumindo que a luta armada e a guerra de guerrilhas eram as únicas vias possíveis, Marighella externava seu ideal de que era necessário *aniquilar* quaisquer forças relacionadas aos seus inimigos. O objetivo seria reduzir ao máximo as forças estadunidenses presentes no Brasil e o número de seus aliados no país. Seus escritos até 1967 tiveram uma tendência em abarcar diferentes tópicos, mas sempre fazendo menções ao imperialismo ianque. De certa forma, essas passagens referentes aos EUA se tornam repetitivas, mas também reforçavam sua ideia de sempre combater o seu principal inimigo.

Os documentos referentes ao ano de 1968 mesclam-se entre publicações da ALN e individuais de Marighella. Em seu primeiro ano, os materiais assinados pela ALN referem-se mais ao seu modo de organização e definição de seus 16 princípios norteadores. Dessa forma, as menções às ações dos EUA no Brasil ficariam a cargo dos textos de Marighella, que delimitava como medidas populares a serem adotadas durante o governo revolucionário: a extinção do acordo MEC-USAID; a retirada do Brasil da condição de *satélite* estadunidense; o julgamento público de seus agentes no país; e a expulsão e confisco das empresas, bancos e extensões de terras pertencentes às corporações dos EUA.

A definição destes quatro pontos contra o imperialismo estadunidense reforçava o *aniquilamento* proposto por Marighella ainda em 1967. O acordo MEC-USAID, por exemplo, representava uma das intromissões estadunidenses no Brasil, pois delineava o ensino brasileiro de acordo com suas ideias e não com a realidade do país. A retirada da condição de satélite permitiria ao Brasil guiar-se por seus próprios interesses nacionais e não pela busca da garantia e preservação dos interesses dos trustes e cartéis dos EUA. O julgamento dos agentes levaria a justiça àqueles que apoiavam o sistema de repressão do regime militar, e o confisco das propriedades e terras devolveria aos produtores brasileiros as condições de produção e desenvolvimento.

Esses apontamentos de Marighella contra o imperialismo estadunidense seriam repetidos nos documentos da organização, e em seus individuais, ao longo do ano de 1969. Os registros daquele ano buscavam reforçar a ideia de que era necessário intensificar a guerra revolucionária brasileira para o desencadeamento da guerrilha rural vinculada às guerrilhas urbanas. Isso representaria um grande avanço para a destruição

do regime militar, da oligarquia brasileira, os latifundiários e o imperialismo estadunidense.

Entretanto, os grandes marcos da Ação Libertadora Nacional em seus dois primeiros anos seriam sua participação em ações empregadas contra dois estadunidenses: o capitão Charles Chandler e o embaixador Charles Elbrick. Os dois casos representaram ações simbólicas contra o imperialismo dos Estados Unidos e seus interesses políticos, econômicos e estratégicos.

A ALN justificava o assassinato de Chandler por dois fatores: i) seu papel desempenhado na guerra do Vietnã; e ii) por ser um suposto agente da CIA. O primeiro ponto pode ter sido decisivo para que a organização conclui-se que o capitão estadunidense estaria no Brasil para o combate da guerrilha, e até mesmo para treinar combatentes de acordo com a política contra insurgente dos Estados Unidos. E caso realmente fosse um agente da CIA, poderia colaborar com os órgãos do sistema de repressão da ditadura.

Por sua vez, o sequestro de Elbrick se justificava pelo embaixador representar uma figura da exploração. Assim, seu cargo era um fator decisivo para o sequestro por três fatores: i) funcionava como um apelo midiático para a ALN; ii) aumentava o poder de negociação com os militares; e iii) atacava diretamente seu principal inimigo. Amplamente noticiado entre os meios de comunicação, o sequestro do embaixador gerou um efeito desmoralizante para o regime militar que não sabia como agir diante do ocorrido.

Entretanto, logo após a execução de Chandler foi decretado o AI-5, e mesmo o sequestro de Elbrick tendo sido uma ação tática bem-sucedida, ambos casos trouxeram como consequência o agravamento da repressão, e levou os guerrilheiros cada vez mais para a clandestinidade. Para a ALN, em especial, a sequele seria ainda maior pelo assassinato de Marighella ao fim de 1969, e de Toledo em 1970.

A partir disso, foi reduzida a produção de documentos pela ALN. Foram encontrados, referentes aos anos de 1971 e 1972, apenas edições de seus jornais “O Guerrilheiro” e “AÇÃO” – ambos expondo os mesmos ideais norteadores da organização desde sua criação em 1968, e apresentando algumas ações contra o imperialismo estadunidense. Mas nenhuma dessas tão emblemáticas como as retratar acima.

A análise de todos estes documentos comprova a forte influência de Marighella sobre a ALN, principalmente no que diz respeito aos seus princípios. Além disso, observa-se que a organização de fato se colocava contra o imperialismo exercido pelos

Estados Unidos e se propunha a combatê-lo – o que fica evidente devido à presença de menções aos estadunidenses em 32 documentos dos 41 analisados. Entretanto, as alusões aos EUA tornaram-se repetitivas ao longo dos anos, sendo feita uma reciclagem textual – mas não se pode negar que sua posição contrária ao imperialismo estadunidense permaneceu a mesma.

## **Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar como a Ação Libertadora Nacional interpretou em seus documentos e reagiu frente ao imperialismo estadunidense e sua participação no golpe de Estado de 1964 no Brasil e na posterior consolidação da ditadura brasileira. Primeiramente, coube destacar o estabelecimento dos Estados Unidos como uma potência hegemônica e imperialista – especialmente através de suas intervenções feitas na América Latina no intuito de garantir seus interesses nacionais que se entrelaçavam com os dos seus setores produtivos.

A compreensão disto permite-nos observar que as ações imperialistas estadunidenses, no continente americano, eram realizadas a fim de criar condições para a instalação de suas grandes corporações nos países latino-americanos. Contudo, uma vez que estivessem instaladas, o governo dos EUA considerava que sua fronteira nacional havia sido estendida até onde se encontrassem as instalações de suas indústrias e isso por si só justificava novas intervenções para garantir o bem-estar de seus trustes e cartéis.

Seguindo essa lógica, a preservação de seus interesses poderia estar em risco frente à disseminação dos ideais comunistas, e do exemplo da Revolução Cubana pela América Latina. Este último havia demonstrado a capacidade de radicalização de um grupo contra um poder estabelecido e apoiado pelos Estados Unidos – um exemplo que poderia facilmente se espalhar pelo continente, especialmente, diante da realidade latino-americana, marcada pelo atraso econômico e pelos problemas sociais.

Esse quadro representava uma combinação perfeita para a eclosão de revoluções e aproximação com os soviéticos. Por isso, os estrategistas estadunidenses trataram de criar três frentes para frear o avanço do comunismo e do exemplo cubano: i) a produção de informações; ii) a política contra insurgente; e iii) a implementação do projeto denominado “Aliança para o Progresso”.

A primeira delas tentava espalhar que ambos exemplos representavam uma ameaça para todos, enquanto a segunda preparava os militares latino-americanos para a possibilidade de revoluções em seus países. A terceira frente, apresentada como um projeto econômico para o desenvolvimento dos países do continente, na verdade se tratava de um mecanismo de controle para evitar uma aproximação com os soviéticos ou o avanço da adoção de medidas nacionalistas que poderiam interferir nos interesses estadunidenses.

Entretanto, alguns governantes latino-americanos, buscando o desenvolvimento de seus países, passaram a adotar políticas de cunho nacionalistas que representavam um

empecilho às corporações e, conseqüentemente, aos Estados Unidos, os quais, por este motivo, passaram a apoiar os golpes de Estado, militares ou não, no Cone Sul, que obtinha um alinhamento com seus ideais. As classes dirigentes latino-americanas, já submersas na doutrinação estadunidense, temiam o avanço da esquerda e alinharam-se ao projeto imperialista dos EUA.

Foi a partir desse panorama que desenrolou-se o golpe de Estado no Brasil, em abril de 1964, contra o presidente João Goulart – um acontecimento que contou com o apoio dos Estados Unidos. Todavia, antes de abordar isso, julgou-se necessário examinar a relação entre Brasil e EUA no decorrer dos séculos XIX e XX, para compreender melhor a influência do “*grande irmão do Norte*” na vida dos brasileiros. Os breves apontamentos sobre as relações, ainda no século XIX, nos mostram que os estadunidenses sempre tentaram interferir ou influenciar o Brasil de modo a conseguir maiores vantagens para si mesmos.

Posteriormente, a partir da breve apresentação sobre a construção da política externa brasileira foi possível: a) distinguir os momentos de alinhamento automático ou pragmático com os Estados Unidos; b) apontar os instantes em que os ideais e valores dos EUA penetraram na vida dos brasileiros; e c) mostrar a infiltração das empresas estadunidenses no Brasil. Todos esses fatores nos levaram à conspiração de Jânio Quadros enquanto presidente do Brasil e à chegada de João Goulart ao poder. O destaque destes dois governos mostrou-se importante para a pesquisa, uma vez que possibilitou uma maior compreensão sobre os fatos da conjuntura interna brasileira à época – que se conectam com as motivações estadunidenses para a derrubada de Goulart.

Todo o desenvolver do governo Goulart fez crescer uma oposição à sua administração, principalmente devido às encampações de subsidiárias estadunidenses feitas por Brizola, a regulamentação da Lei de Remessas de Lucro e as suas Reformas de Base. Todos esses fatores chocavam-se com os interesses internos de uma parcela da sociedade brasileira, e externos do capital financeiro estadunidense. Esse cenário levou seus opositores a formarem uma aliança que delinearía o contexto para o golpe e trataria de impedir sua permanência no poder.

Esses apontamentos evidenciam que não foram apenas fatores internos que levaram à desestabilização do governo Goulart, mas também pela proteção dos interesses do capital externo, que tinha um amplo espaço para se expandir pelo Brasil. Essa desestabilização ocorreu por meio do financiamento das campanhas de políticos que

faziam oposição à Goulart, em uma tentativa de diminuir seu poder e influência, e de entidades como o IPES e o IBAD.

Além disso, o embaixador estadunidense Lincoln Gordon, e o adido de defesa Vernon Walter representaram importantes papéis para que seu governo acreditasse nas tendências esquerdistas de Goulart, e para conseguir o aval para a construção e implementação da “Operação Brother Sam”. Dentre todos, pode-se afirmar que Gordon foi o mais tendencioso em suas avaliações sobre a conduta do então presidente brasileiro.

De acordo com os documentos oficiais do governo estadunidense, fica nítido o empenho destes para a desarticulação de Goulart e seu apoio aos opositores do presidente. Entretanto, não articularam diretamente o levante militar, mas assim como colocado por Moniz Bandeira (2001): não constitui intervenção acionar uma força-tarefa no intuito de favorecer a sublevação contra Goulart? A Operação Brother Sam havia sido construída para atender às necessidades de um grupo já estabelecido – os “anti-Goulart”.

Como colocado por Gordon, quando os documentos da operação foram liberados, o governo dos EUA estava providenciando apoio ao lado que acreditava representar “*a moderação e a democracia*” e desencorajando o outro lado através da sua bandeira em uma “*embarcação poderosa*”. Diante disso, os golpistas sabiam que teriam apoio para articular e colocar em prática seu plano, e Goulart sabia que se optasse por uma guerra civil estaria enfrentando não só os militares brasileiros, mas os estadunidenses também – mesmo que fosse através do apoio logístico.

Isto posto, fica claro que os Estados Unidos desempenharam um grande papel na interrupção do governo de João Goulart e na quebra do regime democrático brasileiro com a instauração de uma ditadura militar. Ao mesmo tempo em que garantiam a preservação de seus interesses, ajudando um grupo que se alinhava aos seus ideais a chegar no poder, acabaram contribuindo para a deflagração de um ambiente de conflito interno no país, com o surgimento de guerrilhas urbanas como a Ação Libertadora Nacional.

A intenção com esses dois primeiros capítulos foi conseguir delinear um caminho para comprovar que a conjuntura externa e interna se entrelaçavam, e diante disso, apontar que as circunstâncias à época levaram e, em certa medida, legitimaram o surgimento da ALN no que concerne, especificamente, ao imperialismo imposto pelos Estados Unidos ao Brasil. Porém, é preciso ressaltar que na história brasileira o surgimento de grupos contra um poder estabelecido não era novidade, mas a conjuntura externa e interna nos faz ter uma maior curiosidade sobre as guerrilhas urbanas na época do regime militar.



A quebra do regime democrático levou à radicalização de alguns indivíduos que acabaram optando pela luta armada – como, no caso aqui estudado, Carlos Marighella. Frente à toda conjuntura que foi exposta, esta dissertação dedicou-se, exclusivamente em seu terceiro capítulo, a identificar como a ALN analisava e reagia ao apoio dos EUA ao golpe de Estado, desde sua participação para desestabilizar o governo Goulart, por meio da Operação Brother Sam, até a manutenção do regime militar após sua instauração.

A análise dos documentos da organização nos permitiu compreender que sua história esteve atrelada às estratégias e aos ideais de Marighella. Antes mesmo de sua estadia em Cuba, Marighella já expressava claramente sua oposição ao imperialismo dos Estados Unidos – ressaltando o *entreguismo* do regime militar e sua postura *submissa* às vontades e aos interesses dos estadunidenses. Em sua observação, isso representava uma barreira para a libertação nacional e para o desenvolvimento do país. Por isso, apontava ser necessário não apenas encontrar caminhos para combater os militares, mas também a hegemonia dos EUA no hemisfério.

Para ele, a luta armada representava um modo de resistência daqueles contrários ao regime e aos seus financiadores – e isso se tornaria ainda mais assertivo após sua estadia em Cuba. Conforme demonstram os documentos citados, o revolucionário baiano já indicava a adoção da ação armada como a única maneira capaz de combater o regime militar brasileiro e o imperialismo estadunidense no país. A partir dos documentos aqui apresentados, verifica-se que, assim como Marighella, a ALN sempre foi enfática em denunciar a ligação entre o regime militar e os EUA.

Ao mesmo tempo em que tais passagens se tornam repetitivas, elas reforçavam a ideia de que a organização mostrava o imperialismo estadunidense no Brasil como a principal força inimiga a ser combatida. Tanto que duas das mais destacadas ações guerrilheiras da ALN foram ataques direcionados ao governo estadunidense: o *justiçamento* de Chandler e o sequestro de Elbrick. Os dois casos podem ser vistos como ações simbólicas contra o imperialismo estadunidense e seus interesses políticos, econômicos e estratégicos estabelecidos no Brasil.

Dentre as duas ações, nos parece correto afirmar que o sequestro de Elbrick teve maior impacto, especialmente por ter gerado ampla cobertura midiática e, também, por ter, em certa medida, desmoralizado o regime militar aos olhos dos EUA. A ALN foi muito bem sucedida em despertar temor no governo, uma vez que este não poderia correr o risco de ver mais um representante oficial dos EUA ser assassinado em território brasileiro. Por outro lado, ambas as ações tiveram como consequência o aprofundamento

da repressão aos guerrilheiros, dificultando suas ações e, como no caso de Marighella, os levando à morte.

A possibilidade de ter contato e de poder examinar estes documentos, tanto de Marighella como da ALN, enriqueceu a pesquisa e trouxe à tona o outro lado da história. Não são apontamentos de “teoria da conspiração”, mas uma forma de demonstrar que as ações imperialistas praticadas pelos Estados Unidos foram algo relevante para a radicalização de Marighella e para a atuação da Ação Libertadora Nacional – o que se comprova devido à presença de menções aos estadunidenses em 34 registros dos 41 apresentados.

Os documentos aqui apresentados podem ser classificados como escritos de denúncia, que resgatam fatos importantes e ajudam na formação da memória do período tratado. Existe uma ampla bibliografia sobre essa parte da história brasileira, cada uma de acordo com as perspectivas dos respectivos autores, mas ainda existem informações incompletas que não foram confirmadas, em virtude do óbito de alguns interlocutores que vivenciaram esse momento, ou simplesmente pela escolha de permanecerem em silêncio e pela perda dos materiais. Portanto, a possibilidade de estudar e expor as ideias que sustentavam uma organização como a ALN se mostra importante, visto que consiste na investigação de eventos passados e sua influência à época e até mesmo aos dias atuais.

## Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Jean Michel. **OEA, Organização dos Estados Americanos**. Jean Michel Arrighi; traduzido por Sérgio Bath. - Barueri, SP: Manole, 2004 - Entender o mundo: v. 4.

ARRAES, Virgílio. **Doutrina drago**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DOUTRINA%20DRAGO.pdf>> Acesso em 20 de março 2019.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Tomo III - Perfil dos Atingidos - do Projeto Brasil Nunca Mais da Arquidiocese de São Paulo, 1985.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. il. - (Coleção Revoluções do século XX).

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. Editora Brasiliense, 1979.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O golpe de 64 como fenômeno de política internacional**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, p. 103-122.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 7º ed. Revista e ampliada. - Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARBOSA, Guilherme Ubaldo. **Entre o dito e o feito**: as contradições da Aliança para o Progresso. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, DF, 2008.

BERQUÓ, Alberto. **O sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIANCHI, Álvaro. **Estratégia do contratempo**: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. Cadernos cemarx, n° 4, 2007.

CIA. Effects of the Brazilian Revolution (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:677342/>

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

FARIAS, Déborah Barros Leal. **Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos**. Revista Brasileira de Política Internacional 51 (1): 105-122, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100006>

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2° ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA [Correspondência]  
Destinatário: Amembassy Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. 17 out. 1968, 2 páginas.  
Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/por-marighella-e-seu-bando-5-mil-dolares/>> acesso em: 08/07/2019.

FRANZON, Sadi. **Os Acordos MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968 - As garras da águia na legislação de ensino brasileira**. XII Congresso Nacional de Educação, 2015, p. 40619-40632.

GALVÁN, Azucena Citlalli Jaso. **Terrorismo de Estado e guerra suja**: Discursos e práticas da Doutrina de Segurança Nacional e da Contrainsurgência no México (1964-1982). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GARCIA, Ana Saggioro. **Hegemonia e Imperialismo**: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 32, nº1, janeiro/junho 2010, p. 155-177. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>

GESTEIRA, L.A.M.G. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul**. Scientia Plena vol. 10, nº 12, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. Editora Ática S.A. - São Paulo, 2º edição, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho; co-edição por Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 1ºed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **O Risorgimento**: Notas sobre a história da Itália. Cadernos do Cárcere Vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOXHA, Enver. **O Imperialismo e a Revolução**. Editora Tirana, 1979.

HUR, Domenico Uhng; JÚNIOR, Fernando Lacerda. **Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada**. Psicologia: Ciência e Profissão 2017 v. 37 (núm. esp.), 28-43. <https://doi.org/10.1590/1982-3703020002017>

KOLB, Margareth V. **A censura e os grupos guerrilheiros no jornal O Estado (1968-1974)**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - USFC - Brasil, v.1, n.2, 2007.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Pan-americanismos entre a Segurança e o Desenvolvimento: A Operação Pan-americana e a Aliança Para o Progresso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LEFFLER, Melvyn P. **National security and US foreign policy**. In: LEFFLER, Melvyn P.; PAINTER, David S. *Origins of the Cold War: An International History*. Second Edition, Routledge, 2005.

LENIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella - O guerrilheiro que incendiou o mundo**. Companhia das Letras, 5ª edição, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **A Crise Brasileira**. 1966. IN: Escritos de Carlos Marighella, editorial livramento, 1ª edição, dezembro de 1979.

MARIGHELLA, Carlos. **Porque Resisti à Prisão**. Primeira edição, RJ, Edições Contemporâneas, 1965. 2ª edição, editora brasiliense, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. **As Políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)**. Teoria e Pesquisa, 46, 105-139, janeiro de 2005.

MAZZA, Luigi. **Por Marighella e seu bando, 5 mil dólares**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/por-marighella-e-seu-bando-5-mil-dolares/>> acesso em: 08/07/2019.

MELLO, Celso A. **Princípio de não-intervenção**. R.C. pol., Rio de Janeiro, 33(3):9-19, maio/jul. 1990.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **América Latina - Interpretações da origem do imperialismo norte-americano**. Projeto História, São Paulo, (31), p. 167-188, dez. 2005.

MERENDI, Izaura Peghim. **Justificando intervenções**: a política externa norte-americana e a América Latina. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2007.

MOREL, Edmar. **O Golpe Começou em Washington**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Segundo Grande Surto Anticomunista: 1961/64**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1971-1964). Tese de doutorado - São Paulo, outubro de 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38, n° 79, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a História).

**O DIA que durou 21 anos**. Direção: Camilo Tavares. Produção: Karla Ladeia. Brasil: Pequini Filmes, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RVnf3Ap7guQ>>. Acesso em: 21 novembro 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Nossa história**. Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/nossa\\_historia.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp)> Acesso em 24 de março de 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. **As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina**. Outros Tempos, vol. 1 esp., 2007, p. 13-31.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **Uma teoria da hegemonia mundial**: Gramsci como teórico das relações internacionais. Ver. Crítica Marxista, n/ 39, set. 2014.

PARKER, Phyllis R. **1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Traduzido por Carlos Nayfeld. Coleção Retratos do Brasil, vol 108. Editora Civilização Brasileira S.A., 1977.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **Três perspectivas sobre a Política Externa dos Estados Unidos**: poder, dominação e hegemonia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n°39, p. 237-257, jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200016>

RAMOS, Leonardo. **Da Hegemonia ao Poder Brando**: Implicações de uma mudança conceitual. 30º encontro anual da ANPOCS, 2006.

RAMPINELLI, Waldir José. **Imperialismo**: ele ainda existe? Projeto História, São Paulo, n. 38, p. 353-357, jun. 2009.

REZENDE, Claudinei Cássio de. **Suicídio Revolucionário**: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. <https://doi.org/10.7476/9788579830822>

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Memória, história e sociedade**: a contribuição da narrativa de Carlos Eugênio Paz. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP: [s.n.], 2005.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Teoria da Modernização, A Aliança para o Progresso e as relações Brasil - Estados Unidos**. Perspectivas, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura**: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014 [no prelo]



RIDENTI, Marcelo. **Que história é essa?** In: Versões e Ficções: o sequestro da história. Editora Fundações Perseu Abramo, 1997.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Pan-americanismo e imperialismo:** a sexta conferência pan-americana e o debate acerca da intervenção norte americana na Nicarágua. Revista Eletrônica da Anphlac, nº6, 2007.

SILVA, Gilberto Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **A luta armada contra a Ditadura Militar:** revisitando os debates sobre esse movimento no Brasil e na Argentina. Intellèctus, ano XVI, n. 1, 2017, p. 86-105.

SOUZA, Christiane Laidler de. **A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas.** Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. Vitória, 2008.

STEPHAN, Claudia. **A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria:** fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). Conjuntura Global, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p.537-565. <https://doi.org/10.5380/cg.v5i3.50544>

TRASPADINI, Roberta; BUENO, Fábio Marvulle. **Lênin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI.** Rebela, v. 4, n. 2, mai/ago, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

**Documentos do Anexo Brasil Nunca Mais - "Arquivo Edgard Leuenroth"**

ALN. **Ao Povo Brasileiro**, 1970. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação, 1º edição**, agosto de 1971a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação, 3º edição**, novembro de 1971b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação, 5º edição**, março/abril de 1972b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação, 6º edição**, maio/junho de 1972c. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ação Revolucionária e a Frente Unificada**, 1969h. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Características da nossa atual estrutura**, 1969c. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Carta aos militantes da Ação Libertadora Nacional**, 1970a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Carta circular ao bancário brasileiro**, 1969d. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Companheiro trabalhador**, 1970b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Ilustríssimo Senhor**, 1969b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O Guerrilheiro, 1º edição**, 1968a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O Guerrilheiro**, 2º edição, 1970c. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O Guerrilheiro**, 4º edição, 1972a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **O papel da Ação Revolucionária na constituição da Organização Revolucionária**, 1969i. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Prisões**, 1969e. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Procurados**, 1969f. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Sobre a Organização dos Revolucionários**, 1969g. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Sobre problemas e princípios estratégicos**, 1969a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN. **Questões de Organização**, 1968b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

ALN, MR-8. **Ao Povo Brasileiro**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Algumas questões sobre as Guerrilhas no Brasil**, 1967h. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Ao Povo Brasileiro**, 1969a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Ao Povo Brasileiro**, 1969e. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Alocução sobre a Guerrilha Rural**, 1969c. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta à Executiva**, 1966. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta a Fidel Castro**. In: Cartas de Havana, 1967c. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta ao Almirante Aragão**. In: Cartas de Havana, 1967d. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta ao Comitê Central**. In: Cartas de Havana, 1967b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Carta aos Revolucionários Europeus**, 1969d. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Entrevista ao diário cubano "Granma"**. In: Mensagens de Cuba, 1967f. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Entrevista ao seminário francês "Front"**, 1969. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Entrevista ao Juventude Rebelde**. In: Mensagens de Cuba, 1967g. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Mini manual do Guerrilheiro Urbano**, 1969b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Mensagens aos Brasileiros**, 1968b. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Mensagens de Cuba**, 1967e. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Respostas ao questionário do pensamento crítico**, 1967a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

MARIGHELLA, Carlos. **Quem Samba Fica Quem Não Samba Vai Embora**, 1968a. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

PENSAMENTO CRÍTICO. **Entrevista de Joaquim Câmara Ferreira, o "Toledo"**, 1970. Anexo Brasil Nunca Mais - Arquivo Edgard Leuenroth.

## APÊNDICE A – TEXTOS ESCRITOS POR CARLOS MARIGHELLA

Por Carlos Marighella	Menção aos EUA	Imperialismo
Porque Resisti à Prisão	X	X
A Crise Brasileira	X	X
Carta à Executiva	X	X
Respostas ao questionário do pensamento crítico	X	X
Carta ao Comitê Central do PCB	-	-
Carta a Fidel Castro	X	X
Carta ao Almirante Aragão	X	X
Mensagens de Cuba	X	X
Entrevista ao Granma	X	X
Entrevista ao Juventude Rebelde	X	X
Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil	X	X
Quem Samba Fica, Quem Não Samba Vai Embora	-	X
Mensagem aos Brasileiros	X	X
Ao Povo Brasileiro	X	X
Ao Povo Brasileiro	X	X
Mini manual do Guerrilheiro Urbano	X	X
Alocução sobre a Guerrilha Rural	X	X
Carta aos Revolucionários Europeus	X	X
Entrevista ao “Front”	X	X

**Fonte:** Autoria própria.

## APÊNDICE B – TEXTOS ESCRITOS PELA ALN

Pela ALN	Menção aos EUA	Imperialismo
“O Guerrilheiro” 1º edição	X	X
Questões de Organização	-	-
Sobre problemas e princípios estratégicos	X	X
Ilustríssimo Senhor	X	-
Características da nossa atual estrutura	-	-
Carta circular ao bancário brasileiro	-	-
Prisões	X	X
Procurados	X	X
Sobre a Organização dos Revolucionários	-	-
A Ação Revolucionária e a Frente Unificada	X	X
O papel da Ação Revolucionária na constituição da Organização Revolucionária	X	X
Ao Povo Brasileiro (c/ MR-8)	X	X
Carta aos militantes da Ação Libertadora Nacional	X	X
Entrevista de Toledo	X	X
Ao Povo Brasileiro	-	X
Companheiro Trabalhador	-	-
“O Guerrilheiro” 2º edição	X	X
AÇÃO nº 1	X	X
AÇÃO nº 3	X	X
“O Guerrilheiro” 4º edição	-	X
AÇÃO nº 5	X	X
AÇÃO nº 6	X	X

**Fonte:** Autoria própria.